



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76 175 918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivaí.pr.gov.br

LICITAÇÃO	VISTO
1. Pedido da secretaria	
2. Três orçamentos	
3. Parecer do gabinete do prefeito	
4. Parecer do Controle Interno	
5. Parecer da contabilidade	
6. Parecer do jurídico	
7. Cadastro de solicitação de produto no sistema	
8. Parecer do setor de licitação encaminhando a minuta do edital	
9. Minuta do Edital	
10. Parecer do jurídico referente à minuta do edital	
11. Parecer do prefeito autorizando a licitação	
12. Portarias de comissão de licitação, dos responsáveis pelo recebimento e dos fiscais de contrato.	
13. Edital	
14. Publicação do aviso de licitação – jornal e diário eletrônico	
15. Documentação das proponentes	
16. Processos – relatório de lances, mapa, classificação por fornecedores e itens desertos.	
17. Ata	
18. Pedido do setor de licitação sobre julgamento e homologação	
19. Parecer jurídico sobre o julgamento	
20. Termo de homologação	
21. Publicação do jornal da homologação – jornal e diário eletrônico	
22. Contrato	
23. Publicação do contrato – jornal e diário eletrônico	
ADITIVO	
24. Pedido de aditivo	
25. Parecer jurídico de aditivo	
26. Termo aditivo	
27. Publicação do termo de aditivo – jornal e diário eletrônico	

*Obs.:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

Ofício nº 072/2021 - ADM

Ivaí, 25 de maio de 2021.

Assunto: Licitação para aquisição de Cargas de Gás.

Sr. Presidente,

Venho por meio deste, solicitar **Processo Licitatório** para aquisição de 250 unidades de cargas de gás GPL P13, e 100 unidades de cargas de gás GPL P45, para as Secretarias Municipais.

Justificativa

A presente solicitação se faz necessária objetivando atender às diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Ivaí na manutenção das atividades de cozinha copa e refeitório.

Orçamentos

Em anexo.

Atenciosamente,

DIORGENES JARSKI

Secretário Municipal de Administração

Gestor de Contratos

Decreto nº025/2018

Ilmo.

Welton Ademir Ferreira

Presidente Comissão Licitação



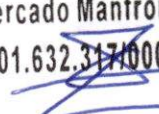
DADOS DA EMPRESA:	CNPJ/CPF: 84.943.182/0001-24
	RAZÃO SOCIAL: CASIMIRO GRABICOSKI PINTO
	RESPONSÁVEL: CASIMIRO GRABICOSKI
	E-MAIL: PGRABICOSKI@GMAIL.COM
	TELEFONE: (42) 3247-1278
	ASSINATURA/CARIMBO CASIMIRO GRABICOSKI PINTO CNPJ 84.943.182/0001-24
DATA	IVAÍ, 21 de MAIO de 2021.

COTAÇÃO DE PREÇOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE IVAÍ – PR
TELEFONE: (42) 3247-1416

COB
237
154-1-1.

Produto	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
Carga de gás GLP P13	250und 042436	R\$ 100,00	R\$ 25000,00
Carga de gás GLP P45	100und 042437	R\$ 360,00	R\$ 36000,00

DADOS DA EMPRESA:	CNPJ/CPF: 01632317/0002-94
	RAZÃO SOCIAL: DISK GAS Manfron
	RESPONSÁVEL: Eivaldo F. Lima
	E-MAIL: SupermercadoManfron@hotmail.com
	TELEFONE: (42) 3247-1233
	ASSINATURA/CARIMBO Supermercado Manfron Eireli CNPJ 01.632.317/0001-03 
DATA	21/05/2021

COTAÇÃO DE PREÇOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE IVAÍ – PR
TELEFONE: (42) 3247-1416

Produto	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
Carga de gás GLP P13	250und	95.00	23.750,00
Carga de gás GLP P45	100und	390.00	39.000,00

Relatório de Cotação: cotação rápida 255

Pesquisa realizada entre 24/05/2021 15:05:24 e 24/05/2021 15:05:03

Relatório gerado no dia 24/05/2021 15:06:14 (IP: 187.95.123.219)

Item 1: freon

PREÇOS / PROPOSTAS		QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	TOTAL	
1 / 1		1	R\$ 96,98 (un)	R\$ 96,98	
Preço Compras Governamentais	Órgão Público		Identificação	Data Licitação	Preço
1	DEPARTAMENTO DE POLICIA.FEDERAL SUPERINT.REGIONAL DE P.FEDERAL NO EST.DE RR		Dispensa de Licitação Nº 4/2021 UASG: 200384	01/03/2021	R\$ 96,98
Valor Unitário					R\$ 96,98
Média dos Preços Obtidos: R\$ 96,98					
Valor Global:					R\$ 96,98

Detalhamento dos Itens

Item 1: freon

Preço Estimado: R\$ 96,98 (un)

Média dos Preços Obtidos: R\$ 96,98

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	carga de gás, gás tipo liquefeito de petróleo - glp, tipo gás propano-butano, para botijão 13 kg, normas técnicas abnt 8.460. características adicionais carga de gás com botija cheia a base de troca. fornecimento de forma parcelada, de acordo com as necessidades da administração pelo período de 12 (doze) meses, para entrega na superintendência regional da polícia federal em roraima, boa vista-rr.	

Preço (Compras Governamentais) 1: Mediana das Propostas Finais

R\$ 96,98

Órgão: DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL
SUPERINT.REGIONAL DE P.FEDERAL NO EST.DE RR

Data: 01/03/2021 00:00

Modalidade: Dispensa de Licitação

Objeto: Aquisição de Gás tipo Liquefeito de Petróleo - GLP, de uso doméstico, para atender as demandas da Superintendência Regional da Polícia Federal em Roraima, Delegacia de Pacaraima e Posto Avançado de Bonfim.

SRP: NÃO

Identificação: Dispensa de Licitação Nº 4/2021 /
UASG: 200384

Descrição: FREON - CARGA DE GÁS, GÁS TIPO LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP, TIPO GÁS PROPANO-BUTANO, PARA BOTIJÃO 13 KG, NORMAS TÉCNICAS ABNT 8.460. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CARGA DE GÁS COM BOTIJA CHEIA A BASE DE TROCA. FORNECIMENTO DE FORMA PARCELADA, DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA ENTREGA NA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL EM RORAIMA, BOA VISTA-RR.

Lote/Item: 1/1

Ata: N/A

Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br

Quantidade: 50

Unidade: Unidade

UF: RR

CatMat: 31372 - FREON

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
29.047.505/0001-93	N. N. A. SOUSA EIRELI	R\$ 96,98
* VENCEDOR *		
<p>Descrição: CARGA DE GÁS, GÁS TIPO LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP, TIPO GÁS PROPANO-BUTANO, PARA BOTIJÃO 13 KG, NORMAS TÉCNICAS ABNT 8.46 0. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CARGA DE GÁS COM BOTIJA CHEIA A BASE DE TROCA. FORNECIMENTO DE FORMA PARCELADA, DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA ENTREGA NA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL EM RORAIMA, BOA VISTA-RR.</p>		

Relatório de Cotação: cotação rápida 256

Pesquisa realizada entre 24/05/2021 15:08:34 e 24/05/2021 15:07:11

Relatório gerado no dia 24/05/2021 15:08:52 (IP: 187.95.123.219)

Item 1: regulador gás

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	TOTAL	
1 / 2	1	R\$ 360,00 (un)	R\$ 360,00	
Preço Compras Governamentais	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA Prefeitura Municipal de Jarú Rondônia	NºPregão:112021 UASG:453187	08/03/2021	R\$ 360,00
Valor Unitário				R\$ 360,00
Média dos Preços Obtidos: R\$ 360,00				
Valor Global:				R\$ 360,00

Detalhamento dos Itens

Item 1: regulador gás

Preço Estimado: R\$ 360,00 (un)

Média dos Preços Obtidos: R\$ 360,00

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	carga de gás glp, acondicionado em botijão de 45 kg - vasilhame a base de troca	

Preço (Compras Governamentais) 1: Mediana das Propostas Finais

R\$ 360,00

Órgão: GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA

Data: 08/03/2021 09:10

Prefeitura Municipal de Jarú Rondônia

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de gás de cozinha.

SRP: SIM

Descrição: REGULADOR GÁS - CARGA DE GÁS GLP, ACONDICIONADO EM BOTIJÃO DE 45 KG - VASILHAME A BASE DE TROCA

Identificação: NºPregão:112021 / UASG:453187

Lote/Item: 1/1

CatMat: 150198 - REGULADOR GÁS

Ata: [Link Ata](#)

Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br

Quantidade: 140

Unidade: Unidade

UF: RO

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
03.754.107/0001-13	AUTO POSTO IRMAOS LEITE LTDA	R\$ 360,00
Descrição: CARGA DE GÁS 45 KILOS FABRICANTE FOGAS SA		
08.039.218/0001-61	COMERCIO DE GAS LIQUIGAS LTDA	R\$ 360,00
* VENCEDOR *		
Descrição: CARGA DE GÁS GLP, ACONDICIONADO EM BOTIJÃO DE 45 KG - VASILHAME A BASE DE TROCA		



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaipr.gov.br

email: licitacao@ivaipr.gov.br

GABINETE DO PREFEITO

MEMO/2021

De: Idir Treviso – Prefeito Municipal

Para: 1. Welton Ademir Ferreira – Departamento de Licitações.

2. Wilson Ariel Eidam – Procuradoria Jurídica

3. Marcio Marques – Contabilidade

Preliminarmente à autorização solicitada mediante ofício expedido pela Secretaria Municipal de Administração para a **aquisição de 250 cargas de gás P13 e 100 unidades de P45, para suprir a demanda de todas as Secretarias da Municipalidade**, segue anexo ao ofício descrição dos serviços a serem prestados bem como três orçamentos. Pretende-se destinar um recurso máximo para a contratação na ordem de **R\$ 61.000,00**.

O presente processo deverá tramitar pelos setores competentes com vistas:

1. A indicação de recursos de ordem orçamentária para fazer frente a despesa;
2. A elaboração de parecer sobre a necessidade de procedimento licitatório, indicando a modalidade e o tipo de licitação a serem adotados no certame;
3. A elaboração da minuta do instrumento convocatório da licitação e da minuta do contrato;
4. Ao exame e aprovação das minutas indicadas no item 3 acima.

Ivaí/Pr; 25 de Maio de 2021.

Cordialmente,

UNIDOS PARA O PROGRESSO



IDIR TREVISO
PREFEITO MUNICIPAL DE IVAÍ



Município de Ivaí - 2021

Saldo das contas de despesa

Calculado em: 25/05/2021

Página:1

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso (F, PADRÃO/ ORIG/ APL/ DES/ DET)	Valor autorizado	Valor atualizado	Líquido empenhado	Saldo atual
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	280.000,00	280.000,00	195.884,19	84.115,81
001 DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO	280.000,00	280.000,00	195.884,19	84.115,81
04.122.0402.2007 Atividades da Divisão de Administração	280.000,00	280.000,00	195.884,19	84.115,81
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO				
00250 E 00000 0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres)	280.000,00	280.000,00	195.884,19	84.115,81
Total Geral	280.000,00	280.000,00	195.884,19	84.115,81

Crerios de seleção:

Data do cálculo: 25/05/2021

Contas de despesa: 250



Município de Ivaí - 2021
Saldo das contas de despesa
Calculado em: 25/05/2021

Página:1

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso (F. PADRÃO/ ORIG/ APL/ DES/ DET)					Valor autorizado	Valor atualizado	Líquido empenhado	Saldo atual
06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA					200.000,00	200.000,00	79.622,52	120.377,48
001 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO					200.000,00	200.000,00	79.622,52	120.377,48
12.361.1201.2026 Manutenção do Ensino Fundamental - Outros Recursos					200.000,00	200.000,00	79.622,52	120.377,48
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO								
01000 E 00103 0103/01/01/00/00 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB					200.000,00	200.000,00	79.622,52	120.377,48
Total Geral					200.000,00	200.000,00	79.622,52	120.377,48

Critérios de seleção:

Data do cálculo: 25/05/2021

Contas de despesa: 1000



Município de Ivaí - 2021

Saldo das contas de despesa

Calculado em: 25/05/2021

Página: 1

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso (F. PADRÃO/ ORIG/ APL/ DES/ DET)					Valor autorizado	Valor atualizado	Líquido empenhado	Saldo atual
05 SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE					220.000,00	170.500,00	170.343,59	156,41
001 DIVISÃO DE FOMENTO AGROPECUÁRIO					220.000,00	170.500,00	170.343,59	156,41
20.606.2001.2014 Atividades da Divisão de Fomento Agropecuario					220.000,00	170.500,00	170.343,59	156,41
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO								
00590 E 00000 0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres)					220.000,00	170.500,00	170.343,59	156,41
Total Geral					220.000,00	170.500,00	170.343,59	156,41

Crerérios de seleção:

Data do cálculo: 25/05/2021

Contas de despesa: 590



Município de Ivaí - 2021

Saldo das contas de despesa

Calculado em: 25/05/2021

Página:1

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso (F. PADRÃO/ ORIG/ APL/ DES/ DET)				Valor autorizado	Valor atualizado	Líquido empenhado	Saldo atual
08 SECRETARIA DE SAUDE				1.000.000,00	1.000.000,00	635.745,34	364.254,66
001 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				1.000.000,00	1.000.000,00	635.745,34	364.254,66
10.301.1001.2042 Atividades Assistencia Medica Odonto e Sanitaria				1.000.000,00	1.000.000,00	635.745,34	364.254,66
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO							
01890 E 00303 0303/01/02/00/00 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)				1.000.000,00	1.000.000,00	635.745,34	364.254,66
Total Geral				1.000.000,00	1.000.000,00	635.745,34	364.254,66

Crítérios de seleção:

Data do cálculo: 25/05/2021

Contas de despesa: 1890



Município de Ivaí - 2021

Saldo das contas de despesa

Calculado em: 25/05/2021

Página: 1

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso (F. PADRÃO/ ORIG/ APL/ DES/ DET)				Valor autorizado	Valor atualizado	Líquido empenhado	Saldo atual
08 SECRETARIA DE SAUDE				80.000,00	80.000,00	18.623,12	61.376,88
001 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				80.000,00	80.000,00	18.623,12	61.376,88
10.301.1001.2042 Atividades Assistencia Medica Odonto e Sanitaria				80.000,00	80.000,00	18.623,12	61.376,88
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO							
01900	E	00494	0494/09/02/06/20 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	80.000,00	80.000,00	18.623,12	61.376,88
Total Geral				80.000,00	80.000,00	18.623,12	61.376,88

Critérios de seleção:

Data do cálculo: 25/05/2021

Contas de despesa: 1900



Município de Ivaí - 2021

Saldo das contas de despesa

Calculado em: 25/05/2021

Página:1

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso (F. PADRÃO/ ORIG/ APL/ DES/ DET)					Valor autorizado	Valor atualizado	Líquido empenhado	Saldo atual
09. SECRETARIA DE PROMOÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL					55.000,00	55.000,00	19.446,92	35.553,08
002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					55.000,00	55.000,00	19.446,92	35.553,08
08.244.0801.2053 Centro de Referência de Assistência Social - CRAS					55.000,00	55.000,00	19.446,92	35.553,08
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO								
02610 E 00934 0934/09/06/06/06 Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS					55.000,00	55.000,00	19.446,92	35.553,08
Total Geral					55.000,00	55.000,00	19.446,92	35.553,08

Critérios de seleção:

Data do cálculo: 25/05/2021

Contas de despesa: 2610



Município de Ivaí - 2021

Saldo das contas de despesa

Calculado em: 25/05/2021

Página:1

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso (F: PADRÃO/ ORIG/ APL/ DES/ DET)				Valor autorizado	Valor atualizado	Líquido empenhado	Saldo atual
10 SECRETARIA DE VIACAO, OBRAS E SERV URBANOS /				1.300.000,00	1.300.000,00	676.118,42	623.881,58
002. DIVISÃO RODOVIÁRIA MUNICIPAL				1.300.000,00	1.300.000,00	676.118,42	623.881,58
26.782.2601.1070 Manutenção de Rede de Estradas Municipais				1.300.000,00	1.300.000,00	676.118,42	623.881,58
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO							
03120 E 00000 0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres)				1.300.000,00	1.300.000,00	676.118,42	623.881,58
Total Geral				1.300.000,00	1.300.000,00	676.118,42	623.881,58

Crerérios de seleção:

Data do cálculo: 25/05/2021

Contas de despesa: 3120



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaipr.gov.br email: licitacao@ivaipr.gov.br

PROCURADOR MUNICIPAL

PROCURADORIA JURÍDICA PARECER

INTERESSADO: Encarregado do Setor de Licitações.

ASSUNTO: *aquisição de 250 cargas de gás P13 e 100 unidades de P45, para suprir a demanda de todas as Secretarias da Municipalidade.*

1. RELATÓRIO

O Encarregado do Setor de Licitações, **Welton Ademir Ferreira**, solicita o pronunciamento desta Assessoria Jurídica, objetivando subsidiar o procedimento a ser instaurado para a **aquisição de 250 cargas de gás P13 e 100 unidades de P45, para suprir a demanda de todas as Secretarias da Municipalidade**, conforme solicitação da secretaria e descritivo do serviço a ser prestado em anexo., pretende-se fazer um investimento máximo com a contratação pretendida, na ordem de **R\$ 61.000,00.**

Relatado, passa-se ao exame do mérito.

2. MÉRITO

No caso está afastada a hipótese de dispensa ou inexigibilidade de licitação e tendo em vista o valor do investimento, a licitação poderá ser realizada sob a modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, segundo o que preceitua a Lei 10.520/02.

O ato convocatório deverá indicar de forma clara as especificações do que se pretende contratar.

O instrumento convocatório da licitação deverá ser elaborado na forma de minuta pelo servidor incumbido da realização das licitações.

3. CONCLUSÃO

Ante ao exposto, encaminhe-se o presente instrumento a Secretaria de Administração para a elaboração do Pregão observada as indicações deste Parecer e a forma prevista na Lei 10520/02 e na Lei 8.666/93 e decreto 10.024/2019.

IVAÍ-PR, 25 DE MAIO DE 2021.



WILSON ARIEL EIDAM
PROCURADOR MUNICIPAL



Município de Ivaí
Solicitação 197/2021

Equipiano

Página:1

Solicitação			
Número	Tipo	Emitido em	Quantidade de Itens
197	Aquisição de Material	26/05/2021	2
Solicitante		Processo Gerado	
Código	Nome	Número	
2100-8	DIOGENES JARSKI	01/2021	
Local			
Código	Nome		
3	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO		
Órgão		Pagamento	
	Nome	Forma	
03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	À PRAZO	
Entrega			
Local		Prazo	
SECRETARIAS MUNICIPAIS DIVERSAS		15 Dias	

Descrição:

AQUISIÇÃO DE CARGAS DE GÁS GLP P13 E GLP P45.

Justificativa:

OBEJETIVANDO ATENDER ÀS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ NA MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DE COZINHA, COPA E REFEITÓRIO.

Lote					
001 CARGA DE GÁS					
Código	Nome	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor
041496	CARGA DE GÁ GLP P13	CAR	250,00	100,00	25.000,00
	CARGA DE GÁ GLP P13				
041497	CARGA DE GÁS GLP P45	CAR	100,00	360,00	36.000,00
	CARGA DE GÁS GLP P45				
TOTAL					61.000,00
TOTAL GERAL					61.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaipr.gov.br email: licitacao@ivaipr.gov.br

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

MEMO/2021

De: SETOR DE LICITAÇÕES
PARA: PROCURADORIA JURÍDICA

Pelo presente encaminho a Vossa Senhoria minuta de Edital de Licitação, modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**. Para fins previstos na Lei nº 8.666/93 e Decreto Federal nº 10.024/2019, visando à **Aquisição de 250 unidades de cargas de gás GPL P13 e 100 unidades de cargas de gás GPL P45 para as Secretarias Municipais**.

Ivaí-PR, 27 de maio de 2021.

Cordialmente,


WELTON ADEMIR FERREIRA
DIVISÃO DE LICITAÇÕES



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

**AVISO DE LICITAÇÃO Nº XXX/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2021
PROCESSO ELETRÔNICO Nº XXX/2021
(Decreto nº 10.024/19 e Lei 8.666/93)**

OBJETO: Aquisição de 250 unidades de cargas de gás GPL P13 e 100 unidades de cargas de gás GPL P45 para as Secretarias Municipais.

Sessão de julgamento: XX/XX/2021 às 13:30hs.

Dotação Orçamentária:

03001041220402200733903000000 0250

06001123611201202633903000000 1000

06001206062001201433903000000 0590

08001103011001204233903000000 1890

08001103011001204233903000000 1900

09002082440801205333903000000 2610

10002267822601107033903000000 3120

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos:

Departamento Municipal de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR

Rua Rui Barbosa, 606 – Centro - Ivaí – Pr - fone – (42) 3247-1222 – ramal 216

Site: www.ivaí.pr.gov.br

Ivaí, xx de xxx de 2021.

**Welton Ademir Ferreira
Pregoeiro Municipal**



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

- Para se promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas, o incentivo à inovação tecnológica e o tratamento diferenciado e simplificado para as MPE, será dada prioridade de contratação às MPE que sejam sediadas local ou regionalmente (nessa ordem de prioridade), e que possuam propostas até 10% (dez por cento) superiores em relação ao melhor preço válido.
- Entende-se como empresa sediada no local, aquela que possua registro no Município de IVAÍ - PR.
- Entende-se como empresa sediada regionalmente, aquela que possua registro em uma das cidades que integram a região da AMCG - Associação dos Municípios dos Campos Gerais e AMCESPAR - Associação dos Municípios da Centro Sul do Paraná.
- Limites geográficos definidos de conformidade com o § 2º do artigo 1º do Decreto Federal nº 8.538/2015.

A Prefeitura Municipal de Ivaí e a Secretaria Municipal de Administração, através do pregoeiro municipal e da Comissão Municipal de Licitações, designada pela Portaria Municipal nº 033/2021, de 02.02.2021, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, órgão Oficial do Município de Ivaí para divulgação de atos oficiais e no jornal impresso Diário da Manhã, da cidade de Ponta Grossa - Pr no dia 03.02.2021, com a devida autorização pelo Senhor Idir Treviso- Prefeito Municipal de Ivaí – PR, , na Modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO** nos moldes com as Leis Federal nº 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Leis Complementares 123/2006 e 147/2014, Decretos Federal nº 10.024/19 e com o Decreto Municipal nº 201 de 05/12/2016, subsidiariamente pelas normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e demais legislação aplicável e pelas normas do Portal de Compras Eletrônicas do **BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL** pelas condições previstas neste edital torna publica a realização de licitação, no dia **XX de XXX de 2021, às 13:30horas**, na modalidade Pregão Eletrônico, objetivando subsidiar a **Aquisição de 250 unidades de cargas de gás GPL P13 e 100 unidades de cargas de gás GPL P45 para as Secretarias Municipais.**

TIPO: Menor preço - Por lote

1.0.ABERTURA:

RECEBIMENTO E ABERTURA DE PROPOSTAS

Data de início de acolhimento de PROPOSTA: XX/XX/2021.

Data limite para acolhimento de PROPOSTA: XX/XX/2021 - 13:00hs.

Data de início da fase de LANCES: XX/XX/2021 – a partir das 13:30 hs.

Local: www.bllcompras.org.br

OBSERVAÇÃO: A sessão do presente Pregão será transmitida por meio da INTERNET, através da aba "LICITAÇÕES AO VIVO" disponível no site da Prefeitura Municipal, permanecendo on-line até o final do certame com possibilidade de acesso a todos os interessados.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ ENCAMINHAMENTOS:

Endereço: Rua Rui Barbosa, 632.

Pregoeiro: Welton Ademir Ferreira

E-mail: licitacao@ivai.pr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

Telefone: (042) 3247-1222

Horário de expediente da Prefeitura: das 8h às 12h e das 13h às 17h.

Compõem este Edital os Anexos:

ANEXO 01 - TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO

ANEXO 02 - EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

ANEXO 03 - MODELO DE CARTA PROPOSTA COMERCIAL PARA LICITANTE VENCEDOR

ANEXO 04 - DECLARAÇÕES DE (inidoneidade, fatos impeditivos, não emprega menor, responsabilidade, que não integra seu corpo social empregado público).

ANEXO 05 - DECLARAÇÃO ME/EPP

ANEXO 06 - MINUTA DO CONTRATO

1. **OBJETO:** A presente licitação tem como objeto **Aquisição de 250 unidades de cargas de gás GPL P13 e 100 unidades de cargas de gás GPL P45 para as Secretarias Municipais, com as características constantes no ANEXO I deste edital.**

Conforme Decreto 10.024/19 Art. 26: após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

Os documentos relativos à habilitação, solicitados no anexo 02 do presente edital, deverão ser ANEXOS OBRIGATORIAMENTE juntamente com a proposta na página do BLL COMPRAS, em local próprio para documentos.

- **AS EMPRESAS QUE NÃO ANEXAREM A DOCUMENTAÇÃO NA PLATAFORMA, SERÃO CONSIDERADAS INABILITADAS.**

Obs. Esses documentos só estarão disponíveis após o encerramento da disputa do Pregão.

1.1.2 Compõem este Edital os Anexos:

ANEXO 01 - TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO

ANEXO 02 - EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

ANEXO 03 - MODELO DE CARTA PROPOSTA COMERCIAL PARA LICITANTE VENCEDOR

ANEXO 04 - DECLARAÇÕES DE (inidoneidade, fatos impeditivos, não emprega menor, responsabilidade, que não integra seu corpo social empregado público).

ANEXO 05 - DECLARAÇÃO ME/EPP

ANEXO 06 - MINUTA DO CONTRATO

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

2.1 O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da **Bolsa de licitações e Leilões do Brasil**.

2.2 Os trabalhos serão conduzidos por funcionário da Prefeitura Municipal de Ivaí, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

transferidos para o aplicativo "Licitações" constante da página eletrônica do Bolsa de licitações e Leilões do Brasil (www.bllcompras.org.br).

3. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO:

- 3.1 O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário de início da disputa.

4. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

- 4.1 Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.
- 4.2 Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto a **Bolsa de licitações e Leilões do Brasil (www.bllcompras.org.br)**.
- 4.3 É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas. Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal ou que esteja cumprindo período de suspensão no âmbito da Administração Municipal.
- 4.4 A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante no Anexo 05 para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, informar o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

5. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

5.1 Do pregoeiro:

- a) conduzir a sessão pública;
- b) receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
- c) verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;
- d) coordenar a sessão pública e o envio de lances;
- e) verificar e julgar as condições de habilitação;
- f) sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
- g) receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- h) indicar o vencedor do certame;
- i) adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- j) conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
- k) encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

Da equipe de apoio

- a) Caberá à equipe de apoio auxiliar o pregoeiro nas etapas do processo licitatório.

Do licitante

Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

- a) credenciar-se previamente de que trata o §2º do art. 5º, no sistema eletrônico utilizado no certame;
- b) remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;
- c) responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- d) acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- e) comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
- f) utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e
- g) solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

PARTICIPAÇÃO:

- 5.2 A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecido.
- 5.3 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão do seu representante;

ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 5.4 A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas. **Todo contato com o pregoeiro deve ser feito através do chat disponibilizado pelo sistema.**
- 5.5 O tipo de julgamento será no modo de disputa aberto, de que trata o inciso I do caput do art. 31, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.6 A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o caput, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

- 5.7 Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no caput e no § 1º, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- 5.8 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no § 1º, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7º, mediante justificativa.
- 5.9 5.17 Face à imprevisão do tempo extra, as empresas participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil.
- 5.10 Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 5.11 Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.
- 5.12 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.13 **As propostas não deverão estar com valores superiores ao máximo fixado no Edital (REFERENTE AO VALOR UNITÁRIO DO LOTE) e não havendo lances com valores iguais ou inferiores, serão desclassificados;**
- 5.14 **Fica a critério do (a) pregoeiro (a) a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que, antes do início da disputa de lances;**
- 5.15 Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema **não identificará** o autor dos lances aos demais participantes.
- 5.16 Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 5.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.18 Facultativamente, o (a) Pregoeiro (a) poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances. Neste caso, antes de anunciar o vencedor, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

5.19 O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo (a) pregoeiro (a) acerca da aceitação do lance de menor valor.

5.20 Os documentos relativos à habilitação, solicitados, deverão ser ANEXADOS na página do portal, em local próprio para documentos, para que se evite a desclassificação por identificação.

Obs. Esses documentos só estarão disponíveis após o encerramento da disputa do Pregão.

5.21 Posteriormente, os mesmos documentos da Empresa vencedora deverão ser encaminhados em originais ou cópias autenticadas, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, contados da data da sessão pública virtual, **juntamente com a proposta de preços corrigida**, para a Prefeitura Municipal de Ivaí:

Prefeitura Municipal de Ivaí

Endereço: Rua Rui Barbosa, 632, Centro

Pregoeiro(a): Welton Ademir Ferreira

E-mail: Licitacao@ivai.pr.gov.br

Telefone: (0XX42) 3247-1222

5.22 A sessão pública fica suspensa, ou seja, permanece em fase de classificação/habilitação até o recebimento da documentação original dentro das condições dispostas no item 5.24.

5.23 O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido, acarretará nas sanções previstas no item 12, deste Edital, podendo o(a) Pregoeiro (a) convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

5.24 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

5.25 Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

5.26 Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

5.27 **Quando for constatado o empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da LC 123/2006, o Pregoeiro aplicará os critérios para o desempate em favor ME/EPP. Após o desempate, poderá o (a) pregoeiro (a) ainda negociar um melhor preço caso ela não atinja o valor de referência definido pela administração pública.**

6. PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

6.1 A empresa interessada em participar do certame devesse anexar a proposta com o valor inicial no portal da BLL sob pena de inabilitação. O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.2 No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio as **ESPECIFICAÇÕES** e **MARCAS** dos serviços e/ou produtos ofertados, conforme a ficha técnica descritiva do serviço e/ou produto. A não inserção de arquivos ou informações contendo as especificações e marcas dos serviços e/ou produtos neste campo, implicará na desclassificação da Empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta.

O objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no **ANEXO 01 e 03**.

6.3 A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

6.4 Na hipótese de o licitante ser ME/EPP será necessário a informação desse regime fiscal no campo próprio sob pena do licitante enquadrado nesta situação não utilizar dos benefícios do direito de preferência para o desempate, conforme estabelece a Lei Complementar 123/2006.

7. PROPOSTA ESCRITA E FORNECIMENTO

7.1 A Empresa vencedora, deverá enviar ao (a) Pregoeiro (a), a Proposta de Preços escrita, com o(s) valor(es) oferecido(s) após a etapa de lances, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo Razão Social, CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, Inscrição Estadual, endereço completo, número de telefone e número de agência de conta bancária, no prazo estipulado no item 5.24, deste Edital.

Na proposta escrita, deverá conter:

- a) Os valores dos impostos já deverão estar computados no valor do produto e/ou serviço ou destacados;
- b) O prazo de validade que não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da abertura das propostas virtuais;
- c) Especificação e/marca completa do serviço e/ou produto oferecido com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, totalmente conforme descrito no **ANEXO 01 e 03**, deste Edital e;

d) Data e assinatura do Representante Legal da proponente.

7.2 O objeto, rigorosamente de acordo com o ofertado nas propostas, deverá ser entregue no endereço indicado no Anexo 01.

7.3 Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o Menor preço (TIPO ESTABELECIDO).

7.4 Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os custos e demais despesas e encargos inerentes ao produto até sua entrega no local fixado por este Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

- 7.5 Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

8. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

- 8.1 Para julgamento será adotado o critério de **Menor preço – Por lote**, observado o prazo para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital.

6.1 EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO CAPÍTULO V DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, SERÃO OBSERVADOS OS SEGUINTE PROCEDIMENTOS:

- 6.1.1 Encerrada a fase de lances, se a proposta de menor lance não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e o sistema eletrônico identificar que houve proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5%(cinco por cento) superior à proposta de menor lance, será procedido o seguinte:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, será convocada pelo sistema eletrônico, via "chat" de comunicação do pregão eletrônico para, no prazo de 5(cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicada em seu favor o objeto do pregão;

b) no caso de empate de propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem no limite estabelecido no subitem 8.2.1, o sistema realizará um sorteio eletrônico entre elas para que se identifique aquela que primeiro será convocada para apresentar melhor oferta, na forma do disposto na alínea "a";

c) não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, na forma da alínea "a" anterior, serão convocadas as remanescentes, quando houver, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

6.1.2 Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem

- 6.1.3 **o objeto licitado será** adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que atenda aos requisitos de habilitação.

- 6.2 O (A) Pregoeiro (a) anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo (a) Pregoeiro (a) acerca da aceitação do lance de menor valor.

- 6.3 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

- 6.4 Ocorrendo a situação a que se referem os subitens 5.27 e 5.28 deste Edital, o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar com a licitante para que seja obtido melhor preço.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

- 6.5 De sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

09. HABILITAÇÃO

Conforme **ANEXO 02**.

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Decreto 10.024/19, Art. 24:

Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

§ 2º A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

Pedidos de Esclarecimentos

Art. 23. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital.

§ 1º O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

§ 2º As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

DO RECURSO

Intenção de recorrer e prazo para recurso

Art. 44. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

§ 1º As razões do recurso de que trata o **caput** deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

§ 2º Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

§ 3º A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no **caput**, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

§ 4º O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

- 09.1 **A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.**
- 09.2 Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.
- 09.3 Os recursos contra decisões do Pregoeiro **não** terão efeito suspensivo.
- 09.4 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

Autoridade competente

Art. 45. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório, nos termos do disposto no inciso V do **caput** do art. 13.

Pregoeiro

Art. 46. Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação, nos termos do disposto no inciso IX do **caput** do art. 17.

11. MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

. Será aplicada a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração ao licitante que:

11.2. Se recusar injustificadamente, após ser considerado adjudicatário e dentro do prazo estabelecido pela Administração, a assinar o contrato, bem como aceitar ou retirar o instrumento equivalente e;

11.2. Não mantiver a sua proposta, ou não enviar a documentação original via correio.

11.3. A declaração de inidoneidade será aplicada ao licitante que:

11.5 Apresentar documento falso;

11.6. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;

11.7. Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

11.8. Tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.9. Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial infrações à ordem econômica definidos na Lei Federal n.º 12529/11;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

- 11.10. Tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.
- 11.11. Caberá multa compensatória a ser calculada sobre o valor total da proposta, sem prejuízo das demais sanções administrativas e indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa, ao licitante que:
- 11.12. Apresentar declaração falsa: multa de até 20%;
- 11.13. Deixar de apresentar documento na fase de saneamento, ou não enviar os documentos originais via correio: multa de até 10%;
- 11.14 Não mantiver sua proposta, até o momento da adjudicação: multa de até 20%.
- 11.15 Caberá multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da proposta ao licitante que se recusar injustificadamente, após ser considerado adjudicatário e dentro do prazo estabelecido pela Administração, a assinar o contrato, bem como aceitar ou retirar o instrumento equivalente, sem prejuízo de indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa e da sanção de suspensão de licitar e contratar com a administração pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, garantida a ampla defesa.
- 11.16 Nas hipóteses referidas no item precedente, após apuração efetuada através de processo administrativo, e não ocorrendo o pagamento perante a Administração, o valor da multa aplicada será inscrito na "Dívida Ativa", para cobrança judicial.
- 11.17. A multa poderá ser aplicada juntamente com a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração ou com a declaração de inidoneidade. As sanções por ato praticados no decorrer da contratação estão previstas no Instrumento de Contrato.
- 11.18 As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA.
- 11.19 As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito, devida e formalmente justificadas e comprovadas.
- 11.20. A aplicação das sanções estabelecidas compete ao Prefeito do Município de Ivaí. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui a responsabilização da licitante inadimplente por eventuais perdas ou danos causados à instituição. No processo de aplicação das sanções é assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.
- 11.21. Poderá ser utilizada como base para aplicação de penalidades a Instrução Normativa nº 001/2017 da Secretaria Geral de Administração da União, publicada no Diário Oficial da União no dia 16 de outubro de 2017, página 198.

13 PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO:

- 13.1 O prazo para a execução/vigência do objeto da presente licitação será de 12 meses e será contado a partir da emissão do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

13.2 Após a homologação do resultado, será a vencedora notificada e convocada, através da devida nota de empenho, **para no prazo de até 02 (dois) dias, entregar o objeto desta licitação**, para todos os **LOTES**, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 12, deste Edital.

- a. O objeto será recebido e aceito após sumária inspeção pelos órgãos técnicos da Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos, podendo ser rejeitado, caso a qualidade e especificações não atendam ao que foi licitado e às condições de recebimento e aceitação do (s) produto (s) constantes do **ANEXO 01** deste edital, e deverá ser substituído pelo fornecedor, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem ônus para o Município, sob pena de suspensão da empresa de participar de licitação, de acordo com a legislação vigente.

14 DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado, a prazo, em até 30 dias após a execução do objeto com a apresentação da respectiva fatura, para todos os **LOTES** e/ou **ITENS**, mediante depósito em nome da empresa vencedora em contracorrente devidamente identificada e;

A contratada deverá, durante toda a vigência do contrato, manter em dia os pagamentos referentes ao INSS e FGTS.

- a) Vencido o prazo estabelecido acima e não efetuado o pagamento, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 40, inciso XIV, alínea "c", e 55, inciso III, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, com suas alterações posteriores, ficando suspensos por 01 (um) ano quaisquer reajustes de preços, exceto as revisões para reequilíbrio econômico financeiro da relação contratual.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos orçamentários correrão por conta da seguinte dotação:

03001041220402200733903000000 0250

06001123611201202633903000000 1000

06001206062001201433903000000 0590

08001103011001204233903000000 1890

08001103011001204233903000000 1900

09002082440801205333903000000 2610

10002267822601107033903000000 3120

DISPOSIÇÕES FINAIS

- a. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Prefeitura Municipal de Ivaí revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivada de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. **O MUNICÍPIO DE IVAÍ** poderá, ainda,



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

- b. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- c. É facultado a(o) Pregoeiro (a), ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- d. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo (a) Pregoeiro (a), sob pena de desclassificação/inabilitação.
- e. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.
- f. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação e/ou aquisição.
- g. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.
- h. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo (a) Pregoeiro (a).
- i. A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.
- j. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Imbituva, Estado do Paraná, considerado aquele a que está vinculado o (a) Pregoeiro (a).
- k. O (A) Pregoeiro (a) e sua Equipe de Apoio, atenderão aos interessados no horário de **08:00 às 17:00 horas**, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, na Prefeitura Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, à Rua Rui Barbosa, 632 (Centro), para melhores esclarecimentos.
- l. A documentação apresentada para fins de habilitação da Empresa vencedora fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente.
- m. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do (a) Pregoeiro (a) em contrário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

- i. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo (a) Pregoeiro (a), nos termos da legislação pertinente.
- n. As condições estabelecidas no edital e seus anexos vinculam as partes, e nos casos em que se encontram presentes os requisitos do Artigo 55 da Lei 8.666/93, há substituição do instrumento do contrato, na forma do artigo 62 da mesma Lei já mencionada.
- o. Atendida a conveniência administrativa, ficam os licitantes vencedores obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais ou de fornecimento, os eventuais acréscimos ou supressões, em conformidade com o Artigo 65, seus parágrafos e incisos da Lei nº 8.666/93 com as alterações da Lei nº 8.883/94.

DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I – Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

ANEXO 01

OBJETO:

O presente Pregão tem por objeto **Aquisição de 250 unidades de cargas de gás GPL P13 e 100 unidades de cargas de gás GPL P45 para as Secretarias Municipais**, conforme condições e especificações constantes no Edital e neste Termo de Referência.

1.1 TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ****CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

**Município de Ivaí****Solicitação 197/2021**

Equipe

Solicitação

Número **197** Tipo **Aquisição de Material** Emisso em **26/05/2021** Quantidade de itens **2**

Solicitante

Código **2100-8** Nome **DIOGENES JARSKI** Processo Gerado

Local

Código **3** Nome **DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO** Número **0/2021**

Órgão

Código **03** Nome **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO** Pagamento

Entrega

Local **SECRETARIAS MUNICIPAIS DIVERSAS** Forma **A PRAZO**

Prazo **15 Dias**

Descrição:

AQUISIÇÃO DE CARGAS DE GÁS GLP P13 E GLP P45.

Justificativa:

OBEJETIVANDO ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ NA MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DE COZINHA, COPA E REFEITÓRIO.

001 CARGA DE GÁS

Código	Nome	Unidade	Quantidade	Unitária	Valor
041486	CARGA DE GÁ GLP P13	CAR	260,00	100,00	26.000,00
041487	CARGA DE GÁS GLP P45	CAR	100,00	360,00	36.000,00
TOTAL					61.000,00
TOTAL GERAL					61.000,00

2. PERÍODO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**- 12 meses****3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

- Proceder à entrega das mercadorias nas especificações e quantidades acordadas, de acordo com cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Administração.
- O fornecedor deverá proceder à troca de mercadorias danificadas.
- Se a empresa vencedora deixar de entregar o (s) produto (s) por qualquer motivo ou o fizer fora das especificações e condições pré-determinadas, poderão ser aplicadas as penalidades previstas no artigo 86 e seguintes da Lei 8.666/93, garantida a defesa prévia em processo próprio do interessado, independente de outras previstas em lei.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Notificar, por escrito, a contratada, em caso de eventuais distorções no processo de entrega de mercadorias, fixando prazo para a sua correção.
- Efetuar os pagamentos ajustados, dentro dos prazos acordados.
- Dar a contratada as condições necessárias a regular execução dos serviços.

5. FORMA DE ENTREGA

Entrega única em no máximo 02 dias após o recebimento da nota de empenho.

☐ **Frete e custos com a descarga por conta do fornecedor.**

FORMA DE PAGAMENTO

- A prazo em até 30 dias, após a entrega dos produtos.

No momento da liquidação do contrato, a contratada deverá apresentar certidões negativas de débitos junto ao INSS, FGTS e Trabalhista.

ANEXO 02

1. HABILITAÇÃO

1.1 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

Todos os documentos solicitados neste anexo, excluindo as declarações que deverão ser datadas do dia do pregão, os demais não poderão ter datas de emissão superior a 60 (sessenta) dias.

1.2.1 Habilitação Jurídica

- a) **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social** em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b) **Inscrição do Ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício.**
- c) **Certidão da Junta Comercial ME/EPP/MEI (com data de emissão e validade, expressa no documento)**

1.1.2 Regularidade Fiscal

- a) **Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual**, relativo à sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; **(com data de emissão e validade, expressa no documento);**
- b) **Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Municipal** (alvará de licença para localização), relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto da presente licitação, com vigência válida para o exercício de 2021 e nos municípios em que os alvarás de licença não tem validade explícita no próprio, será considerado válido o apresentado dos exercícios anteriores com as alterações realizadas conforme contrato social;
- c) **Prova de inscrição no CNPJ, com distinção de ME ou EPP;**
- d) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, compreendendo os tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal e também com a **Dívida Ativa da União**, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;
- e) Prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- f) Prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- e.1) No caso de municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros;
- g) **Certificado de Regularidade de Situação com o FGTS (CRS/FGTS);**
- h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Inciso incluído pela Lei 12.440, de 2011). www.tst.gov.br

Na falta de validade expressa nos documentos de habilitação, ter-se-ão como válidos pelo prazo de 60 (sessenta) dias de sua emissão

1.1.3 Habilitação Técnica:

- a) apresentar no mínimo 01 (um) atestado/declaração fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já forneceu, satisfatoriamente, o objeto licitado. O atestado/declaração deverá conter, no mínimo, o nome da empresa/órgão contratante, número de CNPJ, o nome do responsável pelo mesmo. **Poderá ser solicitado pela Comissão de licitação cópia**



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

(s) de notas fiscais emitidas em nome do (s) declarante (s) compatível com o objeto ora licitado para maior sustentação ao atestado apresentado.

b) Registro na Agência Nacional do Petróleo – ANP;

1.1.5. Declarações:

Assinada por representante legal da proponente, de que:

- a) Não foi declarada **inidônea** para licitar por nenhum órgão federal, estadual ou municipal;
- b) Não há **superveniência** de fato impeditiva para a habilitação da proponente, sob as penas cabíveis, nos termos do Art. 32 da Lei nº 8.666/93;
- c) **A empresa atende a disposto no Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal** (Lei 9.854 de 27/10/99);
- d) **Não integra em seu corpo social, nem no quadro funcional, empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal – Art. 9º inciso III da Lei 8.666/93;**
- e) Declaração de **Responsabilidade**;
- f) Declaração de **ME/EPP**;

1.1.6. Qualificação Econômico-Financeira

- a) **Certidão negativa falência e/ou recuperação judicial** expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, contendo expresso na própria certidão o prazo de sua validade.
 - a.1) Para as empresas que optarem de participar através de filial, deverá também ser apresentada certidão negativa para com o cartório/comarca onde se encontra instalada a filial.
 - a.2) Na falta de validade expressa na Certidão Negativa, ter-se-ão como válidos pelo prazo de 60 (sessenta) dias de sua emissão.
- 1.2** Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, publicação em órgão da imprensa oficial ou ainda em cópia simples, a ser autenticada pelo (a) Pregoeiro(a)/Equipe de Apoio, mediante conferência com os originais, não sendo aceito qualquer documento em papel termo- sensível (Fac-símile). As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis.
- 1.3** O (A) Pregoeiro (a) reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.
- 1.4** A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação.
- 1.5** Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e respectivo endereço referindo-se ao local da sede da empresa licitante. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram à matriz e outros à filial. Caso o licitante seja a



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

Matriz e a executora dos serviços seja a filial, os documentos referentes à habilitação deverão ser apresentados em nome de ambas, simultaneamente.

- 1.6 Os documentos de habilitação deverão estar em plena vigência e, na hipótese de inexistência de prazo de validade expresso no documento, deverão ter sido emitidos há menos de 60 (sessenta) dias da data estabelecida para o recebimento das propostas.
- 1.7 Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, por ocasião da licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição fiscal.
- 1.8 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme § 1º do Artigo 43 da Lei 147/2014.
- 1.9 A não regularização da documentação implicará decadência do direito à Contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

ANEXO 03

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Apresentamos nossa proposta para prestação dos serviços objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica nºacatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA

2. PROPOSTA (READEQUADA AO LANCE VENCEDOR)

Lote	Item	Qtd	Emb	Descrição do objeto	Unit	Total
TOTAL					Total Geral dos Itens	

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

3. CONDIÇÕES GERAIS

3.1. A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

De no mínimo, 90 (noventa) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

ANEXO 04

DECLARAÇÃO CONJUNTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº /2021

DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

Declara, sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente do procedimento licitatório instaurado pela Prefeitura Municipal de Ivaí, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

Declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

DECLARAÇÃO NÃO POSSUIR NO SEU QUADRO MENOR DE IDADE

Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9854, de 27.10.99, que acrescentou o inciso V ao art. 27 da Lei Federal nº 8666/93.

1) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.

DECLARAÇÃO DE NÃO POSSUIR EM SEU QUADRO FUNCIONARIO PUBLICO

Declara, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório que nenhum servidor público, ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal, integra nosso quadro societário, nem funcional, sob qualquer regime de contratação.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaramos para fins de atendimento ao que consta do edital, que tomamos conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e nos comprometemos a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer material de qualidade, sob as penas da Lei.

(Nome da empresa)

CNPJ / MF nº,

sediada (endereço completo)

Local e data

Nome e nº da cédula de identidade do declarante



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

ANEXO 05

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____, DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006.

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

_____, ____ de _____ 2021.

(assinatura do responsável pela empresa)

(Assinatura do Contador ou Técnico Contábil)

OBSERVAÇÃO: Assinalar com um "X" a condição da empresa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

ANEXO 006- MINUTA CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2021.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ E ____

A Prefeitura Municipal de Ivaí, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Rui Barbosa, 632, centro, Ivaí – Pr, neste ato representado pelo senhor **IDIR TREVISÓ**, Prefeito Municipal, residente a Rua Dr. Ferreira Correia, centro, Ivaí – Pr, portador da cédula de identidade sob registro geral nº 197.260-1 SSP-PR e do CPF/MF nº 196.938.180-91, a seguir denominada CONTRATANTE a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua _____, nº _____, cidade _____, Estado _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº 000.000.000/0000-00, neste ato denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor _____, residente á Rua _____, nº _____, em _____, portador da cédula de identidade nº 000.000.000/0000-00, do CPF/MF nº 000.000.000-00, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Leis Complementares 123/2006 e 147/2014, Decreto Federal 10.024/2019 e com o Decreto Municipal nº 201 de 05/12/2016, subsidiariamente pelas normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e demais legislação aplicável, assim como pelas condições do Edital de Licitação nº ____/2021, Pregão ____/2021 - modalidade Eletrônico nº ____/2021, pelos termos da proposta da Contratada datada de ____/____/2021 e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

§ 1º - O presente contrato tem por objeto o fornecimento pela contratada ao contratante de _____, conforme mapa de proposta em anexo.

§ 2º – integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de Licitação ____/2021, Pregão ____/2021- Modalidade Processo Eletrônico ____/2021, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – FORMA DE EXECUÇÃO

A execução do presente Contrato dar-se-á sob a forma de execução indireta.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor global de R\$ _____.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

§ 1º - O pagamento será efetuado a prazo, em até 30 dias após a execução do objeto e mediante a apresentação da nota fiscal e será realizado unicamente por meios eletrônicos ofertados pelo sistema bancário na forma de créditos, ordem bancária, transferência eletrônica ou por outros serviços da mesma natureza, disponibilizados pelas instituições financeiras, na conta corrente da empresa, mediante apresentação do número do banco, da agência e da conta corrente, sendo vedada a utilização de cheques, conforme artigo 45 da Instrução Normativa nº 58/2011 do TCE/Pr.

a) Vencido o prazo estabelecido acima e não efetuado o pagamento, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 40, inciso XIV, alínea "c", e 55, inciso III, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, com suas alterações posteriores, ficando suspensos por 01 (um) ano quaisquer reajustes de preços, exceto as revisões para reequilíbrio econômico financeiro da relação contratual.

§ 2º: Na nota fiscal do objeto deverá constar a modalidade da licitação com o respectivo número e o nº do contrato (Pregão ____/2021 - Eletrônico nº ____/2021 e contrato nº ____/2021).

§ 3º: Caso se verifique erro na nota, o pagamento será susinado até que providências pertinentes sejam tomadas por parte da proponente, emitente da nota.

§ 4º: As notas deverão ser entregues na sede da Prefeitura Municipal de Ivaí, durante o horário do expediente.

§ 5º: O pagamento poderá ser susinado, no todo ou em parte, nos casos de:

- a) execução em desacordo com o avençado;
- b) existência de débito de qualquer natureza com a Contratante;
- c) não ter havido manutenção de todas as condições de qualificação exigidas para a contratação.

§ 6º: A contratada ficará obrigada a apresentar nota fiscal do objeto.

§ 7º: Nas notas fiscais deverá constar o ATESTO do encarregado responsável pelo recebimento das mercadorias, inclusive conter seu nome legível para fins de registro na liquidação da despesa.

I - Em caso de não constar esses dados, a nota não será empenhada.

§ 8º apresentação da prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

CLÁUSULA QUINTA – RECURSO FINANCEIRO

A despesa decorrente do presente Contrato será efetuada à conta dos seguintes recursos financeiros:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIO DE REAJUSTE

- a) - O valor ora contratado será fixo, não podendo ser reajustado.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

§ 1º- Após a homologação do resultado e após a assinatura do contrato será a vencedora notificada e convocada, através da devida nota de empenho, **para no prazo de até 02 (dois) dias**, entregar o objeto desta licitação, para todos os LOTES, sob pena de decair do direito à contratação.

§ 2º - O prazo para a execução/vigência do objeto da presente licitação será de **12 meses** a partir da assinatura do contrato podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo, desde que satisfeitos os requisitos do artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

§ 3º - O prazo estabelecido no parágrafo segundo desta cláusula poderá ser prorrogado nos termos do art. 57, §§ 1º e 2º da lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

§ 1º - Constituem direitos de a CONTRATANTE receber o objeto desse Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

§ 2º - Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) - efetuar o pagamento ajustado;
- b) - verificar o objeto entregue atestando se atende as especificações do edital e da proposta vencedora, caso contrário não aceitando o mesmo, exigindo o cumprimento do presente contrato conforme mapa de proposta.

§ 3º - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) - executar o objeto na forma ajustada;
- b) - atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato; (ver art. 71).
- c)- manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d)- apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- e) - substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do presente Contrato, em que se verificarem vícios ou defeitos (ver art. 69)

CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

- A CONTRATADA sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, as seguintes multas, sem prejuízo das sanções legais, Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93 e responsabilidades civil e criminal:

A)- A Prefeitura poderá, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidas neste edital, convocar o proponente remanescente, na ordem de classificação, observando o direito de preferência estabelecido para as MPE, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive, quanto aos preços atualizados de conformidade com o presente edital, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 81 da lei nº 8.666/93.

B)- A recusa da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirá-lo dentro do prazo estabelecido no edital, estando a proposta dentro da validade, caracterizará o descumprimento da obrigação assumida, ficando a mesma sujeita a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor global da proposta, além de decair no direito a contratação.

C)- Além das já especificadas neste instrumento, sujeitam-se a adjudicatária inadimplente as demais penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo de outras medidas cabíveis preconizadas no Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078/90.

D)- O licitante e o contratado que incorram em infrações administrativas sujeitam-se às seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa, na forma prevista neste instrumento convocatório;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos; e

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 5 (cinco) anos.

E) - As sanções previstas nos itens I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

F) - Advertência é a sanção aplicada por conduta que prejudique o andamento do procedimento de licitação e de contratação.

G) - Fica estipulada a MULTA MORATÓRIA de 0,3% (três décimos percentual) por dia de atraso sobre o valor do bem atrasado quando a contratada, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida. A partir do décimo dia de atraso, essa multa será aplicada em dobro, e, decorridos 30 (trinta) dias corridos de atraso, o contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pelo cancelamento do pedido ou documento correspondente em razão da inexecução total do respectivo objeto, aplicando, na hipótese de inexecução total, apenas a multa prevista no item 12.8.

H)- Fica estipulada a MULTA COMPENSATÓRIA de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, na hipótese de inexecução total, caracterizada esta quando a execução do objeto contratado for inferior a 50% (cinquenta por cento) do total, quando houver reiterado descumprimento das obrigações assumidas, ou quando o atraso na execução ultrapassar o prazo limite de 30 (trinta)



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

dias corridos, a que se refere o item 12.7, hipótese em que será cancelado o pedido ou documento correspondente.

I)- O valor correspondente a qualquer multa aplicada à contratada, respeitados os Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa, deverá ser depositado em até 10 (dez) dias corridos, após o recebimento da notificação, em favor da contratante, ficando a contratada obrigada a comprovar o recolhimento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

J)- Decorrido o prazo de 10 (dez) dias corridos, para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias corridos, após a data da notificação, e, após este prazo, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

K) - A multa aplicada será descontada da contratada, no caso desta ser credora de valor suficiente.

L)- Se a multa aplicada for superior ao total dos pagamentos eventualmente devidos, a contratada responderá pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

M)- As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à contratante, decorrentes das infrações cometidas.

N) - Os valores relativos à aplicação das multas serão retidos do pagamento da contratada, durante o processo administrativo no qual se discute a sua regular aplicação, após o qual será devolvida à contratada ou estornada do empenho respectivo.

O) - A aplicação da multa a que se refere o item 12.4.1 não impede a rescisão unilateral do contrato nem que se apliquem as demais sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente.

P) - A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração serão aplicadas a licitante que:

Q) - recusar-se injustificadamente, após ser considerada adjudicatária, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;

R) - não mantiver sua proposta;

S) - incorrer em inexecução contratual.

T) - A aplicação da sanção prevista no item 10.4 deve observar o prazo de duração de no máximo 2 (dois) anos e impede a participação da sancionada em procedimentos promovidos pelo Município de Ivaí Pr.

U)- Quando o participante for punido com a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, durante o prazo de vigência de igual sanção imposta por pessoa da mesma esfera político-administrativa, ficará proibido de participar de procedimentos de contratação promovidos por todas as entidades estatais e órgãos do Estado, por prazo não superior ao maior prazo remanescente daquela anterior.

V)- A declaração de inidoneidade será aplicada a quem:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

- Fizer declaração falsa na fase de habilitação;
- Apresentar documento falso;
- Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;
- Afastar ou procurar afastar participante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- Agir de má-fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;
- Tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em infrações à ordem econômica, definidos na Lei nº 8.884/94;
- Tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.
- A declaração de inidoneidade será aplicada pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos e produzirá seus efeitos perante o Município de Ivaí/PR.
- A autoridade máxima do órgão ou entidade é a autoridade competente para impor a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração.
- As penalidades de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública e a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração têm os seus efeitos estendidos:
- Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas de penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;
- Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no item anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA –PROCEDIMENTOS DE APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- A) - As sanções administrativas devem ser aplicadas em procedimento administrativo autônomo em que se assegure ampla defesa, cujo procedimento deve observar o seguinte:
- B) - o responsável pela aplicação da sanção deve autorizar a instauração do procedimento;
- C)- o ato de instauração deve indicar os fatos em que se baseia e as normas pertinentes à infração e à sanção aplicável;
- D)- o acusado dispõe de 5 (cinco) dias para oferecer defesa e apresentar as provas conforme o caso;
- E) - caso haja requerimento para produção de provas, o agente deve apreciar sua pertinência em despacho motivado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

F) - quando se fizer necessário, as provas serão produzidas em audiência previamente designada para este fim;

G) - concluída a instrução processual, a parte será intimada para apresentar razões finais, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

H) - transcorrido o prazo previsto no inciso anterior, a Administração, dentro de 15 (quinze) dias, elaborará o relatório final e remeterá os autos para deliberação da autoridade competente, após o pronunciamento da assessoria jurídica do Departamento de Licitações;

I)- todas as decisões do procedimento devem ser motivadas; e

J) - da decisão cabe recurso à autoridade superior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

L)- - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

M) . Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

N) - . A multa será descontada dos créditos constantes da fatura, ou outra forma de cobrança administrativa ou judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e nos termos dos arts. 79 e 80 da Lei 8.666/93.

§ Único – A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 8.666, de 21/06/1993, suas alterações e legislação pertinente e pelos preceitos de direito público, aplicando sê-lhe supletivamente, os, princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. (ver art. 54).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VIGÊNCIA

O presente Contrato terá o prazo de vigência de 00/00/2021 a 00/00/2021, podendo ser prorrogado nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO – (artigos 66, 67, 69 e 70).

Os fiscais do presente contrato são os designados pela Portaria ____/2021.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS – (artigo 73).



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

O responsável pelo recebimento do objeto são os designados pela Portaria ____/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CASOS OMISSOS (art. 55, XII)

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93, suas alterações e legislação pertinente e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - A Prefeitura Municipal de Ivaí, Estado do Paraná exige que licitantes, fornecedores, empreiteiros e seus agentes (sejam eles declarados ou não), subcontratados, subconsultores, prestadores de serviço e fornecedores, além de todo funcionário a eles vinculado, que mantenham os mais elevados padrões de ética durante a aquisição e execução de contratos.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

(i) "prática corrupta": significa oferecer, entregar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido a ação de terceiros;

Para os fins deste parágrafo, "terceiros" refere-se a um funcionário público que atue no processo de aquisição ou na execução do contrato. Nesse contexto, "funcionário público" inclui a equipe do Banco Mundial e os funcionários de outras organizações que examinam ou tomam decisões sobre aquisição.

(ii) "prática fraudulenta": significa qualquer ato, falsificação ou omissão de fatos que, de forma intencional ou irresponsável induza ou tente induzir uma parte a erro, com o objetivo de obter benefício financeiro ou de qualquer outra ordem, ou com a intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;

Para os fins deste parágrafo, "parte" refere-se a um funcionário público; os termos "benefício" e "obrigação" são relativos ao processo de aquisição ou à execução do contrato; e o "ato ou omissão" tem como objetivo influenciar o processo de aquisição ou a execução do contrato.

(III) "prática colusiva": significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um objetivo indevido, inclusive influenciar indevidamente as ações de outra parte;

Para os fins deste parágrafo, o termo "partes" refere-se aos participantes do processo de aquisição (inclusive funcionários públicos) que tentam por si mesmos ou por intermédio de outra pessoa ou entidade que não participe do processo de aquisição ou seleção simular a concorrência ou estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos ou ter acesso às propostas de preço ou demais condições de outros participantes.

(IV) "prática coercitiva": significa prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte;

Para os fins deste parágrafo, "parte" refere-se a um participante do processo de aquisição ou da execução do contrato.

(v) "prática obstrutiva": significa:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

(aa) deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação do Banco de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou (bb) atos que tenham como objetivo impedir materialmente o exercício dos direitos do Banco de promover inspeção ou auditoria, estabelecidos no parágrafo (e) abaixo:

(b) rejeitará uma proposta de outorga se determinar que o licitante recomendado para a outorga do contrato, ou qualquer do seu pessoal, ou seus agentes, subconsultores, subempreiteiros, prestadores de serviço, fornecedores e/ou funcionários, envolveu-se, direta ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao concorrer para o contrato em questão;

(c) declarará viciado o processo de aquisição e cancelará a parcela do empréstimo alocada a um contrato se, a qualquer momento, determinar que representantes do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos empréstimo envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de aquisição ou de implementação do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco, para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente o Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;

(d) sancionará uma empresa ou uma pessoa física, a qualquer tempo, de acordo com os procedimentos de sanção cabíveis, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado: (i) para a outorga de contratos financiados pelo Banco; e (ii) para ser designado subempreiteiro, consultor, fornecedor ou prestador de serviço de uma empresa elegível que esteja recebendo a outorga de um contrato financiado pelo Banco;

Uma empresa ou uma pessoa física pode ser declarada inelegível para a outorga de um contrato financiado pelo Banco: (i) após a conclusão do processo de sanção conforme os procedimentos do Banco, incluindo, inter alia, impedimento "cruzado", conforme acordado com outras Instituições Financeiras Internacionais, como Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e através da aplicação de procedimentos de sanção por fraude e corrupção em licitações corporativas do Grupo Banco Mundial, e (ii) em decorrência de suspensão temporária ou suspensão temporária preventiva em relação a um processo de sanção em trâmite.

Um subempreiteiro, consultor, fabricante ou fornecedor ou prestador de serviço nomeado (nomes diferentes podem ser usados dependendo do edital de licitação específico) é aquele que: (i) foi indicado pelo licitante em sua pré-qualificação ou proposta porque traz experiência e conhecimento específicos ou cruciais que permitem ao licitante cumprir as exigências de qualificação para a licitação em tela; ou (ii) foi indicado pelo Mutuário.

(e) Os licitantes, fornecedores e empreiteiros, assim como seus subempreiteiros, agentes, pessoal, consultores, prestadores de serviço e fornecedores, deverão permitir que o Banco inspecione todas as contas e registros, além de outros documentos referentes à apresentação das propostas e à execução do contrato, e os submeta a auditoria por profissionais designados pelo Banco.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CASOS OMISSOS (art. 55, XII)

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93, suas alterações e legislação pertinente e dos princípios gerais de direito.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO (art. 55, § 2º)

Fica eleito o foro da Comarca de Imbituva-PR para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em três (03) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Ivaí, ____ de ____ de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR
Idir Treviso - Prefeito Municipal
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 – Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí – PR

Site: www.ivaipr.gov.br

e-mail: licitacao@ivaipr.gov.br

ASSESSORIA JURÍDICA

INTERESSADO: Setor de Licitações

ASSUNTO: Aprovação da minuta de edital de Licitação.

Após análise da minuta do edital que objetiva à **Aquisição de 250 unidades de cargas de gás GPL P13 e 100 unidades de cargas de gás GPL P45 para as Secretarias Municipais; com o preço máximo estipulado em R\$ 61.000,00 (sessenta e um mil reais)**. Encaminhada a esta assessoria; esta assessoria verificou que a minuta do edital de licitação anexa ao memorando, atende aos requisitos do Art. 40 da Lei 8.666/93, bem como a minuta do contrato está de acordo com as disposições legais.

Ivaí-PR, 27 de maio de 2021.



WILSON A. EIDAM
PROCURADOR MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

AUTORIZAÇÃO PARA LICITAÇÃO

MEMO/2021

DE: PREFEITO MUNICIPAL
PARA: SETOR DE LICITAÇÕES

Considerando as informações e pareceres contidos no presente processo e os termos da Lei Federal nº 8.666/93, **AUTORIZO** a licitação sob a modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**. Para fins previstos na Lei nº 8.666/93 e Decreto 10.024/2019, o qual tem por objeto **Aquisição de 250 unidades de cargas de gás GPL P13 e 100 unidades de cargas de gás GPL P45 para as Secretarias Municipais; com o preço máximo estipulado em R\$ 61.000,00 (sessenta e um mil reais).**

Encaminhe-se ao Setor de Licitação para as providências necessárias.

Ivaí-PR, 27 de maio de 2021.

IDIR TREVISÓ
PREFEITO MUNICIPAL DE IVAÍ



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76 175 918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

e-mail: gabinete@pva.gov.br

PORTARIA Nº 033/2021.

Súmula: Nomeia membros para a Comissão Municipal Permanente de Licitação, Equipe de Apoio e Pregoeiros para o exercício de 2021.

O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais das Leis Federais 8.666/93, artigo 51, e 10.520/2002, artigo 3º, IV, § 1º; resolve:

Art. 1º - Nomear os Membros para a Comissão Municipal Permanente de Licitação, Equipe de Apoio, Pregoeiros e Presidente Municipal de Licitação, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações que venham a ser executadas pelo Município de Ivaí, durante o exercício de 2021:

Comissão Permanente de Licitação:

Alexandro Kovalczuk
André Luis Prado Pereira
Andréia Malicz Skeika
Cristiane Kovalczuk
José Eraldo Graniska
Juliane Ruaro Kuhn
Marcia Schafane de Lima
Nicolli Crocoli
Patrícia Bobek
Reginaldo Koryelo
Sergio Canteri

Pregoeiros):

Welton Ademir Ferreira
Keila Storer Bueno

Presidente Municipal de Licitação:

Welton Ademir Ferreira

Equipe de Apoio

Alexandro Kovalczuk
André Luis Prado Pereira
Andréia Malicz Skeika
Cristiane Kovalczuk
José Eraldo Graniska
Juliane Ruaro Kuhn
Marcia Schafane de Lima
Nicolli Crocoli
Patrícia Bobek
Reginaldo Koryelo
Sergio Canteri

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 04 de janeiro de 2021.

Gabinete do Prefeito, em 02 de fevereiro de 2021.


IDIR TREVISÓ
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76 175 918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone(42) 3247-1232 - 84460-000 - Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivaipr.gov.br

REPÚBLICAÇÃO

PORTARIA Nº 033/2021.

Súmula: Nomeia membros para a Comissão Municipal Permanente de Licitação, Equipe de Apoio e Pregoeiros para o exercício de 2021.

O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais das Leis Federais 8.666/93, artigo 51, e 10.520/2002, artigo 3º, IV, § 1º, resolve:

Art. 1º - Nomear os Membros para a Comissão Municipal Permanente de Licitação, Equipe de Apoio, Pregoeiros e Presidente Municipal de Licitação, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações que venham a ser executadas pelo Município de Ivaí, durante o exercício de 2021:

Comissão Permanente de Licitação:

Alexandro Kovalczuk
André Luis Prado Pereira
Andréia Malicz Skeika
Cristiane Kovalczuk
José Eraldo Graniska
Jullane Ruaro Kuhn
Marcia Schalane de Lima
Nicolí Crocoli
Patrícia Bobek
Reginaldo Koryelo
Sergio Canteri

Pregoeiros):

Welton Ademir Ferreira
Kella Storer Bueno

Presidente Municipal de Licitação:


Welton Ademir Ferreira

Equipe de Apoio

Alexandro Kovalczuk
André Luis Prado Pereira
Andréia Malicz Skeika
Cristiane Kovalczuk
José Eraldo Graniska
Jullane Ruaro Kuhn
Marcia Schalane de Lima
Nicolí Crocoli
Patrícia Bobek
Reginaldo Koryelo
Sergio Canteri

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 02 de fevereiro de 2021.


IDM TREVISO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suellen Aparecida Cropolato de Lara
Código Identificador:F414AD17

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 183/2021 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná,
no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando a Portaria 275/2020 de 15 de Dezembro de 2020, de concessão de férias no período compreendido entre os dias 02 de Fevereiro de 2021 a 11 de Fevereiro de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder a reprogramação das férias da servidora Silmara Machado de Jesus, portadora da Cédula de Identidade RG: 8.224.560-0/PR, matrícula 894-1, ocupante do cargo efetivo de Técnico Administrativo, referente ao Período Aquisitivo 19/02/2020 a 19/02/2021, a serem usufruídas no período compreendido entre os dias 24 de Maio de 2021 a 02 de Junho de 2021.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.

NENEU JOSE ARTIGAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suellen Aparecida Cropolato de Lara
Código Identificador:791C9B29

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 186/2021 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná,
no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar a partir de 01 de Fevereiro de 2021, o servidor Anderson Jose dos Santos Lara, portador da cédula de identidade RG Nº 8.531.545-5/PR, matrícula Nº 5185-1, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Departamento Administrativo.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.

NENEU JOSE ARTIGAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suellen Aparecida Cropolato de Lara
Código Identificador:AAF761B8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 187/2021 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná,
no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar a partir de 01 de Fevereiro de 2021, a servidora Celia Regina Winkert da Silva, portadora da cédula de identidade RG Nº 5.696.566-1/PR, matrícula Nº 5124-1, do cargo de provimento em comissão de Coordenador de Tesouraria.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.

NENEU JOSE ARTIGAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suellen Aparecida Cropolato de Lara
Código Identificador:C8A61169

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
REPUBLICAÇÃO PORTARIA Nº 033/2021.

REPUBLICAÇÃO

PORTARIA Nº 033/2021.

Súmula: Nomeia membros para a Comissão Municipal Permanente de Licitação, Equipe de Apoio e Pregoeiros para o exercício de 2021.

O Prefeito Municipal de Ivai, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais das Leis Federais 8.666/93, artigo 51, e 10.520/2002, artigo 3º, IV, § 1º, resolve:

Art. 1º - Nomear os Membros para a Comissão Municipal Permanente de Licitação, Equipe de Apoio, Pregoeiros e Presidente Municipal de Licitação, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações que venham a ser executadas pelo Município de Ivai, durante o exercício de 2021:

Comissão Permanente de Licitação:

Alexandro Kovalczuk
André Luis Prado Pereira
Andréia Maltez Skeika
Cristiane Kovalczuk
José Eraldo Graniska
Juliane Ruaro Kuhn
Marcia Schaiane de Lima
Nicolí Crocoli
Patrícia Bobek
Reginaldo Koryelo
Sergio Canteri

Pregoeiros:

Wellton Ademir Ferreira
Keila Storer Bueno

Presidente Municipal de Licitação:

Wellton Ademir Ferreira

Equipe de Apoio

Alexandro Kovalczuk
André Luis Prado Pereira
Andréia Maltez Skeika
Cristiane Kovalczuk
José Eraldo Graniska
Juliane Ruaro Kuhn
Marcia Schaiane de Lima
Nicolí Crocoli
Patrícia Bobek
Reginaldo Koryelo
Sergio Canteri

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 02 de fevereiro de 2021.

IDIR TREVISÓ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Keila Storer Bueno
Código Identificador: A52BBC64

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
REPUBLICAÇÃO CORREÇÃO HORÁRIO JULGAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 028/2021 PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 024/2021 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 024/2021

REPUBLICAÇÃO

CORREÇÃO HORÁRIO JULGAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 028/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2021
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 024/2021
(Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Federal 10.024/19)
Tipo de licitação: **MENOR PREÇO.**
OBJETO: Serviços de buffet com grill, buffet livre, espeto rodízio e marmitas. Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Dotação orçamentária:
0600112611201202633903900000 1040
Data limite para acolhimento de PROPOSTA: 17/02/2021 – 13:00hs.
Data de início da fase de LANCES: 17/02/2021 – a partir das 13:30 hs.
Endereço eletrônico: <http://www.bllcompras.org.br>
Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR - Rua Rui Barbosa, 606 - Centro - Ivai - Pr - fone - (42) - 3247-1222 - ramal 216 - site: www.ivaipr.gov.br

Ivai, 03 de fevereiro de 2021.

WELTON ADEMIR FERREIRA
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Keila Storer Bueno
Código Identificador: 02B375BD

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 031/2021 PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 027/2021 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 027/2021

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 031/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2021
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 027/2021
(Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Federal 10.024/19)
Tipo de licitação: **MENOR PREÇO.**
OBJETO: Aquisição de produtos de limpeza para serem usados pela Secretaria Municipal de Esportes no ano de 2021.
Dotação orçamentária:
07001278122701103233903000000 1400
Data limite para acolhimento de PROPOSTA: 19/02/2021 – 09:00hs.
Data de início da fase de LANCES: 19/02/2021 – a partir das 09:30 hs.
Endereço eletrônico: <http://www.bllcompras.org.br>
Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR - Rua Rui Barbosa, 606 - Centro - Ivai - Pr - fone - (42) - 3247-1222 - ramal 216 - site: www.ivaipr.gov.br

Ivai, 03 de fevereiro de 2021.

WELTON ADEMIR FERREIRA
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Keila Storer Bueno
Código Identificador: F2C532EC

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 032/2021 PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 028/2021 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 028/2021

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 032/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2021
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 028/2021
(Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto 10.024/19)
Tipo de licitação: **MENOR PREÇO.**
OBJETO: Peças para manutenção preventiva e corretiva de veículos pesados (ônibus, micro-ônibus e caminhões) da frota Municipal - Maior desconto pelas Tabelas Audatex, Deto e Sinderepa Pr.
Dotação Orçamentária:
10002267822601107033903000000 3120
05001206062001201433903000000 0590
06001123611201202633903000000 1000
08001103011001204233903000000 1890
Data limite para acolhimento de PROPOSTA: 19/02/2021 – 13:00hs.
Data de início da fase de LANCES: 19/02/2021 – a partir das 13:30 hs.
Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Dpto. Mun. de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR - Rua Rui Barbosa, 606 - Centro - Ivai - Pr - fone - (42) - 3247-1222 - ramal 216 - site: www.ivaipr.gov.br

Ivai, 03 de fevereiro de 2021.

WELTON ADEMIR FERREIRA
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Keila Storer Bueno
Código Identificador: C51065E6

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 033/2021 PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 029/2021 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 029/2021

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 033/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2021
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 029/2021
(Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto 10.024/19)
Tipo de licitação: **MENOR PREÇO.**
OBJETO: Aquisição de frutas, verduras e legumes para o ano de 2021, para ser usados nos equipamentos da Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social, sendo: CRAS, CENTRO E CENTRO DE CONVIVÊNCIA.
Dotação Orçamentária:
09002082440801205333903000000 2610
Data limite para acolhimento de PROPOSTA: 22/02/2021 – 09:00hs.
Data de início da fase de LANCES: 22/02/2021 – a partir das 09:30 hs.
Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Dpto. Mun. de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR - Rua Rui Barbosa, 606 - Centro - Ivai - Pr - fone - (42) - 3247-1222 - ramal 216 - site: www.ivaipr.gov.br

Ivai, 03 de fevereiro de 2021.

WELTON ADEMIR FERREIRA
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Keila Storer Bueno
Código Identificador: D70E0E77

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 034/2021 PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 030/2021 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 030/2021

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 034/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2021
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 030/2021
(Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto 10.024/19)



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76 175 918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 Fone: (42) 3241-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivaipr.gov.br

PORTARIA Nº 034/2021

Súmula: Designa Fiscais/gestores dos contratos do exercício de 2021.

O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais da Lei Federal 8.666/93, artigo 67,

Resolve:

Art. 1º - Designar como fiscais/gestores para acompanhamento dos contratos do Município de Ivaí - Pr, durante o exercício de 2021.

Gestores:

**Cella Siombalo Chaida - Secretária Municipal de Educação e Cultura;
Denise Moleta Treviso - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;
Jose Roberto Roth - Secretário Municipal de Finanças;
Diorgenes Jarski - Secretário Municipal de Administração;
Julliane M. Ruaro Kuhn - Secretária Municipal de Habitação;
Nicoli Crocoli - Secretária Municipal de Saúde;
Paulo Cesar Metnek - Secretário Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;
Hyeda - Secretário Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente;
Sergio Canteri - Secretário Municipal de Esportes e Turismo;**

Fiscais:

**Dalana Rodrigues - Secretária Municipal de Educação e Cultura;
Patrícia Bobek - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;
Márcio Marques - Secretário Municipal de Finanças;
Wicto Eduardo Bonette - Secretária Municipal de Administração;
Egislaine Zubacz - Secretária Municipal de Habitação;
Tania Kiehl - Secretária Municipal de Saúde;
Jelson Siombalo - Secretária Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;
Renato Derkacz - Secretária Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente;**

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 02 de fevereiro de 2021.


IDIR TREVISO
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76 175 918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivaipr.gov.br

PORTARIA N° 035/2021

Súmula: Designa membros para a Comissão Municipal de Recebimento de compras, obras e serviços para o exercício de 2021.

O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais da Lei Federal 8.666/93, artigo 15, § 8º e artigo 73,

Resolve:

Art. 1º - A Comissão de Recebimento de compras, obras e serviços da Prefeitura Municipal de Ivaí durante o exercício de 2021, será assim composta:

Dalana Rodrigues - Secretária Municipal de Educação e Cultura;
Marcia Schalane de Lima - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;
Diorgenes Jarski - Secretária Municipal de Administração;
Jose Roberto Roth - Secretário Municipal de Finanças;
Egislaine Zubacz e Juliane M. Ruaro Kuhn - Secretária Municipal de Habitação;
Nicoli Crocoli - Secretária Municipal de Saúde;
Paulo Cesar Metnek - Secretária Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;
Claudio Hyeda - Secretária Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente;
Sergio Canterl - Secretária Municipal de Esportes e Turismo.

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 02 de fevereiro de 2021.


IDIR TREVISIO
Prefeito Municipal

WELTON ADEMIR FERREIRA
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Keila Storer Bueno
Código Identificador:7163D88B

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 030/2021 PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 026/2021 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 026/2021
REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2021

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 030/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2021
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 026/2021
REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2021
(Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Federal 10.024/19)
Tipo de licitação: **MENOR PREÇO.**
OBJETO: *Aquisição de materiais que serão utilizados na implantação de redes de abastecimento de água.*
Data limite para acolhimento de PROPOSTA: 18/02/2021 – 13:00hs.
Data de início da fase de LANCES: 18/02/2021 – a partir das 13:30 hs.
Endereço eletrônico: <http://www.bllcompras.org.br>
Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR - Rua Rui Barbosa, 606 – Centro - Ivai – Pr - fone – (42) - 3247-1222 - ramal 216 – site: www.ivaipr.gov.br

Ivai, 02 de fevereiro de 2021.

WELTON ADEMIR FERREIRA
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Keila Storer Bueno
Código Identificador:28407454

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
DECRETO Nº 051/2021

DECRETO Nº 051/2021

Súmula: Altera o Decreto nº 073/2019 de 11 De março de 2019

O Prefeito Municipal de Ivai, Estado do Paraná, no exercício de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação municipal e demais dispositivos aplicáveis altera o decreto nº 073/2019 de 11 de março de 2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. Ficam designados para fazerem parte da Comissão Municipal de Defesa Civil do Município de Ivai/Paraná, os seguintes membros:
Presidência – IDIR TREVISÓ – Prefeito Municipal
Adjunto – ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO – Vice-Prefeito
Diretoria de Operações – EGISLAINE ZUBACZ
Secretária – MARCIA LUCIENE KOBILARZ

Grupo de Atividade Fundamental – GRAF

Equipe de Avaliação de Danos: JULIANE MACHADO RUARO KUH
Equipe de Transporte e Logística: PAULO CESAR METNEK
Equipe de Salvamento: MARCOS CHOCIAI
Equipe de Atendimento Pré Hospitalar: GABRIELLI BUTYN
Equipe de Essenciais: MARCIA SCHAIANE DE LIMA
Equipe de Abrigo Provisórios: SERGIO CANTERI
Equipe de Suprimentos de Sobrevivência: PATRÍCIA BOBEK
Equipe de Relações Públicas: REGINALDO KORYELO
Equipe de Segurança e Ordem Pública: Wilson Ariel Eidam

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IVAÍ, em 02 de fevereiro de 2021.

IDIR TREVISÓ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Keila Storer Bueno
Código Identificador:6FC19CBD

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
SECRETARIA DE SAÚDE

SECRETARIA DE SAÚDE
SECRETARIA DE SAÚDE – COMUNICADO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA- 3º QUADRIMESTRE 2020

A Secretaria Municipal de saúde de Ivai PR, através do presente instrumento comunica a todos os interessados, que no dia 09 de fevereiro de 2021 as 09h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Ivai, será realizada audiência pública relativa ao relatório Quadrimestral referente ao 3º quadrimestre, período de setembro a dezembro de 2020.

Ivai dia 02 de Fevereiro de 2020.

NICOLI CROCOLI
Secretária Municipal de Saúde de Ivai

Publicado por:
Keila Storer Bueno
Código Identificador:34CDE36A

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 033/2021.

PORTARIA Nº 033/2021.

Súmula: Nomeia membros para a Comissão Municipal Permanente de Licitação, Equipe de Apoio e Pregoeiros para o exercício de 2021.

O Prefeito Municipal de Ivai, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais das Leis Federais 8.666/93, artigo 51, e 10.520/2002, artigo 3º, IV, § 1º, resolve:

Art. 1º - Nomear os Membros para a Comissão Municipal Permanente de Licitação, Equipe de Apoio, Pregoeiros e Presidente Municipal de Licitação, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações que venham a ser executadas pelo Município de Ivai, durante o exercício de 2021:

Comissão Permanente de Licitação:

Alexandro Kowalczyk
André Luis Prado Pereira
Andréia Malicz Skeika
Cristiane Kowalczyk
José Eraldo Graniska
Juliane Ruaro Kuhn
Marcia Schaiane de Lima
Nicoli Crocoli
Patrícia Bobek
Reginaldo Koryelo
Sergio Canteri

Pregoeiros:

Welton Ademir Ferreira
Keila Storer Bueno

Presidente Municipal de Licitação:
Welton Ademir Ferreira

Equipe de Apoio

Alexandro Kowalczyk
André Luis Prado Pereira

Andréia Malicz Skelka
Cristiane Kowalczyk
José Eraldo Graniska
Juliane Ruaro Kuhn
Marcia Schiavone de Lima
Nicolli Crocoli
Patrícia Bobek
Reginaldo Koryelo
Sergio Canteri

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 04 de janeiro de 2021.

Gabinete do Prefeito, em 02 de fevereiro de 2021.

IDIR TREVISÓ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Keila Storer Bueno
Código Identificador:8DA0A826

DIVISÃO DE LICITAÇÃO PORTARIA N° 034/2021

PORTARIA N° 034/2021

Súmula: Designa Fiscais/gestores dos contratos do exercício de 2021.

O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais da Lei Federal 8.666/93, artigo 67,

Resolve:

Art. 1º - Designar como fiscais/gestores para acompanhamento dos contratos do Município de Ivaí - Pr, durante o exercício de 2021.

Gestores:

Celia Siombalo Chalda - Secretária Municipal de Educação e Cultura;
Denise Moleta Treviso - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;
Jose Roberto Roth - Secretário Municipal de Finanças;
Diongenes Jarski - Secretário Municipal de Administração;
Juliane M. Ruaro Kuhn - Secretária Municipal de Habitação;
Nicolli Crocoli - Secretária Municipal de Saúde;
Paulo Cesar Metnek - Secretário Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;
Hyeda - Secretário Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente;
Sergio Canteri - Secretário Municipal de Esportes e Turismo;

Fiscais:

Dalana Rodrigues - Secretária Municipal de Educação e Cultura;
Patrícia Bobek - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;
Márcio Marques - Secretário Municipal de Finanças;
Wicto Eduardo Bonette - Secretário Municipal de Administração;
Egislaine Zubacz - Secretária Municipal de Habitação;
Tania Kleit - Secretária Municipal de Saúde;
Jelson Siombalo - Secretária Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;
Renato Derkacz - Secretária Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente;

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 02 de fevereiro de 2021.

IDIR TREVISÓ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Keila Storer Bueno
Código Identificador:3D6360DA

DIVISÃO DE LICITAÇÃO PORTARIA N° 035/2021

PORTARIA N° 035/2021

Súmula: Designa membros para a Comissão Municipal de Recebimento de compras, obras e serviços para o exercício de 2021.

O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais da Lei Federal 8.666/93, artigo 15, § 8º e artigo 73,

Resolve:

Art. 1º - A Comissão de Recebimento de compras, obras e serviços da Prefeitura Municipal de Ivaí durante o exercício de 2021, será assim composta:

Dalana Rodrigues - Secretária Municipal de Educação e Cultura;
Marcia Schiavone de Lima - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;
Diongenes Jarski - Secretário Municipal de Administração;
Jose Roberto Roth - Secretário Municipal de Finanças;
Egislaine Zubacz e Juliane M. Ruaro Kuhn - Secretária Municipal de Habitação;
Nicolli Crocoli - Secretária Municipal de Saúde;
Paulo Cesar Metnek - Secretária Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;
Claudio Hyeda - Secretária Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente;
Sergio Canteri - Secretária Municipal de Esportes e Turismo.

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 02 de fevereiro de 2021.

IDIR TREVISÓ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Keila Storer Bueno
Código Identificador:144B564F

DIVISÃO DE LICITAÇÃO EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO N° 021/2021 LICITAÇÃO N° 006/2021 PREGÃO ELETRÔNICO N°: 006/2021 PROCESSO ELETRÔNICO N°: 006/2021

EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO N° 021/2021

Licitação n° 006/2021

Pregão eletrônico n°: 006/2021

Processo eletrônico n°: 006/2021

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de produtos de higiene e limpeza- Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social.

CONTRATADA: MULTICENTER & DIGICOLOR ATACADO LTDA-ME

CONTRATANTE: Município de Ivaí - Pr.

Valor global: R\$ 19.148,90

VIGÊNCIA: 12 meses

DATA DA ASSINATURA: 01/02/2021

IDIR TREVISÓ
Prefeito Municipal

ELISABETE SASS GASPAR
Representante Legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ
CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivai – PR

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 113/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 090/2021
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 090/2021
(Decreto nº 10.024/19 e Lei 8.666/93)

OBJETO: Aquisição de 250 unidades de cargas de gás GPL P13 e 100 unidades de cargas de gás GPL P45 para as Secretarias Municipais.

Sessão de julgamento: 14/06/2021 às 13:30hs.

Dotação Orçamentária:

03001041220402200733903000000 0250

06001123611201202633903000000 1000

06001206062001201433903000000 0590

08001103011001204233903000000 1890

08001103011001204233903000000 1900

09002082440801205333903000000 2610

10002267822601107033903000000 3120

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos:

Departamento Municipal de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR

Rua Rui Barbosa, 606 – Centro - Ivai – Pr - fone – (42) 3247-1222 – ramal 216

Site: www.ivai.pr.gov.br

Ivai, 28 de maio de 2021.


Welton Ademir Ferreira
Pregoeiro Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

- Para se promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas, o incentivo à inovação tecnológica e o tratamento diferenciado e simplificado para as MPE, será dada prioridade de contratação às MPE que sejam sediadas local ou regionalmente (nessa ordem de prioridade), e que possuam propostas até 10% (dez por cento) superiores em relação ao melhor preço válido.
- Entende-se como empresa sediada no local, aquela que possua registro no Município de IVAÍ - PR.
- Entende-se como empresa sediada regionalmente, aquela que possua registro em uma das cidades que integram a região da AMCG - Associação dos Municípios dos Campos Gerais e AMCESPAR - Associação dos Municípios da Centro Sul do Paraná.
- Limites geográficos definidos de conformidade com o § 2º do artigo 1º do Decreto Federal nº 8.538/2015.

A Prefeitura Municipal de Ivaí e a Secretaria Municipal de Administração, através do pregoeiro municipal e da Comissão Municipal de Licitações, designada pela Portaria Municipal nº 033/2021, de 02.02.2021, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, órgão Oficial do Município de Ivaí para divulgação de atos oficiais e no jornal impresso Diário da Manhã, da cidade de Ponta Grossa - Pr no dia 03.02.2021, com a devida autorização pelo Senhor Idir Treviso- Prefeito Municipal de Ivaí – PR, , na Modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO** nos moldes com as Leis Federal nº 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Leis Complementares 123/2006 e 147/2014, Decretos Federal nº 10.024/19 e com o Decreto Municipal nº 201 de 05/12/2016, subsidiariamente pelas normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e demais legislação aplicável e pelas normas do Portal de Compras Eletrônicas do **BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL** e pelas condições previstas neste edital torna publica a realização de licitação, no dia **14 de junho de 2021, às 13:30 horas**, na modalidade Pregão Eletrônico, objetivando subsidiar a **Aquisição de 250 unidades de cargas de gás GPL P13 e 100 unidades de cargas de gás GPL P45 para as Secretarias Municipais.**

TIPO: Menor preço - Por lote

1.0. ABERTURA:

RECEBIMENTO E ABERTURA DE PROPOSTAS

Data de início de acolhimento de PROPOSTA: 01/06/2021.

Data limite para acolhimento de PROPOSTA: 14/06/2021 - 13:00hs.

Data de início da fase de LANCES: 14/06/2021 – a partir das 13:30 hs.

Local: www.bllcompras.org.br

OBSERVAÇÃO: A sessão do presente Pregão será transmitida por meio da INTERNET, através da aba "LICITAÇÕES AO VIVO" disponível no site da Prefeitura Municipal, permanecendo on-line até o final do certame com possibilidade de acesso a todos os interessados.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ ENCAMINHAMENTOS:

Endereço: Rua Rui Barbosa, 632.

Pregoeiro: Welton Ademir Ferreira

E-mail: licitacao@ivai.pr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

Telefone: (042) 3247-1222

Horário de expediente da Prefeitura: das 8h às 12h e das 13h às 17h.

Compõem este Edital os Anexos:

ANEXO 01 - TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO

ANEXO 02 - EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

ANEXO 03 - MODELO DE CARTA PROPOSTA COMERCIAL PARA LICITANTE VENCEDOR

ANEXO 04 - DECLARAÇÕES DE (inidoneidade, fatos impeditivos, não emprega menor, responsabilidade, que não integra seu corpo social empregado público).

ANEXO 05 - DECLARAÇÃO ME/EPP

ANEXO 06 - MINUTA DO CONTRATO

1. **OBJETO:** A presente licitação tem como objeto **Aquisição de 250 unidades de cargas de gás GPL P13 e 100 unidades de cargas de gás GPL P45 para as Secretarias Municipais**, com as características constantes no **ANEXO I** deste edital.

Conforme Decreto 10.024/19 Art. 26: após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

Os documentos relativos à habilitação, solicitados no anexo 02 do presente edital, deverão ser **ANEXOS OBRIGATORIAMENTE** juntamente com a proposta na página do BLL COMPRAS, em local próprio para documentos.

- **AS EMPRESAS QUE NÃO ANEXAREM A DOCUMENTAÇÃO NA PLATAFORMA, SERÃO CONSIDERADAS INABILITADAS.**

Obs. Esses documentos só estarão disponíveis após o encerramento da disputa do Pregão.

1.1.2 Compõem este Edital os Anexos:

ANEXO 01 - TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO

ANEXO 02 - EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

ANEXO 03 - MODELO DE CARTA PROPOSTA COMERCIAL PARA LICITANTE VENCEDOR

ANEXO 04 - DECLARAÇÕES DE (inidoneidade, fatos impeditivos, não emprega menor, responsabilidade, que não integra seu corpo social empregado público).

ANEXO 05 - DECLARAÇÃO ME/EPP

ANEXO 06 - MINUTA DO CONTRATO

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

2.1 O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da **Bolsa de licitações e Leilões do Brasil**.

2.2 Os trabalhos serão conduzidos por funcionário da Prefeitura Municipal de Ivaí, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí - PR

transferidos para o aplicativo "Licitações" constante da página eletrônica do Bolsa de licitações e Leilões do Brasil (www.bllcompras.org.br).

3. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO:

- 3.1 O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário de início da disputa.

4. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

- 4.1 Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

- 4.2 Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto a **Bolsa de licitações e Leilões do Brasil (www.bllcompras.org.br)**.

- 4.3 É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas. Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal ou que esteja cumprindo período de suspensão no âmbito da Administração Municipal.

- 4.4 A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante no Anexo 05 para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, informar o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

5. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

5.1 Do pregoeiro:

- a) conduzir a sessão pública;
- b) receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
- c) verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;
- d) coordenar a sessão pública e o envio de lances;
- e) verificar e julgar as condições de habilitação;
- f) sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
- g) receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- h) indicar o vencedor do certame;
- i) adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- j) conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
- k) encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ
CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

Da equipe de apoio

- a) Caberá à equipe de apoio auxiliar o pregoeiro nas etapas do processo licitatório.

Do licitante

Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

- a) credenciar-se previamente de que trata o §2º do art. 5º, no sistema eletrônico utilizado no certame;
- b) remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;
- c) responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- d) acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- e) comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
- f) utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e
- g) solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

PARTICIPAÇÃO:

- 5.2 A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecido.
- 5.3 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão do seu representante;

ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 5.4 A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas. **Todo contato com o pregoeiro deve ser feito através do chat disponibilizado pelo sistema.**
- 5.5 O tipo de julgamento será no modo de disputa aberto, de que trata o inciso I do caput do art. 31, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.6 A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o caput, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 5.7 Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no caput e no § 1º, a sessão pública será encerrada automaticamente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

5.8 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no § 1º, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7º, mediante justificativa.

5.9 5.17 Face à imprevisão do tempo extra, as empresas participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil.

5.10 Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

5.11 Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

5.12 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13 **As propostas não deverão estar com valores superiores ao máximo fixado no Edital (REFERENTE AO VALOR UNITÁRIO DO LOTE) e não havendo lances com valores iguais ou inferiores, serão desclassificados;**

5.14 **Fica a critério do (a) pregoeiro (a) a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que, antes do início da disputa de lances;**

5.15 Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema **não identificará** o autor dos lances aos demais participantes.

5.16 Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

5.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18 Facultativamente, o (a) Pregoeiro (a) poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances. Neste caso, antes de anunciar o vencedor, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.

5.19 O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo (a) pregoeiro (a) acerca da aceitação do lance de menor valor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

5.20 Os documentos relativos à habilitação, solicitados, deverão ser ANEXADOS na página do portal, em local próprio para documentos, para que se evite a desclassificação por identificação.

Obs. Esses documentos só estarão disponíveis após o encerramento da disputa do Pregão.

5.21 Posteriormente, os mesmos documentos da Empresa vencedora deverão ser encaminhados em originais ou cópias autenticadas, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, contados da data da sessão pública virtual, **juntamente com a proposta de preços corrigida**, para a Prefeitura Municipal de Ivaí:

Prefeitura Municipal de Ivaí

Endereço: Rua Rui Barbosa, 632, Centro

Pregoeiro (a): Welton Ademir Ferreira

E-mail: Licitacao@ivai.pr.gov.br

Telefone: (0XX42) 3247-1222

5.22 A sessão pública fica suspensa, ou seja, permanece em fase de classificação/habilitação até o recebimento da documentação original dentro das condições dispostas no item 5.24.

5.23 O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido, acarretará nas sanções previstas no item 12, deste Edital, podendo o (a) Pregoeiro (a) convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

5.24 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

5.25 Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

5.26 Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

5.27 Quando for constatado o empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da LC 123/2006, o Pregoeiro aplicará os critérios para o desempate em favor ME/EPP. Após o desempate, poderá o (a) pregoeiro (a) ainda negociar um melhor preço caso ela não atinja o valor de referência definido pela administração pública.

6. PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

6.1 A empresa interessada em participar do certame devesse anexar a proposta com o valor inicial no portal da BLL sob pena de inabilitação. O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

6.2 No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio as **ESPECIFICAÇÕES** e **MARCAS** dos serviços e/ou produtos ofertados, conforme a ficha técnica descritiva do serviço e/ou produto. A não inserção de arquivos ou informações contendo as especificações e marcas dos serviços e/ou produtos neste campo, implicará na desclassificação da Empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta.

O objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no **ANEXO 01 e 03**.

6.3 A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

6.4 Na hipótese de o licitante ser ME/EPP será necessário a informação desse regime fiscal no campo próprio sob pena de o licitante enquadrado nesta situação não utilizar dos benefícios do direito de preferência para o desempate, conforme estabelece a Lei Complementar 123/2006.

7. PROPOSTA ESCRITA E FORNECIMENTO

7.1 A Empresa vencedora, deverá enviar ao (a) Pregoeiro (a), a Proposta de Preços escrita, com o(s) valor(es) oferecido(s) após a etapa de lances, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo Razão Social, CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, Inscrição Estadual, endereço completo, número de telefone e número de agência de conta bancária, no prazo estipulado no item 5.24, deste Edital.

Na proposta escrita, deverá conter:

- a) Os valores dos impostos já deverão estar computados no valor do produto e/ou serviço ou destacados;
- b) O prazo de validade que não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da abertura das propostas virtuais;
- c) Especificação e/marca completa do serviço e/ou produto oferecido com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, totalmente conforme descrito no **ANEXO 01 e 03**, deste Edital e;

d) Data e assinatura do Representante Legal da proponente.

7.2 O objeto, rigorosamente de acordo com o ofertado nas propostas, deverá ser entregue no endereço indicado no Anexo 01.

7.3 Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o Menor preço (TIPO ESTABELECIDO).

7.4 Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os custos e demais despesas e encargos inerentes ao produto até sua entrega no local fixado por este Edital.

7.5 Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

8. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ
CNPJ 76.175.918/0001-33
Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

- 8.1 Para julgamento será adotado o critério de **Menor preço – Por lote**, observado o prazo para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital.
- 6.1 **EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO CAPÍTULO V DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, SERÃO OBSERVADOS OS SEGUINTE PROCEDIMENTOS:**
- 6.1.1 Encerrada a fase de lances, se a proposta de menor lance não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e o sistema eletrônico identificar que houve proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5%(cinco por cento) superior à proposta de menor lance, será procedido o seguinte:
- a) a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, será convocada pelo sistema eletrônico, via “chat” de comunicação do pregão eletrônico para, no prazo de 5(cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicada em seu favor o objeto do pregão;
 - b) no caso de empate de propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem no limite estabelecido no subitem 8.2.1, o sistema realizará um sorteio eletrônico entre elas para que se identifique aquela que primeiro será convocada para apresentar melhor oferta, na forma do disposto na alínea “a”;
 - c) não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, na forma da alínea “a” anterior, serão convocadas as remanescentes, quando houver, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 6.1.2 **Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem**
- 6.1.3 **o objeto licitado será** adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que atenda aos requisitos de habilitação.
- 6.2 O (A) Pregoeiro (a) anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo (a) Pregoeiro (a) acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 6.3 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.
- 6.4 Ocorrendo a situação a que se referem os subitens 5.27 e 5.28 deste Edital, o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar com a licitante para que seja obtido melhor preço.
- 6.5 De sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

09. HABILITAÇÃO

Conforme **ANEXO 02**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Decreto 10.024/19, Art. 24:

Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

§ 2º A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

Pedidos de Esclarecimentos

Art. 23. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital.

§ 1º O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

§ 2º As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

DO RECURSO

Intenção de recorrer e prazo para recurso

Art. 44. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

§ 1º As razões do recurso de que trata o **caput** deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

§ 2º Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

§ 3º A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no **caput**, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

§ 4º O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

09.1 A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

- 09.2 Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.
- 09.3 Os recursos contra decisões do Pregoeiro não terão efeito suspensivo.
- 09.4 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

Autoridade competente

Art. 45. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório, nos termos do disposto no inciso V do **caput** do art. 13.

Pregoeiro

Art. 46. Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação, nos termos do disposto no inciso IX do **caput** do art. 17.

11. MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

. Será aplicada a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração ao licitante que:

11.2. Se recusar injustificadamente, após ser considerado adjudicatário e dentro do prazo estabelecido pela Administração, a assinar o contrato, bem como aceitar ou retirar o instrumento equivalente e;

11.2. Não mantiver a sua proposta, ou não enviar a documentação original via correio.

11.3. A declaração de inidoneidade será aplicada ao licitante que:

11.5 Apresentar documento falso;

11.6. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;

11.7. Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

11.8. Tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.9. Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial infrações à ordem econômica definidos na Lei Federal n.º 12529/11;

11.10. Tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.

11.11. Caberá multa compensatória a ser calculada sobre o valor total da proposta, sem prejuízo das demais sanções administrativas e indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa, ao licitante que:

11.12. Apresentar declaração falsa: multa de até 20%;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

11.13. Deixar de apresentar documento na fase de saneamento, ou não enviar os documentos originais via correio: multa de até 10%;

11.14 Não mantiver sua proposta, até o momento da adjudicação: multa de até 20%.

11.15 Caberá multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da proposta ao licitante que se recusar injustificadamente, após ser considerado adjudicatário e dentro do prazo estabelecido pela Administração, a assinar o contrato, bem como aceitar ou retirar o instrumento equivalente, sem prejuízo de indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa e da sanção de suspensão de licitar e contratar com a administração pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, garantida a ampla defesa.

11.16 Nas hipóteses referidas no item precedente, após apuração efetuada através de processo administrativo, e não ocorrendo o pagamento perante a Administração, o valor da multa aplicada será inscrito na "Dívida Ativa", para cobrança judicial.

11.17. A multa poderá ser aplicada juntamente com a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração ou com a declaração de inidoneidade. As sanções por ato praticados no decorrer da contratação estão previstas no Instrumento de Contrato.

11.18 As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA.

11.19 As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito, devida e formalmente justificadas e comprovadas.

11.20. A aplicação das sanções estabelecidas compete ao Prefeito do Município de Ivaí. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui a responsabilização da licitante inadimplente por eventuais perdas ou danos causados à instituição. No processo de aplicação das sanções é assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

11.21. Poderá ser utilizada como base para aplicação de penalidades a Instrução Normativa nº 001/2017 da Secretaria Geral de Administração da União, publicada no Diário Oficial da União no dia 16 de outubro de 2017, página 198.

13 PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO:

13.1 O prazo para a execução/vigência do objeto da presente licitação será de 12 meses e será contado a partir da emissão do contrato.

13.2 Após a homologação do resultado, será a vencedora notificada e convocada, através da devida nota de empenho, **para no prazo de até 02 (dois) dias, entregar o objeto desta licitação**, para todos os **LOTES**, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 12, deste Edital.

- a. O objeto será recebido e aceito após sumária inspeção pelos órgãos técnicos da Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos, podendo ser rejeitado, caso a qualidade e especificações não atendam ao que foi licitado e às condições de recebimento e aceitação do (s) produto (s) constantes do **ANEXO 01** deste edital, e deverá ser substituído pelo fornecedor, no



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ
CNPJ 76.175.918/0001-33
Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem ônus para o Município, sob pena de suspensão da empresa de participar de licitação, de acordo com a legislação vigente.

14 DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado, a prazo, em até 30 dias após a execução do objeto com a apresentação da respectiva fatura, para todos os LOTES e/ou ITENS, mediante depósito em nome da empresa vencedora em contracorrente devidamente identificada e;

A contratada deverá, durante toda a vigência do contrato, manter em dia os pagamentos referentes ao INSS e FGTS.

a) Vencido o prazo estabelecido acima e não efetuado o pagamento, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 40, inciso XIV, alínea "c", e 55, inciso III, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, com suas alterações posteriores, ficando suspensos por 01 (um) ano quaisquer reajustes de preços, exceto as revisões para reequilíbrio econômico financeiro da relação contratual.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos orçamentários correrão por conta da seguinte dotação:

03001041220402200733903000000 0250

06001123611201202633903000000 1000

06001206062001201433903000000 0590

08001103011001204233903000000 1890

08001103011001204233903000000 1900

09002082440801205333903000000 2610

10002267822601107033903000000 3120

DISPOSIÇÕES FINAIS

- a. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Prefeitura Municipal de Ivaí revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivada de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. **O MUNICÍPIO DE IVAÍ** poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.
- b. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ
CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

- c. É facultado a(o) Pregoeiro (a), ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- d. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo (a) Pregoeiro (a), sob pena de desclassificação/inabilitação.
- e. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.
- f. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação e/ou aquisição.
- g. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.
- h. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo (a) Pregoeiro (a).
- i. A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.
- j. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Imbituva, Estado do Paraná, considerado aquele a que está vinculado o (a) Pregoeiro (a).
- k. O (A) Pregoeiro (a) e sua Equipe de Apoio, atenderão aos interessados no horário de **08:00 às 17:00 horas**, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, na Prefeitura Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, à Rua Rui Barbosa, 632 (Centro), para melhores esclarecimentos.
- l. A documentação apresentada para fins de habilitação da Empresa vencedora fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente.
- m. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do (a) Pregoeiro (a) em contrário.
- i. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo (a) Pregoeiro (a), nos termos da legislação pertinente.
- n. As condições estabelecidas no edital e seus anexos vinculam as partes, e nos casos em que se encontram presentes os requisitos do Artigo 55 da Lei 8.666/93, há substituição do instrumento do contrato, na forma do artigo 62 da mesma Lei já mencionada.
- o. Atendida a conveniência administrativa, ficam os licitantes vencedores obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais ou de fornecimento, os eventuais acréscimos ou supressões, em conformidade com o Artigo 65, seus parágrafos e incisos da Lei nº 8.666/93 com as alterações da Lei nº 8.883/94.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ
CNPJ 76.175.918/0001-33
Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I – Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

ANEXO 01

OBJETO:

O presente Pregão tem por objeto **Aquisição de 250 unidades de cargas de gás GPL P13 e 100 unidades de cargas de gás GPL P45 para as Secretarias Municipais**, conforme condições e especificações constantes no Edital e neste Termo de Referência.

1.1 TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO



Município de Ivaí
Solicitação 197/2021

Solicitação		Página 1			
Número	197	Então em	26/05/2021		
Quantidade de itens	2	Processo Gerado	Número 0/2021		
Solicitante	2100-8	Nome	DIORGENES JARSKI		
Local	3	Nome	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO		
Órgão	03	Nome	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		
Entrega		Pagamento	À PRAZO		
Local		Prazo	15 Dias		
Descrição:					
AQUISIÇÃO DE CARGAS DE GÁS GPL P13 E GPL P45.					
Justificativa:					
OBJETIVANDO ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ NA MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DE COZINHA, COPA E REFETÓRIO.					
001 CARGA DE GÁS					
Código	Nome	Unidade	Quantidade	Unitária	Valor
041496	CARGA DE GÁS GPL P13	CAR	250,00	100,00	25.000,00
041497	CARGA DE GÁS GPL P45	CAR	100,00	300,00	30.000,00
TOTAL					55.000,00
TOTAL GERAL					55.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ
CNPJ 76.175.918/0001-33
Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

2. PERÍODO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 12 meses

3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Proceder à entrega das mercadorias nas especificações e quantidades acordadas, de acordo com cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Administração.
- O fornecedor deverá proceder à troca de mercadorias danificadas.
- Se a empresa vencedora deixar de entregar o (s) produto (s) por qualquer motivo ou o fizer fora das especificações e condições pré-determinadas, poderão ser aplicadas as penalidades previstas no artigo 86 e seguintes da Lei 8.666/93, garantida a defesa prévia em processo próprio do interessado, independente de outras previstas em lei.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Notificar, por escrito, a contratada, em caso de eventuais distorções no processo de entrega de mercadorias, fixando prazo para a sua correção.
- Efetuar os pagamentos ajustados, dentro dos prazos acordados.
- Dar a contratada as condições necessárias a regular execução dos serviços.

5. FORMA DE ENTREGA

Entrega única em no máximo 02 dias após o recebimento da nota de empenho.

☐ Frete e custos com a descarga por conta do fornecedor.

FORMA DE PAGAMENTO

- A prazo em até 30 dias, após a entrega dos produtos.

No momento da liquidação do contrato, a contratada deverá apresentar certidões negativas de débitos junto ao INSS, FGTS e Trabalhista.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ
CNPJ 76.175.918/0001-33
Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

ANEXO 02

1. HABILITAÇÃO

1.1 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Todos os documentos solicitados neste anexo, excluindo as declarações que deverão ser datadas do dia do pregão, os demais não poderão ter datas de emissão superior a 60 (sessenta) dias.

1.2.1 Habilitação Jurídica

- a) **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social** em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b) **Inscrição do Ato constitutivo, no caso de sociedade civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.**
- c) **Certidão da Junta Comercial ME/EPP/MEI (com data de emissão e validade, expressa no documento)**

1.2.2 Regularidade Fiscal

- a) **Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual**, relativo à sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; **(com data de emissão e validade, expressa no documento);**
 - b) **Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Municipal** (alvará de licença para localização), relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto da presente licitação, com vigência válida para o exercício de 2021 e nos municípios em que os alvarás de licença não tem validade explícita no próprio, será considerado válido o apresentado dos exercícios anteriores com as alterações realizadas conforme contrato social;
 - c) **Prova de inscrição no CNPJ, com distinção de ME ou EPP;**
 - d) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, compreendendo os tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal e também com a **Dívida Ativa da União**, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;
 - e) Prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
 - f) Prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- e.1) No caso de municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros;
- g) **Certificado de Regularidade de Situação com o FGTS (CRS/FGTS);**
 - h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Inciso incluído pela Lei 12.440, de 2011). www.tst.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ
CNPJ 76.175.918/0001-33
Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

Na falta de validade expressa nos documentos de habilitação, ter-se-ão como válidos pelo prazo de 60 (sessenta) dias de sua emissão

1.1.3 Habilitação Técnica:

a) apresentar no mínimo 01 (um) atestado/declaração fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já forneceu, satisfatoriamente, o objeto licitado. O atestado/declaração deverá conter, no mínimo, o nome da empresa/órgão contratante, número de CNPJ, o nome do responsável pelo mesmo. **Poderá ser solicitado pela Comissão de licitação cópia (s) de notas fiscais emitidas em nome do (s) declarante (s) compatível com o objeto ora licitado para maior sustentação ao atestado apresentado.**

b) Registro na Agência Nacional do Petróleo – ANP;

1.1.5. Declarações:

Assinada por representante legal da proponente, de que:

- a) Não foi declarada **inidônea** para licitar por nenhum órgão federal, estadual ou municipal;
- b) Não há **superveniência** de fato impeditiva para a habilitação da proponente, sob as penas cabíveis, nos termos do Art. 32 da Lei nº 8.666/93;
- c) **A empresa atende ao disposto no Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal** (Lei 9.854 de 27/10/99);
- d) **Não integra em seu corpo social, nem no quadro funcional, empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal** – Art. 9º inciso III da Lei 8.666/93;
- e) Declaração de **Responsabilidade**;
- f) Declaração de **ME/EPP**;

1.1.6. Qualificação Econômico-Financeira

- a) **Certidão negativa falência e/ou recuperação judicial** expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, contendo expresso na própria certidão o prazo de sua validade.

a.1) Para as empresas que optarem de participar através de filial, deverá também ser apresentada certidão negativa para com o cartório/comarca onde se encontra instalada a filial.

a.2) Na falta de validade expressa na Certidão Negativa, ter-se-ão como válidos pelo prazo de 60 (sessenta) dias de sua emissão.

1.2 Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, publicação em órgão da imprensa oficial ou ainda em cópia simples, a ser autenticada pelo (a) Pregoeiro(a)/Equipe de Apoio, mediante conferência com os originais, não sendo aceito qualquer documento em papel termo- sensível (Fac-símile). As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ
CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

- 1.3 O (A) Pregoeiro (a) reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.
- 1.4 A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação.
- 1.5 Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e respectivo endereço referindo-se ao local da sede da empresa licitante. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram à matriz e outros à filial. Caso o licitante seja a Matriz e a executora dos serviços seja a filial, os documentos referentes à habilitação deverão ser apresentados em nome de ambas, simultaneamente.
- 1.6 Os documentos de habilitação deverão estar em plena vigência e, na hipótese de inexistência de prazo de validade expresso no documento, deverão ter sido emitidos há menos de 60 (sessenta) dias da data estabelecida para o recebimento das propostas.
- 1.7 **Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, por ocasião da licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição fiscal.**
- 1.8 **Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme § 1º do Artigo 43 da Lei 147/2014.**
- 1.9 **A não regularização da documentação implicará decadência do direito à Contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ
CNPJ 76.175.918/0001-33
Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivai – PR

ANEXO 03

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Apresentamos nossa proposta para prestação dos serviços objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica nº acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA

2. PROPOSTA (READEQUADA AO LANCE VENCEDOR)

Lote	Item	Qtd	Emb	Descrição do objeto	Unit	Total
TOTAL					Total Geral dos Itens	

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

3. CONDIÇÕES GERAIS

3.1. A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

De no mínimo, 90 (noventa) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

ANEXO 04

DECLARAÇÃO CONJUNTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº /2021

DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

Declara, sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente do procedimento licitatório instaurado pela Prefeitura Municipal de Ivaí, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

Declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

DECLARAÇÃO NÃO POSSUIR NO SEU QUADRO MENOR DE IDADE

Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9854, de 27.10.99, que acrescentou o inciso V ao art. 27 da Lei Federal nº 8666/93.

1) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.

DECLARAÇÃO DE NÃO POSSUIR EM SEU QUADRO FUNCIONARIO PUBLICO

Declara, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório que nenhum servidor público, ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal, integra nosso quadro societário, nem funcional, sob qualquer regime de contratação.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaramos para fins de atendimento ao que consta do edital, que tomamos conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e nos comprometemos a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer material de qualidade, sob as penas da Lei.

(Nome da empresa)

CNPJ / MF nº,

sediada (endereço completo)

Local e data

Nome e nº da cédula de identidade do declarante



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ
CNPJ 76.175.918/0001-33
Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

ANEXO 05

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____, DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006.

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

_____, ____ de _____ 2021.

(assinatura do responsável pela empresa)

(Assinatura do Contador ou Técnico Contábil)

OBSERVAÇÃO: Assinalar com um "X" a condição da empresa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

ANEXO 006- MINUTA CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2021.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ E _____

A Prefeitura Municipal de Ivaí, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Rui Barbosa, 632, centro, Ivaí – Pr, neste ato representado pelo senhor **IDIR TREVISÓ**, Prefeito Municipal, residente a Rua Dr. Ferreira Correia, centro, Ivaí – Pr, portador da cédula de identidade sob registro geral nº 197.260-1 SSP-PR e do CPF/MF nº 196.938.180-91, a seguir denominada CONTRATANTE a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua _____, nº _____, cidade _____, Estado _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº 000.000.000/0000-00, neste ato denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor _____, residente à Rua _____, nº _____, em _____, portador da cédula de identidade nº 000.000.000/0000-00, do CPF/MF nº 000.000.000-00, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Leis Complementares 123/2006 e 147/2014, Decreto Federal 10.024/2019 e com o Decreto Municipal nº 201 de 05/12/2016, subsidiariamente pelas normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e demais legislação aplicável, assim como pelas condições do Edital de Licitação nº ____/2021, Pregão ____/2021 - modalidade Eletrônico nº ____/2021, pelos termos da proposta da Contratada datada de ____/____/2021 e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

§ 1º - O presente contrato tem por objeto o fornecimento pela contratada ao contratante de _____, conforme mapa de proposta em anexo.

§ 2º – integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de Licitação ____/2021, Pregão ____/2021- Modalidade Processo Eletrônico ____/2021, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – FORMA DE EXECUÇÃO

A execução do presente Contrato dar-se-á sob a forma de execução indireta.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor global de R\$ _____.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

§ 1º - O pagamento será efetuado a prazo, em até 30 dias após a execução do objeto e mediante a apresentação da nota fiscal e será realizado unicamente por meios eletrônicos ofertados pelo sistema bancário na forma de créditos, ordem bancária, transferência eletrônica ou por outros serviços da mesma natureza, disponibilizados pelas instituições financeiras, na conta corrente da empresa, mediante apresentação do número do banco, da agência e da conta corrente, sendo vedada a utilização de cheques, conforme artigo 45 da Instrução Normativa nº 58/2011 do TCE/Pr.

a) Vencido o prazo estabelecido acima e não efetuado o pagamento, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 40, inciso XIV, alínea "c", e 55, inciso III, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, com suas alterações posteriores, ficando suspensos por 01 (um) ano quaisquer reajustes de preços, exceto as revisões para reequilíbrio econômico financeiro da relação contratual.

§ 2º: Na nota fiscal do objeto deverá constar a modalidade da licitação com o respectivo número e o nº do contrato (Pregão ____/2021 - Eletrônico nº ____/2021 e contrato nº ____/2021).

§ 3º: Caso se verifique erro na nota, o pagamento será sustado até que providências pertinentes sejam tomadas por parte da proponente, emitente da nota.

§ 4º: As notas deverão ser entregues na sede da Prefeitura Municipal de Ivaí, durante o horário do expediente.

§ 5º: O pagamento poderá ser sustado, no todo ou em parte, nos casos de:

- a) execução em desacordo com o avençado;
- b) existência de débito de qualquer natureza com a Contratante;
- c) não ter havido manutenção de todas as condições de qualificação exigidas para a contratação.

§ 6º: A contratada ficará obrigada a apresentar nota fiscal do objeto.

§ 7º: Nas notas fiscais deverá constar o ATESTO do encarregado responsável pelo recebimento das mercadorias, inclusive conter seu nome legível para fins de registro na liquidação da despesa.

I - Em caso de não constar esses dados, a nota não será empenhada.

§ 8º apresentação da prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

CLÁUSULA QUINTA – RECURSO FINANCEIRO

A despesa decorrente do presente Contrato será efetuada à conta dos seguintes recursos financeiros:

CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIO DE REAJUSTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

a) - O valor ora contratado será fixo, não podendo ser reajustado.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

§ 1º - Após a homologação do resultado e após a assinatura do contrato será a vencedora notificada e convocada, através da devida nota de empenho, **para no prazo de até 02 (dois) dias**, entregar o objeto desta licitação, para todos os LOTES, sob pena de decair do direito à contratação.

§ 2º - O prazo para a execução/vigência do objeto da presente licitação será de **12 meses** a partir da assinatura do contrato podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo, desde que satisfeitos os requisitos do artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

§ 3º - O prazo estabelecido no parágrafo segundo desta cláusula poderá ser prorrogado nos termos do art. 57, §§ 1º e 2º da lei nº 8/666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

§ 1º - Constituem direitos de a CONTRATANTE receber o objeto desse Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

§ 2º - Constituem obrigações da CONTRATANTE:

a) - efetuar o pagamento ajustado;

b) - verificar o objeto entregue atestando se atende as especificações do edital e da proposta vencedora, caso contrário não aceitando o mesmo, exigindo o cumprimento do presente contrato conforme mapa de proposta.

§ 3º - Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) - executar o objeto na forma ajustada;

b) - atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato; (ver art. 71).

c)- manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

d)- apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

e) - substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do presente Contrato, em que se verificarem vícios ou defeitos (ver art. 69)

CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- A CONTRATADA sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, as seguintes multas, sem prejuízo das sanções legais, Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93 e responsabilidades civil e criminal:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

A)- A Prefeitura poderá, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidas neste edital, convocar o proponente remanescente, na ordem de classificação, observando o direito de preferência estabelecido para as MPE, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive, quanto aos preços atualizados de conformidade com o presente edital, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 81 da lei nº 8.666/93.

B)- A recusa da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirá-lo dentro do prazo estabelecido no edital, estando a proposta dentro da validade, caracterizará o descumprimento da obrigação assumida, ficando a mesma sujeita a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor global da proposta, além de decair no direito a contratação.

C)- Além das já especificadas neste instrumento, sujeitam-se a adjudicatária inadimplente as demais penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo de outras medidas cabíveis preconizadas no Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078/90.

D)- O licitante e o contratado que incorram em infrações administrativas sujeitam-se às seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa, na forma prevista neste instrumento convocatório;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos; e

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 5 (cinco) anos.

E) - As sanções previstas nos itens I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

F) - Advertência é a sanção aplicada por conduta que prejudique o andamento do procedimento de licitação e de contratação.

G) - Fica estipulada a MULTA MORATÓRIA de 0,3% (três décimos percentual) por dia de atraso sobre o valor do bem atrasado quando a contratada, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida. A partir do décimo dia de atraso, essa multa será aplicada em dobro, e, decorridos 30 (trinta) dias corridos de atraso, o contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pelo cancelamento do pedido ou documento correspondente em razão da inexecução total do respectivo objeto, aplicando, na hipótese de inexecução total, apenas a multa prevista no item 12.8.

H)- Fica estipulada a MULTA COMPENSATÓRIA de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, na hipótese de inexecução total, caracterizada esta quando a execução do objeto contratado for inferior a 50% (cinquenta por cento) do total, quando houver reiterado descumprimento das obrigações assumidas, ou quando o atraso na execução ultrapassar o prazo limite de 30 (trinta) dias corridos, a que se refere o item 12.7, hipótese em que será cancelado o pedido ou documento correspondente.

I)- O valor correspondente a qualquer multa aplicada à contratada, respeitados os Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa, deverá ser depositado em até 10 (dez) dias corridos, após o



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

recebimento da notificação, em favor da contratante, ficando a contratada obrigada a comprovar o recolhimento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

J)- Decorrido o prazo de 10 (dez) dias corridos, para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias corridos, após a data da notificação, e, após este prazo, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

K) - A multa aplicada será descontada da contratada, no caso desta ser credora de valor suficiente.

L)- Se a multa aplicada for superior ao total dos pagamentos eventualmente devidos, a contratada responderá pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

M)- As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à contratante, decorrentes das infrações cometidas.

N) - Os valores relativos à aplicação das multas serão retidos do pagamento da contratada, durante o processo administrativo no qual se discute a sua regular aplicação, após o qual será devolvida à contratada ou estornada do empenho respectivo.

O) - A aplicação da multa a que se refere o item 12.4.1 não impede a rescisão unilateral do contrato nem que se apliquem as demais sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente.

P) - A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração serão aplicadas a licitante que:

Q) - recusar-se injustificadamente, após ser considerada adjudicatária, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;

R) - não mantiver sua proposta;

S) - incorrer em inexecução contratual.

T) - A aplicação da sanção prevista no item 10.4 deve observar o prazo de duração de no máximo 2 (dois) anos e impede a participação da sancionada em procedimentos promovidos pelo Município de Ivaí Pr.

U)- Quando o participante for punido com a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, durante o prazo de vigência de igual sanção imposta por pessoa da mesma esfera político-administrativa, ficará proibido de participar de procedimentos de contratação promovidos por todas as entidades estatais e órgãos do Estado, por prazo não superior ao maior prazo remanescente daquela anterior.

V)- A declaração de inidoneidade será aplicada a quem:

- Fizer declaração falsa na fase de habilitação;
- Apresentar documento falso;
- Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ
CNPJ 76.175.918/0001-33
Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

- Afastar ou procurar afastar participante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- Agir de má-fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;
- Tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em infrações à ordem econômica, definidos na Lei nº 8.884/94;
- Tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.
- A declaração de inidoneidade será aplicada pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos e produzirá seus efeitos perante o Município de Ivaí/PR.
- A autoridade máxima do órgão ou entidade é a autoridade competente para impor a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração.
- As penalidades de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública e a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração têm os seus efeitos estendidos:
- Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas de penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;
- Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no item anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA – PROCEDIMENTOS DE APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- A) - As sanções administrativas devem ser aplicadas em procedimento administrativo autônomo em que se assegure ampla defesa, cujo procedimento deve observar o seguinte:
- B) - o responsável pela aplicação da sanção deve autorizar a instauração do procedimento;
- C) - o ato de instauração deve indicar os fatos em que se baseia e as normas pertinentes à infração e à sanção aplicável;
- D) - o acusado dispõe de 5 (cinco) dias para oferecer defesa e apresentar as provas conforme o caso;
- E) - caso haja requerimento para produção de provas, o agente deve apreciar sua pertinência em despacho motivado;
- F) - quando se fizer necessário, as provas serão produzidas em audiência previamente designada para este fim;
- G) - concluída a instrução processual, a parte será intimada para apresentar razões finais, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

H) - transcorrido o prazo previsto no inciso anterior, a Administração, dentro de 15 (quinze) dias, elaborará o relatório final e remeterá os autos para deliberação da autoridade competente, após o pronunciamento da assessoria jurídica do Departamento de Licitações;

I)- todas as decisões do procedimento devem ser motivadas; e

J) - da decisão cabe recurso à autoridade superior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

L)- - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

M) . Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

N) - . A multa será descontada dos créditos constantes da fatura, ou outra forma de cobrança administrativa ou judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e nos termos dos arts. 79 e 80 da Lei 8.666/93.

§ Único – A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 8.666, de 21/06/1993, suas alterações e legislação pertinente e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente, os, princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. (ver art. 54).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VIGÊNCIA

O presente Contrato terá o prazo de vigência de 00/00/2021 a 00/00/2021, podendo ser prorrogado nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO – (artigos 66, 67, 69 e 70).

Os fiscais do presente contrato são os designados pela Portaria ____/2021.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS – (artigo 73).

O responsável pelo recebimento do objeto são os designados pela Portaria ____/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CASOS OMISSOS (art. 55, XII)

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93, suas alterações e legislação pertinente e dos princípios gerais de direito.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ
CNPJ 76.175.918/0001-33
Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - A Prefeitura Municipal de Ivaí, Estado do Paraná exige que licitantes, fornecedores, empreiteiros e seus agentes (sejam eles declarados ou não), subcontratados, subconsultores, prestadores de serviço e fornecedores, além de todo funcionário a eles vinculado, que mantenham os mais elevados padrões de ética durante a aquisição e execução de contratos.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

(i) "prática corrupta": significa oferecer, entregar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido a ação de terceiros;

Para os fins deste parágrafo, "terceiros" refere-se a um funcionário público que atue no processo de aquisição ou na execução do contrato. Nesse contexto, "funcionário público" inclui a equipe do Banco Mundial e os funcionários de outras organizações que examinam ou tomam decisões sobre aquisição.

(ii) "prática fraudulenta": significa qualquer ato, falsificação ou omissão de fatos que, de forma intencional ou irresponsável induza ou tente induzir uma parte a erro, com o objetivo de obter benefício financeiro ou de qualquer outra ordem, ou com a intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;

Para os fins deste parágrafo, "parte" refere-se a um funcionário público; os termos "benefício" e "obrigação" são relativos ao processo de aquisição ou à execução do contrato; e o "ato ou omissão" tem como objetivo influenciar o processo de aquisição ou a execução do contrato.

(III) "prática colusiva": significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um objetivo indevido, inclusive influenciar indevidamente as ações de outra parte;

Para os fins deste parágrafo, o termo "partes" refere-se aos participantes do processo de aquisição (inclusive funcionários públicos) que tentam por si mesmos ou por intermédio de outra pessoa ou entidade que não participe do processo de aquisição ou seleção simular a concorrência ou estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos ou ter acesso às propostas de preço ou demais condições de outros participantes.

(IV) "prática coercitiva": significa prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte;

Para os fins deste parágrafo, "parte" refere-se a um participante do processo de aquisição ou da execução do contrato.

(v) "prática obstrutiva": significa:

(aa) deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação do Banco de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou (bb) atos que tenham como objetivo impedir materialmente o exercício dos direitos do Banco de promover inspeção ou auditoria, estabelecidos no parágrafo (e) abaixo:

(b) rejeitará uma proposta de outorga se determinar que o licitante recomendado para a outorga do contrato, ou qualquer do seu pessoal, ou seus agentes, subconsultores, subempreiteiros, prestadores



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

de serviço, fornecedores e/ou funcionários, envolveu-se, direta ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao concorrer para o contrato em questão;

(c) declarará viciado o processo de aquisição e cancelará a parcela do empréstimo alocada a um contrato se, a qualquer momento, determinar que representantes do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos empréstimo envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de aquisição ou de implementação do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco, para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente o Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;

(d) sancionará uma empresa ou uma pessoa física, a qualquer tempo, de acordo com os procedimentos de sanção cabíveis, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado: (i) para a outorga de contratos financiados pelo Banco; e (ii) para ser designado subempreiteiro, consultor, fornecedor ou prestador de serviço de uma empresa elegível que esteja recebendo a outorga de um contrato financiado pelo Banco;

Uma empresa ou uma pessoa física pode ser declarada inelegível para a outorga de um contrato financiado pelo Banco: (i) após a conclusão do processo de sanção conforme os procedimentos do Banco, incluindo, inter alia, impedimento "cruzado", conforme acordado com outras Instituições Financeiras Internacionais, como Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e através da aplicação de procedimentos de sanção por fraude e corrupção em licitações corporativas do Grupo Banco Mundial, e (ii) em decorrência de suspensão temporária ou suspensão temporária preventiva em relação a um processo de sanção em trâmite.

Um subempreiteiro, consultor, fabricante ou fornecedor ou prestador de serviço nomeado (nomes diferentes podem ser usados dependendo do edital de licitação específico) é aquele que: (i) foi indicado pelo licitante em sua pré-qualificação ou proposta porque traz experiência e conhecimento específicos ou cruciais que permitem ao licitante cumprir as exigências de qualificação para a licitação em tela; ou (ii) foi indicado pelo Mutuário.

(e) Os licitantes, fornecedores e empreiteiros, assim como seus subempreiteiros, agentes, pessoal, consultores, prestadores de serviço e fornecedores; deverão permitir que o Banco inspecione todas as contas e registros, além de outros documentos referentes à apresentação das propostas e à execução do contrato, e os submeta a auditoria por profissionais designados pelo Banco.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CASOS OMISSOS (art. 55, XII)

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93, suas alterações e legislação pertinente e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO (art. 55, § 2º)

Fica eleito o foro da Comarca de Imbituva-PR para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em três (03) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Ivaí, ____ de _____ de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ
CNPJ 76.175.918/0001-33
Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivai – PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR
Idir Treviso - Prefeito Municipal
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

V – evitar exposição pública de pessoas que não sejam parlamentares; e,
VI – portar-se adequadamente com vestuário condigno durante a realização da sessão pela modalidade remota.

Parágrafo único. Aplica-se às sessões, pela modalidade remota, a disciplina das sessões extraordinárias e ordinárias, no que couber.

Art. 10. A integração do sistema de videoconferência deverá integrar as soluções tecnológicas disponíveis na Câmara, ou que venham a ser desenvolvidas ou adquiridas.

Art. 11. O Presidente da Câmara Municipal decidirá sobre os casos omissos.

Art. 12. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 2021.

LINDSEY JENIFER FAIX PEREIRA
Presidente da Câmara Municipal de Ivaí

Publicado por:
Edson Domareski
Código Identificador:AC6C2507

DIVISÃO DE LICITAÇÃO **AVISO DE LICITAÇÃO Nº 113/2021 PREGÃO ELETRÔNICO** **Nº 090/2021 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 090/2021**

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 113/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 090/2021
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 090/2021
(Lei Federal nº 8.666/9 e Decreto 10.024/19.
Tipo de licitação: MENOR PREÇO.
OBJETO: Aquisição de 250 unidades de cargas de gás GPL P13 e 100 unidades de cargas de gás GPL P45 para as Secretarias Municipais.
Dotação Orçamentária:
03001041220402200733903000000 0250
06001123611201202633903000000 1000
06001206062001201433903000000 0590
08001103011001204233903000000 1890
08001103011001204233903000000 1900
09002082440801205333903000000 2610
10002267822601107033903000000 3120
Data limite para acolhimento de PROPOSTA: 14/06/2021 – 13:00hs.
Data de início da fase de LANCES: 14/06/2021 – a partir das 13:30 hs.
Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Dpto. Mun. de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR - Rua Rui Barbosa, 606 – Centro - Ivaí – Pr - fone – (42) - 3247-1222 - ramal 216 – site: www.ivaipr.gov.br

Ivaí, 28 de maio de 2021.

WELTON ADEMIR FERREIRA
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Keila Storer Bueno
Código Identificador:1E58E39F

DIVISÃO DE LICITAÇÃO **AVISO DE LICITAÇÃO Nº 114/2021 PREGÃO ELETRÔNICO** **Nº 091/2021 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 091/2021**

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 114/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2021
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 091/2021
(Lei Federal nº 8.666/9 e Decreto 10.024/19.
Tipo de licitação: MENOR PREÇO.
OBJETO: Sistema de monitoramento por câmeras para o Centro Poliesportivo Municipal e Centro Municipal de Eventos, sendo 2 kits com 16 câmeras cada.

Dotação Orçamentária:

03001041220402200744905200000 0330

Data limite para acolhimento de PROPOSTA: 14/06/2021 – 09:00hs.

Data de início da fase de LANCES: 14/06/2021 – a partir das 09:30 hs.

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Dpto. Mun. de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR - Rua Rui Barbosa, 606 – Centro - Ivaí – Pr - fone – (42) - 3247-1222 - ramal 216 – site: www.ivaipr.gov.br

Ivaí, 28 de maio de 2021.

WELTON ADEMIR FERREIRA
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Keila Storer Bueno
Código Identificador:02085EAB

DIVISÃO DE LICITAÇÃO **AVISO DE LICITAÇÃO Nº 115/2021 TOMADA DE PREÇO Nº** **021/2021 (LEIS FEDERAIS Nº 8.666/93) TIPO DE LICITAÇÃO:** **MENOR PREÇO**

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 115/2021
TOMADA DE PREÇO Nº 021/2021
(Leis Federais nº 8.666/93)
Tipo de licitação: MENOR PREÇO
OBJETO: Obra de lombadas e tapa buracos.
Recebimento e protocolo dos envelopes: 14/06/2021 até as 17h:00min.
Sessão de julgamento: 15/06/2021 às 09:00hrs
Dotação Orçamentária:
10001154511501106044905100000 2870
Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR - Rua Rui Barbosa, 606 – Centro - Ivaí – Pr - fone – (42) - 3247-1222 - ramal 216 – site: www.ivaipr.gov.br

Ivaí, 28 de maio de 2021

WELTON ADEMIR FERREIRA

Publicado por:
Keila Storer Bueno
Código Identificador:A97488A3

DIVISÃO DE LICITAÇÃO **EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO** **Nº 092/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 074/2021 PROCESSO** **ELETRÔNICO Nº 074/2021 (LEIS FEDERAIS Nº 8.666/93 E** **10.024/2019)**

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
LICITAÇÃO Nº 092/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 074/2021
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 074/2021
(Leis Federais nº 8.666/93 e 10.024/2019)
Tipo de licitação: MENOR PREÇO.
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, frutas e verduras para suprir a demanda do Hospital Municipal.
VALOR UNITÁRIO LOTE 001: R\$ 140.050,00
VALOR UNITÁRIO LOTE 002: R\$ 76.717,10
VALOR GLOBAL: R\$ 216.767,10
PARTICIPANTES HABILITADOS E ADJUDICADOS:
•M.E. GRAEBIN- LOTE 0001;
•COMERCIAL SANTA ANA LTDA-EPP- LOTE 002;
HOMOLOGAÇÃO: 24.05.2021

NICOLI CROCOLI
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Keila Storer Bueno
Código Identificador:67C6E41D

CÂMARA MUNICIPAL DE RESERVA

ESTADO DO PARANÁ

INEXIGIBILIDADE - 007/2018

ADITIVO 03/2019

Extrato de 1º termo aditivo Contrato 010/2018 Para fins de Publicação	Vigência		Valor máximo Mensal R\$ 900,00
	Início	Término	
	15/06/2021	15/06/2022	
Contratante:	CÂMARA MUNICIPAL DE RESERVA		
Contratado:	EDITORA JORNAL DA MANHÃ DE PONTA GROSSA LTDA - CNPJ: 09.619.389/0001-65		
Objeto:	Prorrogação de prazo de execução e aditamento de valor: Publicação mensal dos atos oficiais do Município de Reserva, tais como: portarias, decretos, leis, relatórios fiscais, avisos de licitação, extratos de contrato, termos aditivos, editais diversos, simulais, etc.		

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2021

OBJETO: Contratação de empresa(s) para fornecimento e montagem de casas de química em pré-moldado para os sistemas de abastecimentos de água tratada e montagem de estruturas em pré-moldado para sustentação de um reservatório de água, com capacidade para 20.000 litros, incluindo escada tipo Marinheiro.

PREÇO MÁXIMO ADMITIDO: R\$ 152.733,30 (Cento e cinquenta e dois mil, setecentos e trinta e três reais e trinta centavos).

DATA: 22 de junho de 2021, às 08h30m, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Prudentópolis.

INFORMAÇÕES: As informações poderão ser obtidas no site www.prudentopolis.pr.gov.br, e também junto ao Depto de Licitações da Prefeitura Municipal de Prudentópolis, localizado na Rua Barbosa, nº 801, Centro, Prudentópolis-Pr, CEP 84400-000, fone (42) 3446-8007 de segunda a sexta-feira, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas.

Vanessa Ap. Becher Sass
Membro da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA

ESTADO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE APRAZAMENTO E RETIFICAÇÃO DO EDITAL
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 5/2020

A Prefeitura Municipal de Jaguariáiva, por intermédio de seu Presidente da Comissão de Licitação, torna público a todos os interessados da Concorrência em referência que houve alteração no edital de licitação que tem por objeto Concessão de direito real de uso, a título oneroso de imóveis de propriedade do Município, situados no Complexo Matarazzo. Em consideração das alterações, a data de abertura fica aprazada para o dia 01 de julho de 2021 às 09h30min. O edital alterado poderá ser adquirido através do e-mail: comprasjag@gmail.com ou através do link <http://portal.jaguariaiva.pr.gov.br/transparencia/licitacoes/>. Maiores informações no Depto de Compras e Licitação - sito a Praça Isabel Branco, 142, Centro Administrativo Otello Renato Baroni - telefone (43) 3535-9400 - Ramal: 9458 no horário: das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h30min.

Jaguariáiva, 31 de maio de 2021.

Vinicius Weigert

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O site do Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios, Mercados, Minimercados, Supermercados e Hipermercados de Ponta Grossa e da Região dos Campos Gerais do Paraná, no uso de suas atribuições estatutárias convoca pelo presente edital todos os integrantes da categoria econômica do "Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios, Mercados, Minimercados, Supermercados e Hipermercados" dos municípios de Ponta Grossa, Guaimiranga, Imbituva, Ipiranga, Palmera, Telêmaco Borba e Tibagi, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 08 de Junho de 2021, de forma online, pela plataforma de videoconferência Zoom.us, às 16h00 em primeira convocação e às 16h30min. em segunda convocação com qualquer número de presentes para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

Discussão sobre a Convenção Coletiva de Trabalho 2021/2022;
Amizade Sindicato - valor, data e forma de pagamento.
Demais assuntos de interesse da categoria.

Ponta Grossa, 01 de Junho de 2021.
Cesar Moro Tozetto - Presidente

PONTA GROSSA CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL I OFÍCIO
Rua Frei Caneca, nº 120, Centro.
Município e Comarca de Ponta Grossa
Estado do Paraná.
Telefone 42 - 3224 - 0307

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram-me os documentos exigidos pelo artigo 1525 nº I, II, IV e V do Código Civil Brasileiro.

SAULO LORRAN BARROS DOS SANTOS e THAIS CAROLINE TITZ
CRISTIANO RODRIGUES DUARTE e ALINE DE ALMEIDA DOS SANTOS
VALTER DOS SANTOS SELINGER e SILVANA APARECIDA DA SILVA DOS SANTOS
MARCOS RODRIGUES DE PAULA e ELIZANDRA APARECIDA DE OLIVEIRA KNECHTEL
IGOR PINHEIRO e EDILANE PROENÇA GONÇALVES
SAUL STANLEY FERREIRA IURK e ELIETE APARECIDA PROENÇA GONÇALVES

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI

ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 113/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2021
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 090/2021
(Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto 10.024/19).

Objeto: Aquisição de 250 unidades de cargas de gás GPL P13 e 100 unidades de cargas de gás GPL P45 para as Secretarias Municipais.

Detalhamento Orçamentário:
0300104122040220073390300000 0250
0600112361120120263390300000 1000
06001206362001201243390300000 0690
0600119301100120423390300000 1850
0600119301100120423390300000 1900
0600206240060120533390300000 2610
10002267826260110703390300000 3120

Data limite para acolhimento de PROPOSTA: 14/06/2021 - 13:00h.

Data de início da fase de LANCES: 14/06/2021 - a partir das 13:30 h.

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Dpto. Mun. de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI - PR - Rua Rui Barbosa, 606 - Centro - Ivai - PR - fone - (42) - 3247-1222 - ramal 216 - site: www.ivaipr.gov.br

Ivai, 28 de maio de 2021.

Welton Ademir Ferreira - Pregoeiro Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 114/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2021
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 091/2021
(Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto 10.024/19).

Objeto: Sistema de monitoramento por câmeras para o Centro Poliesportivo Municipal e Centro Municipal de Eventos, sendo 2 kits com 16 câmeras cada.

Detalhamento Orçamentário:
0300104122040220073490300000 0330

Data limite para acolhimento de PROPOSTA: 14/06/2021 - 09:00h.

Data de início da fase de LANCES: 14/06/2021 - a partir das 09:30 h.

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Dpto. Mun. de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI - PR - Rua Rui Barbosa, 606 - Centro - Ivai - PR - fone - (42) - 3247-1222 - ramal 216 - site: www.ivaipr.gov.br

Ivai, 28 de maio de 2021.

Welton Ademir Ferreira - Pregoeiro Municipal

AVISO DE PRORROGAÇÃO DATA DE JULGAMENTO
LICITAÇÃO Nº 115/2021
TOMADA DE PREÇO Nº 021/2021
(Lei Federal nº 8.666/93)

Objeto: Obra de lombadas e tapa buracos. Recebimento e protocolo dos envelopes: 16/06/2021 até às 17h00min.

Nota data sessão de julgamento: 17/06/2021 às 09:00h.

Detalhamento Orçamentário:
10001154511501106044905100000 2870

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI - PR - Rua Rui Barbosa, 606 - Centro - Ivai - PR - fone - (42) - 3247-1222 - ramal 216 - site: www.ivaipr.gov.br

Ivai, 31 de maio de 2021

Welton Ademir Ferreira

AVISO DE REVOGAÇÃO Nº 111/2021
TOMADA DE PREÇO Nº 020/2021
(Lei Federal nº 8.666/93)

Objeto: Obra-Pavimentação asfáltica na Rua Dr. Ferreira Correia.

Motivação: Readequação ao edital.

Detalhamento Orçamentário:
10001154511501106044905100000 2870

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI - PR - Rua Rui Barbosa, 606 - Centro - Ivai - PR - fone - (42) - 3247-1222 - ramal 216 - site: www.ivaipr.gov.br

Ivai, 31 de maio de 2021

Welton Ademir Ferreira

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
LICITAÇÃO Nº 092/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 074/2021

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 074/2021

(Lei Federal nº 8.666/93 e 10.024/2019)

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, frutas e verduras para suprir a demanda do Hospital Municipal.

VALOR UNITÁRIO LOTE 001: R\$ 140.050,00

VALOR UNITÁRIO LOTE 002: R\$ 76.717,10

VALOR GLOBAL: R\$ 216.767,10

PARTICIPANTES HABILITADOS E

ADJUDICADOS:

M.E. GRAEBIN - LOTE 0001;

-COMERCIAL SANTA ANA LTDA-EPP- LOTE 002;

HOMOLOGAÇÃO: 24.05.2021

Nicoli Crocchi - Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
LICITAÇÃO Nº 107/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 086/2021

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 086/2021

(Lei Federal nº 8.666/93 e 10.024/2019)

Objeto: Sêmen para o PIA (Programa de Inseminação Artificial) Itens desertos da licitação 055/2021.

VALOR UNITÁRIO LOTE 001: R\$ 3.450,00

VALOR UNITÁRIO LOTE 002: R\$ 5.925,00

VALOR UNITÁRIO LOTE 003: R\$ 13.525,00

VALOR UNITÁRIO LOTE 004: R\$ 3.450,00



CLUBE PRINCESA DOS CAMPOS

Rua Cel Dulcídio, 901 - centro - Ponta Grossa - Paraná
Fone: (42) 3228-4300 - www.clubeverde.com.br

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Diretoria do Clube Princesa dos Campos (Clube Verde), inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 80.255.080/0001-94, com sede social à Rua: Coronel Dulcídio, 901, centro, nesta cidade de Ponta Grossa, no uso de suas atribuições institucionais e estatutárias, com base no artigo 5º letra "a" do Estatuto Social do Clube, pelo presente CONVOCA seus sócios Beneméritos, Remidos e Contribuintes para participar da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em sua sede social, no salão Arthur Ribeiro, no dia 02 de JUNHO de 2021, às 19h30min e às 20h em segunda convocação, obedecendo-se os quóruns estatutários previstos no artigo 6º parágrafo 1º do Estatuto do Clube Princesa dos Campos, para:

- Prestação de conta biênio 2018 / 2019

Para todos os fins e efeitos jurídicos, judiciais e estatutários, e para que chegue ao conhecimento de todos mandamos publicar.

Serão obedecidas todas as normas vigentes à época, com relação à pandemia do COVID-19.

Ponta Grossa, 19 de Abril de 2021.

CLUBE PRINCESA DOS CAMPOS

Denilson Andrade da Rosa
Presidente

Fernando Desck Pereira
1º Secretário

FAUEPG

Fundação de Apoio ao
Desenvolvimento Institucional,
 Científico e Tecnológico

CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
DA FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

Convocamos todos os Membros Instituidores a participarem da Assembleia Geral Extraordinária da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Institucional, Científico e Tecnológico da UEPG - FAUEPG a ser instalada no dia 15 de junho de 2021, às 18 horas, em primeira convocação, com a presença de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros, em segunda convocação, às 18h30, com qualquer número de membros, no auditório da FAUEPG, Rua Siqueira Campos, 123 - Bairro: Uvaranas.

A assembleia deliberará sobre a seguinte pauta:

- Homologação das prestações de contas aprovadas pelo Conselho Deliberativo 2019/2020;
- Assuntos diversos.

Cordialmente,
Sinvaldo Baglie
Presidente da FAUEPG
Ponta Grossa, 31 de maio de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA
ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº. 3280 / 2021.

Súmula: Designa a Comissão organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2021. O PREFEITO MUNICIPAL DE RESERVA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial as disposições da Lei Orgânica do Município de Reserva, Artigo 89, II, "c", e em conformidade com o disposto nas Leis Municipais nº. 039/94, 785/2017, 016/2005, bem como pelo Decreto nº. 062/93 (Regulamento Geral de Concursos), e demais disposições legais aplicáveis; Considerando o Ofício 099/2021, expedido pela Secretaria Municipal de Saúde, indicando servidores integrarem a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado 002/2021.

RESOLVE

Art. 1º Ficam designados os servidores RICARDO ARCANJO, Diretor do Departamento de Saúde, LINCOLN MAURO MIRA FERNANDES, ocupante do cargo de Médico e FRANCIANE OLIVEIRA DE FARIA FERNANDES, ocupante do cargo de Enfermeiro I, para, sob a presidência do primeiro e secretariado pelo último constituírem COMISSÃO ORGANIZADORA incumbida de organizar o Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2021.

Parágrafo Único. Em razão das funções de organização e fiscalização inerentes à Comissão de que trata o caput, determina-se aos servidores para que diligentemente acompanhem todos os procedimentos relativos ao certame, eliminando quaisquer dúvidas quando necessário, ficando dispensados os servidores de suas atribuições usuais e cotidianas quando necessária sua atuação no Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2021 para solução de eventuais pontos controversos ou quaisquer necessidades processuais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria 3279/2021.

GABINETE DO PREFEITO, em 31 de maio de 2021.

LUCAS MACHADO RIBEIRO
Prefeito do Município de Reserva
Estado do Paraná

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA
ESTADO DO PARANÁEXTRATO DE CONTRATO Nº 111/2021
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 043/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RESERVA. CONTRATADA: BOFFE & CIA LTDA, inscrita

Boa Tarde !

IMPUGNAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90/2021 – DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ / PR

Prezados senhores :

Vimos por meio desta solicitar a impugnação do edital do Pregão Eletrônico Nº 90/2021, tendo em consideração que, não foram incluídos como documentação de habilitação os documentos técnicos abaixo especificados, aos quais são obrigatórios para a operação da atividade de comercialização de gás liquefeito de petróleo – GLP, conforme exigência de legislação específica para cada documento.

Sendo assim, pedimos vossa atenção e análise cautelosa para deferimento ao nosso pedido de impugnação, amparados na legislação pertinente aos documentos conforme segue:

- LICENÇA DE OPERAÇÃO EMITIDO PELA SEDE DA EMPRESA PARTICIPANTE - LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E DEMAIS NORMAS .
- CERTIFICADO DE VISTORIA EMITIDO PELO CORPO DE BOMBEIROS ATUALIZADO .
- CERTIFICADO DE REGULARIDADE – CR EMITIDO PELO IBAMA ATUALIZADO DA FILIAL PARTICIPANTE DA LICITAÇÃO – CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 06 DE 15/03/2013.
- AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL PARA O TRANSPORTE INTERESTADUAL DE PRODUTOS PERIGOSOS EMITIDO PELO IBAMA.
- ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO EMITIDO PELA PREFEITURA MUNICIPAL SEDE DA EMPRESA JUNTAMENTE TAXA DO ALVARÁ MUNICIPAL E COM O COMPROVANTE DO PAGAMENTO ÷ LEI COMPLEMENTAR Nº 14.376, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013.

no aguardo.

Sem mais, ficamos

Atenciosamente

INFORMAÇÕES CADASTRAIS

RAZÃO SOCIAL: COMPANHIA ULTRAGAZ S.A.

CNPJ: 61.602.199/0232-44

ENDEREÇO: RUA ANTONIO FREDERICO OZANAN, Nº 1655

BAIRRO: BRIGADEIRO

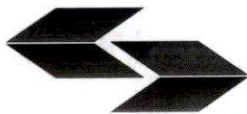
CEP: 92.420.360-00

MUNICÍPIO: CANOAS

UF: RS

TELEFONE: (51) 3092.1855 – 3092.1850 FAX: (51) 3092.1858

E-MAIL: licitacoes.ferrari@terra.com.br



BLL COMPRAS

Esclarecimentos - Processo 090/2021 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR

Requerimento

Criado em	Texto
01/06/2021 11:22	Bom Dia! Ao Senhor(a) Pregoeiro(a) e à equipe de apoio da Comissão de Licitação, venho, por meio deste e-mail, encaminhar um breve questionamento referente ao Processo Licitatório Nº 90/2021. Nossa empresa utiliza a forma de operacionalização à entrega das (Re)Cargas de Gás GLP o sistema via "Vale-Gás Ultragaz" de P-02, P-05, P-13, P-20 e P-45, onde, após o recebimento da Nota de Empenho iremos emitir e enviar para o Órgão a Nota Fiscal juntamente com os Vales, de acordo com sua necessidade. Se possível, a solicitação deve ser conforme consumo mensal. Em posse destes, os mesmos irão entrar em contato com o Supervisor/Consultor da Ultragaz de sua cidade e/ou região e irão efetuar a troca dos Vales pelas (Re)Cargas de Gás, posterior a isto, a Nota Fiscal será encaminhada para pagamento. Salientamos que, esta forma de operacionalização dará mais celeridade nas entregas das (Re)Cargas de Gás GLP, não alterando o objeto ou o prazo de entrega estabelecido no edital. Deste modo, nossa dúvida é saber se este Órgão, aceita ou recusa esta forma de entrega.

COMPANHIA

A

ULTRAGAZ

S.A -

616021990

23244

licitacoes.ferrari@terra.com.br / (51) 3092-1853

Fernando

OK

Resposta

Criado em

Texto


WELTON ADEMIR FERREIRA

IVAÍ-PR - 04/06/2021

Gerado em: 04/06/2021 14:13:30



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76 175 918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR



PROCURADORIA JURÍDICA

PARECER

Interessado: **PREGOEIRO MUNICIPAL**

Assunto: **Impugnações de Edital de Licitação**

1. Relatório

A empresa, apresentou impugnação aos termos do edital de licitação 113/2021, Pregão Eletrônico 090/2021, alegando que o edital de licitação deveria exigir a seguinte documentação: LICENÇA AMBIENTAL PARA OPERAÇÃO, CERTIFICADO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIRO, CR EMITIDO PELO IBAMA, AUROTIZAÇÃO AMBIENTAL PARA O TRANSPORTE INTERESTADUAL E ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO.

Requer finalmente que seja a impugnação julgada procedente, alterando-se o edital para que passe constar no mesmo a exigência dos documentos constantes da impugnação.

Relatado, passa-se ao exame do mérito.

2. Mérito

Tendo em vista o disposto no art. 41 § 2º da Lei 8.666/93, verifica-se a tempestividade da impugnação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76 175 918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR



O processo licitatório destina-se a selecionar proposta mais vantajosa para a administração pública, segundo o que preceitua o art. 3º da Lei 8666/93, observando-se os princípios ali elencados.

Quanto ao princípio da proposta mais vantajosa, Marçal Justen Filho assim nos ensina (Dialética, 13ª. Ed., 2009, pg. 588):

“A vantajosidade das propostas será avaliada pela conjugação de diversos aspectos, desde que previstos no instrumento convocatório.”

O edital não pode fazer exigências que restrinjam a competitividade do certame, no entanto não pode se afastar da observância do princípio da legalidade, ou seja, de cumprir a lei e exigir de seus fornecedores que também cumpram, não podendo contratar com quem evidentemente não cumpre dispositivos legais.

Alguns dos documentos elencados pelo impugnante a municipalidade não está obrigada a exigir do licitante, cabendo a administração delimitar os documentos necessários para a habilitação técnica dos licitantes.

Dentre os documentos elencados na impugnação, entende esta procuradoria que deveria se acrescentar no edital a exigência de Licença de Operação emitida pelo órgão ambiental competente para o funcionamento da empresa, haja vista que o funcionamento de empresa como a



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76 175 918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR



que se pretende contratar, sem o devido licenciamento ambiental, caracteriza inclusive crime ambiental conforme disposto na Lei 9605/98.

Art. 56. Produzir, processar, embalar, importar, exportar, comercializar, fornecer, transportar, armazenar, guardar, ter em depósito ou usar produto ou substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde humana ou ao meio ambiente, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou nos seus regulamentos:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

Ainda:

Art. 60. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território nacional, estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes:

Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

A exigência de regularidade ambiental, como critério de qualificação técnica, em se tratando de objeto licitatório a ser fornecido por empresa cuja atividade está sujeita a licença ambiental, é legal uma vez que objetiva garantir o cumprimento da obrigação contratual e é essencial para que o objeto da licitação seja executado sem o comprometimento do meio ambiente.

Assim se posicionou o Supremo Tribunal no Agravo de Instrumento 837832 MG:

“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ANULATÓRIA. DECISÃO DE INABILITAÇÃO EM PREGÃO. EXIGÊNCIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL. DECRETO Nº 44.122/05. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. No exercício de sua competência



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76 175 918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR



regulamentar, o Poder Executivo poderá exigir a apresentação de licenciamento ambiental para habilitação de empresa em licitação para aquisição de bens móveis, já que se afigura exigência de qualificação técnica que não implica discriminação injustificada entre os concorrentes, assegura a igualdade de condições entre eles e retrata o cumprimento do dever constitucional de preservação do meio ambiente. A Administração Pública, além de observar a igualdade de condições a todos os concorrentes, também atenderá aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo (art. 3º, Lei nº 8.666/93). A aplicação da pena por litigância de má-fé deve ser dada apenas nos casos de indubitosa prática de dolo processual. Recursos conhecidos, mas não providos” (fl. 339).

Quanto aos outros documentos elencados na impugnação do edital, entende esta procuradoria não existe uma obrigatoriedade da exigência dos mesmos.

3. Conclusão

Ante o exposto, impõe-se o conhecimento da impugnação em pauta porque tempestivas e no mérito dar-lhe parcial provimento, adicionando-se as exigências editalícias a de apresentação da Licença Ambiental de Operação válida, emitida pelo órgão ambiental competente, mantendo-se as disposições do edital.

É o parecer.

Ivaí, 09 de junho de 2021.

Wilson A. Eidam

ADVOGADO – OAB/PR - 26400

CLASSIFICADOS

COMERCIAL

VENDE-SE LOJA DE COMPONENTES ELETRÔNICOS

TOP ELETRONICA componentes eletrônicos em geral, cabos, antenas e conectores, 18 anos no ramo, ótima clientela. Rua Bonifácio Vilela, 96 - Centro, Contato (42) 3028-6726 ou 9 9942 7667.

Avisos

EXTRAVIO DE DOCUMENTOS

Eu, LETICIA CAROLINE CONDOLO, portadora do RG nº 11103461-3, comunico para os devidos fins extraviado meu diploma de ODONTOLOGIA, pela Universidade ESTADUAL DE PONTA GROSSA, concluído em 2019, razão pela qual solicito emissão de 2ª via e declaro que o documento anteriormente expedido será inutilizado, caso localizado.

SUMULA DO REQUERIMENTO DA LICENÇA PRÉVIA

A ADN Loteadora Ltda, CNPJ: 11.815.623/0001-39, torna público que irá requerer a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Ponta Grossa - PR, a Licença Prévia, para o conjunto habitacional Residencial Avant Garden, localizado na Rua Anita Filipowski, s/nº, no bairro Contorno, na cidade de Ponta Grossa - PR.

Agência do Trabalhador de Ponta Grossa

3220-1070

AÇOUGUEIRO

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AÇOUGUEIRO DEOSSADOR

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ANALISTA DE MARKETING

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ARMADOR DE FERRAGENS NA CONSTRUÇÃO CIVIL

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ATENDENTE DE LOJA

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AUXILIAR CONTÁBIL

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AUXILIAR DE ARMAZENAMENTO

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AUXILIAR DE COZINHA

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AUXILIAR DE LAVANDERIA

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AUXILIAR DE MARCENEIRO

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AUXILIAR DE MECÂNICO DE AUTOS

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AUXILIAR DE TÉCNICO DE ELETROÔNICA

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

BOBINADOR ELETRICISTA, À MÃO

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

BORDADEIRA

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

CABELEIREIRO

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

CALDEIREIRO MONTADOR

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

CARPINTIRO

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

CARRETEIRO (MOTORISTA DE CAMINHÃO-CARRETA)

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

CHACAREIRO - EXCLUSIVA COM PRÓPRIA EMPREGADOR

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

CONFITEIRO

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

CONSULTOR DE VENDAS

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

CONTADOR

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

CONTROLADOR DE PRODUÇÃO

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

CONTROLADOR DE SERVIÇOS DE MÁQUINAS E VEÍCULOS

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

COZINHEIRO DE RESTAURANTE

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ELETRICISTA

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

EMPREGADO DOMÉSTICO NOS SERVIÇOS GERAIS

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ENCARREGADO DE ALMOXARIFADO

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ENFERMEIRO

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

FERRAMENTEIRO

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

FISCAL DE LOJA

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

FISIOTERAPEUTA GERAL

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

INSPEÇÃO DE QUALIDADE

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

INSTALADOR DE ALARME

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

INSTALADOR DE ANTENAS DE TELEVISÃO

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

INSTALADOR DE SOM

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

LAVADOR DE VEÍCULOS

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

MANICURE

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

MARCENEIRO

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

MECÂNICO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

MECÂNICO DE MANUTENÇÃO DE MÁQUINA INDUSTRIAL

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

MECÂNICO DE MOTOR A DIESEL

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

MECÂNICO DE SUSPENSÃO

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

MECÂNICO MONTADOR

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

MOTORISTA CARRETEIRO

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

MOTORISTA DE CAMINHÃO

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

MOTORISTA ENTREGADOR

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

OPERADOR DE CENTRO DE USINAGEM COM COMANDO NUMÉRICO

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

OPERADOR DE EMPILHADEIRA

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

OPERADOR DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

OPERADOR DE GUINDASTE MÓVEL

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

OPERADOR DE LAMINADOR

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

OPERADOR DE MÁQUINA DE DOBRAR CHAPAS

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

OPERADOR DE MÁQUINA PERFURATRIZ

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

OPERADOR DE MÁQUINAS FIXAS, EM GERAL

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

OPERADOR DE PERFILADEIRA

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

OPERADOR DE TRATOR FLORESTAL

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

PADEIRO

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

PEDREIRO

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

PINTOR DE OBRAS

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

PIZZAIOLO

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

PROFESSOR DE INGLÊS

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

REPRESENTANTE COMERCIAL AUTÔNOMO

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

PUBLICAÇÃO LEGAL



2º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
COMARCA DE PONTA GROSSA - PARANÁ
Rua XV de novembro, n. 365, Sala 01, Centro,
Município e Comarca de Ponta Grossa/PR - Fone (42) 30257449

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1525, incisos I, III, IV e V, C.C.B. os contraentes:

PATRYCK VALERIO PIRES MARIA e MUNIQUE EDUARDA BAITALA VUICIK

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da Lei. Lavro o presente para ser afixado por 15 dias em cartório, no lugar de costume.

Claudia Aparecida Guerlinger Pavanatti
Oficial Interna

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE REVOGAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 114/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2021

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 091/2021

(Lei Federal nº 8.666/9 e Decreto 10.024/19)

Objeto: Sistema de monitoramento por câmeras para o Centro Poliesportivo Municipal e Centro Municipal de Eventos, sendo 2 kits com 16 câmeras cada.

MOTIVAÇÃO: Readequação ao edital

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Dpto. Mun. de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI - PR - Rua Rui Barbosa, 606 - Centro

Ivai - Pr - fone - (42) - 3247-1222 - ramal 216 - site: www.ivaipr.gov.br

Ivai, 09 de junho de 2021.

Welton Ademir Ferreira - Pregoeiro Municipal

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
LICITAÇÃO Nº 110/2021

TOMADA DE PREÇOS Nº 019/2021

(Lei Federal nº 8.666/93)

Objeto: Obra do Pontilhão na localidade de Barra Vermelha.

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Dpto. Mun. de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI - PR - Rua Rui Barbosa, 606 - Centro

Ivai - Pr - fone - (42) - 3247-1222 - ramal 216 - site: www.ivaipr.gov.br

Ivai, 09 de junho de 2021.

Welton Ademir Ferreira - Pregoeiro Municipal

RESGATISTA SOCORRISTA

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

RETIIFICADOR, EM GERAL

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

SALGADEIRO

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

SOLDADOR

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

TÉCNICO DE CONSTRUÇÃO CIVIL

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

TOPOGRAFO

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

TORNEIRO MECÂNICO

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

VENDEDOR INTERNO

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

VENDEDOR PORTA A PORTA

A Agência esta aberta das 08h às 16h se possível utilize as ferramentas digitais como o aplicativo sine fácul ou o site empregabrazil.mte.gov.br. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

Locação de
**IMPRESSORAS
MULTIFUNCIONAIS**



suprimentos,
assistência técnica
e revenda de
equipamentos

MOPEL®

HÁ 18 ANOS EM PONTA GROSSA.

R. Franco Grilo, 651 Colônia Dona Luiza

Ponta Grossa | 42.3229-9272

www.mopelpr.com.br

Ivaí, 09 de junho de 2021.

WELTON ADEMIR FERREIRA

Pregoeiro Municipal

Publicado por:

Keila Storer Bueno

Código Identificador:5CDA0987

**DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 106/2021****PORTARIA Nº 106/2021**

O Senhor **IDIR TREVISO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 395/92,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder aos Servidores Públicos Municipais, **ALBERTO RIBEIRO LEIRIA, ANDRIANO GRANISKA, EDILSON LUIZ JENSEN, ELVIS LEIRIA, JOÃO VALDIVINO R DE FREITAS, LUIZ MARQUIANO HNEDA, MARCIO GROCHOSKI, MAURICIO NASCIMENTO**, no período de 14 de junho de 2021 a 13 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09 de junho de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ivaí, em 09 de junho de 2021.

IDIR TREVISO

Prefeito Municipal

Publicado por:

Joana Dercach Jensen

Código Identificador:3E5D8BCD

**ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ****DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
LEI Nº 018/2021****LEI Nº 018/2021**

Súmula: Declarara de Utilidade Pública a entidade Jaguapitã Unida Pelos Animais - JUPA.

A CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a declarar de Utilidade Pública a Jaguapitã Unida Pelos Animais - JUPA, entidade sem fins lucrativos, constituída sob CNPJ nº 23.856.814/0001-28.

Art. 2º - A Jaguapitã Unida Pelos Animais - JUPA obriga-se a apresentar ao Chefe do Poder Executivo Municipal, até o dia 30 de janeiro de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços prestados à comunidade durante o ano anterior.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jaguapitã, 09 de junho de 2021.

GERSON LUIZ MARCATO

Prefeito Municipal

Publicado por:

Diogo Alves

Código Identificador:6411FAFB

**DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 325/2021****PORTARIA Nº. 325/2021**

GERSON LUIZ MARCATO, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com o Decreto Municipal nº.018/2020, de 06/03/2020.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R\$ 479,28 (Quatrocentos e setenta e nove reais e vinte e oito centavos) a favor do servidor público municipal Sr. OTONIEL MIRANDA DA SILVA, motorista, referente ao pagamento de 1 (uma) diária, face a viagem que fará a cidade de Curitiba - Pr, para levar paciente que fará retorno cirúrgico no Centro de Atendimento Integral ao Fissurado Lábio Palatal (CAIF), com saída no dia 18/06/2021 às 04:00, e retorno no dia 18/06/2021 às 23:30, conforme Processo nº. 1970/2021.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, Em 09 de junho de 2021.

GERSON LUIZ MARCATO

Prefeito Municipal.

Publicado por:

Diogo Alves

Código Identificador:13B907DB

**GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO N.º
124/2021 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 036/2021 PROCESSO
ADMINISTRATIVO N.º 108/2021**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ – PR.

FORNECEDOR: **MARYMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA - ME**

CNPJ: 23.121.920/0001-63

CONTRATO Nº: 124/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA A aquisição de soro visando atender as necessidades do HOSPITAL MUNICIPAL e DAS unidades básicas de saúde do município de jaguapitã/pr.

VALOR: R\$ 244.490,00 (duzentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e noventa reais).

VIGÊNCIA: 12 meses.

Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, em 07 de junho de 2021.

GERSON LUIZ MARCATO

Prefeito Municipal

Publicado por:

Leandro Moreira da Silva

Código Identificador:92467D19

**GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO N.º
125/2021 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 036/2021 PROCESSO
ADMINISTRATIVO N.º 108/2021**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ – PR.

FORNECEDOR: **CIRURGICA NOSSA SENHORA - EIRELI**

CNPJ: 24.586.988/0001-80

Art. 2º – Os supermercados, mercearias, padarias e açougues poderão atender de segunda a sábado das 8:00 horas às 20:00 horas, devendo permanecer fechados aos domingos e feriados e deverão adotar as medidas necessárias para evitar qualquer espécie de aglomeração em frente aos estabelecimentos.

§ 1º. Os supermercados poderão permitir a entrada de pessoas em seus estabelecimentos, até o limite de 50% de sua capacidade, sendo que para garantir a observância do limite de pessoas, deverão possibilitar o ingresso por uma única entrada e adotar obrigatoriamente o controle através de senha numérica e ainda promover:

- a. a organização de filas, garantido o distanciamento de 1,5 metros entre as pessoas;
- b. higienização com álcool gel dos equipamentos e das mãos dos usuários;

- c. fiscalizar utilização de máscaras;
- d. disponibilizar funcionários próprios ou terceirizados para: organizar filas, fiscalizar uso de máscaras e o distanciamento de pessoas, higienizar equipamentos com álcool gel e para fazer aplicação de álcool gel nas mãos dos usuários.

§ 2º. A não observância das regras estipuladas no presente artigo implica na responsabilização dos responsáveis pelo estabelecimento, aplicação de multa e cassação/suspensão do alvará de funcionamento.

Art. 3º. Os estabelecimentos bancários e lotérica, poderão atender em seus horários de expedientes normais, observada a ocupação máxima de 50% da capacidade do estabelecimento.

§ 1º. O estabelecimento bancário e lotérica deverá promover:

- a. a organização de filas, garantido o distanciamento de 1,5 metros entre as pessoas;
- b. higienização com álcool gel dos equipamentos e das mãos dos usuários;

- c. fiscalizar utilização de máscaras;
- d. disponibilizar funcionários próprios ou terceirizados para: organizar filas, fiscalizar uso de máscaras e o distanciamento de pessoas, higienizar equipamentos com álcool gel e para fazer aplicação de álcool gel nas mãos dos usuários.

§ 2º. A não observância das regras estipuladas no presente artigo implica na responsabilização dos responsáveis pelo estabelecimento, aplicação de multa e cassação/suspensão do alvará de funcionamento.

Art. 4º. Fica vedado o consumo de bebidas alcoólicas em vias e espaços públicos, sob pena de multa e da responsabilização criminal.

Art. 5º. Fica expressamente proibido no âmbito do município de Ivai, qualquer espécie de reunião, confraternização ou outra atividade que promova aglomeração de mais de 10 pessoas, ainda que familiar, sem prejuízo de ser observado o limite da capacidade do local de 50% de ocupação, sob pena de multa e responsabilização criminal.

Art. 6º. Continuarão suspensas as atividades de áreas comuns, playgrounds, salões de festas, piscinas, espaços de prática de esportes de contato, quadra de esportes particulares e públicas.

Art. 7º. As atividades religiosas presenciais deverão observar o estabelecido nas regras fixadas na resolução da SESA nº 440/2021 ou a que vier a substituir.

Art. 8º. Fica expressamente proibida a permanência de pessoas em vias e espaços públicos, sendo permitida nesses locais apenas a prática de esportes individuais.

Art. 9º. No transporte de trabalhadores deverá ser observada a ocupação máxima de 50 % do meio de transporte, a utilização de máscaras e higienização do meio de transporte com álcool em gel, sob pena de responsabilização do transportador e do empregador, civil, penal e administrativamente através da aplicação de multa.

Art. 10. Ficam suspensas as atividades presenciais na rede de ensino no âmbito do município de Ivai, assim como fica suspenso o transporte universitário.

Art. 11. Poderão ser retomados no âmbito do município de Ivai o transporte coletivo, observada a ocupação máxima de 50% do veículo

e a higienização do mesmo, além da observância das demais regras sanitárias pertinentes.

Art. 12. As regras estampadas neste decreto não eximem do cumprimento das regras sanitárias vigentes e das regras estabelecidas pelos Decretos editados pelo Governo Federal ou do Estado do Paraná, inclusive quanto ao toque de recolher.

Art. 13. Visando a fiscalização do cumprimento das medidas excepcionais relativas ao combate e enfrentamento da pandemia, ficam investidos em função extraordinária de fiscalização, com poderes expressos para exigir o cumprimento das normas editadas especificamente para combate à propagação da pandemia, bem como investidos em poderes expressos para promover lavratura de autos de infração, autuar e promover medidas de penalização, embargo, interdição e desinterdição, e quaisquer outras medidas previstas na legislação e nos decretos, os servidores:

NICOLI CROCOLI
SAVANA SANSANA KRUTSCH
TANIA KIELT
STEPHANIE FELTRIN SANTIAGO COLACINO
MICHELLY IAVORSK
FENANDA LOPES
GISELE DALZOTO
PATRICIA POCHAPSKI KRUTSCH
ADRIENE CASSIANO XAVIER
ELIANE DALZOTO MALANCZN
LUCIA SALKOSKI LOCH
SILVANE APARECIDA SCHASTAI
MARIA NADIA SCHASTAI TABORDA FARIA
DANIELE SANTOS
VILCIANE RODRIGUES
MARLI MALAQUIAS
ANA FLÁVIA CARVALHO

Art. 14. Quanto a capacidade de ocupação dos estabelecimentos, os mesmos deverão informar, com base em dados técnicos, as suas capacidades de ocupação para a vigilância sanitária do município até as 12:00 horas do dia 14 de junho do corrente ano.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data da publicação com efeitos a partir das 00:00 horas do dia 14 de junho do corrente ano, revogadas as disposições em contrário, podendo ser revisto de acordo com a evolução do contágio da COVID-19.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IVAÍ, em 09 de junho de 2021.

IDIR TREVISÓ
Prefeito Municipal

Publicado por
Keila Storer Buen.
Código Identificador: C3D62537

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO LICITAÇÃO Nº 113/2021 PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 090/2021 PROCESSO ELETRÔNICO Nº
090/2021 (LEI FEDERAL Nº 8.666/9 E DECRETO 10.024/19.

AVISO DE SUSPENSÃO
LICITAÇÃO Nº 113/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 090/2021
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 090/2021
(Lei Federal nº 8.666/9 e Decreto 10.024/19.
Tipo de licitação: MENOR PREÇO.
OBJETO: Aquisição de 250 unidades de cargas de gás GPL P13 e
100 unidades de cargas de gás GPL P45 para as Secretarias
Municipais.
MOTIVAÇÃO: Readequação ao edital
Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e
seus anexos: Dpto. Mun. de Licitações da PREFEITURA
MUNICIPAL DE IVAÍ - PR - Rua Rui Barbosa, 606 - Centro - Ivai -
Pr - fone - (42) - 3247-1222 - ramal 216 - site: www.ivai.pr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

EDITAL RETIFICADO

AVISO DE LICITAÇÃO N° 113/2021
PREGÃO ELETRÔNICO N° 090/2021
PROCESSO ELETRÔNICO N° 090/2021
(Decreto n° 10.024/19 e Lei 8.666/93)

OBJETO: Aquisição de 250 unidades de cargas de gás GPL P13 e 100 unidades de cargas de gás GPL P45 para as Secretarias Municipais.

Nova data de sessão de julgamento: 13/07/2021 às 13h30min

Dotação Orçamentária:

03001041220402200733903000000 0250

06001123611201202633903000000 1000

06001206062001201433903000000 0590

08001103011001204233903000000 1890

08001103011001204233903000000 1900

09002082440801205333903000000 2610

10002267822601107033903000000 3120

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos:

Departamento Municipal de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR

Rua Rui Barbosa, 606 – Centro - Ivaí – Pr - fone – (42) 3247-1222 – ramal 216

Site: www.ivaí.pr.gov.br

Ivaí, 29 de junho de 2021.

Welton Ademir Ferreira
Pregoeiro Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

- Para se promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas, o incentivo à inovação tecnológica e o tratamento diferenciado e simplificado para as MPE, será dada prioridade de contratação às MPE que sejam sediadas local ou regionalmente (nessa ordem de prioridade), e que possuam propostas até 10% (dez por cento) superiores em relação ao melhor preço válido.
- Entende-se como empresa sediada no local, aquela que possua registro no Município de IVAÍ - PR.
- Entende-se como empresa sediada regionalmente, aquela que possua registro em uma das cidades que integram a região da AMCG - Associação dos Municípios dos Campos Gerais e AMCESPAR - Associação dos Municípios da Centro Sul do Paraná.
- Limites geográficos definidos de conformidade com o § 2º do artigo 1º do Decreto Federal nº 8.538/2015.

A Prefeitura Municipal de Ivaí e a Secretaria Municipal de Administração, através do pregoeiro municipal e da Comissão Municipal de Licitações, designada pela Portaria Municipal nº 033/2021, de 02.02.2021, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, órgão Oficial do Município de Ivaí para divulgação de atos oficiais e no jornal impresso Diários da Manhã, da cidade de Ponta Grossa - PR no dia 03.02.2021, com a devida autorização pelo Senhor Idir Treviso- Prefeito Municipal de Ivaí – PR, na Modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO** nos moldes com as Leis Federais nº 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Leis Complementares 123/2006 e 147/2014, Decretos Federal nº 10.024/19 e com o Decreto Municipal nº 201 de 05/12/2016, subsidiariamente pelas normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e demais legislação aplicável e pelas normas do Portal de Compras Eletrônicas da **BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL** e pelas condições previstas neste edital torna publica a realização de licitação, no dia **13 de julho de 2021, às 13h30min** horas, na modalidade Pregão Eletrônico, objetivando subsidiar a **Aquisição de 250 unidades de cargas de gás GPL P13 e 100 unidades de cargas de gás GPL P45 para as Secretarias Municipais.**

TIPO: Menor preço - Por lote

1.0.ABERTURA:

RECEBIMENTO E ABERTURA DE PROPOSTAS

Data de início de acolhimento de PROPOSTA: 30/06/2021.

Data limite para acolhimento de PROPOSTA: 13/07/2021 – 13h00min.

Data de início da fase de LANCES: 13/07/2021 – a partir das 13h30min.

Local: www.bllcompras.org.br

OBSERVAÇÃO: A sessão do presente Pregão será transmitida por meio da INTERNET, através da aba "LICITAÇÕES AO VIVO" disponível no site da Prefeitura Municipal, permanecendo on-line até o final do certame com possibilidade de acesso a todos os interessados.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ ENCAMINHAMENTOS:

Endereço: Rua Rui Barbosa, 632.

Pregoeiro: Welton Ademir Ferreira



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

E-mail: licitacao@ivai.pr.gov.br

Telefone: (042) 3247-1222

Horário de expediente da Prefeitura: das 8h às 12h e das 13h às 17h.

Compõem este Edital os Anexos:

ANEXO 01 - TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO

ANEXO 02 - EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

ANEXO 03 - MODELO DE CARTA PROPOSTA COMERCIAL PARA LICITANTE VENCEDOR

ANEXO 04 - DECLARAÇÕES DE (inidoneidade, fatos impeditivos, não emprega menor, responsabilidade, que não integra seu corpo social empregado público).

ANEXO 05 - DECLARAÇÃO ME/EPP

ANEXO 06 - MINUTA DO CONTRATO

1. **OBJETO:** A presente licitação tem como objeto **Aquisição de 250 unidades de cargas de gás GPL P13 e 100 unidades de cargas de gás GPL P45 para as Secretarias Municipais**, com as características constantes no **ANEXO I** deste edital.

Conforme Decreto 10.024/19 Art. 26: após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

Os documentos relativos à habilitação, solicitados no anexo 02 do presente edital, deverão ser **ANEXOS OBRIGATORIAMENTE** juntamente com a proposta na página do BLL COMPRAS, em local próprio para documentos.

- **AS EMPRESAS QUE NÃO ANEXAREM A DOCUMENTAÇÃO NA PLATAFORMA, SERÃO CONSIDERADAS INABILITADAS.**

Obs. Esses documentos só estarão disponíveis após o encerramento da disputa do Pregão.

1.1.2 Compõem este Edital os Anexos:

ANEXO 01 - TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO

ANEXO 02 - EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

ANEXO 03 - MODELO DE CARTA PROPOSTA COMERCIAL PARA LICITANTE VENCEDOR

ANEXO 04 - DECLARAÇÕES DE (inidoneidade, fatos impeditivos, não emprega menor, responsabilidade, que não integra seu corpo social empregado público).

ANEXO 05 - DECLARAÇÃO ME/EPP

ANEXO 06 - MINUTA DO CONTRATO

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

2.1 O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da **Bolsa de licitações e Leilões do Brasil**.

2.2 Os trabalhos serão conduzidos por funcionário da Prefeitura Municipal de Ivaí, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

transferidos para o aplicativo “Licitações” constante da página eletrônica do Bolsa de licitações e Leilões do Brasil (www.bllcompras.org.br).

3. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO:

- 3.1 O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário de início da disputa.

4. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

- 4.1 Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.
- 4.2 Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto a **Bolsa de licitações e Leilões do Brasil (www.bllcompras.org.br)**.
- 4.3 É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas. Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal ou que esteja cumprindo período de suspensão no âmbito da Administração Municipal.
- 4.4 A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante no Anexo 05 para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, informar o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

5. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

5.1 Do pregoeiro:

- a) conduzir a sessão pública;
- b) receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
- c) verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;
- d) coordenar a sessão pública e o envio de lances;
- e) verificar e julgar as condições de habilitação;
- f) sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
- g) receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- h) indicar o vencedor do certame;
- i) adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- j) conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
- k) encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

Da equipe de apoio

- a) Caberá à equipe de apoio auxiliar o pregoeiro nas etapas do processo licitatório.

Do licitante

Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

- a) credenciar-se previamente de que trata o §2º do art. 5º, no sistema eletrônico utilizado no certame;
- b) remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;
- c) responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- d) acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- e) comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
- f) utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e
- g) solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

PARTICIPAÇÃO:

- 5.2 A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecido.
- 5.3 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão do seu representante;

ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 5.4 A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas. **Todo contato com o pregoeiro deve ser feito através do chat disponibilizado pelo sistema.**

5.5 O tipo de julgamento será no modo de disputa aberto, de que trata o inciso I do caput do art. 31, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.6 A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o caput, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

5.7 Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no caput e no § 1º, a sessão pública será encerrada automaticamente.

5.8 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no § 1º, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7º, mediante justificativa.

5.9 5.17 Face à imprevisão do tempo extra, as empresas participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil.

5.10 Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

5.11 Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

5.12 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13 **As propostas não deverão estar com valores superiores ao máximo fixado no Edital (REFERENTE AO VALOR UNITÁRIO DO LOTE) e não havendo lances com valores iguais ou inferiores, serão desclassificados;**

5.14 **Fica a critério do (a) pregoeiro (a) a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que, antes do início da disputa de lances;**

5.15 Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema **não identificará** o autor dos lances aos demais participantes.

5.16 Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

5.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18 Facultativamente, o (a) Pregoeiro (a) poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances. Neste caso, antes de anunciar o vencedor, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí - PR

5.19 O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo (a) pregoeiro (a) acerca da aceitação do lance de menor valor.

5.20 Os documentos relativos à habilitação, solicitados, deverão ser **ANEXADOS** na página do portal, em local próprio para documentos, para que se evite a desclassificação por identificação.

Obs. Esses documentos só estarão disponíveis após o encerramento da disputa do Pregão.

5.21 Posteriormente, os mesmos documentos da Empresa vencedora deverão ser encaminhados em originais ou cópias autenticadas, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, contados da data da sessão pública virtual, **juntamente com a proposta de preços corrigida**, para a Prefeitura Municipal de Ivaí:

Prefeitura Municipal de Ivaí

Endereço: Rua Rui Barbosa, 632, Centro

Pregoeiro (a): Welton Ademir Ferreira

E-mail: Licitacao@ivai.pr.gov.br

Telefone: (0XX42) 3247-1222

5.22 A sessão pública fica suspensa, ou seja, permanece em fase de classificação/habilitação até o recebimento da documentação original dentro das condições dispostas no item 5.24.

5.23 O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido, acarretará nas sanções previstas no item 12, deste Edital, podendo o (a) Pregoeiro (a) convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

5.24 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

5.25 Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

5.26 Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

5.27 Quando for constatado o empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da LC 123/2006, o Pregoeiro aplicará os critérios para o desempate em favor ME/EPP. Após o desempate, poderá o (a) pregoeiro (a) ainda negociar um melhor preço caso ela não atinja o valor de referência definido pela administração pública.

6. PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

6.1 A empresa interessada em participar do certame devesse anexar a proposta com o valor inicial no portal da BLL sob pena de inabilitação. O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ
CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.2 No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio as **ESPECIFICAÇÕES e MARCAS** dos serviços e/ou produtos ofertados, conforme a ficha técnica descritiva do serviço e/ou produto. A não inserção de arquivos ou informações contendo as especificações e marcas dos serviços e/ou produtos neste campo; implicará na desclassificação da Empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta.

O objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no **ANEXO 01 e 03**.

6.3 A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

6.4 Na hipótese de o licitante ser ME/EPP será necessário a informação desse regime fiscal no campo próprio sob pena do licitante enquadrado nesta situação não utilizar dos benefícios do direito de preferência para o desempate, conforme estabelece a Lei Complementar 123/2006.

7. PROPOSTA ESCRITA E FORNECIMENTO

7.1 A Empresa vencedora, deverá enviar ao (a) Pregoeiro (a), a Proposta de Preços escrita, com o(s) valor(es) oferecido(s) após a etapa de lances, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo Razão Social, CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, Inscrição Estadual, endereço completo, número de telefone e número de agência de conta bancária, no prazo estipulado no item 5.24, deste Edital.

Na proposta escrita, deverá conter:

- a) Os valores dos impostos já deverão estar computados no valor do produto e/ou serviço ou destacados;
- b) O prazo de validade que não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da abertura das propostas virtuais;
- c) Especificação e/marca completa do serviço e/ou produto oferecido com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, totalmente conforme descrito no **ANEXO 01 e 03**, deste Edital e;

d) Data e assinatura do Representante Legal da proponente.

7.2 O objeto, rigorosamente de acordo com o ofertado nas propostas, deverá ser entregue no endereço indicado no Anexo 01.

7.3 Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o Menor preço (TIPO ESTABELECIDO).

7.4 Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os custos e demais despesas e encargos inerentes ao produto até sua entrega no local fixado por este Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

- 7.5 Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

8. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

- 8.1 Para julgamento será adotado o critério de **Menor preço – Por lote**, observado o prazo para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital.

6.1 **EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO CAPÍTULO V DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, SERÃO OBSERVADOS OS SEGUINTE PROCEDIMENTOS:**

- 6.1.1 Encerrada a fase de lances, se a proposta de menor lance não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e o sistema eletrônico identificar que houve proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5%(cinco por cento) superior à proposta de menor lance, será procedido o seguinte:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, será convocada pelo sistema eletrônico, via "chat" de comunicação do pregão eletrônico para, no prazo de 5(cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicada em seu favor o objeto do pregão;

b) no caso de empate de propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem no limite estabelecido no subitem 8.2.1, o sistema realizará um sorteio eletrônico entre elas para que se identifique aquela que primeiro será convocada para apresentar melhor oferta, na forma do disposto na alínea "a";

c) não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, na forma da alínea "a" anterior, serão convocadas as remanescentes, quando houver, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

6.1.2 **Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem**

- 6.1.3 **o objeto licitado será** adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que atenda aos requisitos de habilitação.

- 6.2 O (A) Pregoeiro (a) anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo (a) Pregoeiro (a) acerca da aceitação do lance de menor valor.

- 6.3 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

- 6.4 Ocorrendo a situação a que se referem os subitens 5.27 e 5.28 deste Edital, o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar com a licitante para que seja obtido melhor preço.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ
CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivai – PR

- 6.5 De sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

09. HABILITAÇÃO

Conforme **ANEXO 02**.

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Decreto 10.024/19, Art. 24:

Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

§ 2º A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

Pedidos de Esclarecimentos

Art. 23. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital.

§ 1º O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

§ 2º As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

DO RECURSO

Intenção de recorrer e prazo para recurso

Art. 44. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

§ 1º As razões do recurso de que trata o **caput** deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

§ 2º Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

§ 3º A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no **caput**, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

§ 4º O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

- 09.1 **A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.**
- 09.2 Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.
- 09.3 Os recursos contra decisões do Pregoeiro **não** terão efeito suspensivo.
- 09.4 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

Autoridade competente

Art. 45. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório, nos termos do disposto no inciso V do **caput** do art. 13.

Pregoeiro

Art. 46. Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação, nos termos do disposto no inciso IX do **caput** do art. 17.

11. MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

. Será aplicada a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração ao licitante que:

11.2. Se recusar injustificadamente, após ser considerado adjudicatário e dentro do prazo estabelecido pela Administração, a assinar o contrato, bem como aceitar ou retirar o instrumento equivalente e;

11.2. Não mantiver a sua proposta, ou não enviar a documentação original via correio.

11.3. A declaração de inidoneidade será aplicada ao licitante que:

11.5 Apresentar documento falso;

11.6. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;

11.7. Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

11.8. Tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.9. Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial infrações à ordem econômica definidos na Lei Federal n.º 12529/11;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

11.10. Tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.

11.11. Caberá multa compensatória a ser calculada sobre o valor total da proposta, sem prejuízo das demais sanções administrativas e indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa, ao licitante que:

11.12. Apresentar declaração falsa: multa de até 20%;

11.13. Deixar de apresentar documento na fase de saneamento, ou não enviar os documentos originais via correio: multa de até 10%;

11.14 Não mantiver sua proposta, até o momento da adjudicação: multa de até 20%.

11.15 Caberá multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da proposta ao licitante que se recusar injustificadamente, após ser considerado adjudicatário e dentro do prazo estabelecido pela Administração, a assinar o contrato, bem como aceitar ou retirar o instrumento equivalente, sem prejuízo de indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa e da sanção de suspensão de licitar e contratar com a administração pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, garantida a ampla defesa.

11.16 Nas hipóteses referidas no item precedente, após apuração efetuada através de processo administrativo, e não ocorrendo o pagamento perante a Administração, o valor da multa aplicada será inscrito na "Dívida Ativa", para cobrança judicial.

11.17. A multa poderá ser aplicada juntamente com a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração ou com a declaração de inidoneidade. As sanções por ato praticados no decorrer da contratação estão previstas no Instrumento de Contrato.

11.18 As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA.

11.19 As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito, devida e formalmente justificadas e comprovadas.

11.20. A aplicação das sanções estabelecidas compete ao Prefeito do Município de Ivaí. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui a responsabilização da licitante inadimplente por eventuais perdas ou danos causados à instituição. No processo de aplicação das sanções é assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

11.21. Poderá ser utilizada como base para aplicação de penalidades a Instrução Normativa nº 001/2017 da Secretaria Geral de Administração da União, publicada no Diário Oficial da União no dia 16 de outubro de 2017, página 198.

13 PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO:

13.1 O prazo para a execução/vigência do objeto da presente licitação será de 12 meses e será contado a partir da emissão do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

13.2 Após a homologação do resultado, será a vencedora notificada e convocada, através da devida nota de empenho, **para no prazo de até 02 (dois) dias, entregar o objeto desta licitação**, para todos os **LOTES**, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 12, deste Edital.

- a. O objeto será recebido e aceito após sumária inspeção pelos órgãos técnicos da Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos, podendo ser rejeitado, caso a qualidade e especificações não atendam ao que foi licitado e às condições de recebimento e aceitação do (s) produto (s) constantes do **ANEXO 01** deste edital, e deverá ser substituído pelo fornecedor, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem ônus para o Município, sob pena de suspensão da empresa de participar de licitação, de acordo com a legislação vigente.

14 DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado, a prazo, em até 30 dias após a execução do objeto com a apresentação da respectiva fatura, para todos os LOTES e/ou ITENS, mediante depósito em nome da empresa vencedora em contracorrente devidamente identificada e;

A contratada deverá, durante toda a vigência do contrato, manter em dia os pagamentos referentes ao INSS e FGTS.

a) Vencido o prazo estabelecido acima e não efetuado o pagamento, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 40, inciso XIV, alínea "c", e 55, inciso III, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, com suas alterações posteriores, ficando suspensos por 01 (um) ano quaisquer reajustes de preços, exceto as revisões para reequilíbrio econômico financeiro da relação contratual.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos orçamentários correrão por conta da seguinte dotação:

03001041220402200733903000000 0250

06001123611201202633903000000 1000

06001206062001201433903000000 0590

08001103011001204233903000000 1890

08001103011001204233903000000 1900

09002082440801205333903000000 2610

10002267822601107033903000000 3120

DISPOSIÇÕES FINAIS

- a. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Prefeitura Municipal de Ivaí revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivada de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. **O MUNICÍPIO DE IVAÍ** poderá, ainda,



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

- b. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- c. É facultado a(o) Pregoeiro (a), ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- d. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo (a) Pregoeiro (a), sob pena de desclassificação/inabilitação.
- e. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.
- f. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação e/ou aquisição.
- g. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.
- h. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo (a) Pregoeiro (a).
- i. A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.
- j. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Imbituva, Estado do Paraná, considerado aquele a que está vinculado o (a) Pregoeiro (a).
- k. O (A) Pregoeiro (a) e sua Equipe de Apoio, atenderão aos interessados no horário de **08:00 às 17:00 horas**, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, na Prefeitura Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, à Rua Rui Barbosa, 632 (Centro), para melhores esclarecimentos.
- l. A documentação apresentada para fins de habilitação da Empresa vencedora fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente.
- m. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do (a) Pregoeiro (a) em contrário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

- i. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo (a) Pregoeiro (a), nos termos da legislação pertinente.
- n. As condições estabelecidas no edital e seus anexos vinculam as partes, e nos casos em que se encontram presentes os requisitos do Artigo 55 da Lei 8.666/93, há substituição do instrumento do contrato, na forma do artigo 62 da mesma Lei já mencionada.
- o. Atendida a conveniência administrativa, ficam os licitantes vencedores obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais ou de fornecimento, os eventuais acréscimos ou supressões, em conformidade com o Artigo 65, seus parágrafos e incisos da Lei nº 8.666/93 com as alterações da Lei nº 8.883/94.

DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I – Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ
CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí - PR

ANEXO 01

OBJETO:

O presente Pregão tem por objeto **Aquisição de 250 unidades de cargas de gás GPL P13 e 100 unidades de cargas de gás GPL P45 para as Secretarias Municipais**, conforme condições e especificações constantes no Edital e neste Termo de Referência.

1.1 TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO



Município de Ivaí
Solicitação 197/2021

Solicitação 197/2021

Objeto: Aquisição de Material

Processo Gerado: 26/05/2021

Quantidade de Itens: 2

Solicitante: DIORGENES JARSKI

Local: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Orgão: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Entrega: A PRAZO

Local: SECRETARIAS MUNICIPAIS DIVERSAS

Prazo: 15 Dias

Descrição: AQUISIÇÃO DE CARGAS DE GÁS GPL P13 E GPL P45.

Justificativa: OBJETIVANDO ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ NA MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DE COZINHA, COFA E REFEITÓRIO.

Código	Nome	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor
041496	CARGA DE GÁS GPL P13	CAR	250,00	100,00	25.000,00
041497	CARGA DE GÁS GPL P45	CAR	100,00	300,00	30.000,00
TOTAL					55.000,00

TOTAL GERAL: 55.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

2. PERÍODO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 12 meses

3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Proceder à entrega das mercadorias nas especificações e quantidades acordadas, de acordo com cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Administração.
- O fornecedor deverá proceder à troca de mercadorias danificadas.
- Se a empresa vencedora deixar de entregar o (s) produto (s) por qualquer motivo ou o fizer fora das especificações e condições pré-determinadas, poderão ser aplicadas as penalidades previstas no artigo 86 e seguintes da Lei 8.666/93, garantida a defesa prévia em processo próprio do interessado, independente de outras previstas em lei.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Notificar, por escrito, a contratada, em caso de eventuais distorções no processo de entrega de mercadorias, fixando prazo para a sua correção.
- Efetuar os pagamentos ajustados, dentro dos prazos acordados.
- Dar a contratada as condições necessárias a regular execução dos serviços.

5. FORMA DE ENTREGA

Entrega única em no máximo 02 dias após o recebimento da nota de empenho.

☐ Frete e custos com a descarga por conta do fornecedor.

FORMA DE PAGAMENTO

- A prazo em até 30 dias, após a entrega dos produtos.

No momento da liquidação do contrato, a contratada deverá apresentar certidões negativas de débitos junto ao INSS, FGTS e Trabalhista.





PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ
CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

ANEXO 02

1. HABILITAÇÃO

1.1 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Todos os documentos solicitados neste anexo, excluindo as declarações que deverão ser datadas do dia do pregão, os demais não poderão ter datas de emissão superior a 60 (sessenta) dias.

1.2.1 Habilitação Jurídica

- a) **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social** em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b) **Inscrição do Ato constitutivo, no caso de sociedade civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.**
- c) **Certidão da Junta Comercial ME/EPP/MEI (com data de emissão e validade, expressa no documento)**

1.1.2 Regularidade Fiscal

- a) **Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual**, relativo à sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; (com data de emissão e validade, expressa no documento);
 - b) **Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Municipal** (alvará de licença para localização), relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto da presente licitação, com vigência válida para o exercício de 2021 e nos municípios em que os alvarás de licença não tem validade explícita no próprio, será considerado válido o apresentado dos exercícios anteriores com as alterações realizadas conforme contrato social;
 - c) **Prova de inscrição no CNPJ, com distinção de ME ou EPP;**
 - d) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, compreendendo os tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal e também com a **Dívida Ativa da União**, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;
 - e) Prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
 - f) Prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- e.1) No caso de municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros;
- g) Certificado de Regularidade de Situação com o FGTS (**CRS/FGTS**);
 - h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Inciso incluído pela Lei 12.440, de 2011). www.tst.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

Na falta de validade expressa nos documentos de habilitação, ter-se-ão como válidos pelo prazo de 60 (sessenta) dias de sua emissão

1.1.3 Habilitação Técnica:

a) apresentar no mínimo 01 (um) atestado/declaração fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já forneceu, satisfatoriamente, o objeto licitado. O atestado/declaração deverá conter, no mínimo, o nome da empresa/órgão contratante, número de CNPJ, o nome do responsável pelo mesmo. **Poderá ser solicitado pela Comissão de licitação cópia (s) de notas fiscais emitidas em nome do (s) declarante (s) compatível com o objeto ora licitado para maior sustentação ao atestado apresentado.**

b) Registro na Agência Nacional do Petróleo – ANP;

1.1.5. Declarações:

Assinada por representante legal da proponente, de que:

- a) Não foi declarada **inidônea** para licitar por nenhum órgão federal, estadual ou municipal;
- b) Não há **superveniência** de fato impeditiva para a habilitação da proponente, sob as penas cabíveis, nos termos do Art. 32 da Lei nº 8.666/93;
- c) **A empresa atende ao disposto no Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal (Lei 9.854 de 27/10/99);**
- d) **Não integra em seu corpo social, nem no quadro funcional, empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal – Art. 9º inciso III da Lei 8.666/93;**
- e) **Declaração de Responsabilidade;**
- f) **Declaração de ME/EPP;**

1.1.6. Qualificação Econômico-Financeira

- a) **Certidão negativa falência e/ou recuperação judicial** expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, contendo expresso, na própria certidão o prazo de sua validade.

a.1) Para as empresas que optarem de participar através de filial, deverá também ser apresentada certidão negativa para com o cartório/comarca onde se encontra instalada a filial.

a.2) Na falta de validade expressa na Certidão Negativa, ter-se-ão como válidos pelo prazo de 60 (sessenta) dias de sua emissão.

1.2 Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, publicação em órgão da imprensa oficial ou ainda em cópia simples, a ser autenticada pelo (a) Pregoeiro(a)/Equipe de Apoio, mediante conferência com os originais, não sendo aceito qualquer documento em papel termo- sensível (Fac-símile). As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

- 1.3 O (A) Pregoeiro (a) reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.
- 1.4 A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação.
- 1.5 Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e respectivo endereço referindo-se ao local da sede da empresa licitante. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram à matriz e outros à filial. Caso o licitante seja a Matriz e a executora dos serviços seja a filial, os documentos referentes à habilitação deverão ser apresentados em nome de ambas, simultaneamente.
- 1.6 Os documentos de habilitação deverão estar em plena vigência e, na hipótese de inexistência de prazo de validade expresso no documento, deverão ter sido emitidos há menos de 60 (sessenta) dias da data estabelecida para o recebimento das propostas.
- 1.7 Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, por ocasião da licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição fiscal.
- 1.8 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme § 1º do Artigo 43 da Lei 147/2014.
- 1.9 A não regularização da documentação implicará decadência do direito à Contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

ANEXO 03

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Apresentamos nossa proposta para prestação dos serviços objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica nº acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA

2. PROPOSTA (READEQUADA AO LANCE VENCEDOR)

Lote	Item	Qtd	Emb	Descrição do objeto	Unit	Total
TOTAL					Total Geral dos Itens	

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

3. CONDIÇÕES GERAIS

3.1. A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

De no mínimo, 90 (noventa) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

ANEXO 04

DECLARAÇÃO CONJUNTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº /2021

DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

Declara, sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente do procedimento licitatório instaurado pela Prefeitura Municipal de Ivaí, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

Declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

DECLARAÇÃO NÃO POSSUIR NO SEU QUADRO MENOR DE IDADE

Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9854, de 27.10.99, que acrescentou o inciso V ao art. 27 da Lei Federal nº 8666/93.

1) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.

DECLARAÇÃO DE NÃO POSSUIR EM SEU QUADRO FUNCIONARIO PUBLICO


Declara, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório que nenhum servidor público, ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal, integra nosso quadro societário, nem funcional, sob qualquer regime de contratação.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaramos para fins de atendimento ao que consta do edital, que tomamos conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e nos comprometemos a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer material de qualidade, sob as penas da Lei.

(Nome da empresa)

CNPJ / MF nº,

 _____
sediada (endereço completo)

Local e data

Nome e nº da cédula de identidade do declarante



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

ANEXO 05

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____, DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006.

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

_____, ____ de _____ 2021.

(assinatura do responsável pela empresa)

(Assinatura do Contador ou Técnico Contábil)

OBSERVAÇÃO: Assinalar com um "X" a condição da empresa.

ST



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

ANEXO 006- MINUTA CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2021.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ E _____

A Prefeitura Municipal de Ivaí, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Rui Barbosa, 632, centro, Ivaí – Pr, neste ato representado pelo senhor **IDIR TREVISÓ**, Prefeito Municipal, residente a Rua Dr. Ferreira Correia, centro, Ivaí – Pr, portador da cédula de identidade sob registro geral nº 197.260-1 SSP-PR e do CPF/MF nº 196.938.180-91, a seguir denominada CONTRATANTE a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua _____, nº _____, cidade _____, Estado _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº 000.000.000/0000-00, neste ato denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor _____, _____, residente á Rua _____, nº _____, em _____, portador da cédula de identidade nº 000.000.000/0000-00, do CPF/MF nº 000.000.000-00, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Leis Complementares 123/2006 e 147/2014, Decreto Federal 10.024/2019 e com o Decreto Municipal nº 201 de 05/12/2016, subsidiariamente pelas normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e demais legislação aplicável, assim como pelas condições do Edital de Licitação nº ____/2021, Pregão ____/2021 - modalidade Eletrônico nº ____/2021, pelos termos da proposta da Contratada datada de ____/____/2021 e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

§ 1º - O presente contrato tem por objeto o fornecimento pela contratada ao contratante de _____, conforme mapa de proposta em anexo.

§ 2º – integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de Licitação ____/2021, Pregão ____/2021- Modalidade Processo Eletrônico ____/2021, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – FORMA DE EXECUÇÃO

A execução do presente Contrato dar-se-á sob a forma de execução indireta.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor global de R\$ _____.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

§ 1º - O pagamento será efetuado a prazo, em até 30 dias após a execução do objeto e mediante a apresentação da nota fiscal e será realizado unicamente por meios eletrônicos ofertados pelo sistema bancário na forma de créditos, ordem bancária, transferência eletrônica ou por outros serviços da mesma natureza, disponibilizados pelas instituições financeiras, na conta corrente da empresa, mediante apresentação do número do banco, da agência e da conta corrente, sendo vedada a utilização de cheques, conforme artigo 45 da Instrução Normativa nº 58/2011 do TCE/Pr.

a) Vencido o prazo estabelecido acima e não efetuado o pagamento, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 40, inciso XIV, alínea "c", e 55, inciso III, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, com suas alterações posteriores, ficando suspensos por 01 (um) ano quaisquer reajustes de preços, exceto as revisões para reequilíbrio econômico financeiro da relação contratual.

§ 2º: Na nota fiscal do objeto deverá constar a modalidade da licitação com o respectivo número e o nº do contrato (Pregão ____/2021 - Eletrônico nº ____/2021 e contrato nº ____/2021).

§ 3º: Caso se verifique erro na nota, o pagamento será susinado até que providências pertinentes sejam tomadas por parte da proponente, emitente da nota.

§ 4º: As notas deverão ser entregues na sede da Prefeitura Municipal de Ivaí, durante o horário do expediente.

§ 5º: O pagamento poderá ser susinado, no todo ou em parte, nos casos de:

- a) execução em desacordo com o avençado;
- b) existência de débito de qualquer natureza com a Contratante;
- c) não ter havido manutenção de todas as condições de qualificação exigidas para a contratação.

§ 6º: A contratada ficará obrigada a apresentar nota fiscal do objeto.

§ 7º: Nas notas fiscais deverá constar o ATESTO do encarregado responsável pelo recebimento das mercadorias, inclusive conter seu nome legível para fins de registro na liquidação da despesa.

I - Em caso de não constar esses dados, a nota não será empenhada.

§ 8º apresentação da prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

CLÁUSULA QUINTA – RECURSO FINANCEIRO

A despesa decorrente do presente Contrato será efetuada à conta dos seguintes recursos financeiros:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIO DE REAJUSTE

- a) - O valor ora contratado será fixo, não podendo ser reajustado.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

§ 1º - Após a homologação do resultado e após a assinatura do contrato será a vencedora notificada e convocada, através da devida nota de empenho, **para no prazo de até 02 (dois) dias**, entregar o objeto desta licitação, para todos os LOTES, sob pena de decair do direito à contratação.

§ 2º - O prazo para a execução/vigência do objeto da presente licitação será de **12 meses** a partir da assinatura do contrato podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo, desde que satisfeitos os requisitos do artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

§ 3º - O prazo estabelecido no parágrafo segundo desta cláusula poderá ser prorrogado nos termos do art. 57, §§ 1º e 2º da lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

§ 1º - Constituem direitos de a CONTRATANTE receber o objeto desse Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

§ 2º - Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) - efetuar o pagamento ajustado;
- b) - verificar o objeto entregue atestando se atende as especificações do edital e da proposta vencedora, caso contrário não aceitando o mesmo, exigindo o cumprimento do presente contrato conforme mapa de proposta.

§ 3º - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) - executar o objeto na forma ajustada;
- b) - atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato; (ver art. 71).
- c) - manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) - apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- e) - substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do presente Contrato, em que se verificarem vícios ou defeitos (ver art. 69)

CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

- A CONTRATADA sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, as seguintes multas, sem prejuízo das sanções legais, Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93 e responsabilidades civil e criminal:

A)- A Prefeitura poderá, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidas neste edital, convocar o proponente remanescente, na ordem de classificação, observando o direito de preferência estabelecido para as MPE, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive, quanto aos preços atualizados de conformidade com o presente edital, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 81 da lei nº 8.666/93.

B)- A recusa da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirá-lo dentro do prazo estabelecido no edital, estando a proposta dentro da validade, caracterizará o descumprimento da obrigação assumida, ficando a mesma sujeita a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor global da proposta, além de decair no direito a contratação.

C)- Além das já especificadas neste instrumento, sujeitam-se a adjudicatária inadimplente as demais penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo de outras medidas cabíveis preconizadas no Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078/90.

D)- O licitante e o contratado que incorram em infrações administrativas sujeitam-se às seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa, na forma prevista neste instrumento convocatório;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos; e

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 5 (cinco) anos.

E) - As sanções previstas nos itens I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

F) - Advertência é a sanção aplicada por conduta que prejudique o andamento do procedimento de licitação e de contratação.

G) - Fica estipulada a MULTA MORATÓRIA de 0,3% (três décimos percentual) por dia de atraso sobre o valor do bem atrasado quando a contratada, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida. A partir do décimo dia de atraso, essa multa será aplicada em dobro, e, decorridos 30 (trinta) dias corridos de atraso, o contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pelo cancelamento do pedido ou documento correspondente em razão da inexecução total do respectivo objeto, aplicando, na hipótese de inexecução total, apenas a multa prevista no item 12.8.

H)- Fica estipulada a MULTA COMPENSATÓRIA de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, na hipótese de inexecução total, caracterizada esta quando a execução do objeto contratado for inferior a 50% (cinquenta por cento) do total, quando houver reiterado descumprimento das obrigações assumidas, ou quando o atraso na execução ultrapassar o prazo limite de 30 (trinta)

[Handwritten signature]



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

dias corridos, a que se refere o item 12.7, hipótese em que será cancelado o pedido ou documento correspondente.

I)- O valor correspondente a qualquer multa aplicada à contratada, respeitados os Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa, deverá ser depositado em até 10 (dez) dias corridos, após o recebimento da notificação, em favor da contratante, ficando a contratada obrigada a comprovar o recolhimento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

J)- Decorrido o prazo de 10 (dez) dias corridos, para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias corridos, após a data da notificação, e, após este prazo, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

K) - A multa aplicada será descontada da contratada, no caso desta ser credora de valor suficiente.

L)- Se a multa aplicada for superior ao total dos pagamentos eventualmente devidos, a contratada responderá pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

M)- As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à contratante, decorrentes das infrações cometidas.

N) - Os valores relativos à aplicação das multas serão retidos do pagamento da contratada, durante o processo administrativo no qual se discute a sua regular aplicação, após o qual será devolvida à contratada ou estornada do empenho respectivo.

O) - A aplicação da multa a que se refere o item 12.4.1 não impede a rescisão unilateral do contrato nem que se apliquem as demais sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente.

P) - A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração serão aplicadas a licitante que:

Q) - recusar-se injustificadamente, após ser considerada adjudicatária, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;

R) - não mantiver sua proposta;

S) - incorrer em inexecução contratual.

T) - A aplicação da sanção prevista no item 10.4 deve observar o prazo de duração de no máximo 2 (dois) anos e impede a participação da sancionada em procedimentos promovidos pelo Município de Ivaí Pr.

U)- Quando o participante for punido com a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, durante o prazo de vigência de igual sanção imposta por pessoa da mesma esfera político-administrativa, ficará proibido de participar de procedimentos de contratação promovidos por todas as entidades estatais e órgãos do Estado, por prazo não superior ao maior prazo remanescente daquela anterior.

V)- A declaração de inidoneidade será aplicada a quem:

62



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

- Fizer declaração falsa na fase de habilitação;
- Apresentar documento falso;
- Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;
- Afastar ou procurar afastar participante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- Agir de má-fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;
- Tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em infrações à ordem econômica, definidos na Lei nº 8.884/94;
- Tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.
- A declaração de inidoneidade será aplicada pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos e produzirá seus efeitos perante o Município de Ivaí/PR.
- A autoridade máxima do órgão ou entidade é a autoridade competente para impor a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração.
- As penalidades de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública e a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração têm os seus efeitos estendidos:
- Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas de penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;
- Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no item anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA – PROCEDIMENTOS DE APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- A) - As sanções administrativas devem ser aplicadas em procedimento administrativo autônomo em que se assegure ampla defesa, cujo procedimento deve observar o seguinte:
- B) - o responsável pela aplicação da sanção deve autorizar a instauração do procedimento;
- C) - o ato de instauração deve indicar os fatos em que se baseia e as normas pertinentes à infração e à sanção aplicável;
- D) - o acusado dispõe de 5 (cinco) dias para oferecer defesa e apresentar as provas conforme o caso;
- E) - caso haja requerimento para produção de provas, o agente deve apreciar sua pertinência em despacho motivado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

F) - quando se fizer necessário, as provas serão produzidas em audiência previamente designada para este fim;

G) - concluída a instrução processual, a parte será intimada para apresentar razões finais, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

H) - transcorrido o prazo previsto no inciso anterior, a Administração, dentro de 15 (quinze) dias, elaborará o relatório final e remeterá os autos para deliberação da autoridade competente, após o pronunciamento da assessoria jurídica do Departamento de Licitações;

I)- todas as decisões do procedimento devem ser motivadas; e

J) - da decisão cabe recurso à autoridade superior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

L)- - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

M) . Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

N) - . A multa será descontada dos créditos constantes da fatura, ou outra forma de cobrança administrativa ou judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e nos termos dos arts. 79 e 80 da Lei 8.666/93.

§ Único – A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 8.666, de 21/06/1993, suas alterações e legislação pertinente e pelos preceitos de direito público, aplicando sê-lhe supletivamente, os, princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. (ver art. 54).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VIGÊNCIA

O presente Contrato terá o prazo de vigência de 00/00/2021 a **00/00/2021**, podendo ser prorrogado nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO – (artigos 66, 67, 69 e 70).

Os fiscais do presente contrato são os designados pela Portaria ____/2021.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS – (artigo 73).



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

O responsável pelo recebimento do objeto são os designados pela Portaria ____/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CASOS OMISSOS (art. 55, XII)

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93, suas alterações e legislação pertinente e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - A Prefeitura Municipal de Ivaí, Estado do Paraná exige que licitantes, fornecedores, empreiteiros e seus agentes (sejam eles declarados ou não), subcontratados, subconsultores, prestadores de serviço e fornecedores, além de todo funcionário a eles vinculado, que mantenham os mais elevados padrões de ética durante a aquisição e execução de contratos.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

(i) "prática corrupta": significa oferecer, entregar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido a ação de terceiros;

Para os fins deste parágrafo, "terceiros" refere-se a um funcionário público que atue no processo de aquisição ou na execução do contrato. Nesse contexto, "funcionário público" inclui a equipe do Banco Mundial e os funcionários de outras organizações que examinam ou tomam decisões sobre aquisição.

(ii) "prática fraudulenta": significa qualquer ato, falsificação ou omissão de fatos que, de forma intencional ou irresponsável induza ou tente induzir uma parte a erro, com o objetivo de obter benefício financeiro ou de qualquer outra ordem, ou com a intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;

Para os fins deste parágrafo, "parte" refere-se a um funcionário público; os termos "benefício" e "obrigação" são relativos ao processo de aquisição ou à execução do contrato; e o "ato ou omissão" tem como objetivo influenciar o processo de aquisição ou a execução do contrato.

(III) "prática colusiva": significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um objetivo indevido, inclusive influenciar indevidamente as ações de outra parte;

Para os fins deste parágrafo, o termo "partes" refere-se aos participantes do processo de aquisição (inclusive funcionários públicos) que tentam por si mesmos ou por intermédio de outra pessoa ou entidade que não participe do processo de aquisição ou seleção simular a concorrência ou estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos ou ter acesso às propostas de preço ou demais condições de outros participantes.

(IV) "prática coercitiva": significa prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte;

Para os fins deste parágrafo, "parte" refere-se a um participante do processo de aquisição ou da execução do contrato.

(v) "prática obstrutiva": significa:

9



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

(aa) deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação do Banco de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou (bb) atos que tenham como objetivo impedir materialmente o exercício dos direitos do Banco de promover inspeção ou auditoria, estabelecidos no parágrafo (e) abaixo:

(b) rejeitará uma proposta de outorga se determinar que o licitante recomendado para a outorga do contrato, ou qualquer do seu pessoal, ou seus agentes, subconsultores, subempreiteiros, prestadores de serviço, fornecedores e/ou funcionários, envolveu-se, direta ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao concorrer para o contrato em questão;

(c) declarará viciado o processo de aquisição e cancelará a parcela do empréstimo alocada a um contrato se, a qualquer momento, determinar que representantes do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos empréstimo envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de aquisição ou de implementação do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco, para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente o Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;

(d) sancionará uma empresa ou uma pessoa física, a qualquer tempo, de acordo com os procedimentos de sanção cabíveis, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado: (i) para a outorga de contratos financiados pelo Banco; e (ii) para ser designado subempreiteiro, consultor, fornecedor ou prestador de serviço de uma empresa elegível que esteja recebendo a outorga de um contrato financiado pelo Banco;

Uma empresa ou uma pessoa física pode ser declarada inelegível para a outorga de um contrato financiado pelo Banco: (i) após a conclusão do processo de sanção conforme os procedimentos do Banco, incluindo, inter alia, impedimento "cruzado", conforme acordado com outras Instituições Financeiras Internacionais, como Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e através da aplicação de procedimentos de sanção por fraude e corrupção em licitações corporativas do Grupo Banco Mundial, e (ii) em decorrência de suspensão temporária ou suspensão temporária preventiva em relação a um processo de sanção em trâmite.

Um subempreiteiro, consultor, fabricante ou fornecedor ou prestador de serviço nomeado (nomes diferentes podem ser usados dependendo do edital de licitação específico) é aquele que: (i) foi indicado pelo licitante em sua pré-qualificação ou proposta porque traz experiência e conhecimento específicos ou cruciais que permitem ao licitante cumprir as exigências de qualificação para a licitação em tela; ou (ii) foi indicado pelo Mutuário.

(e) Os licitantes, fornecedores e empreiteiros, assim como seus subempreiteiros, agentes, pessoal, consultores, prestadores de serviço e fornecedores, deverão permitir que o Banco inspecione todas as contas e registros, além de outros documentos referentes à apresentação das propostas e à execução do contrato, e os submeta a auditoria por profissionais designados pelo Banco.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CASOS OMISSOS (art. 55, XII)

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93, suas alterações e legislação pertinente e dos princípios gerais de direito.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí - PR

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO (art. 55, § 2º)

Fica eleito o foro da Comarca de Imbituva-PR para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em três (03) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Ivaí, ____ de ____ de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR
Idir Treviso - Prefeito Municipal
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

Tipo de licitação: MENOR PREÇO.

OBJETO: Aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde, UBS central e ESF.

VALOR GLOBAL: R\$ 8.149,30

PARTICIPANTE HABILITADO E ADJUDICADO:

• **MARLI SALAMUCHA SOCOLOVSKI – LIVRARIA – ME**
HOMOLOGAÇÃO: 24.06.2021

NICOLI CROCOLI

Secretária Municipal de Saúde

IDIR TREVISIO

Prefeito Municipal

Publicado por:

Andreia Malicz Skeika

Código Identificador:2C2D5E38

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO Nº 117/2021 TOMADA DE PREÇOS Nº 023/2021 (LEI FEDERAL Nº 8.666/93) TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO.

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO Nº 117/2021

TOMADA DE PREÇOS Nº 023/2021

(Lei Federal nº 8.666/93)

Tipo de licitação: MENOR PREÇO.

OBJETO: Aquisição de utensílios de cozinha para as escolas Municipais.

VALOR GLOBAL: R\$ 10.660,68

PARTICIPANTE HABILITADO E ADJUDICADO:

• **MARLI SALAMUCHA SOCOLOVSKI – LIVRARIA – ME**
HOMOLOGAÇÃO: 23.06.2021

IDIR TREVISIO

Prefeito Municipal

Publicado por:

Andreia Malicz Skeika

Código Identificador:C7EFDFFED

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO Nº 116/2021 TOMADA DE PREÇOS Nº 022/2021 (LEI FEDERAL Nº 8.666/93) TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO.

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO Nº 116/2021

TOMADA DE PREÇOS Nº 022/2021

(Lei Federal nº 8.666/93)

Tipo de licitação: MENOR PREÇO.

OBJETO: Obra - Pavimentação asfáltica na Rua Dr Ferreira Correia.

VALOR GLOBAL: R\$ 239.684,95

PARTICIPANTE HABILITADO E ADJUDICADO:

• **CONSTRUTORA TANGARÁ LTDA**

HOMOLOGAÇÃO: 23.06.2021

IDIR TREVISIO

Prefeito Municipal

Publicado por:

Andreia Malicz Skeika

Código Identificador:6CA0645A

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO Nº 122/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2021 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 094/2021 (LEIS FEDERAIS Nº 8.666/93 E 10.024/2019) TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO.

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO Nº 122/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2021

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 094/2021

(Leis Federais nº 8.666/93 e 10.024/2019)

Tipo de licitação: MENOR PREÇO.

OBJETO: Aquisição de materiais para o Hospital Municipal de Ivaí.

VALOR GLOBAL: R\$ 2.272,10

PARTICIPANTES HABILITADOS E ADJUDICADOS:

-**CICARELLI INSTRUMENTOS CIRURGICOS LTDA – ITENS GANHOS: 001,003,004,012,013 E 015 = R\$ 892,50**

-**DELTA SHOP – DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ITENS GANHOS: 002,005,006,008,010,011 E 016 = R\$ 1.280,60**

-**R.A DOS SANTOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES – EIRELI – ITEM GANHO: 007 = R\$ 99,00**
HOMOLOGAÇÃO: 25.06.2021

NICOLI CROCOLI

Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:

Andreia Malicz Skeika

Código Identificador:063FA35F

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE REABERTURA LICITAÇÃO Nº 113/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 090/2021 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 090/2021 (LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E DECRETO 10.024/19). TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO.

AVISO DE REABERTURA

LICITAÇÃO Nº 113/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 090/2021

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 090/2021

(Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto 10.024/19).

Tipo de licitação: MENOR PREÇO.

OBJETO: Aquisição de 250 unidades de cargas de gás GPL P13 e 100 unidades de cargas de gás GPL P45 para as Secretarias Municipais.

Dotação Orçamentária:

03001041220402200733903000000 0250

06001123611201202633903000000 1000

06001206062001201433903000000 0590

08001103011001204233903000000 1890

08001103011001204233903000000 1900

09002082440801205333903000000 2610

10002267822601107033903000000 3120

Nova data limite para acolhimento de PROPOSTA: 13/07/2021 – 13h00min.

Nova data de início da fase de LANCES: 13/07/2021 – a partir das 13h30min.

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Dpto. Mun. de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR - Rua Rui Barbosa, 606 – Centro - Ivaí – Pr - fone – (42) - 3247-1222 - ramal 216 – site: www.ivaipr.gov.br

Ivaí, 29 de junho de 2021.

WELTON ADEMIR FERREIRA

Pregoeiro Municipal

Publicado por:

Andreia Malicz Skeika

Código Identificador:D95537ED

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

CÂMARA MUNICIPAL DE IVATUBA PORTARIA Nº 14 DE 28 DE JUNHO DE 2021

O Presidente da Câmara Municipal de Ivatuba, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, e considerando que o Assessor Jurídico desta Casa Legislativa encontra-se com Covid-19. E considerando o alto risco de transmissão de doença.

RESOLVE:

PUBLICAÇÃO LEGAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA

Estado do Paraná

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2021

O MUNICÍPIO DE RESERVA, entidade de personalidade jurídica de direito público, autarquia, autarquia de Reservas, inscrita no CNPJ nº 16.089.790/0001-61, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Lucas Machado Ribeiro, residente e domiciliado nesta cidade, por meio da Comissão de Licitação nº 001/2021 e inscrita no CNPJ nº 16.089.790/0001-61, em face das propostas apresentadas e do resultado do Pregão Eletrônico nº 001/2021, RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS DE EMPRESA META PLANEJAMENTO AMBIENTAL LTDA - ME, com sede na Avenida Cláudio Pinheiro nº 609, Bairro Porto, Município de Itaipava - RJ, CEP 27740-000, Telefone: (24) 3521-1964, E-mail: pedro@metaplanejamento.com.br, metaplanejamento@metaplanejamento.com.br, CNPJ nº 27.047.179/0001-23, representada pelo Sr. Pedro Henrique Ferreira de Faria, residente na Rua Maria do Glória, nº 739 - B. Bairro Bela Vista, Município de Itaipava - RJ, por meio da Comissão de Licitação nº 001/2021 e inscrita no CNPJ nº 27.047.179/0001-23, para o objeto de licitação, atendendo às condições previstas no Edital e às constantes desta Ata, registrando-se para os determinações da Lei nº 10.520/2002, da Lei nº 8.666/93, do Decreto nº 7.793/2013 e do Decreto nº 10.024/2019, demais legislações complementares vigentes e pertinentes à matéria, bem como da determinação no instrumento convocatório do Pregão eletrônico, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de serviços de engenharia e topografia especificados no Termo de Referência - Anexo I da Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2021, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição, ficando atende a demanda do órgão gerenciador.

2. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O prazo de validade da presente Ata é de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

2.2. OS PREÇOS E ESPECIFICAÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA

Assessoria de Planejamento e Políticas Públicas

LOTE 4 - LOTAMENTO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	U.R.	V. UNITÁRIO	V. UNITÁRIO
1	LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS PRELIMINARES (2) E PROJETO	1.000	M²	R\$ 6,52	R\$ 530,00

LOTE 4 - LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE TERRENOS RURAIS (2)

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	U.R.	V. UNITÁRIO	V. UNITÁRIO
1	LEVANTAMENTO PLANIMÉTRICO DO PERÍMETRO DE ÁREA ATÉ 15 HA	3	UND	R\$ 1.040,00	R\$ 3.120,00

LOTE 20 - LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE TERRENOS RURAIS (3)

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	U.R.	V. UNITÁRIO	V. UNITÁRIO
1	CONFERÊNCIA DE RETIFICAÇÃO DE ÁREA ALINHAMENTO DE ESTRADAS MUNICIPAIS: ÁREA DE 500M	1.250	M	R\$ 1,69	R\$ 2.112,50

LOTE 32 - LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE LOTES URBANOS (3)

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	U.R.	V. UNITÁRIO	V. UNITÁRIO
1	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PARA UNIFICAÇÃO DE LOTES URBANOS (2 LOTES)	6	UND	R\$ 749,00	R\$ 4.494,00

LOTE 33 - LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE LOTES URBANOS (3)

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	U.R.	V. UNITÁRIO	V. UNITÁRIO
1	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PARA UNIFICAÇÃO DE LOTES URBANOS (ÁREA DE 80 LOTES)	11.000	M²	R\$ 0,67	R\$ 9.370,00

LOTE 35 - LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE LOTES URBANOS (3)

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	U.R.	V. UNITÁRIO	V. UNITÁRIO
1	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PARA DEMARCAÇÃO DE LOTES URBANOS (ÁREA DE 62 LOTES)	15.000	M²	R\$ 0,79	R\$ 11.850,00

LOTE 38 - LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE LOTES URBANOS (3)

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	U.R.	V. UNITÁRIO	V. UNITÁRIO
1	CONFERÊNCIA DE RETIFICAÇÃO DE ÁREA ALINHAMENTO DE VIA PÚBLICA: ÁREA DE 100M	2	UND	R\$ 779,00	R\$ 1.558,00

LOTE 39 - LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE LOTES URBANOS (3)

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	U.R.	V. UNITÁRIO	V. UNITÁRIO
1	CONFERÊNCIA DE RETIFICAÇÃO DE ÁREA ALINHAMENTO DE VIA PÚBLICA: ÁREA DE 50M	750	M	R\$ 8,79	R\$ 6.592,50

LOTE 40 - USUCAÇÃO DE TERRENOS RURAIS

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	U.R.	V. UNITÁRIO	V. UNITÁRIO
1	USUCAÇÃO DE TERRENOS RURAIS ATÉ 15 HA	3	UND	R\$ 2.390,00	R\$ 7.170,00

LOTE 45 - ESTACAMENTO PARA ALINHAMENTO DE PORTES

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	U.R.	V. UNITÁRIO	V. UNITÁRIO
1	ESTACAMENTO PARA ALINHAMENTO DE PORTES ACIMA DE 100 M	1.000	M	R\$ 2,94	R\$ 2.940,00

LOTE 46 - ESTACAMENTO PARA ALINHAMENTO DE RUAS E MEIO FIO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	U.R.	V. UNITÁRIO	V. UNITÁRIO
1	ESTACAMENTO PARA ALINHAMENTO DE RUAS E MEIO FIO ATÉ 100 M	3	UND	R\$ 489,00	R\$ 1.467,00

LOTE 47 - ESTACAMENTO PARA ALINHAMENTO DE RUAS E MEIO FIO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	U.R.	V. UNITÁRIO	V. UNITÁRIO
1	ESTACAMENTO PARA ALINHAMENTO DE RUAS E MEIO FIO ACIMA DE 100 M	1.600	M	R\$ 4,09	R\$ 6.544,00

LOTE 48 - DEMARCAÇÃO DE PROJETOS DE TERRAPLANAGEM

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	U.R.	V. UNITÁRIO	V. UNITÁRIO
1	DEMARCAÇÃO DE PROJETOS DE TERRAPLANAGEM ATÉ 2.000 M²	3	UND	R\$ 797,00	R\$ 2.391,00

LOTE 49 - DEMARCAÇÃO DE PROJETOS DE TERRAPLANAGEM

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	U.R.	V. UNITÁRIO	V. UNITÁRIO
1	DEMARCAÇÃO DE PROJETOS DE TERRAPLANAGEM ACIMA DE 2.000 M²	4.500	M²	R\$ 0,72	R\$ 3.240,00

LOTE 50 - DEMARCAÇÃO DE ACÚDES

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	U.R.	V. UNITÁRIO	V. UNITÁRIO
1	DEMARCAÇÃO DE ACÚDES ATÉ 1.000 M²	2	UND	R\$ 819,00	R\$ 1.638,00

LOTE 51 - DEMARCAÇÃO DE ACÚDES

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	U.R.	V. UNITÁRIO	V. UNITÁRIO
1	DEMARCAÇÃO DE ACÚDES ACIMA DE 1.000 M²	250	M²	R\$ 1,09	R\$ 272,50

LOTE 52 - DEMARCAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	U.R.	V. UNITÁRIO	V. UNITÁRIO
1	DEMARCAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS DE ATÉ 1.000 M	12	UND	R\$ 649,00	R\$ 7.788,00

LOTE 53 - DEMARCAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	U.R.	V. UNITÁRIO	V. UNITÁRIO
1	DEMARCAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS ACIMA DE 1.000 M	25.000	M	R\$ 0,49	R\$ 12.250,00

LOTE 54 - DEMARCAÇÃO DE VALAS SEM NIVELAMENTO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	U.R.	V. UNITÁRIO	V. UNITÁRIO
1	DEMARCAÇÃO DE VALAS SEM NIVELAMENTO ATÉ 250 M	5	UND	R\$ 479,00	R\$ 2.395,00

LOTE 55 - DEMARCAÇÃO DE VALAS SEM NIVELAMENTO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	U.R.	V. UNITÁRIO	V. UNITÁRIO
1	DEMARCAÇÃO DE VALAS SEM NIVELAMENTO ACIMA DE 250 M	275	M	R\$ 2,79	R\$ 767,25

LOTE 56 - DEMARCAÇÃO DE VALAS COM NIVELAMENTO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	U.R.	V. UNITÁRIO	V. UNITÁRIO
1	DEMARCAÇÃO DE VALAS COM NIVELAMENTO ATÉ 300 M	7	UND	R\$ 589,00	R\$ 4.123,00

LOTE 58 - LEVANTAMENTO ALTIMÉTRICO DE EIXO PARA PROJETOS DE DRENAGEM

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	U.R.	V. UNITÁRIO	V. UNITÁRIO
1	LEVANTAMENTO ALTIMÉTRICO DE EIXO PARA PROJETOS DE DRENAGEM ACIMA DE 100 M	3	UND	R\$ 369,00	R\$ 1.107,00

LOTE 59 - LEVANTAMENTO ALTIMÉTRICO DE EIXO PARA PROJETOS DE DRENAGEM

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	U.R.	V. UNITÁRIO	V. UNITÁRIO
1	LEVANTAMENTO ALTIMÉTRICO DE EIXO PARA PROJETOS DE DRENAGEM ACIMA DE 100 M	3.500	M	R\$ 4,29	R\$ 15.025,00

LOTE 60 - ACOMPANHAMENTO DE ABERTURA DE VALAS

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	U.R.	V. UNITÁRIO	V. UNITÁRIO
1	ACOMPANHAMENTO DE ABERTURA DE VALAS ATÉ 100 M	3	UND	R\$ 509,00	R\$ 1.527,00

LOTE 61 - ACOMPANHAMENTO DE ABERTURA DE VALAS

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	U.R.	V. UNITÁRIO	V. UNITÁRIO
1	ACOMPANHAMENTO DE ABERTURA DE VALAS ACIMA DE 100 M	125	M	R\$ 8,40	R\$ 1.050,00

LOTE 62 - LEVANTAMENTOS BATIMÉTRICOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	U.R.	V. UNITÁRIO	V. UNITÁRIO
1	LEVANTAMENTO DE SEÇÃO TRANSVERSAL	35	M	R\$ 3,40	R\$ 119,00

LOTE 63 - LEVANTAMENTOS BATIMÉTRICOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	U.R.	V. UNITÁRIO	V. UNITÁRIO
1	LEVANTAMENTO TOPOBATIMÉTRICO	60	M²	R\$ 13,40	R\$ 804,00

LOTE 65 - DEMARCAÇÃO DE PRACAS E JARDINS (5)

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	U.R.	V. UNITÁRIO	V. UNITÁRIO
1	DEMARCAÇÃO DE PRACAS E JARDINS (5)	3	ORA	R\$ 335,00	R\$ 1.005,00

LOTE 66 - AVALIAÇÃO TÉCNICA EM AGRIMENSURA

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	U.R.	V. UNITÁRIO	V. UNITÁRIO
1	ASSESSORIA TÉCNICA EM AGRIMENSURA	12	HORA	R\$ 179,00	R\$ 2.148,00

LOTE 67 - NIVELAMENTO GEOMÉTRICO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	U.R.	V. UNITÁRIO	V. UNITÁRIO
1	NIVELAMENTO GEOMÉTRICO	750	M	R\$ 7,89	R\$ 5.917,50

LOTE 70 - IMPLANTACÃO DE MARCO TOPOGRÁFICO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	U.R.	V. UNITÁRIO	V. UNITÁRIO
1	IMPLANTACÃO DE MARCO TOPOGRÁFICO GEORREFERENCIADO	5	MARCO	R\$ 269,00	R\$ 1.345,00

LOTE 71 - PROJETO TOPOGRÁFICO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	U.R.	V. UNITÁRIO	V. UNITÁRIO
1	PROJETO TOPOGRÁFICO	30	HORA	R\$ 133,00	R\$ 3.990,00

LOTE 72 - DEMARCAÇÃO DE RUAS COM ESTACAS

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	U.R.	V. UNITÁRIO	V. UNITÁRIO
1	DEMARCAÇÃO DE RUAS COM ESTACAS	5.300	M²	R\$ 3,45	R\$ 18.285,00

VALOR TOTAL (R\$)

VALOR TOTAL (R\$)	142.924,25
-------------------	------------

3.1. Os serviços serão executados de acordo com a necessidade e conveniência do Município, mediante a emissão de Ordem de Serviço.

3.2. As quantidades e os preços de execução dos serviços que visem a ser utilizados serão definidos no respectivo Ordem de Serviço.

4. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O gestor da contratação da prestação de serviços de engenharia e topografia será o Sr. Lucas Santana Bergmann - Assessor Executivo do Gabinete.

4.2. O responsável e fiscalizador da execução dos serviços de que trata esta Ata de Registro de Preços, bem como a assinatura das notas fiscais, será exercido pelo servidor designado Sr. Elvio Dapke.

4.3. Qualquer exigência da gestão e fiscalização, inscrita no Edital desta Ata, deverá ser prontamente atendida pela empresa vencedora, sob pena de multa e de rescisão contratual.

4.4. A fiscalização, controle de interesse do Município, não exclui nem a responsabilidade da empresa vencedora, por qualquer dano que venha causar a Administração a ser executada.

5. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. No prazo de validade desta Ata, aplicam-se as disposições constantes do Edital de origem, inclusive quanto à multa e sanções.

5.2. Fica eleito o foro do Município de Reserva - PR, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes desta contratação, ficando as partes obrigadas a comparecer a qualquer ato ou processo judicial que seja.

E por estarem assim, acordados e assinados, depois de lida e achada conforme, declaram todos as partes acionar todos os dispositivos estatutários da gestão e fiscalização, inscrita no Edital desta Ata, devendo ser prontamente atendida pela empresa vencedora, sob pena de multa e de rescisão contratual.

Reserva (PR), 18 de junho de 2021.

MUNICÍPIO DE RESERVA

Lucas Machado Ribeiro - Prefeito Municipal de Reserva

CONTRATANTE

META PLANEJAMENTO

AMBIENTAL LTDA - ME

Paulo Henrique Ferreira de Faria CONTRATADA

AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E

TRANSPORTE DE PONTA GROSSA

REVOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2021

A AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE, tendo em vista as informações contidas no Lei 27.964/2021 e Parecer Jurídico nº 061/2021, e atendendo às exigências da Lei Federal nº 8.666/93 em seu Art. 49 §1º, resolve REVOGAR A CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2021, tendo como objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO TIPO RADAR, COM LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, PARA A AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES.

ROMUALDO CAMARGO

Presidente da Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte de Ponta Grossa

2º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

COMARCA DE PONTA GROSSA - PARANÁ

Rua XV de novembro, n. 365, Sala 01, Centro - Fone (42) 30257449

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1525, incisos I, III, IV e V, C.C. B os contraentes:

AMANDA CRISTINA PEREIRA DE CAMARGO E LILIAN JESUS DE MELLO

MATHEUS LOPES E SUELEN KAPP

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da Lei.

Lavrado o presente para ser afixado por 15 dias, em cartório, no lugar de costume.

Claudia Aparecida Guerlinger Pavanatti

Oficial Interina

SÚMULA DE RECEBIMENTO DA RENOVACÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

OMYA DO BRASIL IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE MINERAIS LTDA com CNPJ sob o nº 05.969.945/0001-30 torna público que RECEBEU junto ao INSTITUTO ÁGUA E TERRA (IAT), a RENOVACÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO (RLO) sob o nº 151240-R1 com validade até 27/11/2022 para atividade de Produção de Outros Produtos de Minerais não Metálicos, localizado na Rodovia BR-376, Km 503, s/nº, bairro Cará-Cará, neste município.

SÚMULA DE REQUERIMENTO DA LICENÇA PRÉVIA

PCI & Z GESTÃO DE NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA com CNPJ sob o nº 05.969.945/0001-30 torna público que REQUEREU junto ao INSTITUTO ÁGUA E TERRA (IAT), a LICENÇA PRÉVIA (LP) para atividade de posto revendedor de combustíveis para veículos automotores com loja conveniência e troca de óleo, localizado na Rua Valério Ronchi, s/nº, bairro Neves, neste município.

SÚMULA DE REQUERIMENTO DA RENOVACÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

OMYA DO BRASIL IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE MINERAIS LTDA com CNPJ sob o nº 05.969.945/0001-30 torna público que REQUEREU junto ao INSTITUTO ÁGUA E TERRA (IAT), a RENOVACÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO (RLO) para atividade de Produção de Outros Produtos de Minerais não Metálicos, localizado na Rodovia BR-376, Km 503, s/nº, bairro Cará-Cará, neste município.

VARA CÍVEL | VARA DE FAMÍLIA DE TEIXEIRA SOARES/PR - EDITAL DE LEILÃO/INTIMAÇÃO

O Dr. Juiz, FAZ SABER A TODOS, que o Leilãoeiro Fabio G. Barbosa, levará a público p/ venda e arrematação, os bens, conf. segue: 1º Leilão, 13/07/21, c/ encerr. às 17h, p/ preço igual/sup. à avaliação, na modalidade somente eletrônico, p/ site www.fabiobarbosaileiloes.com.br. Não verif. lances, a partir deste horário iniciará cap. de lances por valor igual/sup., a 50% da avaliação. Dia 27/07/21, a partir das 13h, abrirá o 2º Leilão, presencial e eletrônico, no Fórum, R. XV de Novembro, 228 e através do site supra, p/ maior lance coletado, exceto preço vil. Se não houver expediente forense nas datas design., o leilão realizará no 1º dia útil subsequ. Caso persista a determinação de afastamento social, em razão do estado de Pandemia declarado pela OMS, restará autorizado, desde já, que o leilão se dê somente de forma eletrônica, observadas as formalidades de praxe. 01) (VC) Proc. 0000953-77.2016.8.16.0164 de Cooperativa de Crédito Rural do Centro Sul do Paraná-Sicredi Centro Sul contra José Elieir Ribeiro. Bem: Lr. de terreno urb. 10, qd. I, Loteam. Blumenau, R. Ludovico Przybysz, 421, c/ 442,50m². Bens: Casa (não averb.) em av. c/ aprox. 160m², 2º Rl. local nº 4.604, Rl. 216.500,00. Ônus: Débitos de IPTU (2021); Exercícios em dívida (2014; 2015; 2016; 2017; 2018; 2019 e 2020); Hipoteca à SICREDI CENTRO SUL. 02) (VFAM) Proc. 0001055-60.2020.8.16.0164 de Guilherme Mendrycky Pacondes e Ministério Público da Comarca de Teixeira Soares contra Edelson Miguel Chagas Pacondes. Bem: Veículo tipo ônibus, M.BENZ/OM 1316, ATT-5125, 86/86, R\$ 12.000,00. Ônus: Bloq. Judicial Bloq. Renajud; Débitos no Detran/PR. O arrematante declara estar ciente de que, além de possíveis ônus perante o DETRAN, poderá haver outras restrições judiciais originárias de outras varas, que poderão causar morosidade na transf. do bem perante o DETRAN; Fica responsável p/ verif. de quaisquer ônus que recaiam sobre o veículo, podendo ocorrer novas inclusões. Os bens serão leiloados livre de quaisquer ônus, até a expedição da respectiva Carta de Arrematação/Mandado de entrega, inclusive os débitos de natureza propter rem. O imóvel será vendido p/ inteiro, sendo que as áreas mencionadas são meramente enunciativas e repetitivas das dimensões constantes do termo de penhora e/ou registro imobiliário. Restando negativo o leilão, fica autoriz. Venda Direta, nas regras fixadas p/ o leilão, p/ prazo de 60 dias, c/ cláusulas fechadas a cada 15 dias. Leilãoeiro: Fabio G. Barbosa. Quem pretender arrematar deverá cadastrar-se até 24h antes do leilão. Pgtos: À vista, admite-se parcelam. c/ 25% à vista e o restante parcelado em até 30x (mínimo) 1x (máximo), mensais/sucess., c/ mín. de R\$ 1.000,00/cd, acresc. de correção da poupança, garantida p/ hipoteca jud. (imóvel)caução idônea (veículos). Atraso/não pto de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% sobre a soma da parcela inadimplida c/ as vincendas. Comissão: 5% da arrematação. Cancelam./suspensão do leilão p/ adjud./remissão/acordo após a publicação do edital: 2% da avaliação/divida material/acordo. Inf.: (44) 9.9700-6030 e p/ e-mail contato@fabiobarbosaileiloes.com.br. Ficam intimados os executados/conjuges/debais interesses, das datas acima, se não encontrados pessoalm., e de que, antes da arrematação/adjudic., poderão remir a execução, dantes que o prazo p/ apresentar medidas process. será de 10 dias após o arremate. P/ que chegue ao conhecimento de todos e não aleguem ignorância, expediu o presente, public./afix. na forma da Lei, Em, 09/06/21.

LEONARDO SILVA MACHADO - JUIZ DE DIREITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAI

ANEXO 03

PROPOSTA COMERCIAL

Apresentamos nossa proposta para prestação dos serviços objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica nº 090/2021 acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA: Companhia Ultragaz S.A
CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL: 61.602.199/0232-44 – 024/0216814
PROCURADOR e CARGO: José Vilmar de Oliveira – Coordenador Administrativo
CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF: 1038218011 – 490.821.910.91
ENDEREÇO: Rua Antônio Frederico Ozanan nº 1.655-Bairro Brigadeiro - Canoas/RS -
CEP nº 92.420-360
TELEFONE: (051) 3092.1850 / 1872 – (051) 3462.2800
AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA:
CÓDIGO DO BANCO: 001
NOME DO BANCO: BANCO DO BRASIL S.A
AGÊNCIA Nº: 3132-1
NOME DA AGÊNCIA: CORPORATE
NÚMERO DA CONTA CORRENTE: 1093-6

2. PROPOSTA COMERCIAL

LOTE 1

ITEM 001 – RECARGAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – BOTIJÃO P – 13 KG.
CÓDIGO: 041496
MARCA: ULTRAGAZ QUANTIDADE: 250 UNIDADES.
PREÇO UNITÁRIO: R\$ 91,00 (Noventa e um reais).
PREÇO TOTAL: R\$ 22.750,00 (Vinte e dois mil, setecentos e cinquenta reais).

ITEM 002 – RECARGAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – BOTIJÃO P – 45 KG.
CÓDIGO: 041497
MARCA: ULTRAGAZ QUANTIDADE: 100 UNIDADES.
PREÇO UNITÁRIO: R\$ 285,00 (Duzentos e oitenta e cinco reais).
PREÇO TOTAL: R\$ 28.500,00 (Vinte e oito mil e quinhentos reais).

VALOR TOTAL DO LOTE 1 – R\$ 51.250,00 (Cinquenta e um mil, duzentos e cinquenta reais).

3. CONDIÇÕES GERAIS

3.1. A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

De no mínimo, 90 (noventa) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão

DETALHES COMPLEMENTARES:

- CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: CONFORME O EDITAL.
- PRAZO DE ENTREGA: CONFORME O EDITAL.
- LOCAL DE ENTREGA: CONFORME O EDITAL E SEUS ANEXOS.
- NO VALOR CORRESPONDENTE JÁ ESTÃO INCLUÍDAS EVENTUAIS VANTAGENS E/OU ABATIMENTOS, IMPOSTOS, TAXAS, CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS, OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS, FISCAIS E COMERCIAIS, ASSIM COMO DESPESAS COM FRETES E OUTRAS QUAISQUER PARA A ENTREGA DO GÁS GLP DESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.
- **O CONTRATO SOMENTE PODERÁ SER ASSINADO PELO PROCURADOR DA COMPANHIA ULTRAGAZ O SR. JOSÉ VILMAR DE OLIVEIRA, PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº 1038218011 E DO CPF Nº 490.821.910-91, BRASILEIRO, SOLTEIRO, COORDENADOR ADMINISTRATIVO, COM ENDEREÇO PROFISSIONAL SITUADO À RUA ANTÔNIO FREDERICO OZANAN, Nº 1.655, BAIRRO BRIGADEIRO, CANOAS/RS, CEP Nº 92.420-360.**
- **O CONTRATO, ATA DE REGISTRO DE PREÇO, EMPENHOS E/OU QUALQUER OUTRO DOCUMENTO, DEVERÁ SER ENCAMINHADO PARA A GERÊNCIA DE LICITAÇÕES, SITO AV. BALTAZAR DE OLIVEIRA GARCIA, Nº 2.743 - CONJ. 203 E 204 - CEP Nº 91.150-001 - PORTO ALEGRE/RS**
- FONES: (51) 3092-1850, (51) 3092-1872, (51) 3092-1873 E (51) 3092-1861.
- E-MAIL: faturamento.ferrari@terra.com.br, licitacoesferrari@terra.com.br ; canoas.institucional@ultragaz.com.br
- COMPANHIA ULTRAGAZ S.A
- CNPJ Nº 61.602.199/0232-44 FONE/FAX: (051) 3462-2800 / 2830 / 2862 CANOAS/RS
- RUA ANTÔNIO FREDERICO OZANAN, Nº 1.655 – BAIRRO BRIGADEIRO – CEP Nº 92.420-360
- DECLARAMOS CONHECER E CONCORDAR COM TODAS AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES DESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.
- VIMOS PELA PRESENTE SOLICITAR A V. SAS., QUE TODOS OS PAGAMENTOS PARA LIQUIDAÇÃO DE NOTAS FISCAIS EMITIDAS POR NOSSA EMPRESA, SEJAM EFETUADOS ATRAVÉS DE CRÉDITO EM NOSSA CONTA CORRENTE ABAIXO INDICADA:
CÓDIGO DO BANCO: 001
NOME DO BANCO: BANCO DO BRASIL S.A
AGÊNCIA Nº: 3132-1
NOME DA AGÊNCIA: CORPORATE
NÚMERO DA CONTA CORRENTE: 1093-6

Sem mais para o momento, firmamo-nos, mui
Atenciosamente

JOSE VILMAR DE
OLIVEIRA:49082191091

Assinado de forma digital por JOSE VILMAR DE
OLIVEIRA:49082191091
Dados: 2021.07.13 15:07:47 -03'00'

José Vilmar de Oliveira
RG nº 10.382.180-11
CPF nº 490.821.910-91
Coordenador Administrativo



DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DA RECEITA ESTADUAL (DI/RE)

CONTRIBUINTE: CIA ULTRAGAZ S/A

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 024/0216814

CNPJ: 61.602.199/0232-44



Mais informações leia o QR-CODE

EXIJA DOCUMENTO FISCAL

A inclusão do CPF no documento fiscal é obrigação da empresa!

Participe do Programa Nota Fiscal Gaúcha

Lei 14.020/12 e Decreto 50.199/13



RECEITA ESTADUAL RS



**GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA**

Consulta Pública ao CGCTE RS

Situação na data: 20/05/2021

Identificação			
CAD ICMS	024/0216814		
CNPJ	61.602.199/0232-44		
Razão Social	COMPANHIA ULTRAGAZ S A		
Nome Fantasia			
Endereço			
Logradouro	RUA ANTONIO FREDERICO OZANAN		
Número	1655	Complemento	S/C
Bairro/Distrito	BRIGADEIRA		
Município	CANOAS	U.F.	RS
CEP	92420-360	Telefone	
Informações Complementares			
Enquadramento Empresa	GERAL	Delegacia da Receita Estadual	2ª DRE - CANOAS
Natureza Jurídica	2054 - SOCIEDADE ANONIMA FECHADA		
CNAE Fiscal Principal	4682-6/00 - COMERCIO ATACADISTA DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO(GLP)		
CNAE Fiscal	4784-9/00 - COMERCIO VAREJISTA DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO (GLP)		
Data Abertura	01/04/1993	Motivo Inclusão	INCLUSAO
Data Baixa		Motivo Baixa	
Situação Cadastral Vigente ⁽¹⁾	HABILITADO	Data desta Situação	06/1995
CAE			

727111910 - gas liquefeito de petroleo (GLP)

824000000 - GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO

OBSERVAÇÃO: Os dados acima estão baseados em informações fornecidas pelos próprios contribuintes cadastrados. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com eles ajustadas.

⁽¹⁾ Situação Cadastral Vigente refere-se tão somente ao Cadastro de Contribuintes do Estado do Rio Grande do Sul (Inscrição Estadual).







PREFEITURA
MUNICIPAL DE
CANOAS

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE CANOAS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR
CONCEDE A LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO DO CONTRIBUINTE ABAIXO

Nome, Razão Social ou Denominação Social: COMPANHIA ULTRAGAZ S A		
CNPJ/CPF 61.602.199/0232-44	CADASTRO: 44191	
Localização RUA - ANTONIO FREDERICO OZANAN	Nº Imóvel: 1655	Complemento
Endereço para Correspondência	Complemento	

COD. CNAE	COD. PDUA	ATIVIDADE DO COD. CNAE
000003319800	33041028	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
000004329199	31921010	OUTRAS OBRAS DE INSTALAÇÕES EM CONSTRUÇÕES NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
000004682600	51341006	COMÉRCIO ATACADISTA DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP)
000005211799	62315002	DEPÓSITOS DE MERCADORIAS PARA TERCEIROS, EXCETO ARMAZÉNS GERAIS E GUARDA-MÓVEIS
000007119703	30211034	SERVIÇOS DE DESENHO TÉCNICO RELACIONADOS A ARQUITETURA E ENGENHARIA
000007120100	33631001	TESTES E ANÁLISES TÉCNICAS
000007490104	30211042	ATIVIDADES DE INTERMEDIÇÃO E AGENCIAMENTO DE SERVIÇOS E NEGÓCIOS EM GERAL, EXCETO IMOBILIÁRIOS
000007490199	30211044	OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
000007740300	30211045	GESTÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS NÃO-FINANCEIROS
000007830200	30222030	FORNECIMENTO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA TERCEIROS
000008292000	30221034	ENVASAMENTO E EMPACOTAMENTO SOB CONTRATO
000008299701	30211054	MEDIÇÃO DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA, GÁS E ÁGUA
*****	*****	*****
*****	*****	*****
*****	*****	*****
*****	*****	*****
*****	*****	*****
*****	*****	*****
*****	*****	*****

Prazo de Validade: Vide observações. Quaisquer alterações nas informações contidas neste alvará, inclusive sobre composição societária, devem ser comunicadas à Prefeitura de Canoas, de acordo com a legislação vigente.

NOTAS

1. A Taxa de Fiscalização de Atividades deve ser recolhida anualmente de acordo com o cronograma fiscal estabelecido em Lei Municipal.
 2. A concessão deste Alvará não exime o contribuinte do cumprimento de outras obrigações disciplinadas na Legislação Municipal, podendo a qualquer tempo ser cassado se não atendidos os requisitos que compõem o conjunto deste licenciamento.
- Necessita Licença Ambiental

OBS: 1-TIPO DE ALVARÁ: ALVARÁ LOCALIZADO. 2-VALIDADE: INDETERMINADA. 3-ENQUADRAMENTO: LEIS 5673/12 E 5961/15, ANEXO 4.1. 4-LANÇADO CFE. PROC. 53082/2019.



Ailton José de Souza
Secretário Municipal
do Desenvolvimento Econômico
Matrícula: 122924
CANOAS

CANOAS, 26 de Junho de 2019.

AFIXAR O PRESENTE ALVARÁ NO ESTABELECIMENTO EM LOCAL VISÍVEL AO PÚBLICO

18/03/2021

sistemas.canoas.rs.gov.br/e-agata/servlet/appimprimedamarrecadahtml

 ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL - D.A.M		 ID Pagador	Tributos TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADE - 2021 Referência 1/1 CMC 44191
Beneficiário PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS - RS RUA 15 DE JANEIRO, 11, CENTRO, CANOAS-RS, 92010300		CNPJ 83.577.416/0001-18	
Pagador COMPANHIA ULTRAGAZ S A		Número do Documento 19600692 / 2021	
CPF/CNPJ CNPJ: 61.602.199/0232-44	Processamento 02/03/2021	Vencimento 25/03/2021	Nosso Número 1167147670
		Agência / Código do Beneficiário 0871 864003029	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO LOGRADOURO: RUA ANTONIO FREDERICO OZANAN,1655 COMPLEMENTO: BAIRRO: BRIGADEIRA CEP: 92420360 QUADRA: LOTE: DATA ABERTURA: 25/11/1994 ATIVIDADE: GÁS - DATA DE INICIO: 01/08/1992			
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADE 163,05 TOTAL: 163,05 Valor R\$ 163,05 SAC BANRISUL-0800 646 1515 / OUVIDORIA BANRISUL-0800 644 2200			
		RECIBO DO PAGADOR - Autenticação 04192.10877 18640.030112 67147.640071 1 85700000016305	

VALDECIR RODRIGUES VIEIRA

TABELÃO DESIGNADO

Rua Gonçalves Dias, 66 Canoas - RS - 92010-050 - Fone: (51) 3472.5344

1º TABELONATO DE
CANOAS
AUTENTICAÇÃO
 AUTENTICO a presente cópia reprográfica extraída nestas notas a
 qual confere com o original. Dou fe. Selo: 0098.01.2000002.44089

 Canoas, 23 de março de 2021 - 30
 Empl: R\$ 5,30 + Selo digital: R\$ 1,40 09-13-24 2761658

Válido somente em unidades ou rasuras

 Humberto da Silva Araújo
 Síndico do Tabelão

 Humberto da Silva Araújo
 Síndico do Tabelão

 BANRISUL CORRESPONDENTE
 PAGAMENTO DE TÍTULO - DINHEIRO

 R MATTHELLA PEREIRA LTDA
 CNPJ 02.262.701/0001-24
 CANOAS

TÍTULO BANRISUL

041921087718 640030112571

476400711857 00009016305

BENEFICIÁRIO: 88577416000118

NOME FANTASIA: CANOAS PREFEITURA

RAZÃO SOCIAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS

SACADOR: 00000000000000

A.3ADUR: 61602199023244 COMPANHIA ULTRAGAZ S A

VENC: 19/03/2021 VALOR NOMINAL: 163,05

ENCARGOS: 0,00 DESCONTOS: 0,00

VALOR PAGU: 163,05

EFETIVADO: 19/03/2021 13:56:16 RC 01/01

NSU: 4357654/114282671/804905

0366C0601E76C0224879B715E946558DAU7

 RECIBO VALIDO COMO COMPROVANTE DA
 OPERAÇÃO. OS DADOS INFORMADOS SÃO DE
 RESPONSABILIDADE DO CLIENTE.

SAC: 08006461515 OUVIDORIA: 08006442200

VALDECIR RODRIGUES VIEIRA

TABELÃO DESIGNADO

Rua Gonçalves Dias, 66 Canoas - RS - 92010-050 - Fone: (51) 3472.5344

1º TABELONATO DE
CANOAS
AUTENTICAÇÃO
 AUTENTICO a presente cópia reprográfica extraída nestas notas a
 qual confere com o original. Dou fe. Selo: 0098.01.2000002.44089

 Canoas, 23 de março de 2021 - 30
 Empl: R\$ 5,30 + Selo digital: R\$ 1,40 09-13-24 2761658

Válido somente em unidades ou rasuras



ANEXO 03**PROPOSTA COMERCIAL**

Apresentamos nossa proposta para prestação dos serviços objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica nº 090/2021 acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA: Companhia Ultragaz S.A
CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL: 61.602.199/0232-44 – 024/0216814
PROCURADOR e CARGO: José Vilmar de Oliveira – Coordenador Administrativo
CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF: 1038218011 – 490.821.910.91
ENDEREÇO: Rua Antônio Frederico Ozanan nº 1.655-Bairro Brigadeiro - Canoas/RS - CEP nº 92.420-360
TELEFONE: (051) 3092.1850 / 1872 – (051) 3462.2800
AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA:
CÓDIGO DO BANCO: 001
NOME DO BANCO: BANCO DO BRASIL S.A
AGÊNCIA Nº: 3132-1
NOME DA AGÊNCIA: CORPORATE
NÚMERO DA CONTA CORRENTE: 1093-6

2. PROPOSTA (READEQUADA AO LANCE VENCEDOR)**LOTE 1**

ITEM 001 – RECARGAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – BOTIJÃO P – 13 KG.
CÓDIGO: 041496
MARCA: ULTRAGAZ QUANTIDADE: 250 UNIDADES.
PREÇO UNITÁRIO: R\$ 100,00 (Cem reais).
PREÇO TOTAL: R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais).

ITEM 002 – RECARGAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – BOTIJÃO P – 45 KG.
CÓDIGO: 041497
MARCA: ULTRAGAZ QUANTIDADE: 100 UNIDADES.
PREÇO UNITÁRIO: R\$ 360,00 (Trezentos e sessenta reais).
PREÇO TOTAL: R\$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais).

VALOR TOTAL DO LOTE 1 – R\$ 61.000,00 (Sessenta e um mil reais).

3. CONDIÇÕES GERAIS

3.1. A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL




De no mínimo, 90 (noventa) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão

DETALHES COMPLEMENTARES:

- CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: CONFORME O EDITAL.
- PRAZO DE ENTREGA: CONFORME O EDITAL.
- LOCAL DE ENTREGA: CONFORME O EDITAL E SEUS ANEXOS.

Cia Ultragaz S/A

Rua Antonio F. Ozanan, 1655 - Brigadeira – Canoas | RS – Brasil - CEP 92420-360



- NO VALOR CORRESPONDENTE JÁ ESTÃO INCLUÍDAS EVENTUAIS VANTAGENS E/OU ABATIMENTOS, IMPOSTOS, TAXAS, CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS, OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS, FISCAIS E COMERCIAIS, ASSIM COMO DESPESAS COM FRETES E OUTRAS QUAISQUER PARA A ENTREGA DO GÁS GLP DESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.
- O CONTRATO SOMENTE PODERÁ SER ASSINADO PELO PROCURADOR DA COMPANHIA ULTRAGAZ O SR. JOSÉ VILMAR DE OLIVEIRA, PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº 1038218011 E DO CPF Nº 490.821.910-91, BRASILEIRO, SOLTEIRO, COORDENADOR ADMINISTRATIVO, COM ENDEREÇO PROFISSIONAL SITUADO À RUA ANTÔNIO FREDERICO OZANAN, Nº 1.655, BAIRRO BRIGADEIRO, CANOAS/RS, CEP Nº 92.420-360.
- O CONTRATO, ATA DE REGISTRO DE PREÇO, EMPENHOS E/OU QUALQUER OUTRO DOCUMENTO, DEVERÁ SER ENCAMINHADO PARA A GERÊNCIA DE LICITAÇÕES, SITO AV. BALTAZAR DE OLIVEIRA GARCIA, Nº 2.743 - CONJ. 203 E 204 - CEP Nº 91.150-001 - PORTO ALEGRE/RS
- FONES: (51) 3092-1850, (51) 3092-1872, (51) 3092-1873 E (51) 3092-1861.
- E-MAIL: faturamento.ferrari@terra.com.br, licitacoesferrari@terra.com.br; canoas.institucional@ultragaz.com.br
- COMPANHIA ULTRAGAZ S.A
- CNPJ Nº 61.602.199/0232-44 FONE/FAX: (051) 3462-2800 / 2830 / 2862 CANOAS/RS
- RUA ANTÔNIO FREDERICO OZANAN, Nº 1.655 - BAIRRO BRIGADEIRO - CEP Nº 92.420-360
- DECLARAMOS CONHECER E CONCORDAR COM TODAS AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES DESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.
- VIMOS PELA PRESENTE SOLICITAR A V. SAS., QUE TODOS OS PAGAMENTOS PARA LIQUIDAÇÃO DE NOTAS FISCAIS EMITIDAS POR NOSSA EMPRESA, SEJAM EFETUADOS ATRAVÉS DE CRÉDITO EM NOSSA CONTA CORRENTE ABAIXO INDICADA:
CÓDIGO DO BANCO: 001
NOME DO BANCO: BANCO DO BRASIL S.A
AGÊNCIA Nº: 3132-1
NOME DA AGÊNCIA: CORPORATE
NÚMERO DA CONTA CORRENTE: 1093-6

Sem mais para o momento, firmamo-nos, mui
Atenciosamente

JOSE VILMAR DE
OLIVEIRA:49082191091

Assinado de forma digital por JOSE VILMAR DE
OLIVEIRA:49082191091
Dados: 2021.06.04 11:17:36 -03'00'

JOSE VILMAR DE OLIVEIRA
RG Nº 1038218011
CPF Nº 490.821.910-91
COORDENADOR ADMINISTRATIVO



Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

informidade do que o saldo remanescente do lucro do exercício comportar, (ii) prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia, **artigo 7º** - As ações preferenciais não gozarão do direito a voto, salvo se não tiverem recebido dividendos durante três exercícios consecutivos, **Capítulo III - Assembleias Gerais - artigo 8º** - A Assembleia reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses após o término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem a manifestação dos acionistas, **artigo 9º** - As Assembleias Gerais, tanto Ordinárias quanto Extraordinárias, salvo as exceções previstas em lei, instalar-se-ão em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem a maioria do número de presentes, **artigo 10** - A Assembleia instalar-se-á, em segunda convocação, no prazo de 15 (quinze) dias, com a presença de qualquer número de presentes, **artigo 11** - Além das matérias previstas em lei, caberá à Assembleia Geral: (i) eleger e destituir os diretores da Companhia, definindo as suas atribuições, designando seus respectivos cargos e fixando a remuneração global a qual farão jus; (ii) tomar as contas dos diretores, deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas e sobre a destinação do resultado do exercício; (iii) deliberar sobre aumento do capital social e emissão de ações, estabelecendo, inclusive, as suas condições; (iv) deliberar sobre o resgate, amortização e cancelamento de ações; (v) deliberar sobre qualquer outra matéria que possa ser submetida à Assembleia Geral, incluindo o agrupamento de ações ou quaisquer outras operações que tenham por objetivo a alteração do controle da Companhia; (vi) deliberar sobre qualquer reforma do estatuto social da Companhia; (vii) deliberar sobre qualquer fusão, cisão, transformação ou incorporação de ações envolvendo a Companhia, bem como a transferência de ativos que resulte na descontinuidade das atividades da Companhia; (viii) deliberar sobre pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, ou requerimento de falência da Companhia; (ix) deliberar sobre a dissolução ou liquidação da Companhia, bem como eleger o liquidante; e (x) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria, **Capítulo IV - Administração - artigo 12** - A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por, no mínimo, 2 (dois) membros e, no máximo, 8 (oito) membros, todos residentes e domiciliados no Brasil, podendo ser brasileiros ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo, pelo voto da maioria simples dos acionistas, não sendo um deles o representante da administração, **artigo 13** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 14** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 15** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 16** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 17** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 18** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 19** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 20** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 21** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 22** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 23** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 24** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 25** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 26** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 27** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 28** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 29** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 30** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 31** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 32** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 33** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 34** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 35** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 36** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 37** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 38** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 39** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 40** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 41** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 42** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 43** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 44** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 45** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 46** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 47** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 48** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 49** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 50** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 51** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 52** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 53** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 54** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 55** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 56** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 57** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 58** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 59** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 60** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 61** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 62** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 63** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 64** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 65** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 66** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 67** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 68** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 69** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 70** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 71** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 72** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 73** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 74** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 75** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 76** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 77** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 78** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 79** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 80** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 81** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 82** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 83** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 84** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 85** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 86** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 87** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 88** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reeleita, e não poderá exercer mais de dois mandatos consecutivos, **artigo 89** - A Diretoria terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser reele

Imprensa Oficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Smiles Fidelidade S.A.
 CNPJ/MF nº 05.730.375/0001-20 - NIRE 35.300.493.095
 Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração
 Realizada em 28 de novembro de 2018, às 10h00, na sede social da Smiles S.A. ("Companhia"), na Rua Funchal, 551, 10º andar, Vila Olímpia, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Convocação e Presenças: Dispensada a convocação tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, os Srs. Constantino de Oliveira Junior, Joaquim Constantino Neto, Ricardo Constantino, Claudio Eugênio Stiller Galleazzi, Cássio Cássio Lima, Felipe Vilela Dias e Leonardo Portocarrero Gomes Pereira. Mesa: Assumiu a Presidência o Sr. Constantino de Oliveira Junior, que convidou a mim, Murilo Costa Grassi, para secretariar os trabalhos. Ordem do Dia: Deliberar sobre: (i) a eleição dos membros que deverão compor o Comitê Especial Independente da Companhia a ser constituído única e exclusivamente, para analisar as condições de uma potencial reorganização societária envolvendo a Companhia, a Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. e a Gol Linhas Aéreas S.A., e submeter suas recomendações ao Conselho de Administração da Companhia ("Comitê"), observadas as orientações previstas no Parecer de Orientação da Comissão de Valores Mobiliários nº 35, de 1 de setembro de 2008 ("Parecer 35"); e (ii) a autorização à Diretoria para tomar todas as providências e a assinar todos os atos necessários ao cumprimento de suas funções. Deliberações: Prestados os esclarecimentos necessários, os membros do Conselho de Administração deliberaram o quanto segue: (i) Comitê: Iniciada a reunião, foi solicitado o registro de que esse processo de escolha dos integrantes do Comitê Especial Independente aconteceu por meio de uma série de interações informais entre todos os Conselheiros. Durante esse processo, vários nomes foram sugeridos para serem debatidos pelo Conselho, tendo alguns sido sugeridos inclusive pelo Conselho Indicado pelo acionista independente Leonardo, Cássio e Claudio. Os Conselheiros Leonardo, Cássio e Claudio registraram que, inicialmente, propuseram a formação de um comitê que contasse com a participação do Conselheiro Felipe e do outro Conselheiro, que deveriam, em conjunto, escolher o terceiro integrante. Considerando que, por razões distintas, nenhum dos demais Conselheiros concordou em participar do Comitê e dada a proximidade da Assembleia Geral convocada para o dia 29, os Conselheiros Leonardo, Cássio e Claudio (observadas as recomendações e manifestações abaixo), em conjunto com os demais Conselheiros Indicado pelo acionista independente, optaram por escolher para integrar o Comitê independente exclusivamente não acionistas, cujos nomes foram indicados por membros independentes do Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração Indicado pelo acionista controlador confirmaram que nem eles nem o acionista controlador possuem qualquer relação preterita ou presente com tais candidatos apresentados que possa comprometer a sua independência, nos termos da definição de "conselheiro independente" previstos no Regulamento de Listagem do Novo Mercado. Em seguida, os membros do Conselho de Administração aprovaram eleger os seguintes membros para compor o Comitê, em termos do disposto no Artigo 42 do Estatuto Social da Companhia, convocada para o dia 29 de novembro de 2018, para deliberar sobre a inclusão de novo Artigo 42 ao Estatuto Social da Companhia ("AGE"). A deliberação ora aprovada é condicionada, para todos os fins, à aprovação da matéria objeto da ordem do dia AGE (a) pela unanimidade dos votos válidos, com abstenção do conselheiro Leonardo Portocarrero Gomes Pereira que declarou conflito no voto, Sra. Ana Dalcione Moura Carneiro de Novaes, brasileira, socia, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 24.688.011-6 (Detran/SP), inscrita no CPF/MF sob o nº 246.152.401-1, com endereço comercial na Avenida Chedid Leite, nº 100, Bloco B, 5º andar, Bairro Vila Olímpia, CEP 04511-062, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (a) e a maioria dos presentes, com voto vencido do conselheiro independente, Sr. Felipe Vilela Dias, Sr. José Luiz Dalcione, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 24.400.646 (ITP), inscrito no CPF/MF sob o nº 051.367.447-07, com endereço comercial na Rua Santa Luzia, nº 651, 14º andar, CEP 20201-903, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; e (c) pela unanimidade dos votos, Sr. José Guimarães Monteiro, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.127.065 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 447.507.838-72, com endereço comercial na Rua Leopoldo Couto de Aguiar, nº 1008, conjuntos 11, Bairro Itaim Bibi, CEP 04542-001, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Foi consignado em ata que o conselheiro independente Felipe Vilela Dias apresentou aos conselheiros manifesto quanto à potencial reorganização societária, o qual consta do Anexo I à presente ata, e votou em seu nome para candidato ao Comitê, tendo os demais conselheiros apresentado voto contrário como forma de preservar a atual composição do Conselho de Administração e reter os conhecimentos do conselheiro independente no Conselho de Administração da Companhia, já que este órgão será responsável pela apreciação do parecer final de recomendação do Comitê sobre a potencial reorganização societária. O conselheiro independente Felipe Vilela Dias declarou que não identificou qualquer conflito no voto da maioria dos presentes, nem a falta de conhecimento técnico sobre a indústria pode afetar negativamente o desempenho das atribuições do Comitê Independente. Após o término da reunião e durante o processo da discussão da redação dessa ata, os Conselheiros Constantino de Oliveira Junior, Ricardo Constantino e Joaquim Constantino Neto apresentaram manifestação, que consta do Anexo II desta ata. A investidura dos membros do Comitê ora eleitos e o pleno exercício das atividades para as quais foram designados estão igualmente condicionadas à aprovação das matérias objeto da ordem do dia da AGE (a) e (b) no momento de sua posse, os membros ora eleitos pelo Conselho de Administração deverão declarar, em termos de silete, no Conselho de Administração, a possibilidade de a Companhia, em nome do Comitê Independente, estar sob o controle de terceiros, conforme o disposto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado; estando certo que tais membros estarão sujeitos aos mesmos deveres e responsabilidades legais dos administradores, nos termos do artigo 160 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e deverão atuar em conformidade ao Parecer 35 e ao disposto no Estatuto Social da Companhia. Sem prejuízo da eleição dos membros do Comitê ora aprovada, os membros do Conselho de Administração, Claudio Eugênio Stiller Galleazzi, Cássio Cássio Lima, Felipe Vilela Dias e Leonardo Portocarrero Gomes Pereira, com o objetivo de maior clareza e transparência ao processo, fizeram a seguinte declaração: os membros do Conselho de Administração avaliam a possibilidade de adesão da Companhia ao Comitê de Anúncios e Fusões - CAF (i) a Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. também constitui um comitê especial independente para negociar a potencial reorganização societária com o Comitê Independente da Companhia ora aprovado, e (ii) o Comitê deve ter a prerrogativa de contratar um terceiro mediador, a ser mutuamente acordado com o acionista controlador da Companhia, para participar nas interações entre as partes envolvidas na potencial reorganização societária. (iii) Autorização à Diretoria: autorizar a Diretoria a tomar todas as providências e a assinar todos os documentos necessários ao cumprimento do quanto deliberado e aprovado nesta reunião e atendimento no disposto na legislação aplicável. Por fim, fica ainda consignado em ata, que os conselheiros tomaram conhecimento dos questionamentos apresentados por acionistas minoritários bem como respostas apresentadas pela Companhia e retornaram a orientação dada à Companhia para que correspondências recebidas e endereçadas aos membros do Conselho de Administração sejam prontamente circuladas aos conselheiros. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata, a qual foi lida, e, após confirmação, aprovada e por todos os presentes assinada. Assinaturas: Mesa: Constantino de Oliveira Junior - Presidente da Mesa, Murilo Costa Grassi - Secretário da Mesa; Membros do Conselho de Administração: Constantino de Oliveira Junior, Ricardo Constantino, Joaquim Constantino Neto, Claudio Eugênio Stiller Galleazzi, Cássio Cássio Lima, Felipe Vilela Dias e Leonardo Portocarrero Gomes Pereira. Certificamos que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Baner, 28 de novembro de 2018. Mesa: Constantino de Oliveira Junior - Presidente; Murilo Costa Grassi - Secretário. JUCESP nº 589.920/18-0 em 19/12/2018. Flávia R. Brito Gonçalves - Secretária Geral.

Almeida Junior Shopping Centers S.A.
 CNPJ/MF nº 12.102.676/0001-23 - NIRE 35.300.412.087
 Extrato da Ata de Assembleia Geral dos Titulares de Debêntures de 1ª Emissão Pública Realizada em 28.12.2018.
 Data, Hora, Local: 28.12.2018, às 10 horas, na sede, Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 16º andar, conjunto 1604, São Paulo/SP. Presença: 100% das Debêntures em circulação. Presenças ainda: Julia Sigga Anônimo, representante da Rede Signo S.A., Distribuidora de Bônus e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário da Emissão, e os representantes da Companhia. Mesa: Presidente: Fabio Hildek Ochi, Secretário: Julia Sigga Anônimo. Ordem do Dia: (i) anuência prévia para a não incidência na hipótese de vencimento antecipado prevista na cláusula 7.24, inciso (iii) do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Pública, com Efeitos Restritos de Distribuição, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Unica, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da Almeida Junior Shopping Centers S.A. ("Escritura da Emissão"), no tocante ao Índice Financeiro da Dívida Bruta e Cobertura de Juros a serem verificados com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas relativas a 31.12.2018; (ii) a alteração da redação da cláusula 7.24, inciso (iii) da Escritura da Emissão; (iii) declaração da ciência de que as Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Companhia (conforme definido na Escritura da Emissão) serão divulgadas após exercício social a ser encerrado em 2019; e (iv) autorizar o Agente Fiduciário a praticar todos os atos necessários para o cumprimento das deliberações ora estipuladas, inclusive celebração de eventuais aditamentos da Escritura da Emissão. Deliberações: Aprovadas: (i) anuência prévia para a não incidência na hipótese de vencimento antecipado prevista na cláusula 7.24, inciso (iii) do Instrumento Particular da Escritura da 1ª Emissão Pública, com Efeitos Restritos de Distribuição, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Unica, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da Almeida Junior Shopping Centers S.A. ("Escritura da Emissão"), no tocante ao Índice Financeiro da Dívida Bruta e Cobertura de Juros a serem verificados com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31.12.2018; (ii) autorizar a alteração da redação da cláusula 7.24, inciso (iii) da Escritura da Emissão, que passará a vigorar com a seguinte redação: "(iii) não observância, pela Companhia, dos índices financeiros abaixo ("Índices Financeiros") sendo apurados pela Companhia a verificação da oferta pública de ações, caso o definido abaixo) trimestralmente, no prazo de até 5 Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, do cálculo dos índices financeiros acompanhados das informações a que se refere a cláusula 8.1 abaixo, inclusive I e II, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31.12.2018: (a) Dívida Bruta (conforme definido na Dívida Bruta da Emissão) deverá ser igual ou inferior a (i) R\$1.230.000.000,00 até 31.12.2018; e (ii) R\$1.185.000.000,00 a partir de 1.01.2020; (b) Cobertura de Juros: o índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA (conforme definido abaixo) pela Despesa Financeira Líquida (conforme definido abaixo), deverá ser igual ou maior a: (i) 1,05 vezes até o encerramento do exercício social de 2020; e (ii) 1,1 vezes a partir de 1.01.2021; (c) Dívida Líquida/EBITDA: exclusivamente no caso da Emissão, a verificação da oferta pública de ações, caso o definido abaixo) trimestralmente, no prazo de até 5 Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, do cálculo dos índices financeiros acompanhados das informações a que se refere a cláusula 8.1 abaixo, inclusive I e II, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31.12.2018: (a) Dívida Bruta (conforme definido na Dívida Bruta da Emissão) deverá ser igual ou inferior a (i) R\$1.230.000.000,00 até 31.12.2018; e (ii) R\$1.185.000.000,00 a partir de 1.01.2020; (b) Cobertura de Juros: o índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA (conforme definido abaixo) pela Despesa Financeira Líquida (conforme definido abaixo), deverá ser igual ou maior a: (i) 1,05 vezes até o encerramento do exercício social de 2020; e (ii) 1,1 vezes a partir de 1.01.2021; (c) Dívida Líquida/EBITDA: exclusivamente no caso da Emissão, a verificação da oferta pública de ações, caso o definido abaixo) trimestralmente, no prazo de até 5 Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, do cálculo dos índices financeiros acompanhados das informações a que se refere a cláusula 8.1 abaixo, inclusive I e II, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31.12.2018: (a) Dívida Bruta (conforme definido na Dívida Bruta da Emissão) deverá ser igual ou inferior a (i) R\$1.230.000.000,00 até 31.12.2018; e (ii) R\$1.185.000.000,00 a partir de 1.01.2020; (b) Cobertura de Juros: o índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA (conforme definido abaixo) pela Despesa Financeira Líquida (conforme definido abaixo), deverá ser igual ou maior a: (i) 1,05 vezes até o encerramento do exercício social de 2020; e (ii) 1,1 vezes a partir de 1.01.2021; (c) Dívida Líquida/EBITDA: exclusivamente no caso da Emissão, a verificação da oferta pública de ações, caso o definido abaixo) trimestralmente, no prazo de até 5 Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, do cálculo dos índices financeiros acompanhados das informações a que se refere a cláusula 8.1 abaixo, inclusive I e II, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31.12.2018: (a) Dívida Bruta (conforme definido na Dívida Bruta da Emissão) deverá ser igual ou inferior a (i) R\$1.230.000.000,00 até 31.12.2018; e (ii) R\$1.185.000.000,00 a partir de 1.01.2020; (b) Cobertura de Juros: o índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA (conforme definido abaixo) pela Despesa Financeira Líquida (conforme definido abaixo), deverá ser igual ou maior a: (i) 1,05 vezes até o encerramento do exercício social de 2020; e (ii) 1,1 vezes a partir de 1.01.2021; (c) Dívida Líquida/EBITDA: exclusivamente no caso da Emissão, a verificação da oferta pública de ações, caso o definido abaixo) trimestralmente, no prazo de até 5 Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, do cálculo dos índices financeiros acompanhados das informações a que se refere a cláusula 8.1 abaixo, inclusive I e II, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31.12.2018: (a) Dívida Bruta (conforme definido na Dívida Bruta da Emissão) deverá ser igual ou inferior a (i) R\$1.230.000.000,00 até 31.12.2018; e (ii) R\$1.185.000.000,00 a partir de 1.01.2020; (b) Cobertura de Juros: o índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA (conforme definido abaixo) pela Despesa Financeira Líquida (conforme definido abaixo), deverá ser igual ou maior a: (i) 1,05 vezes até o encerramento do exercício social de 2020; e (ii) 1,1 vezes a partir de 1.01.2021; (c) Dívida Líquida/EBITDA: exclusivamente no caso da Emissão, a verificação da oferta pública de ações, caso o definido abaixo) trimestralmente, no prazo de até 5 Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, do cálculo dos índices financeiros acompanhados das informações a que se refere a cláusula 8.1 abaixo, inclusive I e II, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31.12.2018: (a) Dívida Bruta (conforme definido na Dívida Bruta da Emissão) deverá ser igual ou inferior a (i) R\$1.230.000.000,00 até 31.12.2018; e (ii) R\$1.185.000.000,00 a partir de 1.01.2020; (b) Cobertura de Juros: o índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA (conforme definido abaixo) pela Despesa Financeira Líquida (conforme definido abaixo), deverá ser igual ou maior a: (i) 1,05 vezes até o encerramento do exercício social de 2020; e (ii) 1,1 vezes a partir de 1.01.2021; (c) Dívida Líquida/EBITDA: exclusivamente no caso da Emissão, a verificação da oferta pública de ações, caso o definido abaixo) trimestralmente, no prazo de até 5 Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, do cálculo dos índices financeiros acompanhados das informações a que se refere a cláusula 8.1 abaixo, inclusive I e II, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31.12.2018: (a) Dívida Bruta (conforme definido na Dívida Bruta da Emissão) deverá ser igual ou inferior a (i) R\$1.230.000.000,00 até 31.12.2018; e (ii) R\$1.185.000.000,00 a partir de 1.01.2020; (b) Cobertura de Juros: o índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA (conforme definido abaixo) pela Despesa Financeira Líquida (conforme definido abaixo), deverá ser igual ou maior a: (i) 1,05 vezes até o encerramento do exercício social de 2020; e (ii) 1,1 vezes a partir de 1.01.2021; (c) Dívida Líquida/EBITDA: exclusivamente no caso da Emissão, a verificação da oferta pública de ações, caso o definido abaixo) trimestralmente, no prazo de até 5 Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, do cálculo dos índices financeiros acompanhados das informações a que se refere a cláusula 8.1 abaixo, inclusive I e II, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31.12.2018: (a) Dívida Bruta (conforme definido na Dívida Bruta da Emissão) deverá ser igual ou inferior a (i) R\$1.230.000.000,00 até 31.12.2018; e (ii) R\$1.185.000.000,00 a partir de 1.01.2020; (b) Cobertura de Juros: o índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA (conforme definido abaixo) pela Despesa Financeira Líquida (conforme definido abaixo), deverá ser igual ou maior a: (i) 1,05 vezes até o encerramento do exercício social de 2020; e (ii) 1,1 vezes a partir de 1.01.2021; (c) Dívida Líquida/EBITDA: exclusivamente no caso da Emissão, a verificação da oferta pública de ações, caso o definido abaixo) trimestralmente, no prazo de até 5 Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, do cálculo dos índices financeiros acompanhados das informações a que se refere a cláusula 8.1 abaixo, inclusive I e II, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31.12.2018: (a) Dívida Bruta (conforme definido na Dívida Bruta da Emissão) deverá ser igual ou inferior a (i) R\$1.230.000.000,00 até 31.12.2018; e (ii) R\$1.185.000.000,00 a partir de 1.01.2020; (b) Cobertura de Juros: o índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA (conforme definido abaixo) pela Despesa Financeira Líquida (conforme definido abaixo), deverá ser igual ou maior a: (i) 1,05 vezes até o encerramento do exercício social de 2020; e (ii) 1,1 vezes a partir de 1.01.2021; (c) Dívida Líquida/EBITDA: exclusivamente no caso da Emissão, a verificação da oferta pública de ações, caso o definido abaixo) trimestralmente, no prazo de até 5 Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, do cálculo dos índices financeiros acompanhados das informações a que se refere a cláusula 8.1 abaixo, inclusive I e II, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31.12.2018: (a) Dívida Bruta (conforme definido na Dívida Bruta da Emissão) deverá ser igual ou inferior a (i) R\$1.230.000.000,00 até 31.12.2018; e (ii) R\$1.185.000.000,00 a partir de 1.01.2020; (b) Cobertura de Juros: o índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA (conforme definido abaixo) pela Despesa Financeira Líquida (conforme definido abaixo), deverá ser igual ou maior a: (i) 1,05 vezes até o encerramento do exercício social de 2020; e (ii) 1,1 vezes a partir de 1.01.2021; (c) Dívida Líquida/EBITDA: exclusivamente no caso da Emissão, a verificação da oferta pública de ações, caso o definido abaixo) trimestralmente, no prazo de até 5 Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, do cálculo dos índices financeiros acompanhados das informações a que se refere a cláusula 8.1 abaixo, inclusive I e II, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31.12.2018: (a) Dívida Bruta (conforme definido na Dívida Bruta da Emissão) deverá ser igual ou inferior a (i) R\$1.230.000.000,00 até 31.12.2018; e (ii) R\$1.185.000.000,00 a partir de 1.01.2020; (b) Cobertura de Juros: o índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA (conforme definido abaixo) pela Despesa Financeira Líquida (conforme definido abaixo), deverá ser igual ou maior a: (i) 1,05 vezes até o encerramento do exercício social de 2020; e (ii) 1,1 vezes a partir de 1.01.2021; (c) Dívida Líquida/EBITDA: exclusivamente no caso da Emissão, a verificação da oferta pública de ações, caso o definido abaixo) trimestralmente, no prazo de até 5 Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, do cálculo dos índices financeiros acompanhados das informações a que se refere a cláusula 8.1 abaixo, inclusive I e II, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31.12.2018: (a) Dívida Bruta (conforme definido na Dívida Bruta da Emissão) deverá ser igual ou inferior a (i) R\$1.230.000.000,00 até 31.12.2018; e (ii) R\$1.185.000.000,00 a partir de 1.01.2020; (b) Cobertura de Juros: o índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA (conforme definido abaixo) pela Despesa Financeira Líquida (conforme definido abaixo), deverá ser igual ou maior a: (i) 1,05 vezes até o encerramento do exercício social de 2020; e (ii) 1,1 vezes a partir de 1.01.2021; (c) Dívida Líquida/EBITDA: exclusivamente no caso da Emissão, a verificação da oferta pública de ações, caso o definido abaixo) trimestralmente, no prazo de até 5 Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, do cálculo dos índices financeiros acompanhados das informações a que se refere a cláusula 8.1 abaixo, inclusive I e II, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31.12.2018: (a) Dívida Bruta (conforme definido na Dívida Bruta da Emissão) deverá ser igual ou inferior a (i) R\$1.230.000.000,00 até 31.12.2018; e (ii) R\$1.185.000.000,00 a partir de 1.01.2020; (b) Cobertura de Juros: o índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA (conforme definido abaixo) pela Despesa Financeira Líquida (conforme definido abaixo), deverá ser igual ou maior a: (i) 1,05 vezes até o encerramento do exercício social de 2020; e (ii) 1,1 vezes a partir de 1.01.2021; (c) Dívida Líquida/EBITDA: exclusivamente no caso da Emissão, a verificação da oferta pública de ações, caso o definido abaixo) trimestralmente, no prazo de até 5 Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, do cálculo dos índices financeiros acompanhados das informações a que se refere a cláusula 8.1 abaixo, inclusive I e II, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31.12.2018: (a) Dívida Bruta (conforme definido na Dívida Bruta da Emissão) deverá ser igual ou inferior a (i) R\$1.230.000.000,00 até 31.12.2018; e (ii) R\$1.185.000.000,00 a partir de 1.01.2020; (b) Cobertura de Juros: o índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA (conforme definido abaixo) pela Despesa Financeira Líquida (conforme definido abaixo), deverá ser igual ou maior a: (i) 1,05 vezes até o encerramento do exercício social de 2020; e (ii) 1,1 vezes a partir de 1.01.2021; (c) Dívida Líquida/EBITDA: exclusivamente no caso da Emissão, a verificação da oferta pública de ações, caso o definido abaixo) trimestralmente, no prazo de até 5 Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, do cálculo dos índices financeiros acompanhados das informações a que se refere a cláusula 8.1 abaixo, inclusive I e II, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31.12.2018: (a) Dívida Bruta (conforme definido na Dívida Bruta da Emissão) deverá ser igual ou inferior a (i) R\$1.230.000.000,00 até 31.12.2018; e (ii) R\$1.185.000.000,00 a partir de 1.01.2020; (b) Cobertura de Juros: o índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA (conforme definido abaixo) pela Despesa Financeira Líquida (conforme definido abaixo), deverá ser igual ou maior a: (i) 1,05 vezes até o encerramento do exercício social de 2020; e (ii) 1,1 vezes a partir de 1.01.2021; (c) Dívida Líquida/EBITDA: exclusivamente no caso da Emissão, a verificação da oferta pública de ações, caso o definido abaixo) trimestralmente, no prazo de até 5 Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, do cálculo dos índices financeiros acompanhados das informações a que se refere a cláusula 8.1 abaixo, inclusive I e II, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31.12.2018: (a) Dívida Bruta (conforme definido na Dívida Bruta da Emissão) deverá ser igual ou inferior a (i) R\$1.230.000.000,00 até 31.12.2018; e (ii) R\$1.185.000.000,00 a partir de 1.01.2020; (b) Cobertura de Juros: o índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA (conforme definido abaixo) pela Despesa Financeira Líquida (conforme definido abaixo), deverá ser igual ou maior a: (i) 1,05 vezes até o encerramento do exercício social de 2020; e (ii) 1,1 vezes a partir de 1.01.2021; (c) Dívida Líquida/EBITDA: exclusivamente no caso da Emissão, a verificação da oferta pública de ações, caso o definido abaixo) trimestralmente, no prazo de até 5 Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, do cálculo dos índices financeiros acompanhados das informações a que se refere a cláusula 8.1 abaixo, inclusive I e II, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31.12.2018: (a) Dívida Bruta (conforme definido na Dívida Bruta da Emissão) deverá ser igual ou inferior a (i) R\$1.230.000.000,00 até 31.12.2018; e (ii) R\$1.185.000.000,00 a partir de 1.01.2020; (b) Cobertura de Juros: o índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA (conforme definido abaixo) pela Despesa Financeira Líquida (conforme definido abaixo), deverá ser igual ou maior a: (i) 1,05 vezes até o encerramento do exercício social de 2020; e (ii) 1,1 vezes a partir de 1.01.2021; (c) Dívida Líquida/EBITDA: exclusivamente no caso da Emissão, a verificação da oferta pública de ações, caso o definido abaixo) trimestralmente, no prazo de até 5 Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, do cálculo dos índices financeiros acompanhados das informações a que se refere a cláusula 8.1 abaixo, inclusive I e II, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31.12.2018: (a) Dívida Bruta (conforme definido na Dívida Bruta da Emissão) deverá ser igual ou inferior a (i) R\$1.230.000.000,00 até 31.12.2018; e (ii) R\$1.185.000.000,00 a partir de 1.01.2020; (b) Cobertura de Juros: o índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA (conforme definido abaixo) pela Despesa Financeira Líquida (conforme definido abaixo), deverá ser igual ou maior a: (i) 1,05 vezes até o encerramento do exercício social de 2020; e (ii) 1,1 vezes a partir de 1.01.2021; (c) Dívida Líquida/EBITDA: exclusivamente no caso da Emissão, a verificação da oferta pública de ações, caso o definido abaixo) trimestralmente, no prazo de até 5 Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, do cálculo dos índices financeiros acompanhados das informações a que se refere a cláusula 8.1 abaixo, inclusive I e II, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31.12.2018: (a) Dívida Bruta (conforme definido na Dívida Bruta da Emissão) deverá ser igual ou inferior a (i) R\$1.230.000.000,00 até 31.12.2018; e (ii) R\$1.185.000.000,00 a partir de 1.01.2020; (b) Cobertura de Juros: o índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA (conforme definido abaixo) pela Despesa Financeira Líquida (conforme definido abaixo), deverá ser igual ou maior a: (i) 1,05 vezes até o encerramento do exercício social de 2020; e (ii) 1,1 vezes a partir de 1.01.2021; (c) Dívida Líquida/EBITDA: exclusivamente no caso da Emissão, a verificação da oferta pública de ações, caso o definido abaixo) trimestralmente, no prazo de até 5 Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, do cálculo dos índices financeiros acompanhados das informações a que se refere a cláusula 8.1 abaixo, inclusive I e II, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31.12.2018: (a) Dívida Bruta (conforme definido na Dívida Bruta da Emissão) deverá ser igual ou inferior a (i) R\$1.230.000.000,00 até 31.12.2018; e (ii) R\$1.185.000.000,00 a partir de 1.01.2020; (b) Cobertura de Juros: o índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA (conforme definido abaixo) pela Despesa Financeira Líquida (conforme definido abaixo), deverá ser igual ou maior a: (i) 1,05 vezes até o encerramento do exercício social de 2020; e (ii) 1,1 vezes a partir de 1.01.2021; (c) Dívida Líquida/EBITDA: exclusivamente no caso da Emissão, a verificação da oferta pública de ações, caso o definido abaixo) trimestralmente, no prazo de até 5 Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, do cálculo dos índices financeiros acompanhados das informações a que se refere a cláusula 8.1 abaixo, inclusive I e II, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31.12.2018: (a) Dívida Bruta (conforme definido na Dívida Bruta da Emissão) deverá ser igual ou inferior a (i) R\$1.230.000.000,00 até 31.12.2018; e (ii) R\$1.185.000.000,00 a partir de 1.01.2020; (b) Cobertura de Juros: o índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA (conforme definido abaixo) pela Despesa Financeira Líquida (conforme definido abaixo), deverá ser igual ou maior a: (i) 1,05 vezes até o encerramento do exercício social de 2020; e (ii) 1,1 vezes a partir de 1.01.2021; (c) Dívida Líquida/EBITDA: exclusivamente no caso da Emissão, a verificação da oferta pública de ações, caso o definido abaixo) trimestralmente, no prazo de até 5 Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, do cálculo dos índices financeiros acompanhados das informações a que se refere a cláusula 8.1 abaixo, inclusive I e II, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31.12.2018: (a) Dívida Bruta (conforme definido na Dívida Bruta da Emissão) deverá ser igual ou inferior a (i) R\$1.230.000.000,00 até 31.12.2018; e (ii) R\$1.185.000.000,00 a partir de 1.01.2020; (b) Cobertura de Juros: o índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA (conforme definido abaixo) pela Despesa Financeira Líquida (conforme definido abaixo), deverá ser igual ou maior a: (i) 1,05 vezes até o encerramento do exercício social de 2020; e (ii) 1,1 vezes a partir de 1.01.2021; (c) Dívida Líquida/EBITDA: exclusivamente no caso da Emissão, a verificação da oferta pública de ações, caso o definido abaixo) trimestralmente, no prazo de até 5 Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, do cálculo dos índices financeiros acompanhados das informações a que se refere a cláusula 8.1 abaixo, inclusive I e II, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31.12.2018: (a) Dívida Bruta (conforme definido na Dívida Bruta da Emissão) deverá ser igual ou inferior a (i) R\$1.230.000.000,00 até 31.12.2018; e (ii) R\$1.185.000.000,00 a partir de 1.01.2020; (b) Cobertura de Juros: o índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA (conforme definido abaixo) pela Despesa Financeira Líquida (conforme definido abaixo), deverá ser igual ou maior a: (i) 1,05 vezes até o encerramento do exercício social de 2020; e (ii) 1,1 vezes a partir de 1.01.2021; (c) Dívida Líquida/EBITDA: exclusivamente no caso da Emissão, a verificação da oferta pública de ações, caso o definido abaixo) trimestralmente, no prazo de até 5 Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, do cálculo dos índices financeiros acompanhados das informações a que se refere a cláusula 8.1 abaixo, inclusive I e II, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31.12.2018: (a) Dívida Bruta (conforme definido na Dívida Bruta da Emissão) deverá ser igual ou inferior a (i) R\$1.230.000.000,00 até 31.12.2018; e (ii) R\$1.185.000.000,00 a partir de 1.01.2020; (b) Cobertura de Juros: o índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA (conforme definido abaixo) pela Despesa Financeira Líquida (conforme definido abaixo), deverá ser igual ou maior a: (i) 1,05 vezes até o encerramento do exercício social de 2020; e (ii) 1,1 vezes a partir de 1.01.2021; (c) Dívida Líquida/EBITDA: exclusivamente no caso da Emissão, a verificação da oferta pública de ações, caso o definido abaixo) trimestralmente, no prazo de até 5 Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, do cálculo dos índices financeiros acompanhados das informações a que se refere a cláusula 8.1 abaixo, inclusive I e II, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31.12.2018: (a) Dívida Bruta (conforme definido na Dívida Bruta da Emissão) deverá ser igual ou inferior a (i) R\$1.230.000.000,00 até 31.12.2018; e (ii) R\$1.185.000.000,00 a partir de 1.01.2020; (b) Cobertura de Juros: o índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA (conforme definido abaixo) pela Despesa Financeira Líquida (conforme definido abaixo), deverá ser igual ou maior a: (i) 1,05 vezes até o encerramento do exercício social de 2020; e (ii) 1,1 vezes a partir de 1.01.2021; (c) Dívida Líquida/EBITDA: exclusivamente no caso da Emissão, a verificação da oferta pública de ações, caso o definido abaixo) trimestralmente, no prazo de até 5 Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, do cálculo dos índices financeiros acompanhados das informações a que se refere a cláusula 8.1 abaixo, inclusive I e II, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31.12.2018: (a) Dívida Bruta (conforme definido na Dívida Bruta da Emissão) deverá ser igual ou inferior a (i) R\$1.230.000.000,00 até 31.12.2018; e (ii) R\$1.185.000.000,00 a partir de 1.01.2020; (b) Cobertura de Juros: o índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA (conforme definido abaixo) pela Despesa Financeira Líquida (conforme definido abaixo), deverá ser igual ou maior a: (i) 1,05 vezes até o encerramento do exercício social de 2020; e (ii) 1,1 vezes a partir de 1.01.2021; (c) Dívida Líquida/EBITDA: exclusivamente no caso da Emissão, a verificação da oferta pública de ações, caso o definido abaixo) trimestralmente, no prazo de até 5 Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, do cálculo dos índices financeiros acompanhados das informações a que se refere a cláusula 8.1 abaixo, inclusive I e II, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31.12.2018: (a) Dívida Bruta (conforme definido na Dívida Bruta da Emissão) deverá ser igual ou inferior a (i) R\$1.230.000.000,00 até 31.12.2018; e (ii) R\$1.185.000.000,00 a partir de 1.01.2020; (b) Cobertura de Juros: o índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA (conforme definido abaixo) pela Despesa Financeira Líquida (conforme definido abaixo), deverá ser igual ou maior a: (i) 1,05 vezes até o encerramento do exercício social de 2020; e (ii) 1,1 vezes a partir de 1.01.2021; (c) Dívida Líquida/EBITDA: exclusivamente no caso da Emissão, a verificação da oferta pública de ações, caso o definido abaixo) trimestralmente, no prazo de até 5 Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, do cálculo dos índices financeiros acompanhados das informações a que se refere a cláusula 8.1 abaixo, inclusive I e II, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31.12.2018: (a) Dívida Bruta (conforme definido na Dívida Bruta da Emissão) deverá ser igual ou inferior a (i) R\$1.230.000.000,00 até 31.12.2018; e (ii) R\$1.185.000.000,00 a partir de 1.01.2020; (b) Cobertura de Juros: o índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA (conforme definido abaixo) pela Despesa Financeira Líquida (conforme definido abaixo), deverá ser igual ou maior a: (i) 1,05 vezes até o encerramento do exercício social de 2020; e (ii) 1,1 vezes a partir de 1.01.2021; (c) Dívida Líquida/EBITDA: exclusivamente no caso da Emissão, a verificação da oferta pública de ações, caso o definido abaixo) trimestralmente, no prazo de até 5 Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, do cálculo dos índices financeiros acompanhados das informações a que se refere a cláusula 8.1 abaixo, inclusive I e II, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31.

CNPJ/MF nº 61.602.189/0001-12 - NIRE 35.300.030.401
Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

o, comercial e de marketing especial, mas não se limitando aos serviços de otimização de consumo de energia, bem como leitura individualizada, em instalações industriais, comerciais, agrícolas ou residenciais e para a operação de estabelecimentos comerciais sob a forma padronizada, entre outros sob a forma de contrato de franquias e/ou cessão de uso de marca; (vi) prestação a terceiros de serviços técnicos relacionados com as especialidades de que se dedica; (vii) prestação de serviços de intermediação de negócios, em especial, no âmbito da aquisição, venda, locação e arrendamento de bens móveis e imóveis, em especial, no âmbito comercial; e (viii) prestação de serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, como correspondente bancário e assessorados, assim como qualquer prestação de serviços permitida por lei; § Único - A Companhia poderá, também, participar como acionista, sócia ou a qualquer outro título, em empreendimentos comerciais ou industriais. Artigo 4º - A Companhia terá duração por prazo indeterminado. Capítulo II - Capital e Ações - Artigo 5º - O capital social, totalmente subscrito, é de R\$ 1.010.919.546,75 (um bilhão, dez milhões, novecentos e dezesseis mil, quinhentos e quarenta e seis Reais e setenta e cinco centavos), dividido em 3.191.478,328 (três bilhões, cento e noventa e uma milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, duzentas e duas unidades), das quais: (i) 3.191.478,328 (três bilhões, cento e noventa e uma milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, duzentas e duas unidades), sendo 3.135.528,856 (três bilhões, cento e trinta e cinco milhões, quinhentas e vinte e oito mil, oitocentas e cinquenta e seis) ações ordinárias e 47.009,354 (quarenta e sete milhões, nove mil, trezentas e cinquenta e quatro) ações preferenciais, todas nominativas, com valor nominal de R\$ 0,31764569 por ação, § Único - Os desdobramentos e unificações do título múltiplos serão procedidos por solicitação do acionista, que suportará as respectivas despesas de custo. Artigo 6º - As ações preferenciais gozarão das seguintes vantagens: (i) prioridade na distribuição de um dividendo fixo de R\$ 0,60 (oitó por cento) sobre o lucro líquido da Companhia, a ser pago em dinheiro, até o limite de 10% (dez por cento) do valor nominal das ações preferenciais, em caso de distribuição de lucros da Companhia; (ii) preferência no pagamento de dividendos de capital no caso de liquidação da Companhia. Artigo 7º - As ações preferenciais não gozarão do direito a voto, salvo se não tiverem recebido dividendos durante três exercícios consecutivos. Capítulo III - Assembleias Gerais - Artigo 8º - A Assembleia reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses após o término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem a manifestação dos acionistas. Artigo 9º - As Assembleias Gerais, tanto Ordinárias quanto Extraordinárias, salvo as exceções previstas em lei, instalar-se-ão em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, a maioria do capital social com direito a voto. Em segunda convocação, basta a presença de um terço do capital social. Artigo 10 - A Assembleia Geral é convocada por escrito, composta por um Presidente e um Secretário, ambos acionistas, e por um ou mais membros da Diretoria. Artigo 11 - Além das matérias previstas em lei, caberá à Assembleia Geral: (i) eleger e destituir os diretores da Companhia, definindo as suas atribuições, designando seus respectivos cargos e fixando a remuneração global a qual farão jus; (ii) tomar as contas dos diretores, deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas e sobre a destinação do resultado do exercício; (iii) deliberar sobre o aumento do capital social e emissão de ações, estabelecendo, inclusive, as suas condições; (iv) deliberar sobre o resgate, amortização, desdobramento, grupamento das ações ou qualquer valores mobiliários de emissão da Companhia; (v) deliberar sobre a redução do capital social; (vi) deliberar sobre a incorporação de reservas e aumento do capital social; (vii) deliberar sobre a transferência de ativos que resulte na descontinuidade das atividades da Companhia; (viii) deliberar sobre pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, ou requerimento de falência da Companhia; (ix) deliberar sobre a dissolução ou liquidação da Companhia, bem como eleger o liquidante; e (x) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria. Capítulo IV - Administração - Artigo 12 - A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por, no mínimo, 2 (dois) membros, e no máximo, 8 (oito) membros, todos residentes e domiciliados no país, podendo ser acionistas ou não, eleitos pelo voto dos acionistas, em Assembleia Geral, sendo necessariamente um com assessorado, assinatura de termo lavrado no livro de Atas de Reuniões de que, § Único - A Diretoria será convocada pelo Presidente da Companhia, em primeira convocação, por maioria absoluta, e, em segunda convocação, por maioria simples. Artigo 13 - O prazo de gestão dos diretores, que continuará no exercício dos cargos até eleição e posse de seus substitutos, será de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. Artigo 13 - A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses da Companhia o exigirem e suas decisões serão tomadas por maioria simples de votos, observado o quórum de instalação da metade dos membros eleitos, podendo o diretor temporariamente impedido ou ausente fazer-se representar, mediante indicação escrita, por outro diretor, quer para a votação, quer para complementar o "quórum" de presença estabelecido nesse artigo. § 1º - Das deliberações tomadas por maioria simples, a Diretoria poderá, a seu critério, deliberar sobre a suspensão ou a interrupção da execução de uma decisão, desde que a decisão destinada a produzir efeitos perante terceiros. § 2º - A Diretoria poderá delegar a execução de suas atribuições a comitês, comitês de trabalho ou comissões, com poderes de representação, porém, sem competência, além de seu voto, o voto de desempate. Artigo 14 - A Diretoria poderá delegar a execução de suas atribuições a comitês, comitês de trabalho ou comissões, com poderes de representação, porém, sem competência, além de seu voto, o voto de desempate. Artigo 15 - A Diretoria poderá delegar a execução de suas atribuições a comitês, comitês de trabalho ou comissões, com poderes de representação, porém, sem competência, além de seu voto, o voto de desempate. Artigo 16 - A Diretoria poderá delegar a execução de suas atribuições a comitês, comitês de trabalho ou comissões, com poderes de representação, porém, sem competência, além de seu voto, o voto de desempate. Artigo 17 - A Diretoria poderá delegar a execução de suas atribuições a comitês, comitês de trabalho ou comissões, com poderes de representação, porém, sem competência, além de seu voto, o voto de desempate. Artigo 18 - A Diretoria poderá delegar a execução de suas atribuições a comitês, comitês de trabalho ou comissões, com poderes de representação, porém, sem competência, além de seu voto, o voto de desempate. Artigo 19 - A Diretoria poderá delegar a execução de suas atribuições a comitês, comitês de trabalho ou comissões, com poderes de representação, porém, sem competência, além de seu voto, o voto de desempate. Artigo 20 - A Diretoria poderá delegar a execução de suas atribuições a comitês, comitês de trabalho ou comissões, com poderes de representação, porém, sem competência, além de seu voto, o voto de desempate. Artigo 21 - A Diretoria poderá delegar a execução de suas atribuições a comitês, comitês de trabalho ou comissões, com poderes de representação, porém, sem competência, além de seu voto, o voto de desempate. Artigo 22 - A Diretoria poderá delegar a execução de suas atribuições a comitês, comitês de trabalho ou comissões, com poderes de representação, porém, sem competência, além de seu voto, o voto de desempate. Artigo 23 - A Diretoria poderá delegar a execução de suas atribuições a comitês, comitês de trabalho ou comissões, com poderes de representação, porém, sem competência, além de seu voto, o voto de desempate. Artigo 24 - A Diretoria poderá delegar a execução de suas atribuições a comitês, comitês de trabalho ou comissões, com poderes de representação, porém, sem competência, além de seu voto, o voto de desempate. Artigo 25 - A Diretoria poderá delegar a execução de suas atribuições a comitês, comitês de trabalho ou comissões, com poderes de representação, porém, sem competência, além de seu voto, o voto de desempate. Artigo 26 - A Diretoria poderá delegar a execução de suas atribuições a comitês, comitês de trabalho ou comissões, com poderes de representação, porém, sem competência, além de seu voto, o voto de desempate. Artigo 27 - A Diretoria poderá delegar a execução de suas atribuições a comitês, comitês de trabalho ou comissões, com poderes de representação, porém, sem competência, além de seu voto, o voto de desempate. Artigo 28 - A Diretoria poderá delegar a execução de suas atribuições a comitês, comitês de trabalho ou comissões, com poderes de representação, porém, sem competência, além de seu voto, o voto de desempate. Artigo 29 - A Diretoria poderá delegar a execução de suas atribuições a comitês, comitês de trabalho ou comissões, com poderes de representação, porém, sem competência, além de seu voto, o voto de desempate. Artigo 30 - A Diretoria poderá delegar a execução de suas atribuições a comitês, comitês de trabalho ou comissões, com poderes de representação, porém, sem competência, além de seu voto, o voto de desempate. Artigo 31 - A Diretoria poderá delegar a execução de suas atribuições a comitês, comitês de trabalho ou comissões, com poderes de representação, porém, sem competência, além de seu voto, o voto de desempate. Artigo 32 - A Diretoria poderá delegar a execução de suas atribuições a comitês, comitês de trabalho ou comissões, com poderes de representação, porém, sem competência, além de seu voto, o voto de desempate. Artigo 33 - A Diretoria poderá delegar a execução de suas atribuições a comitês, comitês de trabalho ou comissões, com poderes de representação, porém, sem competência, além de seu voto, o voto de desempate. Artigo 34 - A Diretoria poderá delegar a execução de suas atribuições a comitês, comitês de trabalho ou comissões, com poderes de representação, porém, sem competência, além de seu voto, o voto de desempate. Artigo 35 - A Diretoria poderá delegar a execução de suas atribuições a comitês, comitês de trabalho ou comissões, com poderes de representação, porém, sem competência, além de seu voto, o voto de desempate. Artigo 36 - A Diretoria poderá delegar a execução de suas atribuições a comitês, comitês de trabalho ou comissões, com poderes de representação, porém, sem competência, além de seu voto, o voto de desempate. Artigo 37 - A Diretoria poderá delegar a execução de suas atribuições a comitês, comitês de trabalho ou comissões, com poderes de representação, porém, sem competência, além de seu voto, o voto de desempate. Artigo 38 - A Diretoria poderá delegar a execução de suas atribuições a comitês, comitês de trabalho ou comissões, com poderes de representação, porém, sem competência, além de seu voto, o voto de desempate. Artigo 39 - A Diretoria poderá delegar a execução de suas atribuições a comitês, comitês de trabalho ou comissões, com poderes de representação, porém, sem competência, além de seu voto, o voto de desempate. Artigo 40 - A Diretoria poderá delegar a execução de suas atribuições a comitês, comitês de trabalho ou comissões, com poderes de representação, porém, sem competência, além de seu voto, o voto de desempate. Artigo 41 - A Diretoria poderá delegar a execução de suas atribuições a comitês, comitês de trabalho ou comissões, com poderes de representação, porém, sem competência, além de seu voto, o voto de desempate. Artigo 42 - A Diretoria poderá delegar a execução de suas atribuições a comitês, comitês de trabalho ou comissões, com poderes de representação, porém, sem competência, além de seu voto, o voto de desempate. Artigo 43 - A Diretoria poderá delegar a execução de suas atribuições a comitês, comitês de trabalho ou comissões, com poderes de representação, porém, sem competência, além de seu voto, o voto de desempate. Artigo 44 - A Diretoria poderá delegar a execução de suas atribuições a comitês, comitês de trabalho ou comissões, com poderes de representação, porém, sem competência, além de seu voto, o voto de desempate. Artigo 45 - A Diretoria poderá delegar a execução de suas atribuições a comitês, comitês de trabalho ou comissões, com poderes de representação, porém, sem competência, além de seu voto, o voto de desempate. Artigo 46 - A Diretoria poderá delegar a execução de suas atribuições a comitês, comitês de trabalho ou comissões, com poderes de representação, porém, sem competência, além de seu voto, o voto de desempate. Artigo 47 - A Diretoria poderá delegar a execução de suas atribuições a comitês, comitês de trabalho ou comissões, com poderes de representação, porém, sem competência, além de seu voto, o voto de desempate. Artigo 48 - A Diretoria poderá delegar a execução de suas atribuições a comitês, comitês de trabalho ou comissões, com poderes de representação, porém, sem competência, além de seu voto, o voto de desempate. Artigo 49 - A Diretoria poderá delegar a execução de suas atribuições a comitês, comitês de trabalho ou comissões, com poderes de representação, porém, sem competência, além de seu voto, o voto de desempate. Artigo 50 - A Diretoria poderá delegar a execução de suas atribuições a comitês, comitês de trabalho ou comissões, com poderes de representação, porém, sem competência, além de seu voto, o voto de desempate. Artigo 51 - A Diretoria poderá delegar a execução de suas atribuições a comitês, comitês de trabalho ou comissões, com poderes de representação, porém, sem competência, além de seu voto, o voto de desempate. Artigo 52 - A Diretoria poderá delegar a execução de suas atribuições a comitês, comitês de trabalho ou comissões, com poderes de representação, porém, sem competência, além de seu voto, o voto de desempate. Artigo 53 - A Diretoria poderá delegar a execução de suas atribuições a comitês, comitês de trabalho ou comissões, com poderes de representação, porém, sem competência, além de seu voto, o voto de desempate. Artigo 54 - A Diretoria poderá delegar a execução de suas atribuições a comitês, comitês de trabalho ou comissões, com poderes de representação, porém, sem competência, além de seu voto, o voto de desempate. Artigo 55 - A Diretoria poderá delegar a execução de suas atribuições a comitês, comitês de trabalho ou comissões, com poderes de representação, porém, sem competência, além de seu voto, o voto de desempate. Artigo 56 - A Diretoria poderá delegar a execução de suas atribuições a comitês, comitês de trabalho ou comissões, com poderes de representação, porém, sem competência, além de seu voto, o voto de desempate. Artigo 57 - A Diretoria poderá delegar a execução de suas atribuições a comitês, comitês de trabalho ou comissões, com poderes de representação, porém, sem competência, além de seu voto, o voto de desempate. Artigo 58 - A Diretoria poderá delegar a execução de suas atribuições a comitês, comitês de trabalho ou comissões, com poderes de representação, porém, sem competência, além de seu voto, o voto de desempate. Artigo 59 - A Diretoria poderá delegar a execução de suas atribuições a comitês, comitês de trabalho ou comissões, com poderes de representação, porém, sem competência, além de seu voto, o voto de desempate. Artigo 60 - A Diretoria poderá delegar a execução de suas atribuições a comitês, comitês de trabalho ou comissões, com poderes de representação, porém, sem competência, além de seu voto, o voto de desempate. Artigo 61 - A Diretoria poderá delegar a execução de suas atribuições a comitês, comitês de trabalho ou comissões, com poderes de representação, porém, sem competência, além de seu voto, o voto de desempate. Artigo 62 - A Diretoria poderá delegar a execução de suas atribuições a comitês, comitês de trabalho ou comissões, com poderes de representação, porém, sem competência, além de seu voto, o voto de desempate. Artigo 63 - A Diretoria poderá delegar a execução de suas atribuições a comitês, comitês de trabalho ou comissões, com poderes de representação, porém, sem competência, além de seu voto, o voto de

Imprensa Oficial
GOVERNHO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SELO DE AUTENTICIDADE

[illegible]

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

[illegible]

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

[illegible]

ERNST & YOUNG
Auditoria Independente S.S.
CRC-2SP 015.189/F-6

CNPJ Nº 61.602.189/0001-12 - NIRE 35.300.030.401

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

[illegible]

NIRE 3530038154-8 – CNPJ/MF 12.251.483/0001-98

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 27 de Junho de 2016

RG nº 1230701 SSP/MG, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo - SP, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 1º andar, Butantã, CEP 05501-050; (v) Jorge Henrique Simões Barata, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 328.045.555-34, portador da cédula de identidade RG nº 15.445.492-9 SSP/BA, residente e domiciliado em San Salidro Lima - Peru, com endereço comercial na Avenida Victor André Belairnê, nº 280 - Of. 052, CEP Lima 27; (v) Marcela Aparecida Dreher Amorim da Silva, brasileira, casada, administradora, inscrita no CPF/MF sob o nº 283.944.858-13, portadora da cédula de identidade RG nº 15.445.492-9 SSP/BA, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo - SP, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 1º andar, Butantã, CEP 05501-050; (v) Flávio Eduardo Arakaki, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF/MF sob o nº 283.944.858-31, portador da cédula de identidade RG nº 25.769.192-3 SSP/SP, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo - SP, com endereço comercial na Avenida Paulista, nº 2.300, 1º andar, Bela Vista, CEP 01310-300; (v) Edilio Ricardo Valadares, brasileiro, divorciado, economista, inscrito no CPF/MF sob o nº 494.191.106-72, portador da cédula de identidade RG nº MG-2-978.494-3 SSP/MG, residente e domiciliado na cidade de Brasília - DF, com endereço comercial na SCS, Quadra 4, Lote 14, SCS, CEP 70792-900; (vi) Carlos Antonio Vieira Fernandes, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF/MF sob o nº 283.944.858-31, portador da cédula de identidade RG nº 15.445.492-9 SSP/BA, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo - SP, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 2.300, 1º andar, Bela Vista, CEP 01310-300; (vii) João Cox Neto, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF/MF sob o nº 239.577.781-15, portador da cédula de identidade RG nº 3.844.885 SSP/BA, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo - SP, com endereço comercial na rua Jacques Félix, nº 53, Vila Nova Conceição, CEP 04509-000; e Membros suplentes: (i) Cláudio Melo Filho, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF/MF sob o nº 358.882.885-00, portador da carteira de identidade RG nº 1.867.619 SSP/BA, residente e domiciliado na Cidade de Brasília - DF, com endereço comercial na SCS, Quadra 4, Lote 14, SCS, CEP 70792-900; (ii) Carlos Antonio Vieira Fernandes, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF/MF sob o nº 283.944.858-31, portador da cédula de identidade RG nº 15.445.492-9 SSP/BA, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo - SP, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 1º andar, Butantã, CEP 05501-050, como suplente do Sr. Daniel Bezerra Vilela; (iii) Susan Barrio de Siqueira Campos, brasileira, casada, advogada, inscrita no CPF/MF sob o nº 283.038.528-41, portadora da cédula de identidade RG nº 32.374.204-3 SSP/SP, residente e domiciliado na cidade de São Paulo - SP, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 1º andar, Butantã, CEP 05501-050, como suplente do Sr. André Amaro de Silverio; (iv) Ticiane de Oliveira Martins, brasileira, casada, engenheira civil, inscrita no CPF/MF sob o nº 283.944.858-31, portadora da cédula de identidade RG nº 15.445.492-9 SSP/BA, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo - SP, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 1º andar, Butantã, CEP 05501-050, como suplente da Sr. Marcela Aparecida Dreher Andrade; (v) Sergio França Leão, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF/MF sob o nº 181.521.316-34, portador da cédula de identidade RG nº 928900280, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo - SP, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 1º andar, Butantã, CEP 05501-050, como suplente do Sr. Jorga Henrique Simões Barata; (vi) Cássia Viana de Jesus, brasileira, casada, economista, inscrito no CPF/MF sob o nº 321.010.338-01, portador da cédula de identidade RG nº 15.445.492-9 SSP/BA, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo - SP, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 1º andar, Butantã, CEP 05501-050, como suplente do Sr. Jorga Henrique Simões Barata; (vii) Leonardo Caldeirão da Graça Casca, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF/MF sob o nº 289.875.748-25, portador da cédula de identidade RG nº 28.294.4-2 SSP/SP, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo - SP, com endereço comercial na Avenida Paulista, nº 2.300, 1º andar, Bela Vista, CEP 01310-300, como suplente do Sr. Edilio Ricardo Valadares; e (viii) Rodrigo Gomes Coelho, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF/MF sob o nº 072.042.247-78, portador da cédula de identidade RG nº 105.18.250-1 SSP/PR, residente e domiciliado na cidade de Curitiba - PR, com endereço comercial na Avenida Paulista nº 2.300, 1º andar, Bela Vista, CEP 01310-300, como suplente do Sr. Carlos Antonio Vieira Fernandes, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF/MF sob o nº 283.944.858-31, portador da cédula de identidade RG nº 15.445.492-9 SSP/BA. Todas as deliberações foram aprovadas por unanimidade, com exceção da deliberação nº 10, que foi aprovada por maioria simples.

Ata, que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. São Paulo/SP, 27 de junho de 2016.

Meas: Paulo Hanyun Yua Cesena - Presidente; Mariana Deperon de Oliveira Grimaldi - Secretária; Acolistas: Odebrecht S.A., representada por Newton Sergio de Souza e Marcela Aparecida Dreher, e Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS, representado por Cassio Viana de Jesus e Rodrigo Gomes Coelho. Certificado de dou fe que essa ata é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. São Paulo/SP, 27 de junho de 2016. Mariana Deperon Grimaldi de Oliveira, Secretária; Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado de registro sob o nº 310.644-61 em 14/07/2016. Flávia R. Brito Gonçalves, Secretária-Geral.

CNPJ 07.173.093/001-03

Companhia Brasileira de Securitização

Ata da Assembleia Geral Ordinária

Extrato Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 12/05/201

Alumini Engenharia S.A.
Em Recuperação Judicial

CNPJ nº. 02.022.907/0001-87 – NIRE nº 35300438817

COMPAGNIA ULTRAGAZ S.A.
 CNR/AR/01.000.100/001.12 - NURE 25 300.030.401

Certidão: Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação. JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico e Registro sob o número 328.536/16-7 em 25.07.2016. Flávia R. Brito Gonçalves - Secretária Geral.

Ourinvest Securitizadora S.A.

CNPJ nº 12.320.349/0001-00 - NIRE 35.300.8331-1
 Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 08/03/2017
 Data, Hora e Local: 08/03/2017, às 15 horas, na sede, Avenida Paulista, 1.723, 2º andar, São Paulo/SP. Presença: Única acionista. Dispensada a presença dos auditores independentes. Mesa: Presidente: Alberto José Bianchi Alves; Secretário: Bruce Thomas Phillips. Convocação: Dispensada. Deliberações Aprovadas por Unanimidade: (i) as contas dos administradores, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social de 2016, bem como o parecer dos auditores independentes; (ii) destinação do lucro líquido do exercício social de 2016, no valor de R\$668.488,14; (iii) R\$33.424,41 para a reserva legal; e (iv) R\$158.765,93 para distribuição de dividendos adicionais. O valor total distribuído à título de dividendos equivale a R\$681.912,55 por ação, sendo que os créditos dos dividendos ora aprovados serão pagos até o final do exercício de 2017; (v) a remuneração global anual da Administração, para o exercício de 2017, no valor de até R\$1.200.000,00 para a distribuição entre os órgãos da Administração, conforme foi deliberado pelo Conselho de Administração; e (vi) a alteração do jornal utilizado pela Companhia para as publicações ordenadas pela Lei 6.404/76, passando a serem divulgadas no "DOESP" e no "DOI Diário Comércio Indústria & Serviços". Encerramento: Nada mais. São Paulo, 08/03/2017. Acionistas: Ourinvest Participações S.A. (p. Bruce Thomas Phillips e Samuel Jorge Esteves Castejón) e Nelson de Campos Junior, Alberto José Bianchi Alves - Presidente, Bruce Thomas Phillips - Secretário. JUCESP nº 144.060/17-6 em 24.03.2017. Flávia Regina Brito Gonçalves - Secretária Geral.

COMPANHIA ULTRAGAZ S.A.

CNPJ nº 61.602.199/0001-12 - NIRE 35.300.030.401

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Pelo presente, ficam os Srs. Acionistas convocados a comparecer à Assembleia Geral Ordinária da Cia. Ultragaz S.A. ("Companhia"), que se realizará no dia 28.04.2017, às 09 horas ("Assembleia"), na sede social da Companhia, localizada na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, nº 1.343, 9º andar, na cidade e Estado de São Paulo, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1) Exame e aprovação do relatório dos resultados da administração, demonstrações financeiras e suas notas explicativas e balanço patrimonial referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2016, acompanhados do parecer dos auditores independentes; 2) Aprovação do orçamento de capital proposto pela administração para o exercício social de 2017; 3) Destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31.12.2016; 4) Eleição dos membros do conselho de administração; e 5) Fixação da remuneração anual global da administração. Participação na Assembleia: Para participar da presente Assembleia, os acionistas devem apresentar declaração emitida pela instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou da instituição custodiante, com a quantidade de ações de que constarem como titulares até, no máximo, 02 (dois) dias úteis antes da Assembleia. Poderão participar da Assembleia acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, desde que cumpram com os requisitos formais de participação previstos no artigo 9º do Estatuto Social da Companhia. São Paulo, 19 de abril de 2017. Thilo Mannhardt - Presidente do Conselho de Administração.

Construtora Augusto Velloso S.A.

CNPJ nº 60.653.934/0001-06 - NIRE 35.300.045.551

Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 06/04/17. Data, Local e Hora: 06/04/2017, na sede social, às 9 horas. Convocação: Dispensada. Presença: Totalidade. Mesa: Presidente: Augusto Ferreira Velloso Neto, Secretário: Ricardo Machado Ferreira Velloso. Deliberações aprovadas por unanimidade: Foi aprovado o item "a" da ordem do dia referente ao Balanço e Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2016 publicadas no D.O.E.S.P. e jornal "Empresas & Negócios" em 05/04/2017. Foi prorrogada para outra data a reunião de destinação da conta "lucros acumulados" findo em 31/12/2016. Quanto ao item "b" da ordem do dia, foram reeleitos para o mandato de 01/05/2017 a 30/04/2018, os seguintes membros: Diretor Presidente: Ricardo Machado Ferreira Velloso, brasileiro, divorciado, engenheiro metáurgico, portador do RG nº 6.416.311 SSP/SP e CPF nº 684.425.339-00; para Diretor Superintendente: Augusto Ferreira Velloso Neto, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do RG nº 4.405.981-4 SSP/SP e CPF nº 608.318.308-63, permanecendo vago o cargo de Diretor Técnico. Foi fixada a verba de até R\$ 134.000,00, como remuneração mensal global da diretoria, a ser dividida de comum acordo entre seus membros. No mês de dezembro, será paga uma gratificação de valor idêntico à remuneração mensal. Encerramento: A ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. a) Augusto Ferreira Velloso Neto - Presidente; Ricardo Machado Ferreira Velloso - Secretário; Augusto Ferreira Velloso Neto e Ricardo Machado Ferreira Velloso. O presente foi extraído do original arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 173.062/17-9 em 17/04/17. Flávia Regina Brito Gonçalves - Secretária Geral.

SERASA S.A.

NIRE: 35.300.062.568 - CNPJ/MF: 62.173.620/0001-80

Ata de Reunião de Diretoria da Serasa S.A., Realizada em 10/03/2017. Aos 10/03/2017, reuniu-se a Diretoria da Serasa S.A., em sua sede social na Alameda dos Quinze, nº 167, Planaltina Paulista, na cidade e Estado de São Paulo, com a presença de seu Diretor-Presidente, José Luiz Tetzner Rossi, e de seus Diretores, Guilherme Alberto Woods Soares Cavallieri, Sérgio Souza Fernandes Junior, Uslas Lauretti e Valdemir Bertolo. O Diretor-Presidente, tomando a palavra, informou que a reunião tinha a finalidade de deliberar sobre a abertura de filial na Avenida Fernando Simões Barbosa, 266, Jd. 03, Edifício Woon Center V, Boa Viagem, Recife/PE. CEF 51020-390, destinada a, exclusivamente, atender pessoas naturais e jurídicas: (i) para receber e entregar documentos e informações referentes à certificação digital; e (ii) como posto avançado para suporte à comercialização de produtos e serviços (Comercial). Discutido o assunto, a proposta foi aprovada por unanimidade e deliberou-se adotar as providências para as regularizações necessárias perante as repartições públicas competentes. Nada mais a tratar, lavrou-se esta ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes. Certifico que esta é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio, a folhas nº 07 do Livro de Ordem nº 04, devidamente registrado perante a JUCESP São Paulo, 10/03/2017. José Luiz Tetzner Rossi, Guilherme Alberto Woods Soares Cavallieri, Sérgio Souza Fernandes Junior, Uslas Lauretti, Valdemir Bertolo. JUCESP nº 157.634/17-6 em 05/04/2017. Flávia Regina Brito Gonçalves - Secretária Geral.

SPE Plano Alto Energia S.A.

CNPJ nº 07.319.933/0001-03

Edital de Convocação para as Assembleias

Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam os senhores acionistas convocados para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, em 1ª convocação, às 07h50 do dia 28 de abril de 2017, na sede da Companhia, à Avenida Dr. Cardoso de Melo, 1.184, 8º andar, sala A, na cidade de São Paulo - SP, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i) a aprovação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016; (ii) a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016; (iii) a nomeação e eleição de membros da Diretoria da Companhia; e (iv) a fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2017. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) a consignação de renúncia de membro da Diretoria Executiva; (ii) aprovar o aumento do número de membros que compõe a Diretoria Executiva da Companhia, a renomeação dos cargos da Diretoria e a alteração das competências de cada diretor, com a consequente alteração do artigo 14º do Estatuto Social da Companhia; e (iii) consolidação do estatuto social da Companhia. São Paulo, 18 de abril de 2017. Gustavo Henrique Santos de Sousa - Diretor Financeiro

BBD Participações S.A.

CNPJ nº 07.838.611/0001-52 - NIRE 35.300.335.295

Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária

Edital de Convocação

Convocamos os senhores acionistas desta Sociedade a reunirem-se em Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária a serem realizadas cumulativamente no próximo dia 28 de abril de 2017, às 9h30, na sede social, Núcleo Cidade de Deus, Jd. 03, Jd. 03, Vila Yara, Osasco, SP, a fim de: (i) examinar a proposta de alteração do capital social no valor de R\$210.000.000,00, elevando-o de R\$1.740.000.000,00 para R\$1.950.000.000,00, sem emissão de ações, mediante a capitalização do saldo da conta "Reserva de Capital - Ganho/Perda na Alienação de Ações", e de parte do saldo da conta "Reserva de Capital - Estatutária", com a consequente alteração do "caput" do Artigo 20 do Estatuto Social. Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos Administradores e examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31.12.2016; (ii) deliberar sobre proposta do Conselho de Administração para destinação do lucro líquido do exercício de 2016; (iii) eleger os membros do Conselho de Administração; (iv) fixar o montante global anual da remuneração dos Administradores. Osasco, SP, 18 de abril de 2017. Lázaro de Melo Brandão - Presidente do Conselho de Administração.



EMDHAP - Empresa Municipal

de Desenvolvimento

Habitacional de Piracicaba

CNPJ 60.727.385/0001-15

Edital de Convocação

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de trabalho técnico social, de pré e pós-ocupação, para elaboração de diagnóstico socioeconômico, desenvolvimento do projeto técnico social - PTS, e execução do Plano de Desenvolvimento Sócio Territorial (PDST) pós-ocupação, no empreendimento Ipes Branco, Amarel e Roca - PMCMV.

Abertura das 25:05/17 às 10h30min

Entrega da proposta: dia 25/05/17 até às 10h00min na sede da EMDHAP, sito à Avenida Cristóvão Colombo nº 1.900, Bairro Agodol, Piracicaba/SP.

Consulta/Aquisição gratuita do Edital: www.emdhap.piracicaba.sp.gov.br ou ainda na sede da Empresa, de 2ª a 6ª feira das 09h00min às 16h00min.

Piracicaba, 17 de abril de 2017

João Manoel dos Santos

Diretor Presidente

IGA Participações S.A.

CNPJ nº 04.238.150/0001-89 - NIRE 35.300.151.4850

Edital de Convocação

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

São convocados os acionistas da IGA Participações S.A. ("Sociedade") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que ocorrerá em 28.4.2017, às 10h30, na sede social, na Praça Afonso de Albuquerque, 100, Torre Conceição, 7º andar, São Paulo/SP, a fim de: I. Em pauta ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31.12.2016; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício; e (iii) alterar a composição da Diretoria e a fixar a verba remuneratória global e anual destinada aos administradores. II. Em pauta extraordinária: (i) elevar o capital social mediante a capitalização de R\$ 36.700.000,00 (trinta e seis milhões e setecentos mil reais) consignados em reservas disponíveis; (ii) alterar o "caput" do artigo 3º do Estatuto Social para consignar o novo valor do capital social; e (iii) consolidar o Estatuto Social, com a alteração mencionada acima. Os documentos a serem analisados na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Sociedade. São Paulo (SP), 17 de abril de 2017. Diretoria: Alexandre Broedel Lopes, Diretor. (18/19/20)

M&G FIBRAS HOLDING S.A.

COMPANHIA FECHADA

CNPJ nº 18.731.865/0001-38 - NIRE 35.300.455.916

EDITAL DE CONVOCACAO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Os Senhores Acionistas da M&G FIBRAS HOLDING S.A. são convocados pelo Conselho de Administração a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará em sua sede social, localizada na Avenida das Nações Unidas, 12551 - 8º andar - Torre V - São Paulo/SP, no dia 26 de abril de 2017, às 15h, a fim de: I. Parte V - São Paulo/SP, no dia 26 de abril de 2017, às 15h, a fim de: (i) tomar conhecimento do Relatório da Administração, do Parecer dos Auditores Independentes, examinar e deliberar sobre as contas da administração, o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2016; 2. Alterar o jornal utilizado pela Companhia para as publicações ordenadas pela Lei nº 6.404/76. 3. Fixar o montante da remuneração global da Administração. Em consonância com o Parágrafo único do artigo 28 do Estatuto Social em vigor da Companhia, os mandatos de representação na Assembleia Geral deverão ser depositados na sede social da M&G FIBRAS HOLDING S.A. (doze horas) do dia 21 de abril de 2017, a M&G FIBRAS HOLDING S.A. Informa ainda que o foro judicial competente para dirimir questões que envolva a sua acionista M&G FIBRAS PARTICIPAÇÕES LTDA. é o da cidade de São Paulo, onde está localizada a sua sede. São Paulo, 13 de abril de 2017.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

M&G FIBRAS HOLDING S.A.

(14.18.19)

F.A. Negócios Imobiliários Ltda.

CNPJ 13.099.715/0001-95 - NIRE 35.324.994.017

Na data de 10 de abril de 2017, às 10h00 horas, na sede da Sociedade, Rua José Jannarini, nº 75, conjunto 107, Vila Progresso, São Paulo/SP, CEP 05615-000 reuniram-se as ações representando a totalidade do capital social da F.A. Negócios Imobiliários LTDA. ("Sociedade"), sociedade limitada inscrita no CNPJ sob nº 13.099.715/0001-95, NIRE 35.324.994.017, quais sejam: (i) Ana Maria de Souza Queiroz, brasileira, divorciada, empresária, RG nº 6.581.685-6 SSP/SP, CPF/MF nº 836.861.348-53, residente e domiciliada na Rua Anita Selvas, nº 231, São Paulo/SP; e (ii) Frederiki Garabedean, brasileira, divorciada, corretora de imóveis, RG nº 6.772.849-8, CPF/MF nº 023.456.299-50, residente e domiciliada no endereço em descrito na Rua Cordeiro Assad, 1100, apartamento 22C, Vila Morse, CEP 05622-010, São Paulo/SP. Deliberaram, por unanimidade, e sem quaisquer restrições, o quanto segue: 1. Tendo em vista que o capital social da Sociedade é excessivo em relação ao seu objeto, as ações deverão reduzir o capital social, nos termos do artigo 1.092, II do Código Civil Brasileiro, que estabelece a redução integralizada de R\$ 396.160,00 (trezentos e noventa e seis mil, cento e sessenta reais), para R\$ 2.000,00 (dois mil reais), mediante a redução de R\$ 394.160,00 (trezentos e noventa e quatro mil, cento e sessenta reais). 2. As ações autorizam e autorizam a Sociedade a tomar todas as medidas necessárias para a efetiva redução do capital social, realizando a publicação da presente Ata de Reunião de Sócios e o registro da respectiva alteração contratual quando findo o prazo estabelecido no § 3º do artigo 1.084 do Código Civil Brasileiro. Ana Maria de Souza Queiroz - Sócia Administradora Geral, Frederiki Garabedean - Sócia - Administradora Técnica.

Banco Luso Brasileiro S.A.

C.N.P.J. nº 59.118.133/0001-00 - NIRE 35.300.19894

EDITAL DE CONVOCACAO

Ficam os senhores acionistas do Banco Luso Brasileiro S.A. convocados para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que será realizada no dia 28 de abril de 2017, às 10h00, na sede social da Companhia, na Avenida Cidade Jardim, 400, 2º Andar, São Paulo-SP, para apreciar e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Deliberação sobre as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração e o Parecer do Conselho Fiscal, com o eleitorado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016; (ii) Aprovação da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016; (iii) Deliberação sobre destinação tomada pelo Conselho de Administração em 28 de outubro de 2016 acerca do contabilização de juros sobre capital próprio, com a reintegração do valor de R\$ 7.795.075,37 ao capital social do Banco; (iv) Eleição dos membros do Conselho de Administração e fixação da remuneração dos administradores, com o eleitorado dos mesmos membros efetivos e suplentes e fixação da remuneração. Os documentos relativos a essas deliberações encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) redução do capital social para absorção de prejuízos acumulados, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76, sem cancelamento da ação, conforme proposta da administração de 28 de março de 2017 e parecer do Conselho Fiscal; e (ii) alteração do artigo 5º dos Estatutos Sociais. São Paulo, 5 de abril de 2017.

Américo Ferreira de Amorim

Presidente do Conselho de Administração

Locaweb Serviços de Internet S.A.

NIRE 35.300.349.422 - CNPJ/MF nº 02.351.877/0001-52

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Acionistas da Companhia a se reunirem às 14 horas do dia 27/04/2017 em AGE, a se realizar na sede social, na Rua Tupatins, nº 2.434, Bairro da Vila Andrade, São Paulo/SP, para deliberar sobre: (a) aprovação do 1º Plano de Opção de Compra de Ações (1º POCSA), em favor dos beneficiários elegíveis e mediante celebração do Instrumento de Contratos de Compra de Ações, não onerosos, integrando as ações possíveis do Conselho de Administração de forma circunstanciada e disponível em sua sede social para eventuais consultas por parte dos interessados elegíveis; e, ainda, (b) outros assuntos do interesse geral dos Srs. Acionistas no prosseguimento dos demais subseqüentes trâmites administrativos e burocráticos correlatos ao (i) 1º POCSA e (ii) 1º POCSA, em favor dos beneficiários elegíveis e mediante celebração do Instrumento de Contratos de Compra de Ações, não onerosos, integrando as ações possíveis do Conselho de Administração de forma circunstanciada e disponível em sua sede social para eventuais consultas por parte dos interessados elegíveis; e, ainda, (c) outros assuntos do interesse geral dos Srs. Acionistas no prosseguimento dos demais subseqüentes trâmites administrativos e burocráticos correlatos ao (i) 1º POCSA e (ii) 1º POCSA, em favor dos beneficiários elegíveis e mediante celebração do Instrumento de Contratos de Compra de Ações, não onerosos, integrando as ações possíveis do Conselho de Administração de forma circunstanciada e disponível em sua sede social para eventuais consultas por parte dos interessados elegíveis; e, ainda, (d) outros assuntos do interesse geral dos Srs. Acionistas no prosseguimento dos demais subseqüentes trâmites administrativos e burocráticos correlatos ao (i) 1º POCSA e (ii) 1º POCSA, em favor dos beneficiários elegíveis e mediante celebração do Instrumento de Contratos de Compra de Ações, não onerosos, integrando as ações possíveis do Conselho de Administração de forma circunstanciada e disponível em sua sede social para eventuais consultas por parte dos interessados elegíveis; e, ainda, (e) outros assuntos do interesse geral dos Srs. Acionistas no prosseguimento dos demais subseqüentes trâmites administrativos e burocráticos correlatos ao (i) 1º POCSA e (ii) 1º POCSA, em favor dos beneficiários elegíveis e mediante celebração do Instrumento de Contratos de Compra de Ações, não onerosos, integrando as ações possíveis do Conselho de Administração de forma circunstanciada e disponível em sua sede social para eventuais consultas por parte dos interessados elegíveis; e, ainda, (f) outros assuntos do interesse geral dos Srs. Acionistas no prosseguimento dos demais subseqüentes trâmites administrativos e burocráticos correlatos ao (i) 1º POCSA e (ii) 1º POCSA, em favor dos beneficiários elegíveis e mediante celebração do Instrumento de Contratos de Compra de Ações, não onerosos, integrando as ações possíveis do Conselho de Administração de forma circunstanciada e disponível em sua sede social para eventuais consultas por parte dos interessados elegíveis; e, ainda, (g) outros assuntos do interesse geral dos Srs. Acionistas no prosseguimento dos demais subseqüentes trâmites administrativos e burocráticos correlatos ao (i) 1º POCSA e (ii) 1º POCSA, em favor dos beneficiários elegíveis e mediante celebração do Instrumento de Contratos de Compra de Ações, não onerosos, integrando as ações possíveis do Conselho de Administração de forma circunstanciada e disponível em sua sede social para eventuais consultas por parte dos interessados elegíveis; e, ainda, (h) outros assuntos do interesse geral dos Srs. Acionistas no prosseguimento dos demais subseqüentes trâmites administrativos e burocráticos correlatos ao (i) 1º POCSA e (ii) 1º POCSA, em favor dos beneficiários elegíveis e mediante celebração do Instrumento de Contratos de Compra de Ações, não onerosos, integrando as ações possíveis do Conselho de Administração de forma circunstanciada e disponível em sua sede social para eventuais consultas por parte dos interessados elegíveis; e, ainda, (i) outros assuntos do interesse geral dos Srs. Acionistas no prosseguimento dos demais subseqüentes trâmites administrativos e burocráticos correlatos ao (i) 1º POCSA e (ii) 1º POCSA, em favor dos beneficiários elegíveis e mediante celebração do Instrumento de Contratos de Compra de Ações, não onerosos, integrando as ações possíveis do Conselho de Administração de forma circunstanciada e disponível em sua sede social para eventuais consultas por parte dos interessados elegíveis; e, ainda, (j) outros assuntos do interesse geral dos Srs. Acionistas no prosseguimento dos demais subseqüentes trâmites administrativos e burocráticos correlatos ao (i) 1º POCSA e (ii) 1º POCSA, em favor dos beneficiários elegíveis e mediante celebração do Instrumento de Contratos de Compra de Ações, não onerosos, integrando as ações possíveis do Conselho de Administração de forma circunstanciada e disponível em sua sede social para eventuais consultas por parte dos interessados elegíveis; e, ainda, (k) outros assuntos do interesse geral dos Srs. Acionistas no prosseguimento dos demais subseqüentes trâmites administrativos e burocráticos correlatos ao (i) 1º POCSA e (ii) 1º POCSA, em favor dos beneficiários elegíveis e mediante celebração do Instrumento de Contratos de Compra de Ações, não onerosos, integrando as ações possíveis do Conselho de Administração de forma circunstanciada e disponível em sua sede social para eventuais consultas por parte dos interessados elegíveis; e, ainda, (l) outros assuntos do interesse geral dos Srs. Acionistas no prosseguimento dos demais subseqüentes trâmites administrativos e burocráticos correlatos ao (i) 1º POCSA e (ii) 1º POCSA, em favor dos beneficiários elegíveis e mediante celebração do Instrumento de Contratos de Compra de Ações, não onerosos, integrando as ações possíveis do Conselho de Administração de forma circunstanciada e disponível em sua sede social para eventuais consultas por parte dos interessados elegíveis; e, ainda, (m) outros assuntos do interesse geral dos Srs. Acionistas no prosseguimento dos demais subseqüentes trâmites administrativos e burocráticos correlatos ao (i) 1º POCSA e (ii) 1º POCSA, em favor dos beneficiários elegíveis e mediante celebração do Instrumento de Contratos de Compra de Ações, não onerosos, integrando as ações possíveis do Conselho de Administração de forma circunstanciada e disponível em sua sede social para eventuais consultas por parte dos interessados elegíveis; e, ainda, (n) outros assuntos do interesse geral dos Srs. Acionistas no prosseguimento dos demais subseqüentes trâmites administrativos e burocráticos correlatos ao (i) 1º POCSA e (ii) 1º POCSA, em favor dos beneficiários elegíveis e mediante celebração do Instrumento de Contratos de Compra de Ações, não onerosos, integrando as ações possíveis do Conselho de Administração de forma circunstanciada e disponível em sua sede social para eventuais consultas por parte dos interessados elegíveis; e, ainda, (o) outros assuntos do interesse geral dos Srs. Acionistas no prosseguimento dos demais subseqüentes trâmites administrativos e burocráticos correlatos ao (i) 1º POCSA e (ii) 1º POCSA, em favor dos beneficiários elegíveis e mediante celebração do Instrumento de Contratos de Compra de Ações, não onerosos, integrando as ações possíveis do Conselho de Administração de forma circunstanciada e disponível em sua sede social para eventuais consultas por parte dos interessados elegíveis; e, ainda, (p) outros assuntos do interesse geral dos Srs. Acionistas no prosseguimento dos demais subseqüentes trâmites administrativos e burocráticos correlatos ao (i) 1º POCSA e (ii) 1º POCSA, em favor dos beneficiários elegíveis e mediante celebração do Instrumento de Contratos de Compra de Ações, não onerosos, integrando as ações possíveis do Conselho de Administração de forma circunstanciada e disponível em sua sede social para eventuais consultas por parte dos interessados elegíveis; e, ainda, (q) outros assuntos do interesse geral dos Srs. Acionistas no prosseguimento dos demais subseqüentes trâmites administrativos e burocráticos correlatos ao (i) 1º POCSA e (ii) 1º POCSA, em favor dos beneficiários elegíveis e mediante celebração do Instrumento de Contratos de Compra de Ações, não onerosos, integrando as ações possíveis do Conselho de Administração de forma circunstanciada e disponível em sua sede social para eventuais consultas por parte dos interessados elegíveis; e, ainda, (r) outros assuntos do interesse geral dos Srs. Acionistas no prosseguimento dos demais subseqüentes trâmites administrativos e burocráticos correlatos ao (i) 1º POCSA e (ii) 1º POCSA, em favor dos beneficiários elegíveis e mediante celebração do Instrumento de Contratos de Compra de Ações, não onerosos, integrando as ações possíveis do Conselho de Administração de forma circunstanciada e disponível em sua sede social para eventuais consultas por parte dos interessados elegíveis; e, ainda, (s) outros assuntos do interesse geral dos Srs. Acionistas no prosseguimento dos demais subseqüentes trâmites administrativos e burocráticos correlatos ao (i) 1º POCSA e (ii) 1º POCSA, em favor dos beneficiários elegíveis e mediante celebração do Instrumento de Contratos de Compra de Ações, não onerosos, integrando as ações possíveis do Conselho de Administração de forma circunstanciada e disponível em sua sede social para eventuais consultas por parte dos interessados elegíveis; e, ainda, (t) outros assuntos do interesse geral dos Srs. Acionistas no prosseguimento dos demais subseqüentes trâmites administrativos e burocráticos correlatos ao (i) 1º POCSA e (ii) 1º POCSA, em favor dos beneficiários elegíveis e mediante celebração do Instrumento de Contratos de Compra de Ações, não onerosos, integrando as ações possíveis do Conselho de Administração de forma circunstanciada e disponível em sua sede social para eventuais consultas por parte dos interessados elegíveis; e, ainda, (u) outros assuntos do interesse geral dos Srs. Acionistas no prosseguimento dos demais subseqüentes trâmites administrativos e burocráticos correlatos ao (i) 1º POCSA e (ii) 1º POCSA, em favor dos beneficiários elegíveis e mediante celebração do Instrumento de Contratos de Compra de Ações, não onerosos, integrando as ações possíveis do Conselho de Administração de forma circunstanciada e disponível em sua sede social para eventuais consultas por parte dos interessados elegíveis; e, ainda, (v) outros assuntos do interesse geral dos Srs. Acionistas no prosseguimento dos demais subseqüentes trâmites administrativos e burocráticos correlatos ao (i) 1º POCSA e (ii) 1º POCSA, em favor dos beneficiários elegíveis e mediante celebração do Instrumento de Contratos de Compra de Ações, não onerosos, integrando as ações possíveis do Conselho de Administração de forma circunstanciada e disponível em sua sede social para eventuais consultas por parte dos interessados elegíveis; e, ainda, (w) outros assuntos do interesse geral dos Srs. Acionistas no prosseguimento dos demais subseqüentes trâmites administrativos e burocráticos correlatos ao (i) 1º POCSA e (ii) 1º POCSA, em favor dos beneficiários elegíveis e mediante celebração do Instrumento de Contratos de Compra de Ações, não onerosos, integrando as ações possíveis do Conselho de Administração de forma circunstanciada e disponível em sua sede social para eventuais consultas por parte dos interessados elegíveis; e, ainda, (x) outros assuntos do interesse geral dos Srs. Acionistas no prosseguimento dos demais subseqüentes trâmites administrativos e burocráticos correlatos ao (i) 1º POCSA e (ii) 1º POCSA, em favor dos beneficiários elegíveis e mediante celebração do Instrumento de Contratos de Compra de Ações, não onerosos, integrando as ações possíveis do Conselho de Administração de forma circunstanciada e disponível em sua sede social para eventuais consultas por parte dos interessados elegíveis; e, ainda, (y) outros assuntos do interesse geral dos Srs. Acionistas no prosseguimento dos demais subseqüentes trâmites administrativos e burocráticos correlatos ao (i) 1º POCSA e (ii) 1º POCSA, em favor dos beneficiários elegíveis e mediante celebração do Instrumento de Contratos de Compra de Ações, não onerosos, integrando as ações possíveis do Conselho de Administração de forma circunstanciada e disponível em sua sede social para eventuais consultas por parte dos interessados elegíveis; e, ainda, (z) outros assuntos do interesse geral dos Srs. Acionistas no prosseguimento dos demais subseqüentes trâmites administrativos e burocráticos correlatos ao (i) 1º POCSA e (ii) 1º POCSA, em favor dos beneficiários elegíveis e mediante celebração do Instrumento de Contratos de Compra de Ações, não onerosos, integrando as ações possíveis do Conselho de Administração de forma circunstanciada e disponível em sua sede social para eventuais consultas por parte dos interessados elegíveis; e, ainda, (aa) outros assuntos do interesse geral dos Srs. Acionistas no prosseguimento dos demais subseqüentes trâmites administrativos e burocráticos correlatos ao (i) 1º POCSA e (ii) 1º POCSA, em favor dos beneficiários elegíveis e mediante celebração do Instrumento de Contratos de Compra de Ações, não onerosos, integrando as ações possíveis do Conselho de Administração de forma circunstanciada e disponível em sua sede social para eventuais consultas por parte dos interessados elegíveis; e, ainda, (ab) outros assuntos do interesse geral dos Srs. Acionistas no prosseguimento dos demais subseqüentes trâmites administrativos e burocráticos correlatos ao (i) 1º POCSA e (ii) 1º POCSA, em favor dos beneficiários elegíveis e mediante celebração do Instrumento de Contratos de Compra de Ações, não onerosos, integrando as ações possíveis do Conselho de Administração de forma circunstanciada e disponível em sua sede social para eventuais consultas por parte dos interessados elegíveis; e, ainda, (ac) outros assuntos do interesse geral dos Srs. Acionistas no prosseguimento dos demais subseqüentes trâmites administrativos e burocráticos correlatos ao (i) 1º POCSA e (ii) 1º POCSA, em favor dos beneficiários elegíveis e mediante celebração do Instrumento de Contratos de Compra de Ações, não onerosos, integrando as ações possíveis do Conselho de Administração de forma circunstanciada e disponível em sua sede social para eventuais consultas por parte dos interessados elegíveis; e, ainda, (ad) outros assuntos do interesse geral dos Srs. Acionistas no prosseguimento dos demais subseqüentes trâmites administrativos e burocráticos correlatos ao (i) 1º POCSA e (ii) 1º POCSA, em favor dos beneficiários elegíveis e mediante celebração do Instrumento de Contratos de Compra de Ações, não onerosos, integrando as ações possíveis do Conselho de Administração de forma circunstanciada e disponível em sua sede social para eventuais consultas por parte dos interessados elegíveis; e, ainda, (ae) outros assuntos do interesse geral dos Srs. Acionistas no prosseguimento dos demais subseqüentes trâmites administrativos e burocráticos correlatos ao (i) 1º POCSA e (ii) 1º POCSA, em favor dos beneficiários elegíveis e mediante celebração do Instrumento de Contratos de Compra de Ações, não onerosos, integrando as ações possíveis do Conselho de Administração de forma circunstanciada e disponível em sua sede social para eventuais consultas por parte dos interessados elegíveis; e, ainda, (af) outros assuntos do interesse geral dos Srs. Acionistas no prosseguimento dos demais subseqüentes trâmites administrativos e burocráticos correlatos ao (i) 1º POCSA e (ii) 1º POCSA, em favor dos beneficiários elegíveis e mediante celebração do Instrumento de Contratos de Compra de Ações, não onerosos, integrando as ações possíveis do Conselho de Administração de forma circunstanciada e disponível em sua sede social para eventuais consultas por parte dos interessados elegíveis; e, ainda, (ag) outros assuntos do interesse geral dos Srs. Acionistas no prosseguimento dos demais subseqüentes trâmites administrativos e burocráticos correlatos ao (i) 1º POCSA e (ii) 1º POCSA, em favor dos beneficiários elegíveis e mediante celebração do Instrumento de Contratos de Compra de Ações, não onerosos, integrando as ações possíveis do Conselho de Administração de forma circunstanciada e disponível em sua sede social para eventuais consultas por parte dos interessados elegíveis; e, ainda, (ah) outros assuntos do interesse geral dos Srs. Acionistas no prosseguimento dos demais subseqüentes trâmites administrativos e burocráticos correlatos ao (i) 1º POCSA e (ii) 1º POCSA, em favor dos beneficiários elegíveis e mediante celebração do Instrumento de Contratos de Compra de Ações, não onerosos, integrando as ações possíveis do Conselho de Administração de forma circunstanciada e disponível em sua sede social para eventuais consultas por parte dos interessados elegíveis; e, ainda, (ai) outros assuntos do interesse geral dos Srs. Acionistas no prosseguimento dos demais subseqüentes trâmites administrativos e burocráticos correlatos ao (i) 1º POCSA e (ii) 1º POCSA, em favor dos beneficiários elegíveis e mediante celebração do Instrumento de Contratos de Compra de Ações, não onerosos, integrando as ações possíveis do Conselho de Administração de forma circunstanciada e disponível em sua sede social para eventuais consultas por parte dos interessados elegíveis; e, ainda, (aj) outros assuntos do interesse geral dos Srs. Acionistas no prosseguimento dos demais subseqüentes trâmites administrativos e burocráticos correlatos ao (i) 1º POCSA e (ii) 1º POCSA, em favor dos beneficiários elegíveis e mediante celebração do Instrumento de Contratos de Compra de Ações, não onerosos, integrando as ações possíveis do Conselho de Administração de forma circunstanciada e disponível em sua sede social para eventuais consultas por parte dos interessados elegíveis; e, ainda, (ak) outros assuntos do interesse geral dos Srs. Acionistas no prosseguimento dos demais subseqüentes trâmites administrativos e burocráticos correlatos ao (i) 1º POCSA e (ii) 1º POCSA, em favor dos beneficiários elegíveis e mediante celebração do Instrumento de Contratos de Compra de Ações, não onerosos, integrando as ações possíveis do Conselho de Administração de forma circunstanciada e disponível em sua sede social para eventuais consultas por parte dos interessados elegíveis; e, ainda, (al) outros assuntos do interesse geral dos Srs. Acionistas no prosseguimento dos demais subseqüentes trâmites administrativos e burocráticos correlatos ao (i) 1º POCSA e (ii) 1º POCSA, em favor dos beneficiários elegíveis e mediante celebração do Instrumento de Contratos de Compra de Ações, não onerosos, integrando as ações possíveis do Conselho de Administração de forma circunstanciada e disponível em sua sede social para eventuais consultas por parte dos interessados elegíveis; e, ainda, (am) outros assuntos do interesse geral dos Srs. Acionistas no prosseguimento dos demais subseqüentes trâmites administrativos e burocráticos correlatos ao (i) 1º POCSA e (ii) 1º POCSA, em favor dos beneficiários elegíveis e mediante celebração do Instrumento de Contratos de Compra de Ações, não onerosos, integrando as ações possíveis do Conselho de Administração de forma circunstanciada e disponível em sua sede social para eventuais consultas por parte dos interessados elegíveis; e, ainda, (an) outros assuntos do interesse geral dos Srs. Acionistas no prosseguimento dos demais subseq

BBD Participações S.A.

CNPJ nº 07.838.611/0001-52 - NIRE 35.300.335.295

Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária Edital de Convocação

Convidamos os senhores acionistas desta Sociedade a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária a serem realizadas, na convocatória no próximo dia 28 de abril de 2017, às 9h00, na sede social, Núcleo Cidade dos Deuses, Prédio Prata, nº 30, andar, Vila Yara, Osasco, SP, a fim de: Assembleia Geral Extraordinária: - examinar proposta do Conselho de Administração para aumentar o capital social no valor de R\$120.000.000,00, elevando-o de R\$1.740.000.000,00 para R\$1.860.000.000,00, sem emissão de ações, mediante a capitalização do saldo da conta "Reserva de Capital - Ganho/Perda na Alienação de Ações", e de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária", com a consequente alteração do "caput" do Artigo 20 do Estatuto Social. Assembleia Geral Ordinária: I) tomar as contas dos Administradores e examinar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31/12/2016; II) deliberar sobre proposta do Conselho de Administração para destinação do lucro líquido do exercício de 2016; III) eleger os membros do Conselho de Administração; IV) fixar o montante global anual da remuneração dos Administradores. Osasco, SP, 18 de abril de 2017, Lázaro de Melo Brandão - Presidente do Conselho de Administração.

CETEC Educacional S.A.

CNPJ nº 07.761.676/0001-47 - NIRE nº 35.300.327.545

Convidamos os senhores acionistas desta Sociedade a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a serem realizadas, na convocatória no próximo dia 28 de abril de 2017, às 11h, na sede social, localizada à Avenida do Rio Branco, nº 802, sala 01, Jardim Esplanada II, CEP 12.242-800, na Cidade do São José dos Campos/SP. No caso de insuficiência de quórum para instalação das Assembleias em primeira chamada, ficam desde já convocadas para a segunda chamada a ocorrer no mesmo dia 28/04/2017, às 11h30 e às 12h30, respectivamente, no mesmo local, para deliberar sobre as seguintes matérias: 1 - Em AGO, I) discussão e aprovação das Demonstrações Financeiras, do Relatório de Administração e do Parecer dos Auditores Independentes da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31/12/2016; II) definição da destinação dos resultados obtidos no exercício de 2016; III) eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia, e fixação da remuneração dos Administradores; 2 - Em AGE, I) discussão e votação da alteração/retificação da redação do caput do artigo 5º do Estatuto Social; que trata do capital social; II) discussão e votação da instalação do Conselho Fiscal, a pedido dos Acionistas minoritários, e, se instalado, eleição dos membros, remuneração e funcionamento. Observações: encontram-se à disposição dos senhores acionistas na sede da Companhia, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício findo em 31/12/2016. São José dos Campos, 19/04/2017. Lutz Carlos Páguas - Presidente do Conselho de Administração.

REP - Real Estate Partners

Desenvolvimento Imobiliário S.A.

CNPJ/MF: 08.572.741/0001-93 - NIRE 35.300.353.498

Assembleia Geral Ordinária de 28/04/2017 - Edital de Convocação O Presidente do Conselho de Administração da REP - Real Estate Partners Desenvolvimento Imobiliário S.A. ("Companhia"), nos termos do artigo 7º do Estatuto Social da Companhia, convoca os senhores acionistas da Companhia a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária em primeira convocatória, na sede social da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano nº 466, 2º andar, Edifício Corporate, a fim de deliberar sobre as seguintes ordens do dia: AGO: (I) Deliberar a respeito das contas da diretoria e o relatório anual da administração da Companhia, relativos ao exercício social findo em 31/12/2016; (II) Deliberar sobre o balanço patrimonial, as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31/12/2016 ("DFR"), a revisão da proposta do orçamento de capital e da proposta de destinação dos resultados do exercício social findo em 31/12/2016; (III) Deliberar sobre o balanço patrimonial e o relatório de administração da Companhia, relativos ao exercício social findo em 31/12/2016; (IV) Deliberar sobre a proposta de alteração do capital social, conforme alterada (PREP), referentes ao exercício social findo em 31/12/2016, foram publicados no dia 29/03/2017, no DOESP, página 201 e no Jornal "Empresas e Negócios", página 5, e encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia; (V) Os acionistas poderão fazer-se representar na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 28/04/2017, por procurador constituído há menos de 1 ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, nos termos do §1º, artigo 126 da LSA. São Paulo, 17/04/2017. Adolpho Lindenberg - Presidente do Conselho de Administração.

Banco Luso Brasileiro S.A.

CNPJ nº 59.118.133/0001-00 - NIRE 35.300.118.934

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os senhores acionistas do Banco Luso Brasileiro S.A. convocados para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que será realizada no dia 28 de abril de 2017, às 10h00, na sede social da Companhia, na Avenida Cidade Jardim, 400, 2º Andar, São Paulo-SP, para apurar e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (I) Deliberar sobre as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, o Relatório de Administração e o Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016; (II) Aprovação do balanço patrimonial e do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016; (III) Deliberação sobre decisão tomada pelo Conselho de Administração em 28 de outubro de 2016 acerca do cancelamento de juros sobre capital próprio, com a reincorporação do valor de R\$ 7.795.075,37 ao capital social do Banco; (IV) Eleição dos membros do Conselho de Administração e fixação da remuneração; e (V) Instalação do Conselho Fiscal, com a eleição dos mesmos membros eleitos e suplentes e fixação da remuneração. Os documentos relativos a essas deliberações encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Em Assembleia Geral Extraordinária: (I) redução do capital social para absorção de prejuízos acumulados, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76, sem cancelamento de ações, conforme proposta da administração de 28 de março de 2017 e parecer do Conselho Fiscal; e (II) alteração do artigo 5º dos Estatutos Sociais. São Paulo, 5 de abril de 2017. Américo Ferreira de Amorim - Presidente do Conselho de Administração

COLÉGIO EC LTDA. - ME

NIRE: 352309259-3 - CNPJ nº 26.228.394/0001-23

ATA DE ASSEMBLEIA - REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL - SOCIEDADE LIMITADA

DATA/HORA e LOCAL: Aos vinte e sete de fevereiro de 2017, às quinze horas, na sede da sociedade, na rua Venâncio Benedito Marcos Ribeiro, nº 85, Bairro Jardim Santa Helena, cidade de Itaquaquecetuba, no estado de São Paulo, CEP: 08570-470; PRESENÇA: - acionistas representando 100% do capital social; COMPOSIÇÃO DA MESA: Rafael Moutinho Tedesco, sócio administrador e Andréia Silva de Oliveira sócia; PUBLICAÇÕES - anúncio de convocação Imprensa Oficial e no O Diário de Mogi das Cruzes; ORDEM DO DIA - redução do capital social; DELIBERAÇÕES - após a integralização do capital social de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), os sócios, em comum acordo consideraram excessivo decidiram fazer a redução do capital da sociedade para R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais); ENCERRAMENTO E APROVAÇÃO DA ATA. Terminamos os trabalhos, insistindo qualquer outra manifestação, lavrou-se a presente ata que, lida, foi aprovada e assinada por todos os sócios, a) Rafael Moutinho Tedesco, sócio administrador, b) Rafael Moutinho Tedesco, sócio administrador, b) Andréia Silva de Oliveira, sócia.



Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 20/04/2017 10:32:29.
Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A
[Ticket: 26265632] - www.imprensaoficial.com.br

Localimob Participações S.A.

CNPJ/MF: 09.856.354/0001-69 - NIRE 35.300.343.328

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - Convocação

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Localimob Participações S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, que se realizará no dia 28 de abril de 2017, às 14 horas, na sede da Companhia, na Rua Minas de Prata, nº 30, conjunto 32, sala A, Vila Olímpia, CEP 04552-080, São Paulo - SP, a fim de deliberar sobre: a) o Relatório de Administração, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016; b) a proposta dos administradores para a destinação do lucro líquido relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016; c) a eleição dos membros da Diretoria da Companhia; d) a remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2017; e) a ratificação de atos praticados por Diretores e procuradores da Companhia; f) a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e g) outros assuntos de interesse da Companhia. Informações Gerais: Os acionistas deverão apresentar à Companhia, antes ou na data de realização da Assembleia Geral Ordinária, conforme o caso: (i) documento de identidade e, conforme o caso, atos societários pertinentes; (ii) documento de identificação do acionista, conforme o caso; (iii) documento de representação legal; e (iv) instrumento de mandato com reconhecimento de firma do outorgante, acompanhado do documento de identidade do procurador e, conforme o caso, atos societários pertinentes. Encontram-se à disposição dos senhores acionistas, no departamento financeiro da Companhia, no endereço da sede, cópias de todos os documentos específicos a serem apreciados na Assembleia e referidos nesta convocação. São Paulo, 13 de abril de 2017. Hélio de Athayde Vasconcelos - Diretor Presidente. (18-19-20)

Outback Steakhouse

Restaurantes Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 17.261.661/0001-73 - NIRE 35.300.463.412

Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação

São convocados os acionistas da Outback Steakhouse Restaurantes Brasil S.A. ("Companhia"), na forma prevista no Artigo 124 da Lei nº 6.404/76, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 28 de abril de 2017, às 10h00 horas, na sede da Companhia, localizada na Central de Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, 12.931, Torre Oeste, Bloco C, 3º e 4º andares, Conjuntos 301 e 401, Dep. 12, 13 e 16 Tipo G 458 GA, Brooklin, CEP 04578-000, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (I) ratificação da aquisição, pela Companhia, a subsequente cancelamento de ações preferenciais de classe MP43, sem redução do capital social da Companhia; (II) aprovação do aumento do capital social no valor de R\$ 252.000,00, mediante a emissão de novas ações preferenciais nominativas; (III) aprovação da criação de novas classes de ações preferenciais de acordo com o plano de expansão da Companhia; e (IV) consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as deliberações aprovadas pelos acionistas. Os documentos pertinentes às matérias a serem debatidas encontram-se à disposição dos acionistas, a partir desta data, na sede da Companhia. O acionista que desejar ser representado por procurador, constituído na forma do Artigo 126, §1º, da Lei nº 6.404/76, deverá depositar o respectivo mandato na sede da Companhia até 24 horas antes da realização da Assembleia. São Paulo, 20 de abril de 2017, Silvío José Bandini - Diretor. (20-21-25)

Comercial São João Baptista S.A.

CNPJ nº 72.111.370/0001-07 - NIRE nº 35.300.041.498

Ata da Reunião da Diretoria Realizada em 13 de Março de 2017

Data, hora e local: 13/03/2017, 10h00 horas, reunidos à Fazenda Itaquera, Município de Tapira, Estado de São Paulo, os membros da Diretoria da Cia, sob a presidência do Sr. João Guilherme Figueiredo Whitaker, que convidou a um Fernando Whitaker de Souza Dias, para secretário, realizaram uma reunião sobre a seguinte ordem do dia: 1) Autorização para abertura da filial na cidade de Prata Grande, na Rua Manoel Feliciano de Oliveira, nº 1340, no bairro de Nova Mirim, na cidade de Prata Grande, CEP: 11177-032, no estado de São Paulo, cuja atividade econômica principal deverá ser: 4639-7-01 - Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral e o Capital a ser destacado para a abertura da filial será de R\$ 5.000,00. Colocada a proposta em discussão, os presentes votaram unanimemente a favor da criação, posto, os senhores diretores presentes deliberaram que, de imediato, seriam tomadas todas as providências necessárias à legalização do estabelecimento, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, solicitando-me que lavrasse, esta ata, a qual foi lida e achada conforme, foi assinada por mim e pelos demais presentes. a) João Guilherme Figueiredo Whitaker - Presidente da Assembleia; Fernando Whitaker de Souza Dias - Secretário da Assembleia; Joaquim Augusto Bravo Caldeira o Guilherme Whitaker de Lima Silva. "A presente cópia fiel da ata lavrada no livro próprio." (João Guilherme Figueiredo Whitaker) - Presidente da Assembleia. JUCESP/NIRE FLAVIA 3590528017-1 - JUCESP nº 171.189/17-0 em 12/04/2017. Flávia R. Brito Gonçalves - Secretária Geral.

Martinscorp Imóveis e Participações Ltda.

CNPJ nº 22.528.950/0001-26 - NIRE 35.229.219.666

Ata de Reunião Extraordinária de Sócios realizada em 04/04/17

Aos 04/04/17, às 10h, na sede, Convocação e Presença: Totalidade. Mesa: Presidente: Emília Ramiro Martins Secretário: Luiz Antonio Ramiro Martins. 5. Deliberações: 1. Aprovar a redução de capital social da Sociedade no valor total de R\$ 151.200,00, com a respectiva alteração do número de quotas da Sociedade, por jugá-la excessiva. Dessa forma, o capital social da Sociedade passa dos atuais R\$ 5.762.464,00 para R\$ 5.611.264,00, representado por 5.611.264 quotas. Artigo Quarto (Capítulo IV) do Contrato Social da Sociedade que, em decorrência da redução do capital social, passa a vigorar com a seguinte nova redação: "Artigo Quarto. O capital social é de R\$ 5.611.264,00, dividido em 5.611.264 quotas com o valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalmente subscrito e parcialmente integralizado em moeda corrente nacional e assim distribuído entre os sócios: Nome - Nº de Quotas - Valor: Antonio Ramiro Martins Filho - 648 - R\$ 648,00; Jose Augusto Ramiro Martins - 1.713.515 - R\$ 1.713.515,00; Emília Ramiro Martins - 748.395 - R\$ 748.395,00; Cesar Augusto Ramiro Martins - 1.439 - R\$ 1.439,00; Ramiro Martins - 1.714.243 - R\$ 1.714.243,00; Maria Assunção Ramiro Martins - 76 - R\$ 76,00; Saulo Martins Vias Boas - 76 - R\$ 76,00; Apex Do Brasil Ltda. - 655.368 - R\$ 655.368,00; Tonini Distribuidora Ltda. - 777.702 - R\$ 777.702,00; Total: 5.611.264 - R\$ 5.611.264,00. Nada mais. SP, 04/04/17.

ERB - Energias Renováveis do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 09.324.653/0001-09 - NIRE 35.300.351.339

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária de 28/04/17

Ficam convocados os Acionistas da ERB - Energias Renováveis do Brasil S.A. na forma do artigo 124 da Lei 6.404/76 e do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia, para comparecer à AGE que será realizada em 28/04/17, às 9h30hs, na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Santo Amaro, 48, 3º andar, conjunto 32, Vila Nova Conceição, para deliberar sobre: (I) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia e o Relatório dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31/12/16; (II) Deliberar sobre a destinação dos resultados do exercício social findo em 31/12/16; (III) Fixar o montante anual global da remuneração dos administradores da Companhia; (IV) Eleger os membros eleitos e suplentes do Conselho de Administração. AGE: (I) Aprovar a alteração do sede da Companhia e a respectiva alteração do artigo 2º, caput, do Estatuto Social; (II) Consolidação do Estatuto Social de acordo com as alterações mencionadas acima. São Paulo, 30/03/17, Carlos de Mathias Martins Junior - Presidente do Conselho de Administração. (20, 21 e 25/04/2017)

COMPANHIA ULTRAGAZ S.A.

CNPJ nº 61.602.189/0001-12 - NIRE 35.300.030.401

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Pelo presente, ficam os Srs. Acionistas convidados a comparecer à Assembleia Geral Ordinária da Cia. Ultragaz S.A. ("Companhia"), que se realizará no dia 28/04/2017, às 09 horas ("Asssembleia"), na sede social da Companhia, localizada na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, nº 1.342, 9º andar, na cidade e Estado de São Paulo, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1) Exame e aprovação do relatório e das contas da administração, demonstrações financeiras e suas notas explicativas e balanço patrimonial referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2016, acompanhados do parecer dos auditores independentes; 2) Aprovação do orçamento de capital proposto pela administração para o exercício social de 2017; 3) Destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2016; 4) Eleição dos membros do conselho de administração; e 5) Fixação da remuneração anual global da administração. Participação na Assembleia: Para participar da presente Assembleia, os acionistas devem apresentar declaração emitida pela instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou da instituição custodiante, com a quantidade de ações de que constavam como titulares até, no máximo, 02 (dois) dias úteis antes da Assembleia. Poderão participar da Assembleia acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, desde que cumpram com os requisitos formais de participação previstos no artigo 9º do Estatuto Social da Companhia. São Paulo, 19 de abril de 2017. Thilo Mannhardt - Presidente do Conselho de Administração.

SARAIVA E SICILIANO S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 61.365.284/0001-04

Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária Edital de Convocação

Convocamos os senhores acionistas a comparecer às Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária que se realizará, sucessivamente, no dia 28 de abril de 2017, às 11 horas, na sede da Companhia, localizada na Rua Henrique Schaumann, 270, 5º andar, sala C, Pinheiros, São Paulo/SP, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. Assembleia Geral Extraordinária: 1.1. Modificação na nomenclatura de um dos cargos da Diretoria, com a consequente alteração do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia; 2. Assembleia Geral Ordinária: 2.1. Exame, discussão e votação do relatório da administração e das demonstrações financeiras com parecer dos auditores independentes relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2016; 2.2. Destinação do resultado (prejuízo) do exercício social encerrado em 31/12/2016; 2.3. Eleição dos membros do Conselho de Administração e fixação dos limites da remuneração global da Administração; 3. Instruções Gerais: Os mandatos de representação na Assembleia deverão ser depositados na Presidência do Conselho de Administração, na Rua Henrique Schaumann, 270, 5º andar - São Paulo - SP, até 24 horas antes da realização da mesma. São Paulo, 19 de abril de 2017. Jorgo Eduardo Saraiva - Presidente do Conselho de Administração

AES Tietê

AES TIETÊ ENERGIA S.A.

Companhia Aberta CNPJ/MF nº 04.128.563/0001-10

Comunicado de Resgate de Debênturas de 2ª Emissão, da 3ª Emissão e da 2ª Série da 4ª Emissão

A AES Tietê Energia S.A. ("Companhia"), em referência aos comunicados publicados em 30 de março de 2017 e 17 de abril de 2017 ("Comunicados Originais"), destinados, respectivamente, aos titulares das debênturas em circulação da 2ª emissão, da 3ª emissão, ambas em série única, e da 2ª série da 4ª emissão da Companhia (em conjunto, "Debênturas" e "Debênturistas"), vem, por meio deste, informar aos Debênturistas a prorrogação da data do resgate antecipado total das Debênturas, que ocorrerá no dia 02 de maio de 2017. A Companhia esclarece, ainda, que os demais termos e condições aplicáveis ao resgate antecipado acima mencionado permanecerão inalterados, devendo observar-se o disposto nos Comunicados Originais. Baurer, 20 de abril de 2017. Francisco José Morandi Lopez - Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores

REDE D'OR SÃO LUIZ S.A.

CNPJ nº 08.047.087/0001-39 - NIRE 35.300.318.099

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam os senhores acionistas da Rede D'Or São Luiz S.A. ("Companhia") convocados para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se no dia 28 de abril de 2017, às 10h, na sede social da Companhia, localizada na Rua Francisco Marengo, nº 1.312, Tatuapé, CEP 03.313-000, na Cidade e Estado de São Paulo, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração, as demonstrações financeiras auditadas da Companhia e o parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016; 2. Proposta de destinação do resultado apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016; 3. Eleição/preeleição dos membros do Conselho de Administração, em virtude do fim do prazo de gestão; 4. Aprovar o Protocolo e Justificação de Incorporação, pela Companhia, do Hospital Memorial São José Ltda. ("Hospital Memorial"); 5. Ratificar a indicação da empresa especializada para proceder a avaliação do patrimônio líquido do Hospital Memorial, a ser incorporado pela Companhia, e aprovar o respectivo laudo de avaliação elaborado para incorporação; 6. Deliberar sobre a incorporação do Hospital Memorial pela Companhia, autorizando a diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à sua implementação e formalização, com a consequente extinção do Hospital Memorial e a sua sucessão, pela Companhia, a título universal, em todos os direitos e obrigações; e 7. Outros assuntos de interesse da Companhia. São Paulo, 20 de abril de 2017. Jorge Noval Moll Filho - Presidente do Conselho de Administração.

Galgos Sistemas de Informações S.A.

CNPJ nº 25.197.090/0001-83

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - Edital de Convocação

Ficam convocados os acionistas para se reunirem em AGE, que se realizará no dia 27/04/2017, na sede social, na Av. Santo Amaro, 48, conj. 51, Vila Nova Conceição, SP/SP, a fim de deliberar sobre: em AGE, ao 16h: (i) substituição de membros do Conselho de Administração e suplentes, requerida nos termos do disposto na Cláusula 7.3.2. do Acordo de Acionistas, conforme documentos que se encontram à disposição dos acionistas, na sede da companhia. (ii) o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2016, conforme requerido no inciso (i) do §1º do Artigo 18 do Estatuto Social da companhia. (iii) a proposta de remuneração global anual dos administradores, conforme requerido no inciso (iv) do §1º do Artigo 10 do Estatuto Social da companhia. Observamos que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2016 encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da companhia. Em AGE às 16h: (i) o "Plano de Negócios - visão 2017", conforme requerido no inciso (i) do Artigo 24 do Estatuto Social da companhia. Observamos que o Plano de Negócios - visão 2017 encontra-se à disposição dos Acionistas na sede da companhia. SP, 18/04/2017. André Bernardino Cruz Filho - Presidente do Conselho de Administração. (18, 20 e 25/04/2017)

Anexo 04**DECLARAÇÃO CONJUNTA****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 090/2021****DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE**

Declara, sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente do procedimento licitatório instaurado pela Prefeitura Municipal de Ivaí, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

Declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

DECLARAÇÃO NÃO POSSUIR NO SEU QUADRO MENOR DE IDADE

Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, em observância à Lei Federal nº 9854, de 27.10.99, que acrescentou o inciso V ao art. 27 da Lei Federal nº 8666/93.

Ressalva: somente emprega menores entre 18 (dezoito) a 22 (vinte e dois) anos na condição de aprendiz, em razão das empresas engarrafadoras e distribuidoras de GLP – gás liquefeito de petróleo, possuírem um alto índice de periculosidade.

DECLARAÇÃO DE NÃO POSSUIR EM SEU QUADRO FUNCIONARIO PUBLICO

Declara, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório que nenhum servidor público, ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal, integra nosso quadro societário, nem funcional, sob qualquer regime de contratação.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaramos para fins de atendimento ao que consta do edital, que tomamos conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e nos comprometemos a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer material de qualidade, sob as penas da Lei.

CANOAS/RS, 04 DE JUNHO DE 2021.

JOSE VILMAR DE OLIVEIRA:49082191091

Assinado de forma digital por JOSE VILMAR DE OLIVEIRA:49082191091
Dados: 2021.06.04 11:18:23 -03'00'

JOSÉ VILMAR DE OLIVEIRA
RG Nº 1038218011
CPF Nº 490.821.910-91
COORDENADOR ADMINISTRATIVO

Cia Ultragaz S/A



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: COMPANHIA ULTRAGAZ S/A., estabelecida a Avenida Brigadeiro Luis Antônio, nº 1343, 9º andar, cidade e estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.602.199/0001-12 e com estabelecimentos filiais **ULTRAGAZ ARAUCÁRIA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.602.199/0157-30, situada à Rodovia BR 476, s/nº, KM 15, bairro Thomaz Coelho, cidade de Araucária/PR; **ULTRAGAZ CASCAVEL**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.602.199/0210-39, situada à Rodovia BR-369, s/nº, KM 164, bairro Cataratas, cidade de Cascavel/PR; **ULTRAGAZ LONDRINA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.602.199/0251-07, situada à Rua Antonio de Carvalho Lage Filho, nº 1777, bairro Ciclo 03, cidade de Londrina/PR; **ULTRAGAZ PONTA GROSSA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.602.199/0278-27, situada à Rodovia PR-151, s/nº, KM 324,3, bairro Boa Vista, cidade de Ponta Grossa/PR;; **ULTRAGAZ CHAPECÓ**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.602.199/0255-30, situada Rodovia SC 480, s/nº, bairro Quedas do Palmital, cidade de Chapecó/SC; **ULTRAGAZ JOAÇABA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.602.199/0285-56, situada Rua 12 de Outubro, nº 2495, bairro Vila Jd. Lindóia, cidade de Joaçaba/SC; **ULTRAGAZ JOINVILLE**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.602.199/0245-69, situada à Rua Benjamin Constant, nº 4299, bairro Glória, cidade de Joinville/SC; **ULTRAGAZ PALHOÇA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.602.199/0246-40, situada à Rua Edeling Schutz, nº 710, bairro Centro, cidade de Palhoça/SC; **ULTRAGAZ CANOAS**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.602.199/0232-44, situada à Avenida Antonio Frederico Ozanan, nº 1655, bairro Brigadeiro, cidade de Canoas/RS; **ULTRAGAZ CAXIAS**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.602.199/0259-64, situada à Rodovia RSC 453, nº 32780, bairro Pioneiro, cidade de Caxias do Sul/RS e **ULTRAGAZ PASSO FUNDO**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.602.199/0069-00, situada à Avenida Brasil Oeste, nº 3879, bairro Boqueirão, cidade de Passo Fundo/RS, **ULTRAGAZ CURITIBANOS**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.602.199/0085-20, situada à Rodovia BR 470, S/N - KM 248 Espaço B, Bairro Bom Jesus, cidade de Curitiba/SC **ULTRAGAZ SANTA MARIA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.602.199/0082-88, situada à Rua Maria Calcagno, nº 300 espaço B, Bairro Pé de Platano, cidade de Santa Maria/RS, **ULTRAGAZ PELOTAS**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.602.199/0065-87, situada à Avenida Fernando Osório, 4777 espaço B, Bairro Três Vendas, cidade de Pelotas, neste ato representada por seus diretores.

OUTORGADO: JOSÉ VILMAR DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade RG nº 10.382.180-11 e inscrito no CPF/MF sob o nº 490.821.910-91, com endereço profissional no estabelecimento filial **ULTRAGAZ CANOAS**.

PODERES: Expressos e especiais para, ISOLADAMENTE, representar a **OUTORGANTE** em processos licitatórios, perante as Repartições Públicas Federais, Estaduais e Municipais, Entidade Autárquicas, Sociedades de Economia

Cia Ultragaz S/A

Av. Brigadeiro Luis Antônio, 1.343
Bela Vista - São Paulo | SP - Brasil
CEP 01317-910



Mista, empresas públicas e Paraestatais em geral, podendo em todas as suas fases, inclusive, ofertar lances verbais, podendo, para tanto, formalizar propostas, apresentar, juntar e retirar documentos relativos ao processo e cópia dos mesmos, acompanhar processos, cumprir exigências, impugnar, interpor recursos, renunciar ao prazo recursal, transigir, concordar, discordar, fazer provas, assinar contratos relacionados aos processos licitatórios, enfim, praticar todos os demais atos relacionados aos poderes expressamente mencionados para o bom e fiel desempenho do presente mandato, perdurando somente enquanto vigorar o contrato de trabalho do **OUTORGADO**, não podendo substabelecer no todo ou em parte.

O presente instrumento é assinado digitalmente, mediante utilização de certificação digital em conformidade à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, possuindo plena validade para utilização nas esferas pública e particular de todo o território brasileiro, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e da Lei nº 13.874/2019, sem a necessidade de reconhecimento das firmas ou autenticação em cartório notarial. O presente instrumento possui validade de 12 (doze) meses.

São Paulo/SP, 16 de julho de 2020.

Pela **COMPANHIA ULTRAGAZ S/A**

DocuSigned by:
Andre Luis Pedro Bregon
Assinado por: ANDRE LUIS PEDRO BREGION:09169692823
CPF: 09169692823
Papel: Diretor
Data/Hora da Assinatura: 16/07/2020 16:40:34 BRT

A837EF382E6B4861B88F354004F59D4E

DocuSigned by:
Guilherme Simão Darezzo Netto
Assinado por: GUILHERME SIMAO DAREZZO NETTO:27842225869
CPF: 27842225869
Papel: Diretor
Data/Hora da Assinatura: 17/07/2020 10:59:08 BRT

56EF47A9EA304584B528281961D2AAB3

DS
FDAS

Cia Ultragaz S/A
Av. Brigadeiro Luís Antônio, 1.343
Bela Vista - São Paulo | SP - Brasil
CEP 01317-910

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 0DD09F75146D436BB2E7B4326FAD0ACD

Assunto: DocuSign: Procuração Licitações Vilmar 2020-2021.docx

Origem do Envelope:

Qtde Págs Documento: 2

Qtde Págs Certificado: 6

Assinatura guiada: Ativado

Selo com ID do Envelope: Ativado

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Status: Concluído

Remetente do envelope:

Renato Lubrano Paes Manso

Avenida Brigadeiro Luis Antonio, 1343

SP, SP 01317001

renato.manso@ultragaz.com.br

Endereço IP: 177.95.75.148

Rastreamento de registros

Status: Original

16/07/2020 16:09:38

Portador: Renato Lubrano Paes Manso

renato.manso@ultragaz.com.br

Local: DocuSign

Eventos de Signatários

Fernando de Oliveira Silveira

fernando.silveira@ultragaz.com.br

Nível de Segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: DS Electronic

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 16/07/2020 16:36:33

ID: 4d35b9fd-2667-4d2f-9ad4-6bd504f24dc1

Andre Luiz Pedro Bregion

andre.bregion@ultragaz.com.br

Diretor

Nível de Segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5

CPF do signatário: 09169692823

Cargo do Signatário: Diretor

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 28/09/2018 16:45:41

ID: dceb2243-ce8d-4f6b-b967-49dd8efb6c3a

Guilherme Simão Darezzo Netto

guilherme.netto@ultragaz.com.br

Diretor

Nível de Segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC Certisign RFB G5

CPF do signatário: 27842225869

Cargo do Signatário: Diretor

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 10/08/2018 09:58:44

ID: 5d9293ed-8547-4aa5-9802-81f0ea391034

Assinatura

DS
FDAS

Usando endereço IP: 177.67.60.209

DocuSigned by:

Andre Luiz Pedro Bregion

A837EF382E8B486...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 177.67.60.211

DocuSigned by:

Guilherme Simão Darezzo Netto

58EF47A9EA30458...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 189.120.77.42

Data/Hora

Enviado: 16/07/2020 16:22:17

Visualizado: 16/07/2020 16:36:33

Assinado: 16/07/2020 16:36:40

Enviado: 16/07/2020 16:36:42

Visualizado: 16/07/2020 16:39:55

Assinado: 16/07/2020 16:40:40

Enviado: 16/07/2020 16:40:41

Visualizado: 17/07/2020 10:57:22

Assinado: 17/07/2020 10:59:39

Eventos de Signatários Presenciais

Assinatura

Data/Hora

Eventos de Editores

Status

Data/Hora

Eventos de Agentes	Status	Data/Hora
--------------------	--------	-----------

Eventos de Destinatários Intermediários	Status	Data/Hora
---	--------	-----------

Eventos de entrega certificados	Status	Data/Hora
---------------------------------	--------	-----------

Eventos de cópia	Status	Data/Hora
------------------	--------	-----------

Jose Vilmar de Oliveira vilmar.oliveira@ultragaz.com.br	Copiado	Enviado: 17/07/2020 10:59:39
--	----------------	------------------------------

Nível de Segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: DS Electronic

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 30/10/2018 18:22:43

ID: 5c7bbf8b-9ce7-4638-a21b-f8a8958b7474

Eventos com testemunhas	Assinatura	Data/Hora
-------------------------	------------	-----------

Eventos do tabelião	Assinatura	Data/Hora
---------------------	------------	-----------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
-------------------------------	--------	----------------------

Envelope enviado	Com hash/criptografado	17/07/2020 10:59:40
Entrega certificada	Segurança verificada	17/07/2020 10:59:40
Assinatura concluída	Segurança verificada	17/07/2020 10:59:40
Concluído	Segurança verificada	17/07/2020 10:59:40

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico
--

CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTROS ELETRÔNICOS E DIVULGAÇÕES DE ASSINATURA

Registro Eletrônicos e Divulgação de Assinatura

Periodicamente, a Companhia Ultragaz S/A - Sub-Account poderá estar legalmente obrigada a fornecer a você determinados avisos ou divulgações por escrito. Estão descritos abaixo os termos e condições para fornecer-lhe tais avisos e divulgações eletronicamente através do sistema de assinatura eletrônica da DocuSign, Inc. (DocuSign). Por favor, leia cuidadosa e minuciosamente as informações abaixo, e se você puder acessar essas informações eletronicamente de forma satisfatória e concordar com estes termos e condições, por favor, confirme seu aceite clicando sobre o botão "Eu concordo" na parte inferior deste documento.

Obtenção de cópias impressas

A qualquer momento, você poderá solicitar de nós uma cópia impressa de qualquer registro fornecido ou disponibilizado eletronicamente por nós a você. Você poderá baixar e imprimir os documentos que lhe enviamos por meio do sistema DocuSign durante e imediatamente após a sessão de assinatura, e se você optar por criar uma conta de usuário DocuSign, você poderá acessá-los por um período de tempo limitado (geralmente 30 dias) após a data do primeiro envio a você. Após esse período, se desejar que enviemos cópias impressas de quaisquer desses documentos do nosso escritório para você, cobraremos de você uma taxa de R\$ 0.00 por página. Você pode solicitar a entrega de tais cópias impressas por nós seguindo o procedimento descrito abaixo.

Revogação de seu consentimento

Se você decidir receber de nós avisos e divulgações eletronicamente, você poderá, a qualquer momento, mudar de ideia e nos informar, posteriormente, que você deseja receber avisos e divulgações apenas em formato impresso. A forma pela qual você deve nos informar da sua decisão de receber futuros avisos e divulgações em formato impresso e revogar seu consentimento para receber avisos e divulgações está descrita abaixo.

Consequências da revogação de consentimento

Se você optar por receber os avisos e divulgações requeridos apenas em formato impresso, isto retardará a velocidade na qual conseguimos completar certos passos em transações que te envolvam e a entrega de serviços a você, pois precisaremos, primeiro, enviar os avisos e divulgações requeridos em formato impresso, e então esperar até recebermos de volta a confirmação de que você recebeu tais avisos e divulgações impressos. Para indicar a nós que você mudou de ideia, você deverá revogar o seu consentimento através do preenchimento do formulário "Revogação de Consentimento" da DocuSign na página de assinatura de um envelope DocuSign, ao invés de assiná-lo. Isto indicará que você revogou seu consentimento para receber avisos e divulgações eletronicamente e você não poderá mais usar o sistema DocuSign para receber de nós, eletronicamente, as notificações e consentimentos necessários ou para assinar eletronicamente documentos enviados por nós.

Todos os avisos e divulgações serão enviados a você eletronicamente

A menos que você nos informe o contrário, de acordo com os procedimentos aqui descritos, forneceremos eletronicamente a você, através da sua conta de usuário da DocuSign, todos os avisos, divulgações, autorizações, confirmações e outros documentos necessários que devam ser fornecidos ou disponibilizados a você durante o nosso relacionamento. Para mitigar o risco de você inadvertidamente deixar de receber qualquer aviso ou divulgação, nós preferimos fornecer todos os avisos e divulgações pelo mesmo método e para o mesmo endereço que você nos forneceu. Assim, você poderá receber todas as divulgações e avisos eletronicamente ou em formato impresso, através do correio. Se você não concorda com este processo, informe-nos conforme descrito abaixo. Por favor, veja também o parágrafo imediatamente acima, que descreve as consequências da sua escolha de não receber de nós os avisos e divulgações eletronicamente.

Como contatar a Companhia Ultragaz S/A - Sub-Account:

Você pode nos contatar para informar sobre suas mudanças de como podemos contatá-lo eletronicamente, solicitar cópias impressas de determinadas informações e revogar seu consentimento prévio para receber avisos e divulgações em formato eletrônico, conforme abaixo:

To contact us by email send messages to: angelica.nanni@ultragaz.com.br

Para nos contatar por e-mail, envie mensagens para: Companhia Ultragaz S/A - Sub-Account

Para informar seu novo endereço de e-mail a Companhia Ultragaz S/A - Sub-Account:

Para nos informar sobre uma mudança em seu endereço de e-mail, para o qual nós devemos enviar eletronicamente avisos e divulgações, você deverá nos enviar uma mensagem por e-mail para o endereço angelica.nanni@ultragaz.com.br e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail anterior, seu novo endereço de e-mail. Nós não solicitamos quaisquer outras informações para mudar seu endereço de e-mail. We do not require any other information from you to change your email address.

Adicionalmente, você deverá notificar a DocuSign, Inc para providenciar que o seu novo endereço de e-mail seja refletido em sua conta DocuSign, seguindo o processo para mudança de e-mail no sistema DocuSign.

Para solicitar cópias impressas a Companhia Ultragaz S/A - Sub-Account:

Para solicitar a entrega de cópias impressas de avisos e divulgações previamente fornecidos por nós eletronicamente, você deverá enviar uma mensagem de e-mail para angelica.nanni@ultragaz.com.br e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós cobraremos de você o valor referente às cópias neste momento, se for o caso.

Para revogar o seu consentimento perante a Companhia Ultragaz S/A - Sub-Account:



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM
Governador do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição

Nome Empresarial: COMPANHIA ULTRAGAZ S A
Número de Identificação do Registro: 3530003040-1
Natureza Jurídica: SOCIEDADE ANONIMA FECHADA

Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela

Nire	CNPJ	Endereço
4390037328-3	61.602.199/0232-44	RUA ANTONIO FREDERICO OZANAN, 1655, BAIRRO BRIGADEIRO, 92420-360, CANOAS/RS
4390087229-8	61.602.199/0259-64	RDV RSC 453, 32780, BAIRRO PIONEIRO, 95042-190, CAXIAS DO SUL/RS
4390111008-1	xxxxxxx	AVENIDA BRASIL OESTE, 3879, BAIRRO BOQUEIRAO, 99030-273, PASSO FUNDO/RS
4390110918-1	61.602.199/0065-87	AVENIDA FERNANDO OSORIO, 4777, BAIRRO TRES VENDAS, 96070-741, PELOTAS/RS
4390000922-1	61.602.199/0069-00	RUA FELIPE CAMARAO, 751, 4O ANDAR, BAIRRO BOM FIM, 90000-000, PORTO ALEGRE/RS
4390199360-9	61.602.199/0082-88	RUA MARIA CALCAGNO, 300, ESPACO B, BAIRRO PE DE PLATANO, 97110-480, SANTA MARIA/RS

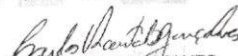
Último Arquivamento: 02/06/2021

Número: 7715492

Situação da filiais: ATIVA

Ato	002 - ALTERACAO
Evento(s)	2001 - ENTRADA DE SOCIO/ADMINISTRADOR
	2005 - SAIDA DE SOCIO/ADMINISTRADOR

Porto Alegre, 11 de Junho de 2021 15:59


CARLOS GONÇALVES
SECRETÁRIO-GERAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCISRS (<http://jucisrs.rs.gov.br>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

- 1) Validação por envio de arquivo (upload)
- 2) Validação visual (digite o nº C210000563500 e visualize a certidão)



21/194.527-7



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

**CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS
COM EFEITO DE NEGATIVA**

Nome: COMPANHIA ULTRAGAZ S A (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 61.602.199/0232-44

Certidão nº: 4748026/2021

Expedição: 03/02/2021, às 14:14:15

Validade: 01/08/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **COMPANHIA ULTRAGAZ S A (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **61.602.199/0232-44**, CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em face do inadimplemento de obrigações estabelecidas no(s) processo(s) abaixo, com débito garantido ou exigibilidade suspensa:

0208600-41.2006.5.02.0032 - TRT 02ª Região **

**** Débito com exigibilidade suspensa.**

Total de processos: 1.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

A Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, com os mesmos efeitos da negativa (art. 642-A, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho), atesta a existência de registro do CPF ou do CNPJ da pessoa sobre quem versa a certidão no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, cujos débitos estejam com exigibilidade suspensa ou garantidos por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.

[Voltar](#)[Imprimir](#)**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF****Inscrição:** 61.602.199/0232-44**Razão Social:** COMPANHIA ULTRAGAZ SA**Endereço:** RUA ANTONIO FREDER. OZANAN 1655 / BRIGADEIRO / CANOAS / RS /
92420-360

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 13/04/2021 a 10/08/2021**Certificação Número:** 2021041309494635536342

Informação obtida em 03/05/2021 08:53:52

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 61.602.199/0232-44 FILIAL	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 22/08/1991
NOME EMPRESARIAL COMPANHIA ULTRAGAZ S A		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 46.82-6-00 - Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP)		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 33.19-8-00 - Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente 43.29-1-99 - Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente 52.11-7-99 - Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis 71.19-7-03 - Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia 71.20-1-00 - Testes e análises técnicas 74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários 74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente 77.40-3-00 - Gestão de ativos intangíveis não-financeiros 78.30-2-00 - Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros 82.92-0-00 - Envasamento e empacotamento sob contrato 82.99-7-01 - Medição de consumo de energia elétrica, gás e água		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada		
LOGRADOURO R ANTONIO FREDER. OZANAN	NÚMERO 1655	COMPLEMENTO *****
CEP 92.420-360	BAIRRO/DISTRITO BRIGADEIRO	MUNICÍPIO CANÓAS
ENDEREÇO ELETRÔNICO		UF RS
TELEFONE		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **20/05/2021** às **08:47:18** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 61.602.199/0232-44 FILIAL	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 22/08/1991
NOME EMPRESARIAL COMPANHIA ULTRAGAZ S A		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 46.82-6-00 - Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP)		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 33.19-8-00 - Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente 43.29-1-99 - Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente 52.11-7-99 - Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis 71.19-7-03 - Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia 71.20-1-00 - Testes e análises técnicas 74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários 74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente 77.40-3-00 - Gestão de ativos intangíveis não-financeiros 78.30-2-00 - Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros 82.92-0-00 - Envasamento e empacotamento sob contrato 82.99-7-01 - Medição de consumo de energia elétrica, gás e água		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada		
LOGRADOURO R ANTONIO FREDER. OZANAN	NÚMERO 1655	COMPLEMENTO *****
CEP 92.420-360	BAIRRO/DISTRITO BRIGADEIRO	MUNICÍPIO CANOAS
ENDEREÇO ELETRÔNICO		UF RS
TELEFONE		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **20/05/2021** às **08:47:18** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA



DIRETORIA DE ATENDIMENTO E ARRECADAÇÃO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

CADASTRO ECONÔMICO : 44191

N.º 13886 / 2021

CONTRIBUINTE

COMPANHIA ULTRAGAZ S A

LOGRADOURO/NÚMERO/COMPLEMENTO

RUA ANTONIO FREDERICO OZANAN, 1655

BAIRRO

BRIGADEIRA

CIDADE

CANOAS

CEP

92420360

CPF/CNPJ

61.602.199/0232-44

PROTOCOLO

0 26/04/21

VALIDADE

25/07/21

DATA DE EXPEDIÇÃO

26/04/21

N.º DE AUTENTICIDADE

949.A0E.54C.23F

Ressalvado o direito da Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer créditos que vierem a ser apurados, certificamos que revendo o cadastro fazendário municipal não constatamos débitos vencidos relativos ao contribuinte acima identificado.

OBSERVAÇÕES

Certidão emitida as 09:34:51 do dia 26/04/2021

Verifique atentamente as informações descritas nesta certidão



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL

Certidão de Situação Fiscal nº 0016931730

Identificação do titular da certidão:

Nome: **CIA ULTRAGAZ S A**

Endereço: **RUA ANTONIO FREDERICO OZANAN, 1655, S/C
BRIGADEIRA, CANOAS - RS**

CNPJ: **61.602.199/0232-44**

Certificamos que, aos **02** dias do mês de **JUNHO** do ano de **2021**, revendo os bancos de dados da Secretaria da Fazenda, o titular acima enquadra-se na seguinte situação:

CERTIDAO NEGATIVA

Descrição dos Débitos/Pendências:

Esta certidão NÃO É VÁLIDA para comprovar;

a) a quitação de tributos devidos mensalmente e declarados na Declaração Anual de Simples Nacional (DASN) e no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D) pelos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;

b) em procedimento judicial e extrajudicial de inventário, de arrolamento, de separação, de divórcio e de dissolução de união estável, a quitação de ITCD, Taxa Judiciária e ITBI, nas hipóteses em que este imposto seja de competência estadual (Lei nº 7.608/81).

No caso de doação, a Certidão de Quitação do ITCD deve acompanhar a Certidão de Situação Fiscal.

Esta certidão constitui-se em meio de prova de existência ou não, em nome do interessado, de débitos ou pendências relacionados na Instrução Normativa nº 45/98, Título IV, Capítulo V, 1.1.

A presente certidão não elide o direito de a Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul proceder a posteriores verificações e vir a cobrar, a qualquer tempo, crédito que seja assim apurado.

Esta certidão é válida até 31/7/2021.

Certidão expedida gratuitamente e com base na IN/DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V.

Autenticação: 0026813647

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada em <https://www.sefaz.rs.gov.br>.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: COMPANHIA ULTRAGAZ S A
CNPJ: 61.602.199/0001-12

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:42:05 do dia 05/03/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 01/09/2021.

Código de controle da certidão: **50B4.2C88.E140.032E**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Nova Consulta



Preparar página
para impressão



02/06/2021

0048741260

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

**CERTIDÃO Nº: 9329834****FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 01/06/2021, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

COMPANHIA ULTRAGAZ S.A, CNPJ: 61.602.199/0001-12, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custos.

São Paulo, 2 de junho de 2021.

PEDIDO Nº:

0048741260





CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL NEGATIVA

À vista dos registros constantes nos sistemas de Informática do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul é expedida a presente certidão por não constar distribuição de ação falimentar, concordatária, recuperação judicial e extrajudicial em tramitação contra a seguinte parte interessada:
COMPANHIA ULTRAGAZ S.A. *****
CNPJ: 61.602.199/0232-44*****

Canoas, 02 de junho de 2021, às 17h09min



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DOCUMENTO ASSINADO POR

RIO GRANDE DO SUL PODER JUDICIARIO

DATA

02/06/2021 17h09min



Este é um documento eletrônico assinado digitalmente conforme Lei Federal nº 11.419/2006 de 19/12/2006, art. 1º, parágrafo 2º, inciso III.

Para conferência do conteúdo deste documento, acesse, na internet, o endereço <https://www.tjrs.jus.br/verificadocs> e digite o seguinte

número verificador: 0001202135891





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS
DIVISÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATESTADO

ATESTAMOS para os devidos fins, que a COMPANHIA ULTRAGAZ S.A, estabelecida em Canoas, na Rua Antonio Frederico Ozanan, 1655, inscrita no CNPJ sob o nº 61.602.199/0232-44, forneceu nos anos de 2006, até a presente data, para a SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS – SUSEPE- SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, situada na rua Voluntários da Pátria 1358 na cidade de Porto Alegre/RS, inscrita no CNPJ sob o nº 087.958.583/0004-99, por meio do Termo de Contrato de Fornecimento nº 001/2006-SUSEPE datado de 23 de janeiro de 2006 e seus Termos de Aditivos, datados de 23/01/2006 para Fornecimento no ano 2007, 01/12/2006 para Fornecimento no ano de 2008, 29/12/2008 para fornecimento no ano de 2009 e 28/12/2009 para Fornecimento no ano 2010 e 23/12/2010 para Fornecimento no ano de 2011, os seguintes materiais abaixo relacionados como segue:

- A) 62 (Sessenta e duas) cargas de GLP – Gás Liquefeito de Petróleo do Tipo P-02 Kilos.
- B) 3.724 (Três mil, setecentos e vinte e quatro) cargas de GLP - Gás Liquefeito de Petróleo do Tipo P-13 Kilos.
- C) 9.926 (Nove mil, novecentos e vinte e seis) cargas de GLP - Gás Liquefeito de Petróleo do Tipo P-45 Kilos.
- D) 2.723.540 (Dois milhões, setecentos e vinte e três mil e quinhentos e quarenta) kilos de GLP de GLP – Gás Liquefeito de Petróleo do Tipo a GRANEL.

Atestamos ainda, que os fornecimentos estão sendo executados, satisfatoriamente não existido em nossos registros até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Porto Alegre, 22 de outubro de 2012.

Giovani Mota Moreira,
Diretor Administrativo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ PR
AUTENTICAÇÃO
O PRESENTE É CÓPIA AUTÊNTICA DO ORIGINAL
IVAÍ, 13/02/2013
COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

EM BRANCO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI - PR
AUTENTICAÇÃO
O PRESENTE É CÓPIA AUTÊNTICA DO ORIGINAL
IVAÍ, 13/02/2021
COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

VALDECIR RODRIGUES VIEIRA
TABELÃO DESIGNADO

Rua Gonçalves Dias, 69 Canoas - RS - 93030-050 - Fone: (51) 3472-5594

CANOAS



AUTENTICAÇÃO
AUTENTICO a presente cópia reprográfica extraída nestas notas a qual confere com o original. Data: Selo: 0099.01 1900005 52847

Canoas, 6 de dezembro de 2019 - 55
Emol: R\$ 4,90 + Selo digital: R\$ 1,40 13:52:32 2618300

Valdeci assinou sua emenda no sistema



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE CANOAS

Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

Canoas, 07 de agosto de 2014

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a Empresa CIA ULTRAGAZ S/A, CNPJ 61.602.199/0232-44 estabelecida em Canoas/RS, na Rua Antônio F. Ozanan, nº 1655 – Brigadeira – Canoas/RS, através do PREGÃO ELETRÔNICO nº 128/2013, REGISTRO DE PREÇOS 77/2013, forneceu à esta Administração Pública: Cargas de Gás Liquefeito de Petróleo, Botijões Tipo P-45, quantidade de 4.200 Unidades e Cargas de Gás Liquefeito de Petróleo, Botijões Tipo P-13, quantidade de 2.832 unidades, valor total do registro de preços R\$ 533.070,00 (Quinhentos e trinta e três mil e setenta reais).

Informamos ainda que os serviços foram executados dentro dos padrões de qualidade e prazos contratados, nada havendo que desabone sua conduta.



Marta Romana V. Rufatto
Secret. Municipal de
Planejamento e Gestão
Mat. 010050-9

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ DO
AUTENTICAÇÃO
O PRESENTE É CÓPIA AUTÊNTICA DO ORIGINAL
IVAÍ, 13 / 07 / 2014
COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

EM BRANCO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ PR
AUTENTICAÇÃO
O PRESENTE É CÓPIA AUTÊNTICA DO ORIGINAL
IVAÍ, 13 / 07 / 2021
COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

VALDECIR RODRIGUES VIEIRA
TABELÃO DESIGNADO
Rua Gonçalves Dias, 95 Canoas - RS - 92010-250 - Fone: (51) 3472.5541



AUTENTICAÇÃO
AUTENTICO a presente cópia reprográfica extraída nestas notas a qual confere com o original. Dou fe. Selo 0099.01.1900005.52790
Canoas, 6 de dezembro de 2019 - 55
Emot: R\$ 4,90 + Selo digital R\$ 1,40 13:51:07 2618296

Valde decore a com a data em 2019/12/06

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR
IVAÍ-PR

PROPOSTAS DO PROCESSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 090/2021
Processo Administrativo Nº 113/2021
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: WELTON ADEMIR FERREIRA
Data de Publicação: 01/06/2021 09:49:36

LOTE 1

Item: 1 Quant.: 250 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 100,00
Descrição: CARGA DE GÁS GLP P13

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 032	ULTRAGAZ / ULTRAGAZ	100,00
PARTICIPANTE 075	PROPRIO / PROPRIO	100,00

Item: 2 Quant.: 100 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 360,00
Descrição: CARGA DE GÁS GLP P45

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 032	ULTRAGAZ / ULTRAGAZ	360,00
PARTICIPANTE 075	PROPRIO / PROPRIO	360,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR
IVAÍ-PR

VENCEDORES DO PROCESSO - FINAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 090/2021
Processo Administrativo Nº 113/2021
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: WELTON ADEMIR FERREIRA
Data de Publicação: 01/06/2021 09:49:36

TOTAL DO PROCESSO: 51.250,00

COMPANHIA ULTRAGAZ S.A

61.602.199/0232-44

51.250,00

LOTE 1	Quant.: 1	Num: 032	51.250,00	Total: 51.250,00
Item: 1	Unidade: UNIDADE	Marca: ULTRAGAZ	Modelo: ULTRAGAZ	
Descrição: CARGA DE GÁS GLP P13				
Quantidade: 250	Valor Unit.: 84,0164			Total Item: 21.004,10
Item: 2	Unidade: UNIDADE	Marca: ULTRAGAZ	Modelo: ULTRAGAZ	
Descrição: CARGA DE GÁS GLP P45				
Quantidade: 100	Valor Unit.: 302,459			Total Item: 30.245,90

PREGOEIRO: WELTON ADEMIR FERREIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR
IVAÍ-PR

CLASSIFICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 090/2021
Processo Administrativo Nº 113/2021
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: WELTON ADEMIR FERREIRA
Data de Publicação: 01/06/2021 09:49:36

LOTE 1 - ADJUDICADO
CARGAS DE GÁS

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1	Unidade: UNIDADE	Marca: ULTRAGAZ	Modelo: ULTRAGAZ
Descrição: CARGA DE GÁS GLP P13			
Quantidade: 250	Valor Unit.: 84,0164	Valor Total: 21.004,10	
Item: 2	Unidade: UNIDADE	Marca: ULTRAGAZ	Modelo: ULTRAGAZ
Descrição: CARGA DE GÁS GLP P45			
Quantidade: 100	Valor Unit.: 302,459	Valor Total: 30.245,90	

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
1 COMPANHIA ULTRAGAZ S.A	032	61.602.199/0232-44	61.000,00	51.250,00	Não
2 CASIMIRO GRABICOSKI PINTO	075	84.943.182/0001-24	61.000,00	54.000,00	Sim

DECLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	----

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	----



PREGOEIRO: WELTON ADEMIR FERREIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR
IVAÍ-PR

ATA DE SESSÃO - DISPUTA - Parte 1 de 1

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 090/2021
Processo Administrativo Nº 113/2021
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: WELTON ADEMIR FERREIRA
Data de Publicação: 01/06/2021 09:49:36

MOVIMENTOS DO PROCESSO

01/06/2021 11:22:23 REQUERIMENTO DE IMPUGNAÇÃO COMPANHIA ULTRAGAZ S.A (61.602.199/0232-44)

IMPUGNAÇÃO - FALTA DE DOCUMENTOS TÉCNICOS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90/2021

01/06/2021 11:22:58 ESCLARECIMENTO REQUERIDO COMPANHIA ULTRAGAZ S.A (61.602.199/0232-44)

Bom Dia!

Ao Senhor(a) Pregoeiro(a) e à equipe de apoio da Comissão de Licitação, venho, por meio deste e-mail, encaminhar um breve questionamento referente ao Processo Licitatório Nº 90/2021.

Nossa empresa utiliza a forma de operacionalização à entrega das (Re)Cargas de Gás GLP o sistema via "Vale-Gás Ultragaz" de P-02, P-05, P-13, P-20 e P-45, onde, após o recebimento da Nota de Empenho iremos emitir e enviar para o Órgão a Nota Fiscal juntamente com os Vales, de acordo com sua necessidade. Se possível, a solicitação deve ser conforme consumo mensal.

Em posse destes, os mesmos irão entrar em contato com o Supervisor/Consultor da Ultragaz de sua cidade e/ou região e irão efetuar a troca dos Vales pelas (Re)Cargas de Gás, posterior a isto, a Nota Fiscal será encaminhada para pagamento. Salientamos que, esta forma de operacionalização dará mais celeridade nas entregas das (Re)Cargas de Gás GLP, não alterando o objeto ou o prazo de entrega estabelecido no edital.

Deste modo, nossa dúvida é saber se este Órgão, aceita ou recusa esta forma de entrega.

07/06/2021 16:15:01 CADASTRO DE PROPOSTA CASIMIRO GRABICOSKI PINTO

08/06/2021 10:53:24 RESPOSTA DE ESCLARECIMENTO PREGOEIRO

Bom dia! Conforme contato telefônico, referente ao questionamento o qual diz respeito ao sistema de vale-compras, se a empresa vier a ser vencedora do certame, a prefeitura ira aderir à essa forma de entrega.

09/06/2021 14:28:00 PROCESSO SUSPENSO PREGOEIRO

Motivo: readequação ao edital

30/06/2021 15:33:46 MENSAGEM PREGOEIRO

PROCESSO RETOMADO. Motivo: EDITAL RETIFICADO

01/07/2021 13:56:43 CADASTRO DE PROPOSTA COMPANHIA ULTRAGAZ S.A

01/07/2021 14:16:02 ALTERAÇÃO DE PROPOSTA COMPANHIA ULTRAGAZ S.A

13/07/2021 10:02:20 ALTERAÇÃO DE PROPOSTA CASIMIRO GRABICOSKI PINTO

LOTE 1 - HABILITAÇÃO
CARGAS DE GÁS

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1	Unidade: UNIDADE	Marca: ULTRAGAZ	Modelo: ULTRAGAZ	
Descrição: CARGA DE GÁS GLP P13				
Quantidade: 250		Valor Unit.: 84,00		Valor Total: 21.000,00
Item: 2	Unidade: UNIDADE	Marca: ULTRAGAZ	Modelo: ULTRAGAZ	
Descrição: CARGA DE GÁS GLP P45				
Quantidade: 100		Valor Unit.: 303,00		Valor Total: 30.300,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
1 COMPANHIA ULTRAGAZ S.A	032	61.602.199/0232-44	61.000,00	51.300,00	Não
2 CASIMIRO GRABICOSKI PINTO	075	84.943.182/0001-24	61.000,00	54.000,00	Sim

DECLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	----

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR
IVAÍ-PR

INABILITADOS

Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
MOVIMENTOS DO LOTE				
01/06/2021 09:49:36	PUBLICADO			
01/06/2021 09:55:00	RECEPÇÃO DE PROPOSTAS			
09/06/2021 14:28:00	SUSPENSO			
30/06/2021 15:33:46	ANÁLISE DE PROPOSTAS			
30/06/2021 15:33:57	RECEPÇÃO DE PROPOSTAS			
13/07/2021 13:00:00	ANÁLISE DE PROPOSTAS			
13/07/2021 13:31:47	DISPUTA			
13/07/2021 13:31:47	LANCE CASIMIRO GRABICOSKI PINTO (PARTICIPANTE 075)			61.000,00
13/07/2021 13:31:47	LANCE COMPANHIA ULTRAGAZ S.A (PARTICIPANTE 032)			61.000,00
13/07/2021 13:35:36	LANCE CASIMIRO GRABICOSKI PINTO (PARTICIPANTE 075)			60.500,00
13/07/2021 13:38:15	LANCE COMPANHIA ULTRAGAZ S.A (PARTICIPANTE 032)			57.475,00
13/07/2021 13:39:02	LANCE CASIMIRO GRABICOSKI PINTO (PARTICIPANTE 075)			57.000,00
13/07/2021 13:39:40	LANCE COMPANHIA ULTRAGAZ S.A (PARTICIPANTE 032)			54.150,00
13/07/2021 13:40:54	LANCE CASIMIRO GRABICOSKI PINTO (PARTICIPANTE 075)			54.000,00
13/07/2021 13:40:54	PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA			
13/07/2021 13:41:16	LANCE COMPANHIA ULTRAGAZ S.A (PARTICIPANTE 032)			51.300,00
13/07/2021 13:43:16	NOTIFICAÇÃO SISTEMA			
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é COMPANHIA ULTRAGAZ S.A				
13/07/2021 13:43:16	HABILITAÇÃO			



PREGOEIRO: WELTON ADEMIR FERREIRA



Equiplano

Município de Ivaí - 2021
Classificação por Fornecedor
Pregão 90/2021

Página:1

Item	Produto/Serviço	UN.	Quantidade	Status	Marca	Modelo	Preço Unitário	Preço Total	Sel
Fornecedor: 135118-4 COMPANHIA ULTRAGAZ S.A. CNPJ: 01.002.193/0232-44 Telefone: 0130921053 Status: Habilitado 51.250,00									
Email: licitacoes.ferraz@terra.com.br									
Representante: 135131-1 JOSÉ VILMAR DE OLIVEIRA									
Lote 001 - CARGA DE GÁS								51.250,00	
001	41496 CARGA DE GÁ GLP P13	CA	250,00	Classificado	ULTRAGAZ	ULTRAGAZ	91,00	22.750,00	*
	CARGA DE GÁ GLP P13								
002	41497 CARGA DE GÁS GLP P45	CA	100,00	Classificado	ULTRAGAZ	ULTRAGAZ	285,00	28.500,00	*
	CARGA DE GÁS GLP P45								
VALOR TOTAL:							51.250,00		

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222– 84460-000 – Ivaí - PR

ATA DA SESSÃO PÚBLICA Nº 138/2021

Licitação nº 113/2021

Pregão nº 090/2021

Processo eletrônico nº 090/2021

Objeto: Aquisição de 250 unidades de cargas de gás GPL P13 e 100 unidades de cargas de gás GPL P45 para as Secretarias Municipais.

Em 13 (treze) de julho de 2021 (dois mil e vinte e um), às 13h31 min, no departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Ivaí – Rua Rui Barbosa, 606, Centro, Ivaí – Pr, o Pregoeiro Welton Ademir Ferreira, junto com a Equipe de Apoio composta por André Luis Prado Pereira e Cristiane Kovalczuk, designados pela Portaria Municipal nº 118/2021 de 28/06/2021, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 02/07/2021, a fim de realizar os procedimentos da Sessão de Pregão acima mencionada, de acordo com o edital e seus anexos, publicados em 22 de junho, foi instalada a sessão de abertura e julgamento do tipo MENOR PREÇO, realizado através do endereço eletrônico bllcompras.com conforme Decreto 10.024/2019 da Lei 8.666/93, contendo 01 lote e 02 item, conforme autorização do senhor Idir Treviso – Prefeito Municipal de Ivaí.

Durante o período de avaliação da proposta, o Pregoeiro, assessorado pela Equipe de Apoio, verificou que o conteúdo da proposta estava em conformidade com as exigências do edital, sendo a empresa classificada e considerada apta para a fase de lances.

Ao término do prazo para envio das propostas, às 13h00min do dia 13/07/2021 e após a fase de lances iniciado às 09h30min, foi identificada as seguintes empresas participantes:

COMPANHIA ULTRAGAZ S.A

CASIMIRO GRABICOSKI PINTO

Depois de analisada a documentação referente à Habilitação as empresas abaixo estão habilitada por atender todos os requisitos do Edital e foi vencedora do certame, conforme o quadro a seguir:

LOTE	NOME/RAZÃO SOCIAL	VALOR INICIAL	VALOR FINAL
001	COMPANHIA ULTRAGAZ S.A	R\$ 61.000,00	R\$51.250,00
001	CASIMIRO GRABICOSKI PINTO	R\$ 61.000,00	R\$ 54.000,00

O certame foi finalizado com o valor de R\$ 51.250,00


Aberto o prazo para manifestação quanto à intenção de recurso às 14:03:33 com término às 14:18:33, não houve manifestação de Recurso, ficando a empresa adjudicada.

Sem mais considerações, a Sessão foi encerrada às 14h22 min, pelo Pregoeiro e equipe de apoio de licitações, e esta ata, após a leitura e concordância com os termos aqui expostos, foi devidamente assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, sendo encaminhada ao Executivo Municipal para as providências cabíveis.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222– 84460-000 – Ivaí - PR



Welton Ademir Ferreira – Pregoeiro Municipal



André Luis Prado Pereira - Equipe de Apoio



Cristiane Kovalczuk – Equipe de Apoio



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO

113/2021

PREGÃO ELETRÔNICO

090/2021

PROCESSO ELETRÔNICO

090/2021

OBJETO: Aquisição de 250 unidades de cargas de gás GPL P13 e 100 unidades de cargas de gás GPL P45 para as Secretarias Municipais.

VALOR UNITÁRIO GLP P13: R\$ 91,00

VALOR UNITÁRIO GLP P45: R\$ 285,00

VALOR GLOBAL: R\$ 51.250,00

LICITANTE VENCEDOR

- **COMPANHIA ULTRAGAZ S.A**

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Adjudico o resultado do Processo Licitatório supra ao licitante vencedor, observadas as demais disposições pertinentes.

IVAÍ/PR, 13 DE JULHO DE 2021.


WELTON ADEMIR FERREIRA
PREGOEIRO MUNICIPAL.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

MEMO/2021

Ivaí - PR, 13 de JULHO de 2021.

DE: SETOR DE LICITAÇÕES

PARA: PROCURADORIA JURIDICA

Pelo presente encaminho a Vossa Senhoria para análise e emissão de parecer jurídico, o processo da **Licitação Nº 138/2021**, modalidade **PREGÃO Nº 090/2021**, **Processo eletrônico Nº 090/2021** para fins de subsidiar o procedimento de homologação.

Cordialmente,


WELTON ADEMIR FERREIRA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivai - PR

Site: www.ivai.pr.gov.br email: licitacao@ivai.pr.gov.br

ASSESSORIA JURÍDICA

INTERESSADO: Encarregado do setor de licitações

ASSUNTO: Parecer sobre julgamento de licitação.

O Encarregado do Setor de Licitações, **WELTON ADEMIR FERREIA** solicita o pronunciamento desta assessoria jurídica acerca do julgamento da **Licitação Nº 113/2021**, modalidade de **PREGÃO Nº 090/2021**, **Processo eletrônico Nº 090/2021**.

Analisando a documentação constante no processo do certame e a ata de licitação, está assessoria jurídica opina pela regularidade do julgamento efetivando no certame em tela.

Ivaí - PR, 13 de JULHO de 2021.



WILSON ARIEL EIDAM
PROCURADOR MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO

113/2021

PREGÃO ELETRÔNICO

090/2021

PROCESSO ELETRÔNICO

090/2021

OBJETO: Aquisição de 250 unidades de cargas de gás GPL P13 e 100 unidades de cargas de gás GPL P45 para as Secretarias Municipais.

VALOR UNITÁRIO GLP P13: R\$ 91,00

VALOR UNITÁRIO GLP P45: R\$ 285,00

VALOR GLOBAL: R\$ 51.250,00

LICITANTE VENCEDOR

• **COMPANHIA ULTRAGAZ S.A**

Do Processo Licitatório supra, de conformidade com o julgamento do Pregoeiro Municipal, confirmando a adjudicação da licitação ao(s) licitante(s) vencedor (es), observado as demais disposições pertinentes.

IVAÍ/PR, 16 DE JULHO DE 2021.

IDIR TREVISIO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por:
Edson Domareski
Código Identificador:4EBD334D

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 150/2021 CONCORRÊNCIA
PÚBLICA Nº 003/2021 (LEI FEDERAL Nº 8.666/93) TIPO DE
LICITAÇÃO: MELHOR TÉCNICA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 150/2021
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2021
(Lei Federal nº 8.666/93)

Tipo de licitação: MELHOR TÉCNICA

OBJETO: Concessão De Direito Real de Uso de Terreno Público para instalação de empresa na área Industrial do Município localizado no Distrito industrial da Linha Gonçalves Junior, S/N, no imóvel sob Matrícula nº 15.646 do Cartório de Registro de Imóveis de Imbituva/PR, tendo uma área de 2.007,18m² - Espaço 05.

Sessão de julgamento: 03/09/2021 às 09h00min.

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR - Rua Rui Barbosa, 606 - Centro - Ivai - PR - fone - (42) - 3247-1222 - ramal 216 - site: www.ivai.pr.gov.br

Ivai, 19 de julho de 2021.

WELTON ADEMIR FERREIRA

Presidente da Comissão Municipal de Licitação

Publicado por:
Andreia Malicz Skeika
Código Identificador:78F65892

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 151/2021 PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 112/2021 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 112/2021 (LEI
FEDERAL Nº 8.666/93 E DECRETO 10.024/19). TIPO DE
LICITAÇÃO: MENOR PREÇO.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 151/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 112/2021
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 112/2021
(Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto 10.024/19).

Tipo de licitação: MENOR PREÇO.

OBJETO: Aquisição de recarga para os extintores de incêndio, visando atender as necessidades de todas as Secretarias e Departamentos da Administração Municipal.

Dotação Orçamentária:

03001041220402200733903000000 0250

05001206062001201433903000000 0590

06001123611201202633903000000 1000

08001103011001204233903000000 1890

10002267822601107033903000000 3120

09002082440801205333903000000 2600

Data limite para acolhimento de PROPOSTA: 30/07/2021 - 09h00min.

Data de início da fase de LANCES: 30/07/2021 - a partir das 09h30min.

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Dpto. Mun. de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR - Rua Rui Barbosa, 606 - Centro - Ivai - Pr - fone - (42) - 3247-1222 - ramal 216 - site: www.ivai.pr.gov.br

Ivai, 19 de julho de 2021.

WELTON ADEMIR FERREIRA

Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Andreia Malicz Skeika
Código Identificador:E30DCF57

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 152/2021 PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 113/2021 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 113/2021 (LEI
FEDERAL Nº 8.666/93 E DECRETO 10.024/19). TIPO DE
LICITAÇÃO: MENOR PREÇO.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 152/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 113/2021
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 113/2021
(Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto 10.024/19).

Tipo de licitação: MENOR PREÇO.

OBJETO: Aquisição de cartilhas personalizadas e coloridas abordando o tema "Coronavírus", para ser entregue gratuitamente a todos os alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino.

Dotação Orçamentária:

06001123651202203033903200000 1220

Data limite para acolhimento de PROPOSTA: 02/08/2021 - 09h00min.

Data de início da fase de LANCES: 02/08/2021 - a partir das 09h30min.

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Dpto. Mun. de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR - Rua Rui Barbosa, 606 - Centro - Ivai - Pr - fone - (42) - 3247-1222 - ramal 216 - site: www.ivai.pr.gov.br

Ivai, 19 de julho de 2021.

WELTON ADEMIR FERREIRA

Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Andreia Malicz Skeika
Código Identificador:22E49B31

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO
Nº 113/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 090/2021 PROCESSO
ELETRÔNICO Nº 090/2021 (LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E
DECRETO 10.024/2019) TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR
PREÇO.

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
LICITAÇÃO Nº 113/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 090/2021

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 090/2021

(Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto 10.024/2019)

Tipo de licitação: MENOR PREÇO.

OBJETO: Aquisição de 250 unidades de cargas de gás GPL P13 e 100 unidades de cargas de gás GPL P45 para as Secretarias Municipais.

VALOR UNITÁRIO GLP P13: R\$ 91,00

VALOR UNITÁRIO GLP P45: R\$ 285,00

VALOR GLOBAL: R\$ 51.250,00

PARTICIPANTE HABILITADO E ADJUDICADO:

• COMPANHIA ULTRAGAZ S.A

HOMOLOGAÇÃO: 16.07.2021

IDIR TREVISIO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Andreia Malicz Skeika
Código Identificador:EA368DC6

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO
Nº 136/2021 TOMADA DE PREÇOS Nº 028/2021 (LEI
FEDERAL Nº 8.666/93) TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR
PREÇO.

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
LICITAÇÃO Nº 136/2021

TOMADA DE PREÇOS Nº 028/2021

(Lei Federal nº 8.666/93)

Tipo de licitação: MENOR PREÇO.

CLASSIFICADOS

Avisos

COMUNICADO DE RECEBIMENTO DA RENOVACÃO DA LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO

A.L.S. Comércio Atacadista de Produtos de Extração Mineral Ltda. torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Ponta Grossa - PR, a Renovação da Licença Ambiental de Operação nº 17658/2021 com validade até 07/07/2023, para a extração de cascalho implantada na localidade denominada Mato Queimado - Cascalheiro do Vilson, Distrito de Itaipoca, Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

COMUNICADO DE RECEBIMENTO DA RENOVACÃO DA LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO

A.L.S. Comércio Atacadista de Produtos de Extração Mineral Ltda. torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Ponta Grossa - PR, a Renovação da Licença Ambiental de Operação, nº 14533/2021 com validade até 16/06/2023 para a extração de cascalho, situada na localidade denominada Mato Queimado - Serraria, Distrito de Itaipoca, Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA

A empresa RM AVANTE COMERCIAL AGRÍCOLA LTDA, torna público que recebeu do Instituto Água e Terra - IAT, a Licença Prévia de nº 243736, com validade até 05/07/2023, para atividade de armazenagem de produtos agrícolas, seus componentes e afins, localizada na Rua Avelino Antonio Vieira, Nº116, bairro Boa Vista, município de Ponta Grossa - PR.

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA SIMPLIFICADA

MACPONTA MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA torna público que recebeu do IAT, a Licença Simplificada para o comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças a ser implantada na RODOVIA PARIGOT DE SOUZA, S/N - LAGOA - 84990-000 - Arapoti/PR.

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

A empresa RM AVANTE COMERCIAL AGRÍCOLA LTDA, vem através desta solicitar ao Instituto Água e Terra - IAT, o requerimento de Licença de Instalação para atividade de armazenagem e comércio de agroalimentos e outros produtos agrícolas, localizada na Rua Avelino Antonio Vieira, Nº116, bairro Boa Vista, município de Ponta Grossa - PR.

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA

MACPONTA MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Licença Prévia para o comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças a ser implantada na BR 277 KM 237, S/N, Lote 459-B - Nhapindazal - 84500-000 - Itaiti/PR.

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA SIMPLIFICADA

MACPONTA MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Renovação de Licença Simplificada para o comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças implantada na RODOVIA PARIGOT DE SOUZA, S/N - LAGOA - 84990-000 - Arapoti/PR.

Agência do Trabalhador de Ponta Grossa

3220-1070

AGENTE DE TRANSPORTE

Das 08h às 16h. Use o aplicativo sine fáci! ou o site empregabasil.mte.gov.br. Rua Dr. Colares, 354.

ALMOXARIFE

Das 08h às 16h. Use o aplicativo sine fáci! ou o site empregabasil.mte.gov.br. Rua Dr. Colares, 354.

ANALISTA DE RECURSOS HUMANOS

Das 08h às 16h. Use o aplicativo sine fáci! ou o site empregabasil.mte.gov.br. Rua Dr. Colares, 354.

ANALISTA DE SERVICE DESK

Das 08h às 16h. Use o aplicativo sine fáci! ou o site empregabasil.mte.gov.br. Rua Dr. Colares, 354.

ANALISTA EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Das 08h às 16h. Use o aplicativo sine fáci! ou o site empregabasil.mte.gov.br. Rua Dr. Colares, 354.

ATENDENTE DE BALCÃO

Das 08h às 16h. Use o aplicativo sine fáci! ou o site empregabasil.mte.gov.br. Rua Dr. Colares, 354.

AUXILIAR DE COZINHA

Das 08h às 16h. Use o aplicativo sine fáci! ou o site empregabasil.mte.gov.br. Rua Dr. Colares, 354.

AUXILIAR DE LAVANDERIA

Das 08h às 16h. Use o aplicativo sine fáci! ou o site empregabasil.mte.gov.br. Rua Dr. Colares, 354.

AUXILIAR DE MARCENEIRO

Das 08h às 16h. Use o aplicativo sine fáci! ou o site empregabasil.mte.gov.br. Rua Dr. Colares, 354.

BANHISTA DE ANIMAIS DOMÉSTICOS

Das 08h às 16h. Use o aplicativo sine fáci! ou o site empregabasil.mte.gov.br. Rua Dr. Colares, 354.

BIOMÉDICO

Das 08h às 16h. Use o aplicativo sine fáci! ou o site empregabasil.mte.gov.br. Rua Dr. Colares, 354.

BOBINADOR - ELETRICISTA

Das 08h às 16h. Use o aplicativo sine fáci! ou o site empregabasil.mte.gov.br. Rua Dr. Colares, 354.

BOBINADOR ELETRICISTA, À MÃO

Das 08h às 16h. Use o aplicativo sine fáci! ou o site empregabasil.mte.gov.br. Rua Dr. Colares, 354.

CARPINTIRO

Das 08h às 16h. Use o aplicativo sine fáci! ou o site empregabasil.mte.gov.br. Rua Dr. Colares, 354.

CARPINTIRO (OBRAS)

Das 08h às 16h. Use o aplicativo sine fáci! ou o site empregabasil.mte.gov.br. Rua Dr. Colares, 354.

CONFITEIRO

Das 08h às 16h. Use o aplicativo sine fáci! ou o site empregabasil.mte.gov.br. Rua Dr. Colares, 354.

CONSULTOR DE VENDAS

Das 08h às 16h. Use o aplicativo sine fáci! ou o site empregabasil.mte.gov.br. Rua Dr. Colares, 354.

CORRETOR DE IMÓVEIS

Das 08h às 16h. Use o aplicativo sine fáci! ou o site empregabasil.mte.gov.br. Rua Dr. Colares, 354.

COSTUREIRA EM GERAL

Das 08h às 16h. Use o aplicativo sine fáci! ou o site empregabasil.mte.gov.br. Rua Dr. Colares, 354.

COZINHEIRO DE RESTAURANTE

Das 08h às 16h. Use o aplicativo sine fáci! ou o site empregabasil.mte.gov.br. Rua Dr. Colares, 354.

COZINHEIRO GERAL

Das 08h às 16h. Use o aplicativo sine fáci! ou o site empregabasil.mte.gov.br. Rua Dr. Colares, 354.

ELETRICISTA

Das 08h às 16h. Use o aplicativo sine fáci! ou o site empregabasil.mte.gov.br. Rua Dr. Colares, 354.

EMPREGADO DOMÉSTICO

Das 08h às 16h. Use o aplicativo sine fáci! ou o site empregabasil.mte.gov.br. Rua Dr. Colares, 354.

ENCANADOR INDUSTRIAL

Das 08h às 16h. Use o aplicativo sine fáci! ou o site empregabasil.mte.gov.br. Rua Dr. Colares, 354.

FISIOTERAPEUTA GERAL

Das 08h às 16h. Use o aplicativo sine fáci! ou o site empregabasil.mte.gov.br. Rua Dr. Colares, 354.

FONOAUDIÓLOGO GERAL

Das 08h às 16h. Use o aplicativo sine fáci! ou o site empregabasil.mte.gov.br. Rua Dr. Colares, 354.

GERENTE DE RESTAURANTE

Das 08h às 16h. Use o aplicativo sine fáci! ou o site empregabasil.mte.gov.br. Rua Dr. Colares, 354.

INSTALADOR DE ALARME

Das 08h às 16h. Use o aplicativo sine fáci! ou o site empregabasil.mte.gov.br. Rua Dr. Colares, 354.

INSTALADOR DE ANTENAS DE TELEVISÃO

Das 08h às 16h. Use o aplicativo sine fáci! ou o site empregabasil.mte.gov.br. Rua Dr. Colares, 354.

INSTALADOR DE SOM E ACESSÓRIOS

Das 08h às 16h. Use o aplicativo sine fáci! ou o site empregabasil.mte.gov.br. Rua Dr. Colares, 354.

LAVADOR DE AUTOMÓVEIS

Das 08h às 16h. Use o aplicativo sine fáci! ou o site empregabasil.mte.gov.br. Rua Dr. Colares, 354.

MECÂNICO DE AUTOMÓVEL

Das 08h às 16h. Use o aplicativo sine fáci! ou o site empregabasil.mte.gov.br. Rua Dr. Colares, 354.

MECÂNICO DE CAMINHÃO A DIESEL

Das 08h às 16h. Use o aplicativo sine fáci! ou o site empregabasil.mte.gov.br. Rua Dr. Colares, 354.

MECÂNICO DE MÁQUINA INDUSTRIAL

Das 08h às 16h. Use o aplicativo sine fáci! ou o site empregabasil.mte.gov.br. Rua Dr. Colares, 354.

MECÂNICO DE MOTOR A DIESEL

Das 08h às 16h. Use o aplicativo sine fáci! ou o site empregabasil.mte.gov.br. Rua Dr. Colares, 354.

MECÂNICO DE SUSPENSÃO

Das 08h às 16h. Use o aplicativo sine fáci! ou o site empregabasil.mte.gov.br. Rua Dr. Colares, 354.

MECÂNICO MONTADOR

Das 08h às 16h. Use o aplicativo sine fáci! ou o site empregabasil.mte.gov.br. Rua Dr. Colares, 354.

MESTRE DE OBRAS

Das 08h às 16h. Use o aplicativo sine fáci! ou o site empregabasil.mte.gov.br. Rua Dr. Colares, 354.

MOTORISTA CARRETEIRO

Das 08h às 16h. Use o aplicativo sine fáci! ou o site empregabasil.mte.gov.br. Rua Dr. Colares, 354.

PUBLICAÇÃO LEGAL

SERVIÇO REGISTRAL CIVIL DO DISTRITO DE UVAIA
Município e Comarca de Ponta Grossa
Estado do Paraná

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram-me os documentos exigidos pelo artigo 1525. I, II, III, IV e V - Código Civil Brasileiro:

DAVID LUIZ MATHIAS e CAMILA DA SILVA DE FREITAS
ALIANDEIRO PRUDÊNCIO e SANDRA MARA DE LIMA SILVA
BRUNO EDUARDO CAMARGO e VANESSA GREGÓRIO SILVEIRA

Lucas Nobres da Costa

Agente Interino

Ponta Grossa, 19 de Julho de 2021.

PONTA GROSSA CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL I OFÍCIO
Rua Frei Caneca, nº 120, Centro.
Município e Comarca de Ponta Grossa
Estado do Paraná.

Telefone 42 - 3224 - 8307

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram-me os documentos exigidos pelo artigo 1525 nº I, II, IV e V do Código Civil Brasileiro.

NERCY SIQUEIRA DOS SANTOS e MARIA IVONETE LIMA OLIVEIRA
EMERSON JOSÉ ZIVIGOSKI e BRUNA SILVA MIRANDA
PAULO ELIJONAI DIAS WROBLEWSKI e IVONE APARECIDA DE PAULO

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Lavro o presente para ser afixado em cartório, no lugar de costume.

DANIELLE MIALSKI VILLAS BOAS

Oficial

SERVIÇO DISTRITAL DE PIQUITOS
Rua General Cândido Rondon, nº 505, Nova Rússia.
Município e Comarca de Ponta Grossa
Estado do Paraná.

Telefone 42 - 3227 - 5660

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram-me os documentos exigidos pelo artigo 1525 nº I, II, IV e V do Código Civil Brasileiro.

RUTINEY QUEIROZ DE FREITAS e SÔNIA DE FÁTIMA SANTOS LEPEKE
CHRISTOFER BUENO MACHADO e MICHELLY DOS SANTOS CONTIERO
JOSNEI MONTEIRO e VANESSA KUTNER TRESKA
HÉLIO OPATA e LILLIA WITKOWSKI
JOSE ORLEI MARQUES e ROSANA GONÇALVES LOUREIRO
CLEON MISIAK e LUCIANA EVELIZE DE CAMARGO
ALEX CAMPOS DA SILVA e CLAUDINEIA MATOS DE CAMARGO
ELTON MORAES e CLEONICE APARECIDA GONÇALVES GODOI
CASSIANO CORDEIRO MONTES e TAYANA ANTUNES CUNHA

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Lavro o presente para ser afixado em cartório, no lugar de costume.

LEONIDAS MERCER CARNEIRO

Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAI
Estado do ParanáEXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Licitação nº 1270821
Tomada de Preço nº 0293021

(Lei Federal nº 8.666/93)

Tipo de licitação: MELHOR PREÇO

OBJETO: Consórcio de Direito Real de Uso de Terreno Público para

realização de empresa na área Industrial do Município localizado no

Distrito Industrial da Linha Gonçalves Junior, S/N, no imóvel no

Matrícula nº 15.648 do Cartório de Registro de Imóveis de Itaipoca/PR, tendo uma área de 2.007,18m² - Espaço 05.

Sessão de julgamento: 03/09/2021 às 09h00min.

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e

seus anexos: Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE

NAI - PR - Rua Rui Barbosa, 606 - Centro - NAI - PR - fone - (42) -

3247-1222 - ramal 216 - site: www.nai.pr.gov.br

Nai, 19 de julho de 2021.

Walter Ademir Ferreira

Presidente da Comissão Municipal de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 151/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 113/2021
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 113/2021

(Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto 10.240/19)

Tipo de licitação: MENOR PREÇO.

OBJETO: Aquisição de recarga para os extintores de incêndio,

visando atender as necessidades de todas as Secretarias e

Departamentos da Administração Municipal.

Data limite para recebimento de PROPOSTA: 30/07/2021 - 09h00min.

Data de início da fase de LANCES: 30/07/2021 - a partir das

08h30min.

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e

seus anexos: Dpto. Mun. de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL

DE NAI - PR - Rua Rui Barbosa, 606 - Centro - NAI - PR - fone - (42) -

3247-1222 - ramal 216 - site: www.nai.pr.gov.br

Nai, 19 de julho de 2021.

Walter Ademir Ferreira - Pregoeiro Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 152/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 113/2021
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 113/2021

(Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto 10.240/19)

Tipo de licitação: MENOR PREÇO.

OBJETO: Aquisição de cartões personalizados e colônias

abordando o tema "Coronavírus", para ser entregue gratuitamente a

todas as escolas matriculadas na Rede Municipal de Ensino.

Data limite para recebimento de PROPOSTA: 02/08/2021 - 09h00min.

Data de início da fase de LANCES: 02/08/2021 - a partir das

08h30min.

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e

seus anexos: Dpto. Mun. de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL

DE NAI - PR - Rua Rui Barbosa, 606 - Centro - NAI - PR - fone - (42) -

3247-1222 - ramal 216 - site: www.nai.pr.gov.br

Nai, 19 de julho de 2021.

Walter Ademir Ferreira - Pregoeiro Municipal

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Licitação nº 1270821
Tomada de Preço nº 0293021

(Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto 10.240/19)

Tipo de licitação: MELHOR PREÇO

OBJETO: Consórcio de Direito Real de Uso de Terreno Público para

realização de empresa na área Industrial do Município localizado no

Distrito Industrial da Linha Gonçalves Junior, S/N, no imóvel no

Matrícula nº 15.648 do Cartório de Registro de Imóveis de Itaipoca/PR, tendo uma área de 2.007,18m² - Espaço 05.

Sessão de julgamento: 03/09/2021 às 09h00min.

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e

seus anexos: Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE

NAI - PR - Rua Rui Barbosa, 606 - Centro - NAI - PR - fone - (42) -

3247-1222 - ramal 216 - site: www.nai.pr.gov.br

Nai, 19 de julho de 2021.

Walter Ademir Ferreira - Pregoeiro Municipal

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Licitação nº 1270821
Tomada de Preço nº 0293021

(Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto 10.240/19)

Tipo de licitação: MELHOR PREÇO

OBJETO: Consórcio de Direito Real de Uso de Terreno Público para

realização de empresa na área Industrial do Município localizado no

Distrito Industrial da Linha Gonçalves Junior, S/N, no imóvel no

Matrícula nº 15.648 do Cartório de Registro de Imóveis de Itaipoca/PR, tendo uma área de 2.007,18m² - Espaço 05.

Sessão de julgamento: 03/09/2021 às 09h00min.

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e

seus anexos: Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE

NAI - PR - Rua Rui Barbosa, 606 - Centro - NAI - PR - fone - (42) -

3247-1222 - ramal 216 - site: www.nai.pr.gov.br

Nai, 19 de julho de 2021.

Walter Ademir Ferreira - Pregoeiro Municipal

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Licitação nº 1270821
Tomada de Preço nº 0293021

(Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto 10.240/19)

Tipo de licitação: MELHOR PREÇO

OBJETO: Consórcio de Direito Real de Uso de Terreno Público para

realização de empresa na área Industrial do Município localizado no

Distrito Industrial da Linha Gonçalves Junior, S/N, no imóvel no

Matrícula nº 15.648 do Cartório de Registro de Imóveis de Itaipoca/PR, tendo uma área de 2.007,18m² - Espaço 05.

Sessão de julgamento: 03/09/2021 às 09h00min.

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e

seus anexos: Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE

NAI - PR - Rua Rui Barbosa, 606 - Centro - NAI - PR - fone - (42) -

3247-1222 - ramal 216 - site: www.nai.pr.gov.br

Nai, 19 de julho de 2021.

Walter Ademir Ferreira - Pregoeiro Municipal

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Licitação nº 1270821
Tomada de Preço nº 0293021

(Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto 10.240/19)

Tipo de licitação: MELHOR PREÇO

OBJETO: Consórcio de Direito Real de Uso de Terreno Público para

realização de empresa na área Industrial do Município localizado no

Distrito Industrial da Linha Gonçalves Junior, S/N, no imóvel no

Matrícula nº 15.648 do Cartório de Registro de Imóveis de Itaipoca/PR, tendo uma área de 2.007,18m² - Espaço 05.

Sessão de julgamento: 03/09/2021 às 09h00min.

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e

seus anexos: Setor de Lic



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

CONTRATO Nº 227/2021

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ E A EMPRESA COMPANHIA ULTRAGAZ S/A

A Prefeitura Municipal de Ivaí, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Rui Barbosa, 632, centro, Ivaí - Pr, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Senhor **IDIR TREVISÓ**, brasileiro, casado, residente em Ivaí - Pr, a Rua Dr. Ferreira Correia, portador da cédula de identidade sob registro geral nº 197.260-1 SSP-PR e do CPF/MF nº 196.938.180-91, a seguir denominada CONTRATANTE, e a empresa **COMPANHIA ULTRAGAZ S/A**, pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua Antonio Frederico Ozanan, nº1655, bairro Brigadeiro, Canoas/RS, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.602.199/0232-44, neste ato denominada CONTRATADA, representada pelo Senhor **José Vilmar de Oliveira**, brasileiro, solteiro, residente à Rua Antonio Frederico Ozanan, nº1655, bairro Brigadeiro, Canoas/RS, portador da cédula de identidade nº 10.382.180-11 SJS/DI RS, do CPF/MF nº 490.821.910-91, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei Federal 8.666/93, de 21/06/1993, suas alterações e legislação pertinente, assim como pelas condições do Edital de Licitação nº 113/2021 - Modalidade Pregão nº 090/2021, Processo Eletrônico nº 090/2021, pelos termos da proposta da Contratada e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLAÚSULA PRIMEIRA – OBJETO

§ 1º - O presente contrato tem por objeto a aquisição de 250 unidades de cargas de gás GLP P13 e 100 unidades de cargas de gás GLP P45 para as Secretarias Municipais, conforme mapa de classificação de proposta em anexo.

§ 2º - integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de Licitação nº 113/2021, Modalidade Pregão nº 090/2021, Processo Eletrônico nº 090/2021, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – FORMA DE EXECUÇÃO

A execução do presente Contrato dar-se-á sob a forma de execução indireta.

CLAÚSULA TERCEIRA – VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor unitário para 250 un do gás P13 R\$ 91,00 e para 100 un do gás P45 R\$ 285,00 totalizando o valor de R\$ 51.250,00 (cinquenta e um mil e duzentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

§ 1º - O pagamento será efetuado a prazo, em até 30 dias após a execução do objeto e mediante a apresentação da nota fiscal e será realizado unicamente por meios eletrônicos ofertados pelo sistema bancário na forma de créditos, ordem bancária, transferência eletrônica ou por outros serviços da mesma natureza, disponibilizados pelas instituições financeiras, na conta corrente da empresa, mediante apresentação do número do banco, da agência e da conta corrente, sendo vedada a utilização de cheques, conforme artigo 45 da Instrução Normativa nº 58/2011 do TCE/Pr.

a) Vencido o prazo estabelecido acima e não efetuado o pagamento, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 40, inciso XIV, alínea "c", e 55, inciso III, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, com suas alterações posteriores, ficando suspensos por 01 (um) ano quaisquer reajustes de preços, exceto as revisões para reequilíbrio econômico financeiro da relação contratual.

§ 2º: Na nota fiscal do objeto deverá constar a modalidade da licitação com o respectivo número e o nº do contrato (Pregão nº 090/2021 – Processo Eletrônico nº 090/2021 e contrato nº 227/2021).



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaipr.gov.br email: licitacao@ivaipr.gov.br

§ 3º: Caso se verifique erro na nota, o pagamento será sustado até que providências pertinentes sejam tomadas por parte da proponente, emitente da nota.

§ 4º: As notas deverão ser entregues na sede da Prefeitura Municipal de Ivaí, durante o horário do expediente.

§ 5º: O pagamento poderá ser sustado, no todo ou em parte, nos casos de:

- a) execução em desacordo com o avençado;
- b) existência de débito de qualquer natureza com a Contratante;
- c) não ter havido manutenção de todas as condições de qualificação exigidas para a contratação.

§ 6º: A contratada ficará obrigada a apresentar nota fiscal do objeto.

§ 7º: Nas notas fiscais deverá constar o ATESTO do encarregado responsável pelo recebimento das mercadorias, inclusive conter seu nome legível para fins de registro na liquidação da despesa.

I - Em caso de não constar esses dados, a nota não será empenhada.

§ 8º apresentação da prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

CLÁUSULA QUINTA – RECURSO FINANCEIRO

A despesa decorrente do presente Contrato será efetuada à conta dos seguintes recursos financeiros:

03001041220402200733903000000 0250
06001123611201202633903000000 1000
06001206062001201433903000000 0590
08001103011001204233903000000 1890
08001103011001204233903000000 1900
09002082440801205333903000000 2610
10002267822601107033903000000 3120

CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIO DE REAJUSTE

- a) - O valor ora contratado será fixo, não podendo ser reajustado.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

§ 1º- Após a homologação do resultado e após a assinatura do contrato será a vencedora notificada e convocada, através da devida nota de empenho, **para no prazo de até 02 (dois) dias**, entregar o objeto desta licitação, para todos os LOTES, sob pena de decair do direito à contratação.

§ 2º - O prazo para a execução/vigência do objeto da presente licitação será de **12 meses** a partir da assinatura do contrato podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo, desde que satisfeitos os requisitos do artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

§ 3º - O prazo estabelecido no parágrafo segundo desta cláusula poderá ser prorrogado nos termos do art. 57, §§ 1º e 2º da lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br

email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

§ 1º - Constituem direitos de a CONTRATANTE receber o objeto desse Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

§ 2º - Constituem obrigações da CONTRATANTE:

a) - efetuar o pagamento ajustado;

b) - verificar o objeto entregue atestando se atende as especificações do edital e da proposta vencedora, caso contrário não aceitando o mesmo, exigindo o cumprimento do presente contrato conforme mapa de proposta.

§ 3º - Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) - executar o objeto na forma ajustada;

b) - atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato; (ver art. 71).

c) - manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

d) - apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

e) - substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do presente Contrato, em que se verificarem vícios ou defeitos (ver art. 69)

CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- A CONTRATADA sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, as seguintes multas, sem prejuízo das sanções legais, Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93 e responsabilidades civil e criminal:

A)- A Prefeitura poderá, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidas neste edital, convocar o proponente remanescente, na ordem de classificação, observando o direito de preferência estabelecido para as MPE, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive, quanto aos preços atualizados de conformidade com o presente edital, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 81 da lei nº 8.666/93.

B)- A recusa da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirá-lo dentro do prazo estabelecido no edital, estando a proposta dentro da validade, caracterizará o descumprimento da obrigação assumida, ficando a mesma sujeita a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor global da proposta, além de decair no direito a contratação.

C)- Além das já especificadas neste instrumento, sujeitam-se a adjudicatária inadimplente as demais penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo de outras medidas cabíveis preconizadas no Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078/90.

D)- O licitante e o contratado que incorram em infrações administrativas sujeitam-se às seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa, na forma prevista neste instrumento convocatório;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaipr.gov.br

email: licitacao@ivaipr.gov.br

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos; e

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 5 (cinco) anos.

E) - As sanções previstas nos itens I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

F) - Advertência é a sanção aplicada por conduta que prejudique o andamento do procedimento de licitação e de contratação.

G) - Fica estipulada a MULTA MORATÓRIA de 0,3% (três décimos percentual) por dia de atraso sobre o valor do bem atrasado quando a contratada, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida. A partir do décimo dia de atraso, essa multa será aplicada em dobro, e, decorridos 30 (trinta) dias corridos de atraso, o contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pelo cancelamento do pedido ou documento correspondente em razão da inexecução total do respectivo objeto, aplicando, na hipótese de inexecução total, apenas a multa prevista no item 12.8.

H) - Fica estipulada a MULTA COMPENSATÓRIA de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, na hipótese de inexecução total, caracterizada esta quando a execução do objeto contratado for inferior a 50% (cinquenta por cento) do total, quando houver reiterado descumprimento das obrigações assumidas, ou quando o atraso na execução ultrapassar o prazo limite de 30 (trinta) dias corridos, a que se refere o item 12.7, hipótese em que será cancelado o pedido ou documento correspondente.

I) - O valor correspondente a qualquer multa aplicada à contratada, respeitados os Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa, deverá ser depositado em até 10 (dez) dias corridos, após o recebimento da notificação, em favor da contratante, ficando a contratada obrigada a comprovar o recolhimento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

J) - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias corridos, para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias corridos, após a data da notificação, e, após este prazo, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

K) - A multa aplicada será descontada da contratada, no caso desta ser credora de valor suficiente.

L) - Se a multa aplicada for superior ao total dos pagamentos eventualmente devidos, a contratada responderá pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

M) - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à contratante, decorrentes das infrações cometidas.

N) - Os valores relativos à aplicação das multas serão retidos do pagamento da contratada, durante o processo administrativo no qual se discute a sua regular aplicação, após o qual será devolvida à contratada ou estornada do empenho respectivo.

O) - A aplicação da multa a que se refere o item 12.4.1 não impede a rescisão unilateral do contrato nem que se apliquem as demais sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente.

P) - A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração serão aplicadas a licitante que:

Q) - recusar-se injustificadamente, após ser considerada adjudicatária, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br

email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

R) - não manter sua proposta;

S) - incorrer em inexecução contratual.

T) - A aplicação da sanção prevista no item 10.4 deve observar o prazo de duração de no máximo 2 (dois) anos e impede a participação da sancionada em procedimentos promovidos pelo Município de Ivaí Pr.

U)- Quando o participante for punido com a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, durante o prazo de vigência de igual sanção imposta por pessoa da mesma esfera político-administrativa, ficará proibido de participar de procedimentos de contratação promovidos por todas as entidades estatais e órgãos do Estado, por prazo não superior ao maior prazo remanescente daquela anterior.

V)- A declaração de inidoneidade será aplicada a quem:

- Fizer declaração falsa na fase de habilitação;
- Apresentar documento falso;
- Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;
- Afastar ou procurar afastar participante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- Agir de má-fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;
- Tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em infrações à ordem econômica, definidos na Lei nº 8.884/94;
- Tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.
- A declaração de inidoneidade será aplicada pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos e produzirá seus efeitos perante o Município de Ivaí/PR.
- A autoridade máxima do órgão ou entidade é a autoridade competente para impor a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração.
- As penalidades de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública e a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração têm os seus efeitos estendidos:
- Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas de penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;
- Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no item anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA – PROCEDIMENTOS DE APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A) - As sanções administrativas devem ser aplicadas em procedimento administrativo autônomo em que se assegure ampla defesa, cujo procedimento deve observar o seguinte:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

- B) - o responsável pela aplicação da sanção deve autorizar a instauração do procedimento;
- C)- o ato de instauração deve indicar os fatos em que se baseia e as normas pertinentes à infração e à sanção aplicável;
- D)- o acusado dispõe de 5 (cinco) dias para oferecer defesa e apresentar as provas conforme o caso;
- E) - caso haja requerimento para produção de provas, o agente deve apreciar sua pertinência em despacho motivado;
- F) - quando se fizer necessário, as provas serão produzidas em audiência previamente designada para este fim;
- G) - concluída a instrução processual, a parte será intimada para apresentar razões finais, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;
- H) - transcorrido o prazo previsto no inciso anterior, a Administração, dentro de 15 (quinze) dias, elaborará o relatório final e remeterá os autos para deliberação da autoridade competente, após o pronunciamento da assessoria jurídica do Departamento de Licitações;
- I)- todas as decisões do procedimento devem ser motivadas; e
- J) - da decisão cabe recurso à autoridade superior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- L)- - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- M) . Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.
- N) - . A multa será descontada dos créditos constantes da fatura, ou outra forma de cobrança administrativa ou judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e nos termos dos arts. 79 e 80 da Lei 8.666/93.

§ Único – A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 8.666, de 21/06/1993, suas alterações e legislação pertinente e pelos preceitos de direito público, aplicando sê-lhe supletivamente, os, princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. (ver art. 54).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VIGÊNCIA

O presente Contrato terá o prazo de vigência de 12 meses, **podendo** ser prorrogado nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO – (artigos 66, 67, 69 e 70).



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

Os fiscais do presente contrato são os designados pela Portaria 034/2021.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS – (artigo 73).

O responsável pelo recebimento do objeto são os designados pela Portaria 035/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CASOS OMISSOS (art. 55, XII)

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93, suas alterações e legislação pertinente e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - A Prefeitura Municipal de Ivaí, Estado do Paraná exige que licitantes, fornecedores, empreiteiros e seus agentes (sejam eles declarados ou não), subcontratados, subconsultores, prestadores de serviço e fornecedores, além de todo funcionário a eles vinculado, que mantenham os mais elevados padrões de ética durante a aquisição e execução de contratos.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

(i) "prática corrupta": significa oferecer, entregar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido a ação de terceiros;

Para os fins deste parágrafo, "terceiros" refere-se a um funcionário público que atue no processo de aquisição ou na execução do contrato. Nesse contexto, "funcionário público" inclui a equipe do Banco Mundial e os funcionários de outras organizações que examinam ou tomam decisões sobre aquisição.

(ii) "prática fraudulenta": significa qualquer ato, falsificação ou omissão de fatos que, de forma intencional ou irresponsável induza ou tente induzir uma parte a erro, com o objetivo de obter benefício financeiro ou de qualquer outra ordem, ou com a intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;

Para os fins deste parágrafo, "parte" refere-se a um funcionário público; os termos "benefício" e "obrigação" são relativos ao processo de aquisição ou à execução do contrato; e o "ato ou omissão" tem como objetivo influenciar o processo de aquisição ou a execução do contrato.

(III) "prática colusiva": significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um objetivo indevido, inclusive influenciar indevidamente as ações de outra parte;

Para os fins deste parágrafo, o termo "partes" refere-se aos participantes do processo de aquisição (inclusive funcionários públicos) que tentam por si mesmos ou por intermédio de outra pessoa ou entidade que não participe do processo de aquisição ou seleção simular a concorrência ou estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos ou ter acesso às propostas de preço ou demais condições de outros participantes.

(IV) "prática coercitiva": significa prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte;

Para os fins deste parágrafo, "parte" refere-se a um participante do processo de aquisição ou da execução do contrato.

(v) "prática obstrutiva": significa:

(aa) deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação do Banco de alegações



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou (bb) atos que tenham como objetivo impedir materialmente o exercício dos direitos do Banco de promover inspeção ou auditoria, estabelecidos no parágrafo (e) abaixo:

(b) rejeitará uma proposta de outorga se determinar que o licitante recomendado para a outorga do contrato, ou qualquer do seu pessoal, ou seus agentes, subconsultores, subempreiteiros, prestadores de serviço, fornecedores e/ou funcionários, envolveu-se, direta ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao concorrer para o contrato em questão;

(c) declarará viciado o processo de aquisição e cancelará a parcela do empréstimo alocada a um contrato se, a qualquer momento, determinar que representantes do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos empréstimo envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de aquisição ou de implementação do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco, para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente o Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;

(d) sancionará uma empresa ou uma pessoa física, a qualquer tempo, de acordo com os procedimentos de sanção cabíveis, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado: (i) para a outorga de contratos financiados pelo Banco; e (ii) para ser designado subempreiteiro, consultor, fornecedor ou prestador de serviço de uma empresa elegível que esteja recebendo a outorga de um contrato financiado pelo Banco;

Uma empresa ou uma pessoa física pode ser declarada inelegível para a outorga de um contrato financiado pelo Banco: (i) após a conclusão do processo de sanção conforme os procedimentos do Banco, incluindo, inter alia, impedimento "cruzado", conforme acordado com outras Instituições Financeiras Internacionais, como Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e através da aplicação de procedimentos de sanção por fraude e corrupção em licitações corporativas do Grupo Banco Mundial, e (ii) em decorrência de suspensão temporária ou suspensão temporária preventiva em relação a um processo de sanção em trâmite.

Um subempreiteiro, consultor, fabricante ou fornecedor ou prestador de serviço nomeado (nomes diferentes podem ser usados dependendo do edital de licitação específico) é aquele que: (i) foi indicado pelo licitante em sua pré-qualificação ou proposta porque traz experiência e conhecimento específicos ou cruciais que permitem ao licitante cumprir as exigências de qualificação para a licitação em tela; ou (ii) foi indicado pelo Mutuário.

(e) Os licitantes, fornecedores e empreiteiros, assim como seus subempreiteiros, agentes, pessoal, consultores, prestadores de serviço e fornecedores, deverão permitir que o Banco inspecione todas as contas e registros, além de outros documentos referentes à apresentação das propostas e à execução do contrato, e os submeta a auditoria por profissionais designados pelo Banco.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CASOS OMISSOS (art. 55, XII)

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93, suas alterações e legislação pertinente e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO (art. 55, § 2º)

Fica eleito o foro da Comarca de Imbituva (PR) para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em três (03) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Ivaí (PR), 27 de julho de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR
Idir Treviso - Prefeito Municipal
CONTRATANTE

JOSE VILMAR DE
OLIVEIRA:49082191091

COMPANHIA ULTRAGAZ S/A
José Vilmar de Oliveira
CONTRATADO

Assinado de forma digital por JOSE
VILMAR DE OLIVEIRA:49082191091
Dados: 2021.08.02 11:21:28 -03'00'

TESTEMUNHA
Welton Ademir Ferreira
CPF/MF 086.341.999-24

TESTEMUNHA
Márcia Luciene Kobilarz
CPF/MF 956.815.909-68



Município de Ivaí - 2021
Classificação por Fornecedor
Pregão 90/2021

Página:1

Item	Produto/Serviço	UN.	Quantidade	Status	Marca	Modelo	Prego Unitário	Prego Total	Sal
Fornecedor: 130116-4 COMPANHIA ULTRAGAZ S.A									51.250,00
Email: licitacoes.fornecedores@ultragaz.com.br									
Representante: 130116-4 JOSE VILMAR DE OLIVEIRA									
Lote 001 - CARGA DE GÁS									51.250,00
001	41496 CARGA DE GÁS GLP P13	CA	250,00	Classificado	ULTRAGAZ ULTRAGAZ		91,00	22.750,00	*
	CARGA DE GÁS GLP P13								
002	41497 CARGA DE GÁS GLP P45	CA	100,00	Classificado	ULTRAGAZ ULTRAGAZ		285,00	28.500,00	*
	CARGA DE GÁS GLP P45								
VALOR TOTAL:									51.250,00

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO N° 227/2021 LICITAÇÃO N°
113/2021 PREGÃO N° 090/2021 PROCESSO ELETRÔNICO N° 090/2021

EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO N° 227/2021

Licitação n° 113/2021

Pregão n° 090/2021

Processo Eletrônico n° 090/2021

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de 250 unidades de cargas de gás GPL P13 e 100 unidades de cargas de gás GPL P45 para as Secretarias Municipais.

CONTRATADA: COMPANHIA ULTRAGAZ S/A

CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.

Valor unitário para 250 un do gás P13: R\$ 91,00

Valor unitário para 100 un do gás P45: R\$ 285,00

Valor total: R\$ 51.250,00

VIGÊNCIA: 12 meses

DATA DA ASSINATURA: 27/07/2021

IDIR TREVISIO

Prefeito Municipal

JOSÉ VILMAR DE OLIVEIRA

Representante Legal

Publicado por:

Márcia Luciene Kobilarz

Código Identificador:60ECD526

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná
no dia 28/07/2021. Edição 2315

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita
informando o código identificador no site:

<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>

